

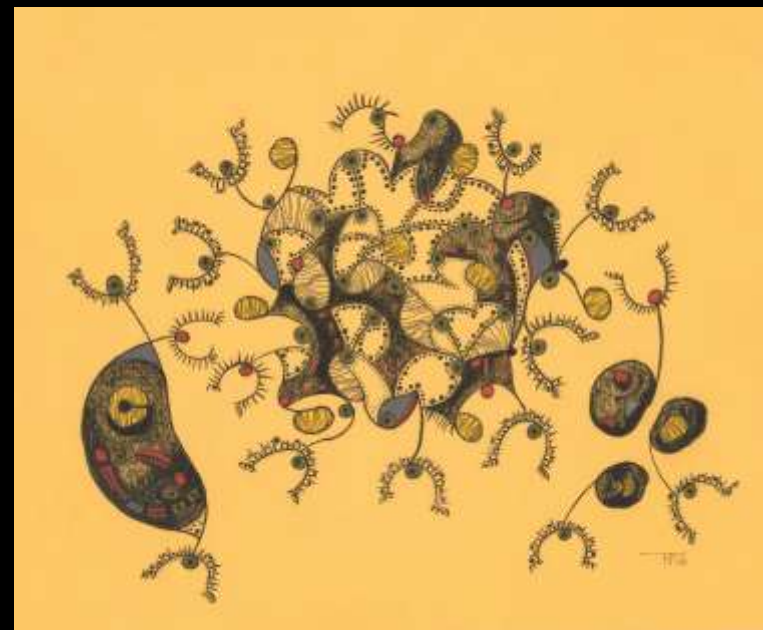
enxergar
verdadeiramente
como *divergência* – entre
democracia e
capitalismo é um
esforço reflexivo
incontornável. Desse
modo, também é central
o papel ocupado pelos
movimentos sociais em
seus mais diferentes
matizes. Uma análise do
tempo presente que
ignore a articulação em
torno desses três eixos
certamente perderá
muito de sua
capacidade; por isso o
interesse desta coletânea
é, através dos inúmeros
olhares da crítica, não
apenas apresentar um
quadro analítico, mas
ocupar o espaço
daqueles que procuram
contribuir para o
fortalecimento da
densidade crítica das
análises políticas sobre o
presente.

Sob os olhos da crítica

Hélio Alexandre da Silva (Org)

Sob os olhos da crítica

Reflexões sobre democracia,
capitalismo e movimentos sociais



Hélio Alexandre da Silva
(Org.)

Sob os olhos da crítica

A intenção que
orienta os textos que
compõem o livro que
o leitor tem em mãos
é de contribuir com o
debate que procura
incentivar a reflexão
acerca dos limites e
possibilidades abertos
pela articulação desses
que podem ser
tomados como três
pilares fundantes da
vida social e política
desde o início da
modernidade. Pensar a
emancipação das
inúmeras formas de
dominação produzidas
pela *convivência* – que
em alguns momentos
da história aparece
como *convergência* e
em outros deixa-se

Sob os olhos da crítica

**Reflexões sobre democracia, capitalismo e
movimentos sociais**

editora
da UNIVERSIDADE
FEDERAL DO AMAPÁ



Hélio Alexandre da Silva (Org.)

Sob os olhos da crítica

**Reflexões sobre democracia, capitalismo e
movimentos sociais**

**Macapá-AP
UNIFAP-2017**

© Copyright 2017, *Hélio Alexandre da Silva (Org.)*

Reitora: Prof.^a Dr.^a Eliane Superti

Vice-Reitora: Prof.^a Dr.^a Adelma das Neves Nunes Barros Mendes

Pró-Reitora de Administração: Wilma Gomes Silva Monteiro

Pró-Reitor de Planejamento: Prof. Msc. Allan Jasper Rocha Mendes

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas: Emanuelle Silva Barbosa

Pró-Reitora de Ensino de Graduação: Prof.^a Dr.^a Margareth Guerra dos Santos

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação: Prof.^a Dr.^a Helena Cristina G. Queiroz Simões

Pró-Reitor de Extensão e Ações Comunitárias: Prof. Dr. Rafael Pontes Lima

Pró-Reitor de Cooperação e Relações Interinstitucionais: Prof. Dr. Paulo Gustavo Pellegrino Correa

Diretor da Editora da Universidade Federal do Amapá

Tiago Luedy Silva

Editor-chefe da Editora da Universidade Federal do Amapá

Fernando Castro Amoras

Conselho Editorial

Ana Paula Cinta

Artemis Socorro do N. Rodrigues

César Augusto Mathias de Alencas

Cláudia Maria do Socorro C. F. Chelala

Daize Fernanda Wagner Silva

Elinaldo da Conceição dos Santos

Elizabeth Machado Barbosa

Elza Caroline Alves Muller

Jacks de Mello Andrade Junior

José Walter Cárdenas Sotil

Luis Henrique Rambo

Marcus André de Souza Cardoso da Silva

Maria de Fátima Garcia dos Santos

Patrícia Helena Turola Takamatsu

Patrícia Rocha Chaves

Robson Antonio Tavares Costa

Rosilene de Oliveira Furtado

Simone de Almeida Delphim Leal

Tiago Luedy Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S677s

Sob os olhos da crítica: reflexões sobre democracia, capitalismo e movimentos sociais / Hélio Alexandre da Silva (organizador) - Macapá: UNIFAP, 2017.

480 p.

ISBN: 978-85-62359-72-9

1. Democracia. 2. Capitalismo. 3. Movimentos Sociais. I. Hélio Alexandre da Silva. II. Fundação Universidade Federal do Amapá. III. Título.

CDD: 300

CDU: 323.2

Editoração e Projeto gráfico: Marcos Paulo T. Pereira

Imagem de Capa: s/ título, desenho de Tano (em lápis carvão sobre fundo amarelo)

Revisão: Heurisgleides Sousa Teixeira

Todos os textos publicados neste livro foram reproduzidos de cópias fornecidas pelos autores. O conteúdo dos mesmos é de exclusiva responsabilidade de seus autores.

À Gheu,
que tem iluminado o meu caminho

Sumário

Apresentação	
Hélio Alexandre da Silva	09
Entrevista com Ruy Fausto (2015/2016)	
	25
“A martelada da revolução”: a crítica da democracia burguesa em Rosa Luxemburg	
Michael Löwy	36
A atualidade da tensão entre capitalismo e democracia: para além do modelo habermasiano	
Leonardo Jorge da Hora Pereira	57
Sobre o conceito “bifronte” de capital	
Hélio Ázara	101
Redemocratização desdemocratizante: a democracia brasileira sob a dominação econômica	
Amaro Fleck, Jordan Michel-Muniz	117
Polarização e terceira via nas eleições presidenciais brasileiras: subsídios para uma investigação	
Antônio David	156
Em busca de um critério social-filosófico de legitimação de aspirações de movimentos sociais	
Emmanuel Nakamura	196

Filosofia social e movimentos sociais: sobre os limites e potenciais da crítica

Hélio Alexandre da Silva 234

O paradoxo da espontaneidade: os protestos de junho de 2013 em vista dos problemas da representação

Paulo Eduardo Bodziak Junior 267

Estratégias afirmativas e transformativas de combate à desigualdade: o caso das cotas na universidade pública brasileira

Yara Frateschi 307

A política do feminismo negro e a questão da identidade-diferença

Núbia Moreira 327

“Vai trabalhar, vagabundo”: retórica antipobre e aspectos normativos de uma teoria da pobreza

Alessandro Pinzani 348

MST: movimento social e organização política

Luciana Aliaga 389

Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto: projeto político, avanços e limites

Débora Cristina Goulart 435

Apresentação

O fim do século XX e o começo do XXI produziram experiências políticas e sociais que se mostraram capazes de colocar na ordem do dia um conjunto de problemas que embaralharam ainda mais as cartas do quadro político e social, seja no âmbito nacional ou internacional. Uma das formas de caracterizar a crise que surgiu na primeira década do século XXI é que ela é um misto de velhos problemas apresentados com nova roupagem.

A onda recente de liberalização crescente do mercado, que bailou ao som da cantilena anti-estatal, não exitou em rogar por auxílio quando surgiram os primeiros sinais de dificuldade. Sem qualquer constrangimento, e revelando um conhecido espírito beligerante, os defensores do chamado livre mercado suplicaram pela ajuda divina de um Estado que insiste em não guardar qualquer rancor frente ao ímpeto devastador do mercado. Esse mesmo Estado que, com a benevolência própria dos santos, salva a alma maculada dos mercados, procura justificar ações dessa natureza através de um princípio aparentemente nobre, qual seja, garantir a saúde dos grandes conglomerados empresariais para que eles garantam os postos de trabalho necessários para a garantia e o aprofundamento de uma igualdade social e política que deveria subsistir sob o nome de democracia. Diante desse casamento incestuoso entre mercado capitalista e estado democrático de direito, a sociedade civil surge quase como um “elo perdido” que procura não apenas se equilibrar entre pequenas barbáries, mas principalmente influenciar as regras de um jogo em que, de partida, não é ela quem dá as cartas.

Se tomarmos a sociedade a partir de uma visada ampla que incorpore suas mais variadas formas de organização, o que encontramos é um conjunto crescente e diversificado de movimentos sociais marcados pelas mais variadas demandas, que vão desde reivindicações por direitos dentro da institucionalidade vigente até lutas por ruptura total ou parcial dos modos de vida atualmente hegemônicos. Nesse leque cada vez maior de experiências de organização social e política, alguns desfrutam de particular proeminência, na medida em que conseguem disputar suas demandas e dar a elas maior visibilidade pública. São exemplos de experiências dessa natureza as organizações sociais produzidas pelos movimentos feministas nas suas variadas vertentes de lutas pela emancipação da mulher e pela igualdade de gênero; o movimento negro e sua luta pela igualdade de oportunidades; os movimentos que se constroem em torno da defesa da diversidade sexual; os já tradicionais movimentos que lutam pelo acesso à terra e por melhores condições de vida no ambiente rural; os movimentos urbanos que, especialmente nas grandes metrópoles, reivindicam acesso à moradia como condição de sobrevivência dentro de padrões minimamente democráticos. Esses e tantos outros movimentos ajudam a ilustrar a ampliação de formas de organizações sociais que buscam a plena realização de suas demandas e, mais do que isso, eles também trazem consigo potenciais que podem oferecer o necessário ancoramento para elaboração teórica das tendências emancipatórias inscritas na realidade.

Vale destacar, entretanto, que os movimentos sociais não são apenas uma espécie de fiel da balança, mas podem também atuar como uma variável que traz consigo um potencial que pode ser tomado ao menos em duas vertentes: (1) aqueles que buscam manter, senão a aparência imaculada do *casamento arranjado* entre democracia e mercado capitalista – o que tem se mostrado cada vez mais um expediente caduco – ao menos

a sua viabilidade enquanto única alternativa razoavelmente possível, dadas as condições de possibilidade apresentadas no momento presente; (2) aqueles que entendem que o capitalismo é um obstáculo para a realização plena da democracia, ou seja, que a relação entre capitalismo e democracia constrói obstáculos intransponíveis para a realização dos potenciais emancipatórios.

Frente a um quadro dessa natureza, não parece exagero supor que boa parte dos problemas mais relevantes para a compreensão das complexidades das atuais formas de organização social não pode ser bem compreendida sem que o capitalismo, a democracia e os movimentos sociais se constituam como eixos centrais que orientem a análise do tempo presente. Se é preciso construir um diagnóstico profundo do nosso tempo para que seja possível vislumbrar as formas de organização capazes de orientar um processo emancipatório que possua o fôlego almejado pelos movimentos sociais, o caminho que conduz a esse processo deve orientar-se por uma análise que considere o sistema econômico vigente, as formas hegemônicas de organização política e os grupos organizados em torno de demandas específicas. É nessa direção que este livro pretende concentrar seu potencial investigativo. Trata-se de oferecer análises produzidas por pesquisadores das áreas de filosofia, sociologia e ciência política, que tomam essas questões como centro de suas abordagens. Embora, naturalmente, sem a pretensão de exaurir o conjunto de problemas em tela, os textos aqui presentes convidam a um mergulho em questões específicas, seja no âmbito da democracia, do capitalismo ou dos movimentos sociais. Ora articulando os três eixos, ora sublinhando um deles de forma mais específica, todos os capítulos que compõem esta coletânea estão profundamente comprometidos com o debate que pretende orientar-se por uma via que considera a notável relevância da democracia, do

capitalismo e dos movimentos sociais. Mas não somente isso; principalmente os autores reconhecem a necessidade que a investigação desses aspectos, os quais compõem o que poderíamos chamar de grande política, são centrais para um rigoroso exercício do trabalho teórico crítico.

Nesse sentido, é fundamental insistir que o caráter interdisciplinar aqui presente não é um elemento de segunda importância. O intercâmbio entre formações acadêmicas distintas deve atuar como um estímulo ao confronto de abordagens que pretendem oferecer um conjunto amplo de análises sobre o presente. Embora componha um universo amplo de pesquisa, o interesse maior conflui para uma investigação crítica em torno de três eixos muito claros que norteiam o livro de forma geral, atribuindo a ele uma coesão temática. Assim, os capítulos se organizam em uma ordem que parte de abordagens acerca dos contornos do capitalismo e suas relações com a democracia em seus variados matizes para, em seguida, se deslocarem na direção de análises que privilegiam um amplo leque de formas com que a sociedade se organiza através dos movimentos sociais. Esse segundo momento transita por debates em torno de questões fortemente centradas nas especificidades dos movimentos sociais construídos no Brasil, embora essa não seja a única marca distintiva dos capítulos finais. Evidenciam-se também questões em torno das políticas afirmativas no ambiente universitário, do debate em torno do problema da pobreza – de resto ainda pouco investigado ao menos no âmbito normativo da filosofia – além de análises acerca dos problemas étnico-raciais e de gênero, bem como das lutas organizadas por trabalhadores que tratam das questões rurais e/ou urbanas.

Assim, o primeiro capítulo apresenta uma entrevista em que o filósofo e estudioso do marxismo, Ruy Fausto, expõe suas perspectivas acerca da história da esquerda no século XX, da relação entre democracia e capitalismo e das tensões que

permeiam os movimentos sociais. Um dos pontos a se destacar na entrevista de Fausto é sua convicção de que caberia à esquerda resgatar “a bandeira da primeira revolução” (fevereiro de 1917). Isso porque os revolucionários de fevereiro traziam ao lado da bandeira da liberdade uma simetricamente incontornável “exigência de igualdade”. Tal exigência redefiniria todo o “conjunto do projeto”. Outro aspecto levantado pelo entrevistado é que, no Brasil, há uma sobrevalorização da obra de Marx, ou em suas próprias palavras, há um “excesso” ou “abuso” de marxismo. Seria preciso, então, direcionar as preocupações também para a história, particularmente para a história do século XX. A “preocupação excessiva e enganosa com a teoria em detrimento da história”, destaca Fausto, provoca distorções de análise e auxilia na construção de um retrato da realidade que, quase sempre, se mostra parcial e equivocado. A relação entre democracia e capitalismo também é abordada como termos “em essência antitéticos” por uma razão simples: a “democracia contém uma mensagem de igualdade; o capitalismo é não igualitário por excelência”. Entretanto, a estratégia de defesa ampla e irrestrita da democracia é insuficiente se não for acompanhada de um “discurso anti-capitalista”. Quanto aos movimentos sociais, é evidente a necessidade de apoiá-los, afirma Fausto, muito embora sem fazer concessão a qualquer caráter não democrático que eventualmente possam trazer.

A crítica à democracia burguesa presente no pensamento de Rosa Luxemburg é o eixo central que orienta, sob a pena de Michael Löwy, o segundo capítulo deste livro. Em “A martelada da revolução: a crítica da democracia burguesa em Rosa Luxemburg”, o autor apresenta, a partir da articulação dos principais textos da autora, o alcance profundo da crítica que Luxemburg endereça aos limites da democracia burguesa. Dentre os aspectos que ajudam a ilustrar esses limites, valem

ser destacados o militarismo e o colonialismo, ambos radicalmente antidemocráticos muito embora constitutivos das grandes democracias do início do século XX. No entanto, a superação dos limites da democracia não deve ser orientada por uma “elite revolucionária”, mas por uma democracia que não repita os mesmos equívocos da democracia burguesa. Nas palavras de Löwy, o projeto defendido por Luxemburg é o de criar uma “democracia socialista com um conteúdo social novo”. Desse modo, ela deve ser recuperada através de uma análise do movimento da totalidade histórica, de tal modo que “economia, sociedade, luta de classes, Estado, política e ideologia” sejam “momentos inseparáveis do processo concreto”.

A relação entre capitalismo e democracia no pensamento de Jürgen Habermas é o pano de fundo da análise empreendida por Leonardo Jorge da Hora Pereira no capítulo “A atualidade da tensão entre capitalismo e democracia: para além do modelo habermasiano”. O propósito do autor se esclarece na medida em que ele reconhece que Habermas, “ao pressupor a domesticação do capitalismo e sua possível compatibilidade (ainda que tensa) com a democracia efetiva” permite também uma abertura teórica capaz de lidar de forma “mais consistente” com “valores democráticos gestados tanto na tradição liberal quanto na republicana”. No entanto, a dinâmica social dos últimos 30 anos reinseriu na pauta do debate político e teórico – embora para um conjunto importante de teóricos ela nunca tenha saído da pauta – o problema em torno dos limites de uma abordagem capaz de defender essa “domesticação do capitalismo” via aprofundamento da democracia. É a partir desse diagnóstico que o autor se pergunta pela atualidade da proposta habermasiana, isto é: tomando a configuração recente das dinâmicas capitalistas, a questão que se coloca é se esse modelo habermasiano ainda é capaz de “dar conta, no campo da teoria

crítica, dos problemas postos por essa tensão entre capitalismo e democracia”. Toda a análise presente nesse capítulo pretende debater criticamente esse problema no sentido de apontar, entre outros aspectos, o risco de que uma abordagem de inspiração habermasiana “se torne cada vez mais ‘normativa’ no sentido ruim do termo”. Mais que uma análise do arsenal teórico habermasiano, o que Leonardo da Hora Pereira retoma é a reflexão acerca de uma das questões centrais da política contemporânea, a saber, a relação entre democracia e capitalismo que, embora tradicional, não perdeu em relevância e atualidade.

No capítulo seguinte, Hélio Ázara discorre sobre as relações existentes na obra de Marx entre o capital “como tal” e as formas que ele adquire nas contingências próprias da concreticidade histórica. Com o título “Sobre o conceito “bifronte” de capital”, o autor pretende mostrar como “todos os capitais [...] na medida mesma em que são capital, têm seus movimentos presididos pelas determinações do capital como tal”. Desse modo, apresentar suas formas particulares não faz com que o capital, mesmo com suas especificidades contingentes, deixe de ser, em última análise, redutível “aos movimentos essenciais do capital em geral”. Sem deixar de destacar o caráter contraditório que, sob a égide do conceito simples de capital nos permite vislumbrar “tanto as suas tendências civilizatórias quanto, de maneira latente, as contradições que dele decorrem”, o autor mergulha na análise dos termos que compõem seu quadro de investigação. Assim, é possível enxergar na abordagem de Ázara que, se por um lado, a modernidade capitalista possui “aspectos civilizatórios”, como a libertação da dominação direta, por outro, ela possui uma “face sombria” expressa, por exemplo, na “crescente subjetivação do trabalho” e principalmente na “subordinação de toda a produção ao processo de valorização e da instabilidade que marca a classe que vive do trabalho”.

Essa tensão é captada na noção de “figura bifronte”, própria ao capital. Com isso o autor produz uma análise que recupera a centralidade de uma categoria fundamental na obra de Marx, sem perder de vista as diversas roupagens com que ela se apresenta a cada novo ciclo histórico.

Amaro Fleck e Jordan Michel-Muniz apresentam, no capítulo V, uma análise do processo de redemocratização brasileira. Haveria, segundo os autores, duas tendências que se destacariam: uma que aponta para o crescimento e solidificação das instituições democráticas, e outra que, apesar disso, deixa transparecer um processo de baixa “cultura democrática”. Nesse sentido, “Redemocratização desdemocratizante: a democracia brasileira sob a dominação econômica” é uma busca das causas desse processo que tende a neutralizar os potenciais democráticos presentes nas instituições. A principal dessas causas seria o domínio econômico que, embora não se apresente como definitivo, possui um papel de destaque como obstáculo ao aprofundamento do processo de redemocratização. Outro aspecto relevante apontado pelos autores é o fato de que o vetor desse domínio opera de fora pra dentro, isto é, há uma forte influência das tendências econômicas internacionais majoritárias sobre o cenário político nacional. Tais tendências são postas em prática por um discurso tecnocrata que sobrepõem o discurso técnico ao político. Tem-se aqui uma reflexão crítica, densa e profunda acerca das relações que atravessam a democracia e o capitalismo, mas dessa vez com o foco voltado para as questões pertinentes ao contexto propriamente brasileiro.

O capítulo VI é centrado no debate em torno do quadro político eleitoral brasileiro dos últimos anos. Com intuito de “ampliar o campo interpretativo sobre a polarização e sobre as condições de possibilidade de uma terceira via nas eleições presidenciais” brasileiras, Antônio David tece sua análise com

auxílio de dados quantitativos e rigorosas análises qualitativas desses dados. Com o título “Polarização e terceira via nas eleições presidenciais brasileiras: subsídios para uma investigação”, o autor analisa como o quadro político eleitoral, artificialmente cindido em dois grandes campos de forças, cujos interesses foram capitaneados majoritariamente por dois partidos (PT e PSDB), pôde se abrir para uma possível terceira via. As eleições de 2014, destaca David, “trouxe finalmente à tona a possibilidade real de quebra da polarização que vem marcando a corrida presidencial no Brasil nos últimos vinte anos”. Entretanto, a possibilidade de ruptura com essa polarização pode alcançar solidez política e eleitoral apenas se for capaz de promover um enraizamento na sociedade brasileira. Sem o devido ancoramento social, essa terceira via será incapaz de viabilizar-se eleitoralmente. O caminho perseguido pelo autor é o de procurar compreender qual é e onde está o “lastro social da força política e eleitoral canalizada por Marina Silva e expressa nas pesquisas de intenção de voto que precederam ao primeiro turno” das eleições de 2014. Constrói-se nesse percurso – além de um debate que tem como pano de fundo a relação entre democracia e sociedade – uma análise rigorosa acerca dos contornos que formaram as forças políticas majoritárias no quadro eleitoral brasileiro, particularmente até as eleições presidenciais de 2014.

Emmanuel Nakamura, no texto “Em busca de um critério social-filosófico de legitimação de aspirações de movimentos sociais”, discute a crítica de Marx ao pensamento de Hegel, especialmente aquela endereçada à filosofia do direito. A partir de uma análise acurada dos textos em debate, o autor apresenta uma dupla posição de Marx em relação a Hegel: por um lado, o autor de *O Capital* sustentaria que um dos equívocos de Hegel teria sido tomar a dimensão histórica do Estado como se fora sua própria essência; por outro, Hegel teria produzido, nas palavras de Marx, a análise crítica “mais

consequente” sobre o Estado moderno. Para além dessa possível duplicidade crítica de Marx com respeito a Hegel, de acordo com Nakamura, há um “núcleo racional” no pensamento marxiano que se expressa em “conceitos hegelianos”. Parte das divergências entre os autores alemães, contudo, pode ser pensada – e esse é um dos aspectos centrais do texto – a partir do momento em que se nota que o objeto de Hegel era apresentar conceitualmente o Estado como um “em si racional”, ao passo que o objeto de Marx, particularmente nos textos da década de 1840, era o “movimento social constitucional do pré-março de 1848”. Assim, o texto é conduzido no sentido de evitar aquilo que Nakamura nomeia de “deflação pragmática do conceito hegeliano da liberdade”. O resultado é uma valorosa contribuição que articula, de forma detida e rigorosa, a filosofia de Hegel e de Marx e ao mesmo tempo destaca o papel central que o movimento social constitucional de março 1848 desempenhou na formulação da crítica de Marx a Hegel.

O capítulo seguinte, intitulado “Filosofia social e movimentos sociais: sobre os limites e potenciais da crítica”, pretende discutir uma leitura, em grande medida partilhada por Jurgen Habermas e Axel Honneth, que aponta para um deslocamento dos atuais movimentos sociais que teriam se afastado de demandas anti-sistêmicas, leia-se anticapitalistas, para orientarem suas lutas no sentido de reivindicarem soluções para problemas específicos (ambientais, étnico-raciais, gênero, entre outros). Assim são apresentados elementos que constituem um dos movimentos sociais mais presentes no cenário social brasileiro, a saber, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, como expediente que pretende ser capaz de ancorar na realidade social uma perspectiva de análise do tempo presente, a fim de pensar movimentos sociais que articulem anticapitalismo e demandas específicas. Com isso, busco contribuir para que a

Filosofia social não apenas mantenha em sua agenda uma perspectiva anticapitalista, mas principalmente que produza um ganho no tocante a sua densidade crítica.

Analisar, através da lente oferecida pelos textos de Hannah Arendt, os protestos ocorridos em quase todo o Brasil durante o mês de julho de 2013 é o objetivo central presente no capítulo “O paradoxo da espontaneidade: os protestos de junho de 2013 em vista dos problemas da representação”, de autoria de Paulo Bodziak. Embora Arendt seja o referencial teórico mais importante, vale notar que a noção de espontaneidade é um elemento de análise fundamental, retomado pelo autor ao evidenciar a influência de Rosa Luxemburgo sobre a autora de *Origens do Totalitarismo*. Nesse percurso investigativo, uma das hipóteses levantadas por Bodziak é de que há certa similaridade na natureza dos movimentos que marcaram períodos distintos de revolta popular durante o século XX, particularmente a Revolução Russa de 1905, a Revolução Húngara de 1956 e os Protestos de junho de 2013 no Brasil. O traço mais relevante de simetria entre tais movimentos foi, para Bodziak, “a erupção de mobilizações sem pautas e a ausência de lideranças hegemônicas”. Com sobriedade e trilhando um caminho mediado pela lupa arendtiana, o autor não apenas constrói uma abordagem esclarecedora dos contornos do pensamento político democrático da autora em questão, como também oferece uma fértil leitura dos movimentos de junho de 2013, que certamente ainda serão objeto de muitos esforços interpretativos como o apresentado nesse capítulo.

Em “Estratégias afirmativas e transformativas de combate à desigualdade: o caso das cotas na universidade pública brasileira”, Yara Frateschi procura apontar quais os melhores caminhos para “correção da desigualdade do acesso de jovens às instituições públicas de ensino superior”. A autora constrói um percurso que problematiza a questão a

partir de duas teses: (1) a que é favorável às cotas com recorte étnico-racial; (2) a que relativiza a questão racial em favor da proeminência do aspecto social. Contudo, um elemento que surge como catalisador do debate em torno das cotas, e que é central para a análise de Frateschi, é o caráter teórico universalista que deve operar como pano de fundo incontornável para temas dessa natureza. Através de uma análise rigorosa e cuidadosamente articulada, a autora critica a aparente incompatibilidade entre princípios universalistas e demandas por ações afirmativas, particularmente aquelas ligadas ao acesso de jovens negros ao ensino superior público. Mais ainda, o texto é enfático quanto à necessária relação entre uma teoria da democracia que, além de seu aspecto formal, também seja capaz de não apenas refletir, mas operacionalizar teoricamente “as contradições e os obstáculos reais e materiais” que impedem a “ampliação da cidadania” voltando-se, desse modo, ao problema concreto da “*efetivação da igualdade.*”

Por em relevo o debate acerca dos contornos e das dificuldades que compõem o feminismo negro é a tarefa proposta por Núbia Moreira no capítulo “A política do feminismo negro e a questão da identidade-diferença”. No trajeto proposto, a autora não ignora a necessidade de tomar a luta das mulheres negras a partir do princípio da “formação do sujeito de direitos” como elemento central para a luta social. Entretanto, isso não significa que seja possível desconsiderar a experiência social vivida de forma particular por cada grupo social distinto. Assim, Núbia Moreira é enfática ao ressaltar que a vida social exige que os atores compreendam “a posição e a condição que o grupo ou segmento social ao qual se pertence ocupa no tecido social”. Apenas através da passagem de uma “abstrata ideia de sujeito” para uma imagem que “se corporifica ao ganhar forma e história” é que se torna possível investigar aquilo que a autora chama de “efetividade de

sujeitos qualificados”, nomeadamente, as mulheres negras. O que se apresenta nesse capítulo é uma abordagem densa, que parte dos limites e das possibilidades abertas pelos diversos matizes de feminismos para, em seguida, centrar a análise na singularidade da questão negra no interior do debate de gênero.

Trazer para o centro do debate filosófico a questão da pobreza e suas relações históricas com a política e a economia, constitui o caminho trilhado por Alessandro Pinzani no capítulo “Vai trabalhar vagabundo: retórica antipobre e aspectos normativos de uma teoria da pobreza”. A pobreza é pensada aqui particularmente através de seu “caráter normativo”, esteja ele implícito ou explícito. Um dos aspectos fundamentais trabalhados pelo autor é a alegação comum de que o pobre possui um traço de irresponsabilidade que o conduziria necessariamente à condição em que se encontra. Apontar os equívocos de posições dessa natureza é uma das tarefas que Pinzani se impõe. Outro aspecto sublinhado pelo autor, em grande medida derivado do anterior, é aquele que atribui ao pobre toda a responsabilidade por sua própria pobreza. Essa seria, segundo o autor, uma visão comum “interiorizada pelos próprios pobres” e que, para ser superada, precisa ser pensada através da articulação profunda entre a estrutura social que produz desigualdades e o sofrimento individual dos pobres. As causas da pobreza também ganham destaque nesse capítulo; dentre elas vale apontar, no caso dos países industrialmente desenvolvidos, a crescente exclusão dos pobres do mercado de trabalho cada vez mais mecanizado e a ascendência do capitalismo financeiro sobre o capitalismo produtivo. Entretanto, nos países “não plenamente desenvolvidos” industrialmente, como o Brasil e seus vizinhos da América Latina, a pobreza tem “raízes mais profundas”. O texto de Pinzani não é apenas instrutivo e esclarecedor, mas necessário enquanto ferramenta crítica

acerca de um dos grandes males que nos concerne de maneira estrutural.

No capítulo “MST: movimento social e organização política”, Luciana Aliaga apresenta um debate profundo acerca das características de um dos mais relevantes movimentos sociais da atualidade. Ao ancorar sua análise em uma perspectiva retirada dos textos de Gramsci, a autora discute não apenas o próprio caráter de movimento social atribuído ao MST, como também desenvolve caminhos que permitem compreender o Movimento a partir da noção, emprestada do autor italiano, de “forma partido”. O trabalho resulta em uma abordagem rica na medida em que é capaz de ressaltar um conjunto de contradições inerentes à própria natureza do Movimento, dentre elas a produzida pela estratégia de auxiliar a organização política das camadas populares com intuito de romper com o latifúndio – que é o cerne das “estruturas antidemocráticas da sociedade” – e ao mesmo tempo lidar com a reprodução de elementos políticos e simbólicos conservadores, que emergem em nova roupagem, quando famílias que integram o Movimento têm garantido seu acesso à terra. Um dos aspectos que melhor ilustram a riqueza do texto de Aliaga é que a autora não romantiza o MST, expediente comum na esquerda, tampouco cai na armadilha oposta de produzir uma caricatura.

O último capítulo procura destacar a relevância da questão urbana através da análise de um dos movimentos urbanos mais proeminentes no cenário político brasileiro, a saber, o MTST. Sob o título “Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto: projeto político, avanços e limites”, Débora Cristina Goulart faz uma análise detida acerca dos aspectos que compõem aquele que certamente figura entre os movimentos sociais mais relevantes do país. Ao retomar a origem do MTST, que foi “impulsionado pela iniciativa de outro movimento social, [a saber], o MST” em meados da

década de 1990, a autora afirma que o Movimento é fundamentalmente estruturado em dois eixos norteadores: (I) um trabalho conjunto que reúne “mobilização para ocupação do espaço, manifestações, e marchas”, e (II) a forte politização interna que visa a “organização dos acampamentos, corresponsabilidade pelas ações e consequências, unidade na ação, propaganda do movimento nos bairros do entorno etc”. Outro aspecto fundamental para a abordagem da autora é a natureza anticapitalista do MTST; esse elemento seria particularmente relevante no esforço por produzir ações e críticas à mercantilização da vida. Entretanto, se é possível notar que, por um lado, “o MTST vislumbra o capital como antagonista, por outro, [ele] não esquece o papel desempenhado pelo Estado na luta de classes”. Assim, o que se encontra nesse capítulo é uma rica análise que esclarece, não apenas os contornos que formam o Movimento dos trabalhadores sem-teto, mas também os horizontes que iluminam seu fazer político.

Finalmente, a intenção que orienta os textos que compõem o livro que o leitor tem em mãos é de contribuir com o debate que procura incentivar a reflexão acerca dos limites e possibilidades abertos pela articulação desses que podem ser tomados como três pilares fundantes da vida social e política desde o início da modernidade. Pensar a emancipação das inúmeras formas de dominação produzidas pela *convivência* – que em alguns momentos da história aparece como *convergência* e em outros deixa-se enxergar verdadeiramente como *divergência* – entre democracia e capitalismo é um esforço reflexivo incontornável. Desse modo, é central o papel ocupado pelos movimentos sociais em seus mais diferentes matizes. Uma análise do tempo presente que ignore a articulação em torno desses três eixos certamente perderá muito de sua capacidade; por isso o interesse desta coletânea é, através dos inúmeros olhares da crítica, não apenas

Sob os olhos da crítica

apresentar um quadro analítico, mas contribuir para o fortalecimento da densidade crítica das análises políticas sobre o presente.

Hélio Alexandre da Silva

Entrevista com Ruy Fausto (2015/2016)¹

A história das experiências políticas do século XX poderiam ser divididas entre as experiências de ruptura e as de atualização dos potenciais emancipatórios próprios da modernidade? Em um vocabulário mais tradicional, seria possível ilustrar tais experiências a partir do binômio revolução e reforma. Você concorda com esse tipo de formulação ?

R.F. - Pensar a experiência política da esquerda no século XX a partir do binômio reforma ou revolução tem certa justificação. Entretanto, precisamos de uma formulação mais ampla para dar conta da complexidade desse período tão rico, para o melhor como para o pior.

De fato houve, por um lado, uma tendência em direção à reforma, e de outro lado, uma outra que visava a revolução. Mas creio que se pode afirmar que houve, na realidade, três direções: um radicalismo, que se manifestou sobretudo no bolchevismo, um reformismo que se produziu principalmente na Alemanha, e, finalmente, uma série de tendências que, grosso modo, eu chamaria de centrismo, as quais não se inseriam em nenhuma das duas anteriores. Centrismo era

¹ Ruy Fausto é um dos mais relevantes intelectuais brasileiros de esquerda. Possui uma produção densa e vasta acerca da obra de Marx, particularmente voltada para o conceito de dialética. Dentre seus trabalhos mais relevantes constam, entre outros: *Marx: Lógica e Política - Investigações para uma reconstituição do sentido da dialética*. São Paulo: Editora 34, 2002. *Dialética Marxista, Dialética Hegeliana: A Produção Capitalista como circulação simples*. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997. E o mais recente *Sentido da dialética: Marx, Lógica e Política*. São Paulo: Editora Vozes, 2015.

uma palavra empregada por uma parte da extrema-esquerda e que tinha sentido pejorativo. Sua denotação inclui movimentos e figuras muito diferentes. Entre estas, está, à esquerda, Rosa Luxemburgo, e mais ao centro, por exemplo, o menchevista internacionalista Julius Martov com o seu grupo. Eu pensaria a experiência da esquerda no século XX como se ela remetesse a essas três direções: ao bolchevismo, à democracia social reformista, e, em último lugar, a todos aqueles que, na esquerda, recusavam um e outro. Para afirmar sem rodeios – e mesmo se o importante é pensar o que há, hoje, de novo – se reclamarmos alguma herança, a de ser a desses últimos.

É preciso ressaltar a catástrofe que o bolchevismo representou para a esquerda. Ele foi o responsável, na origem pelo menos, por um monstruoso sistema totalitário que implicou em sacrifícios absurdos, em milhões de mortos. Bem entendido, bolchevismo não é o mesmo que stalinismo. No entanto, Lênin tem a sua quota da responsabilidade, que não é pequena, se quisermos traçar um quadro mais geral do fenômeno. O projeto ultra-centralista bolchevique, a insurreição de outubro – que não foi uma verdadeira revolução – tudo isso foi um imenso e lamentável equívoco (se podemos dizer assim), que tem de ser cuidadosamente repensado. Não vejo o que se poderia fazer hoje – digo tal coisa, porque aqui e ali ainda florescem neo-leninismos – com aquela tendência política que está na origem de uma catástrofe generalizada. Querem alguns que, ao fim e ao cabo, ao promover a industrialização da URSS, o leninismo-stalinismo criou as bases que tornaram possível a derrota do nazismo na Segunda Guerra mundial. De minha parte, acho que um outro caminho também poderia conduzir a uma resistência efetiva contra o nazismo (aliás, sem fazer concessões a certas versões duvidosas do argumento, poder-se-ia perguntar se sem leninismo-stalinismo, o nazismo teria conseguido prosperar).

Do outro lado, a experiência política do reformismo acabou muito mal. Chauvinismo e colonialismo foram os seus principais pecados. Mas, considerando o conjunto do ciclo social-democrata, creio que, apesar de tudo, ele foi menos desastroso do ponto de vista social e humano do que o bolchevismo. O bolchevismo estabeleceu uma ruptura brutal entre os ideais da Revolução Francesa e a revolução do nosso tempo, reivindicando, entretanto, o que poderia parecer paradoxal, a herança do jacobinismo. Com Bernstein e os reformistas, insistiu-se em recolher a experiência da primeira revolução. Entretanto, eles o fizeram de forma continuista, o que conduziu a um impasse, pior do que isto, a uma capitulação diante dos poderes dominantes. A tendência que defendo reivindica, se posso dizer assim, a continuidade na descontinuidade. Resgatar a bandeira da primeira revolução, bandeira que afinal passou a ser principalmente a da liberdade, mas acrescentando a ela uma nova exigência de igualdade. Exigência que redefine o conjunto do projeto. Reitero que, se faço o elogio do “centrismo”, é deixando claro que não se trata, em absoluto, de reivindicar uma volta qualquer ao passado, mas de ter presente o fracasso, embora desigual, de suas tendências polares, como uma espécie de balanço prévio. O bolchevismo deu numa catástrofe total; o reformismo social-democrata, digamos, numa catástrofe parcial. A principal lição disso tudo é a de que a esquerda precisa se reconstruir. Essa reconstrução passa, acima de tudo, de forma positiva ou negativa, pelo que ocorre hoje. O presente nos oferece um quadro muito original e muito complicado, com lutas pela liberdade, lutas pela igualdade e, *not least*, os grandes desafios de ordem ecológica.

Qual o papel que, na sua opinião, tem hoje, o marxismo? E, em geral, quais são os caminhos, teóricos ou empíricos, que, na sua opinião,

deveria trilhar o pensamento de esquerda, para se reorientar na presente situação ?

R.F. - Eu diria que há, na esquerda brasileira pelo menos – para dizer de uma maneira meio brutal e simplista – algo assim como um “excesso” ou um “abuso” de marxismo. Precisamos pensar, e pensar criticamente, o conjunto da história de esquerda e ler muitos dos nossos clássicos. É ocioso reafirmar o tamanho do legado marxista. Mas acho que, pelo menos a partir do nazismo, ele não dá conta da complexidade do processo histórico da época contemporânea. De minha parte, não me considero marxista desde já há uns trinta anos. De uma forma mais geral, penso que existe demasiado “teoricismo”, isto é, uma preocupação excessiva e enganosa com a teoria em detrimento da história, da historiografia crítica principalmente. Veja-se por exemplo o que ocorre no Brasil. Multiplicam-se as leituras de textos teóricos. De Gramsci, por exemplo. Para me deter um momento nesse exemplo, não se trata de subestimar o valor desse autor e, em particular, da sua ideia de hegemonia. Esta pode vir a ser, aliás, muito importante, num país em que a esquerda tende a ver a classe média como alguma coisa desprezível. Nem muito menos se trata de desprezar a teoria. Acho que, se importa estudar Gramsci, mais urgente é estudar e refletir sobre a história viva do século XX e a dessa década e meia do XXI².

² No caso de Gramsci, poder-se-ia observar que, embora ele tenha enfrentado o fascismo, ele conheceu e pensou pouco o chamado totalitarismo de esquerda, o que, a meu ver, talvez não se deve apenas ao fato de que passou o final dos seus dias na prisão. Ora, se o fenômeno do nazismo põe em cheque certa leitura crítica clássica da história, a emergência do totalitarismo de esquerda sinaliza o grande corte objetivo na experiência da esquerda. A compreensão desse fenômeno representa a primeira condição de possibilidade para uma reorientação e uma reconstrução do pensamento da esquerda.

Mas onde estão as deficiências atuais do pensamento de esquerda? Só na análise política, ou também na análise econômica e também no plano filosófico ?

R.F. - Na realidade, nos três planos. Dei acima algumas indicações sobre o atual impasse político da esquerda. Se você quiser que eu indique as referências que são, a meu ver, as mais importantes nesse plano, eu mencionaria os nomes de um francês e de um franco-grego. Enfim, eu remeteria ao pensamento socialista francês. Refiro-me a Claude Lefort e a Cornelius Castoriadis. Esses dois autores representam o que existe de melhor em matéria de crítica política pós-marxista, os dois com as suas divergências e sem escamotear, evidentemente, a discussão das dificuldades eventuais que oferece o pensamento de um e de outro.

Passando à economia política, claro que se recomenda, e mais do que se recomenda, um bom conhecimento de *O Capital*. Mas isso não basta. Atualmente, no plano geral do debate econômico, incluindo esquerda e direita, ou se continua marxista (se se preferir, marxista ortodoxo), repetindo as teses fundamentais de *O Capital* (mesmo se modificando tais ou quais desenvolvimentos), ou adere-se à ortodoxia liberal. Claro, há no meio o keynesianismo, em suas várias formas, o qual produziu muitos estudos interessantes e bastante críticos. Mas, a meu ver, necessitamos de uma nova crítica da economia política, para além de *O Capital*. Uma crítica realmente nova, que repense os fundamentos, mas que não perca o *mordant* da crítica marxiana. Acho que é possível fazê-la, mas, para isso, necessitamos de gente com uma dupla qualidade: a de conhecer bem o *corpus* marxiano e, ao mesmo tempo, a de ser aberta (mas aberta mesmo) a uma reconstrução radical dos fundamentos desse corpus. Ora, é fácil encontrar quem tenha uma dessas duas disposições ou qualidades; mas quem tenha as duas é raro. Entretanto, é razoável supor que,

um dia, será possível de alguma forma satisfazer às duas exigências e se propor um trabalho fundamental de reconstrução.

E em filosofia ?

R.F. - Em filosofia, a referência fundamental é certamente Frankfurt, em particular a obra extraordinariamente rica e rigorosa de Theodor Adorno. A filosofia de Frankfurt, e de Adorno em particular, tem de ser o nosso ponto de partida.

Ela representa o nosso “clássico contemporâneo” (“contemporâneo” remete aqui à produção dos últimos cinquenta a cem anos: a *Dialética Negativa*, de Adorno, é de 1966). E há o que veio depois, na mesma linhagem, com os seus altos e baixos. Mas insistamos que também nesse caso é imprescindível uma postura crítica. Repetir à saciedade a herança de Frankfurt não leva longe.

Você levantou muitas vezes o problema das relações entre democracia e capitalismo. Quer voltar ao tema ?

R.F. - Na tradição marxista, a democracia aparece em geral como uma das expressões políticas e ideológicas possíveis do capitalismo, senão como a sua expressão. Sem dúvida, em certos casos, o que se chama de “democracia” funciona, de fato, assim. Porém, a democracia é muito mais do que isto. Na realidade, democracia e capitalismo, longe de serem termos complementares, são polos em essência antitéticos. A democracia contém uma mensagem de igualdade; o capitalismo é não igualitário por excelência. Por isso, em última análise (mesmo se nem sempre imediatamente), eles são antagônicos. A democracia é, pelos seus fundamentos, um vetor de resistência ao capitalismo. Bem entendido, subsiste uma ambiguidade, ou um duplo “uso” dela, se se preferir. As forças de conservação e de regressão social que, na origem, em muitos países, combateram a democracia, acabaram por

instrumentalizar a democracia que, posta a seu serviço, lhes serve de quadro político e de justificação ideológica. Mas essa instrumentalização é de uma enorme instabilidade e, por isso mesmo, sempre que as classes dominantes podem minar a democracia, elas não fogem da tentação (ver o que ocorre em certos países da Europa atualmente, ver também o estilo presidencial do segundo Bush, principalmente no momento da guerra do Iraque etc.). Assim, a democracia é um pouco aparência que exprime o capitalismo como essência, porém é muito mais realidade autônoma que, mais do que exprime, nega aquela essência. A meu ver, é esse segundo aspecto que é, hoje, essencial. Assumamos a luta pela democracia. Articulada com a luta pelo aprimoramento da democracia, ela é a melhor maneira de desmascarar o discurso “democrático” da ideologia conservadora. Depois da experiência totalitária, a noção de democracia ganhou uma relevância que, até então, não possuía. Sem dúvida, ela já aparecia como condição necessária da emancipação, mas não era possível prever exatamente até onde iria o movimento *anti*-democrático (porque o totalitarismo é o *outro* da democracia, não do capitalismo). De um certo modo, o totalitarismo é uma volta ao pré-1789, como se o despotismo tivesse ressurgido com nova face. E também os fundamentalismos, dos quais o mais ativo é hoje o islâmico, podem ser considerados, a meu ver, como uma forma de totalitarismo. Vê-se que a democracia está na ordem do dia. Só que, evidentemente, não se pode ficar no discurso simplesmente democrático. Há que se prolongá-lo por um discurso anti-capitalista. Geralmente se supõe que a exigência democrática e a exigência anti-capitalista se dispõem na forma de duas peças de soma nula: quanto mais democrata alguém seria, tanto menos anti-capitalista, e vice-versa. Como já disse em outro lugar, é preciso, pelo contrário, considerar o programa democrático e o programa anti-capitalista como um jogo em que a soma *não é nula*. Não há

nenhuma razão fundamental para supor que haja aí um jogo de soma nula, senão o fato de que os defensores do sistema adotam um discurso ideológico que explora a ideia de democracia.

A luta contra o capitalismo – é bom ter isto em vista – não é uma luta pelo comunismo, tampouco uma luta contra todo tipo de mercado. No limite, deveríamos ser favoráveis a um regime de circulação simples em oposição a uma economia de acumulação capitalista. Porém mais realista é pensar numa *neutralização* do capital (o que não é tão insignificante como poderia parecer; mesmo uma neutralização não é um programa realizável a muito curto prazo). Neutralizar o capital significa: algum capital subsistiria, mas ao lado de outras formas de organização social da produção. Mais precisamente: algum capital subsistiria, mas sem que ele dominasse a produção, pois se lhe imporiam limites quantitativos e qualitativos. Coisa semelhante se deve pensar em relação ao Estado e à propriedade privada. Mas para cada um deles a resposta é um pouco diferente. No que se refere ao Estado, em parte tratar-se-ia também de neutralizá-lo. Seria necessário democratizar o Estado. Onde for possível, substituí-lo, ou complementá-lo por formas de organização nascidas da sociedade civil. Mas esse é um lado. Há um outro: se não deveríamos propriamente reforçar o Estado, seria preciso dar uma latitude maior às suas possibilidades de intervenção. Esquemáticamente, que houvesse mais intervenção no plano econômico e menos intervenção no plano propriamente social. Quanto à propriedade privada, também não se trata de liquidá-la. Eu diria mesmo, embora correndo o risco de escandalizar, que dentro de limites bem precisos, a propriedade privada é para o indivíduo, tal como ele se constituiu na modernidade, um elemento que favorece a sua liberdade. Por exemplo, não vejo inconveniente maior (pelo contrário, vejo muita vantagem), na ideia de que cada

um deva ser proprietário da casa em que mora. Assim, quer se trate do capital, do Estado ou da propriedade privada, embora por razões diferentes, é razoável supor que de cada um deles deva restar alguma coisa. Isso tudo pode parecer um programa muito tímido, mas não é. E uma boa parte da tradição teórica da esquerda ia nessa direção. Quanto a Marx, se na sua concepção chegaríamos a um tipo de sociedade em que, em princípio, não haveria lugar para nenhum dos três – no que se refere ao que ele chama de “propriedade”, poderia haver, de resto, alguma dúvida – ele sempre insistiu sobre a diferença entre circulação simples e produção capitalista. Marx nunca confundiu uma coisa com a outra, embora supusesse que a primeira deveria *necessariamente* conduzir a esta última. Pensar na possibilidade de que da circulação simples não resultasse o capitalismo, seria utopia “pequeno burguesa”. Daí a exigência simétrica, e para ele não-utópica, do comunismo. Hoje é preciso inverter os sinais dessa argumentação: aquele laço de necessidade entre circulação simples e produção capitalista se tornou problemático (pelo menos, somos levados a pensar na possibilidade de uma ruptura entre os dois termos). E, inversamente, foi o comunismo que se revelou utópico. O comunismo aparece não só como irrealizável mas também como indesejável.

Você criticou muitas vezes os movimentos sociais. Qual é exatamente a sua posição a respeito deles ?

R.F. - Pelo menos nas minhas intenções, critiquei menos os movimentos sociais dos que as direções que eles têm atualmente. De um modo geral, penso que grande parte dos movimentos mais importantes, especialmente no Brasil, são muito marcados pelo populismo. Há quem julgue que isso é secundário. Vou na direção contrária: os traços não democráticos de alguns movimentos sociais podem ser danosos em longo e também em curto prazo. Com o que, não

quero absolutamente dizer que esses movimentos sejam irrelevantes. De qualquer modo, é preciso fazer um grande esforço no sentido de apoiar os movimentos sociais sem fazer qualquer concessão a práticas ou objetivos que não sejam democráticos. Isso não é tarefa simples. Mas estou convencido de que os movimentos sociais poderiam ser radicais, combativos, anti-capitalistas e, ao mesmo tempo, democráticos. E estou convencido também de que a tendência a fechar os olhos diante de fenômenos, como por exemplo a tendência pró-castrista ou pró-chavista de certos movimentos, em nome do realismo ou da luta principal, é um erro que só pode nos levar a desastres maiores ou menores.

A seu ver, já que você vive entre dois países, quais seriam as perspectivas imediatas da esquerda brasileira e da esquerda européia, francesa principalmente?

R.F. - Em termos gerais, já disse o que penso. Mas posso precisar. Quanto ao Brasil: há primeiro um problema complicado de organização. Será possível lutar com os partidos que se tem aí, ou seria preciso fundar um novo partido de esquerda, mesmo se diminuto? Tendo a preferir essa segunda possibilidade, mas a sua realização é laboriosa. No que se refere ao programa, insistiria, entre outras coisas, em que, ao contrário do que dizem alguns, a luta contra a corrupção tem de ter um lugar importante na nossa agenda, entre outras razões porque só assim será possível ganhar uma parte da classe média (o que alguns desprezam, mas me parece essencial).

Quanto à Europa, à França, em especial: Também aqui, embora em termos um pouco diferentes, há um problema de organização. Tenho a esperança de que surgirá, mais tarde ou mais cedo, algum partido, pequeno embora, com um programa de esquerda independente, democrático, anti-capitalista e ecologista. Quanto às saídas imediatas (que, para o caso

brasileiro são muito complicadas), é essencial, no velho continente, começar pressionando a União Europeia no sentido de que mude a política econômica. Sem isso, não se sairá do impasse. Hollande havia prometido formalmente reorganizar os tratados, mas parece que esqueceu da promessa...³

³ Com agradecimento a Leonardo da Hora Pereira. Sem responsabilidade.

“A martelada da revolução”¹: a crítica da democracia burguesa em Rosa Luxemburg²

Michael Löwy³

É conhecida a defesa da democracia socialista e a crítica aos bolcheviques no ensaio de Rosa Luxemburg acerca da Revolução russa (1918). O que é menos conhecido, e frequentemente esquecido, é sua crítica da democracia burguesa, de seus limites, contradições, de seu caráter mesquinho e redutor. Tentaremos seguir esse argumento crítico presente em alguns de seus escritos políticos, entretanto, sem nenhuma pretensão de exaurir a questão.

Para empreender essa discussão partiremos de *Reforma ou Revolução?* (1898), um dos textos fundadores do socialismo revolucionário moderno em que essa problemática é trabalhada de modo mais intenso. Esse brilhante ensaio, obra de uma jovem mulher pouco conhecida à época, é uma síntese única entre a paixão revolucionária e a racionalidade

1 Hammerschlag der Revolution são os termos traduzidos aqui e utilizados por Rosa Luxemburg em *Reforma ou Revolução?* Cf. Rosa Luxemburg, *Gesammelte Werke*. Bd.1. Berlin: Dietz Verlag. 1982.

Disponível em: <https://www.marxists.org/deutsch/archiv/luxemburg/1899/sozr/efrev/> Última consulta em 27/10/2015.(N.T)

2 A versão original deste texto foi publicada na *Revista Margem Esquerda*, nº 26, em 2016, podendo ser acessada no endereço <http://www.boitempoeditorial.com.br/v3/titulos/visualizar/margem-esquerda-nº26>. A cópia reproduzida aqui se deu mediante autorização do autor e tradução de Hélio Alexandre da Silva.

³ Sociólogo. Diretor emérito de pesquisas do Centre National de la Recherche Scientifique – França (CNRS).

discursiva. Rico em ironia e intuições fulgurantes, esse texto permanece, mais de um século depois, surpreendentemente atual, ainda que tenha seus equívocos notadamente em relação à polêmica econômica com Bernstein. Nesse debate Rosa desenvolve algo que poderíamos chamar de fatalismo otimista, isto é, uma crença na inevitabilidade do colapso (Zusammenbruch) do capitalismo. A propósito, vale ressaltar en passant que ainda encontramos posicionamentos semelhantes entre numerosos marxistas que anunciam que a atual crise financeira do capitalismo é a “última” e significa o declínio definitivo do sistema. A esse respeito, parece-me que Walter Benjamin, que conheceu a grande crise de 1929 e suas consequências, formulou a conclusão mais pertinente nesse campo: “A experiência de nossa geração: o capitalismo não morrerá de morte natural” (BENJAMIN, 2000, p.681).

Contudo, no debate acerca da democracia, Rosa Luxemburg se dissocia do otimismo fácil da religião do progresso democrático – a ilusão de uma democratização crescente das sociedades “civilizadas” – dominante a sua época, tanto entre os liberais quanto entre os socialistas. Esse é, ademais, um dos pontos fortes de seu argumento. Vale notar que em sua análise crítica da democracia burguesa não encontramos qualquer traço de economicismo. O que se manifesta aqui, com toda sua força, é o que Lukács designou no ensaio “Rosa Luxemburg marxista”, presente em sua obra História e consciência de classe (1923), como o princípio revolucionário no campo do método, a saber, a categoria dialética de totalidade (LUKÁCS, 1960, p. 48). A questão da democracia é retomada por Rosa Luxemburg pelo ângulo da totalidade histórica em movimento, de tal modo que economia, sociedade, luta de classes, Estado, política e ideologia são momentos inseparáveis do processo concreto.

Dialética do Estado burguês

A aproximação eminentemente dialética do estado burguês e de suas formas democráticas permite à autora contornar tanto as abordagens socioliberais (Bernstein), que negam seu caráter burguês, quanto aquelas produzidas por certo marxismo vulgar, que não consideram a relevância da democracia. Fiel à teoria marxista do Estado, Rosa Luxemburg insiste em seu caráter de classe e acrescenta imediatamente: “É preciso tomar essa afirmação não em um sentido absoluto e rígido, mas em seu sentido dialético”. O que isso significa? De um lado, que o Estado “assume, sem dúvidas, funções de interesse geral no sentido do desenvolvimento social”, mas ao mesmo tempo ele o faz somente “na medida em que o interesse geral e o desenvolvimento social coincidem com os interesses da classe dominante”. A universalidade do Estado é severamente limitada e, em grande medida, negada por seu caráter de classe (LUXEMBURG, 1978a, p. 39).

Outro aspecto dessa dialética é a contradição entre a forma democrática e o conteúdo de classe: “as instituições formalmente democráticas são, quanto ao seu conteúdo, apenas instrumentos dos interesses da classe dominante”. Mas ela não se limita a essa constatação, que é um lócus clássico do marxismo. Rosa Luxemburg não só não despreza a forma democrática, mas mostra que ela pode se colocar em oposição com o conteúdo burguês: “a democracia tem a tendência a negar o seu caráter de classe e transformar-se em um instrumento dos interesses efetivos do povo, as formas democráticas são sacrificadas pela burguesia e por sua representação do Estado” (LUXEMBURG, 1978a, p.43).

A história do século XX é atravessada de um lado ao outro por exemplos desse gênero de “sacrifício”, desde a guerra civil na Espanha até o golpe de Estado no Chile em 1973. Esses eventos não são exceções, mas a regra. Rosa Luxemburg havia

previsto, com uma acuidade impressionante, desde 1898, o que se passaria ao longo do século seguinte.

Contra a visão idílica de história como “progresso” ininterrupto e como evolução necessária da humanidade rumo à democracia e, sobretudo, contra o mito de um liame intrínseco entre capitalismo e democracia, nossa autora opõe uma análise sóbria e sem ilusões acerca da diversidade dos regimes políticos:

O desenvolvimento ininterrupto da democracia que o revisionismo, como o liberalismo burguês, toma como lei fundamental da história humana, ou ao menos da história moderna, se revela quando o examinamos de perto, como uma miragem. Não é possível estabelecer relações universais e absolutas entre o desenvolvimento do capitalismo e a democracia. O regime político é sempre o resultado do conjunto de fatores políticos internos e externos. No interior desses limites, ele apresenta todos os diferentes graus da escala desde a monarquia até a República democrática (LUXEMBURG, 1978a, p.67-8).

Ela não poderia prever, entretanto, que haveria formas estatais autoritárias piores que as monarquias, como os regimes fascistas e as ditaduras militares, que se desenvolveram nos países capitalistas – tanto no centro quanto na periferia – ao longo do século XX. Mas ela teve o mérito de estar entre os intelectuais, no interior do movimento operário e socialista, a desconfiar da ideologia do Progresso (com um “P” maiúsculo) e a tornar evidente a perfeita compatibilidade do capitalismo com formas políticas radicalmente antidemocráticas, visão não compartilhada com importantes liberais burgueses e boa parte da esquerda.

Bernstein, partidário convicto da ideologia do progresso, acreditava na evolução irreversível das sociedades modernas rumo ao aprofundamento da democracia e, porque não, rumo

ao socialismo. Contudo, observa Rosa Luxemburgo, “o Estado, isto é, a organização política e as relações patrimoniais – a organização jurídica do capitalismo – tornam-se cada vez mais capitalistas, e não cada vez mais socialistas...” (LUXEMBURG, 1978a, p.43).

O que se observa, uma vez mais, é que a oposição entre a esquerda e a direita na social democracia corresponde ao antagonismo entre a fé no progresso inelutável dos países “civilizados” e a aposta na revolução social. Não apenas inexistente uma afinidade particular entre a burguesia e a democracia, mas é frequentemente na luta contra essa classe que tem lugar os avanços democráticos:

Na Bélgica, a conquista democrática do movimento operário, o sufrágio universal, é um produto inexorável da fraqueza do militarismo, conseqüentemente, da particular situação geográfica e política da Bélgica sendo, sobretudo, não um “quinhão de democracia” conquistado na luta *por* meio da burguesia, mas *contra* ela (LUXEMBURG, 1978a, p. 67. Grifo da autora).

Esse foi apenas o caso da Bélgica ou uma tendência histórica geral? Rosa Luxemburg parece inclinar-se para a segunda hipótese ao considerar que, a única garantia da democracia é a força do movimento operário:

[...] O movimento operário socialista é, atualmente, o único sustentáculo da democracia, não existe outro. Observa-se então, que não é a sorte do movimento socialista que está ligada à democracia burguesa, mas ao contrário, é a sorte da democracia que está ligada ao movimento socialista. Assim, as chances da democracia não estão ligadas ao fato de que o movimento socialista será suficientemente forte para combater as conseqüências reacionárias da política mundial e da deserção burguesa. Quem deseja o fortalecimento da

democracia deverá desejar também o fortalecimento, e não o enfraquecimento, do movimento socialista; abandonar os anseios socialistas significa abandonar, ao mesmo tempo, o movimento operário e a própria democracia (LUXEMBURG, 1978a, p.70).

Em outras palavras, a democracia é, aos olhos de Rosa Luxemburg, um valor essencial que o movimento socialista deve salvar de seus adversários reacionários, dentre os quais se encontram a burguesia, sempre pronta a trair seus discursos democráticos se os interesses assim exigirem. Temos visto grandes exemplos acerca dessa constatação. O que dizer das “consequências reacionárias da política mundial?” Trata-se, sem dúvidas, de uma referência às guerras imperialistas e/ou coloniais que não deixarão de reduzir os avanços democráticos dos países em conflito. Voltaremos mais à frente a essa problemática.

A afirmação surpreendente de que a sorte da democracia está ligada à sorte do movimento operário e socialista também foi confirmada pela história das décadas seguintes: a derrota da esquerda socialista – graças às suas divisões, seus erros ou sua fraqueza – na Itália, na Alemanha, na Áustria, na Espanha conduziu ao triunfo do fascismo, com o auxílio das principais forças da burguesia, e à abolição de toda forma de democracia durante longos anos – e na Espanha durante décadas.

A relação entre o movimento operário e a democracia é eminentemente dialética: a democracia precisou do movimento socialista e vice-versa. A luta do proletariado precisou da democracia para se desenvolver:

Atualmente a democracia talvez seja inútil, ou mesmo incômoda, para a burguesia; para a classe trabalhadora ela é necessária e mesmo indispensável. Ela é necessária porque cria as formas políticas (autoadministração, direito ao voto etc.) que servirão de trampolim e de sustentação ao

proletariado na luta pela transformação revolucionária da sociedade burguesa. Mas ela é também indispensável porque, apenas lutando pela democracia e exercendo seus direitos, o proletariado tomará consciência de seus interesses de classe e de suas tarefas históricas (LUXEMBURG, 1978a, p.73).

A formulação de Rosa Luxemburg é complexa. Em um primeiro momento ela parece afirmar que é graças à democracia que a classe operária pode lutar para transformar a sociedade. Isso significa que nos países não democráticos essa luta não seria possível? Ao contrário, insiste a revolucionária polonesa, é na luta pela democracia que a consciência de classe se desenvolve. Ela pensa, sem dúvidas, em países como a Rússia czarista – incluindo a Polônia – onde a democracia ainda não existia e a consciência revolucionária se despertava precisamente do interior do combate democrático, o que se verificará alguns anos mais tarde, por ocasião da Revolução russa de 1905. Mas ela pensa também, provavelmente, na Alemanha Guilhermina, em que a luta pela democracia estava distante do fim e encontrava, no movimento socialista, seu principal sujeito histórico. Desse modo, Rosa Luxemburg não despreza as “formas democráticas”, ainda que as diferencie cuidadosamente de sua instrumentalização e manipulação burguesas. Ao contrário, ela une de modo estreito o destino do movimento operário ao da democracia.

Quais são, finalmente, as formas democráticas realmente importantes? Em 1898 ela menciona três de modo particular: o sufrágio universal, a república democrática e a autoadministração. Mais tarde, por ocasião da Revolução russa em 1918 – ela acrescentará às liberdades democráticas: liberdade de expressão, de imprensa e de organização. E o parlamento? Rosa Luxemburg não recusa a representação

democrática enquanto tal, mas desconfia do parlamentarismo em sua forma atual, isto é, ela o considera “um instrumento específico do Estado de classe burguês, um meio de amadurecer e desenvolver as contradições capitalistas” (LUXEMBURG, 1978a, p.43). Ela voltará a esse debate alguns anos mais tarde no contexto da polêmica contra Jaurès e os socialistas franceses, que ela acusa de quererem alcançar o socialismo passando pelo “pântano calmo [...] de um parlamentarismo senil”. A degradação dessa instituição se revela na sua submissão ao poder executivo: “A ideia, ela mesma racional, de que o governo não deve deixar de ser um instrumento da maioria da representação popular é invertida em seu contrário pela prática do parlamentarismo burguês, a saber, na dependência servil da representação popular da manutenção do governante atual”. Ela saúda, nesse contexto, os socialistas revolucionários franceses que compreenderam que a ação legislativa no parlamento – útil para arrancar leis favoráveis aos trabalhadores – não pode, contudo, substituir a organização do proletariado pela conquista, através de meios revolucionários, do poder político (LUXEMBURG, 1971, p.196-228).

Encontramos argumentos análogos em ensaio de 1904 sobre “A social democracia e o parlamentarismo”. Com uma ironia mordaz que tornam suas polêmicas particularmente eletrizantes, ela questiona a “cretinice parlamentar”, ou seja, a ilusão segundo a qual o parlamento é o eixo central da vida social e a força motriz da história universal; no entanto, a realidade é completamente outra. As grandes potências da história mundial atuam, de fato, fora das câmaras legislativas burguesas. Longe de ser o produto absoluto do progresso democrático, o parlamentarismo é uma forma histórica determinada de dominação de classe da burguesia. Ao mesmo tempo, em um movimento dialético – Rosa cita Hegel: com o crescimento do movimento socialista, o parlamento pode

tornar-se “um dos instrumentos mais poderosos e indispensáveis de luta da classe” operária e, enquanto tribuna das massas populares, ele pode ser um lugar de agitação em favor do programa da revolução socialista. Porém, a defesa eficaz da democracia e do próprio parlamento contra as ameaças reacionárias será possível apenas através da ação extraparlamentar do proletariado. A ação direta das massas proletárias “na rua” – por exemplo, na forma de greves gerais – é a melhor defesa frente às ameaças que pesam sobre o sufrágio universal. Numa palavra, o desafio para os socialistas é convencer “as massas trabalhadoras a contar cada vez mais com suas próprias forças e ações autônomas e não mais considerar as lutas parlamentares como o eixo central da vida política” (LUXEMBURG, 1978b, p.25-36). Voltaremos a essa questão.

As contradições da democracia burguesa: militarismo e colonialismo

As democracias burguesas “realmente existentes” se caracterizam por duas dimensões profundamente antidemocráticas e estreitamente ligadas: o militarismo e o colonialismo. No primeiro caso, trata-se de uma instituição, o exército, que é hierárquico, autoritário, reacionário e que constitui uma espécie de Estado absolutista dentro do Estado democrático. No segundo caso, trata-se da imposição de uma ditadura, via forças armadas, aos povos colonizados pelos impérios ocidentais. Como afirma Rosa Luxemburg em *Reforma ou Revolução?*, o caráter de classe do exército obriga o Estado burguês, ainda que democrático, a reforçar cada vez mais sua atividade coercitiva nos domínios que servem apenas aos interesses das burguesia, a saber, “o militarismo e a política aduaneira e colonial” (Luxemburg, 1978a, p.42). A denúncia dessa “atividade coercitiva”, militarista e

imperialista foi um dos principais aspectos da crítica de Rosa Luxemburg ao Estado burguês.

Do ponto de vista capitalista o militarismo tornou-se atualmente indispensável por três motivos:

1º Ele auxilia na defesa dos interesses concorrentes nacionais contra outros grupos nacionais; 2º ele constitui um domínio de investimento privilegiado, tanto para o capital financeiro quanto para o capital industrial e; 3º ele é útil para assegurar a dominação interna de classe diante da população trabalhadora [...] [Dois traços específicos caracterizam o militarismo atual: primeiro] o seu desenvolvimento geral e contínuo em todos os países, pressionados para o crescimento por uma força motriz interna e autônoma, fenômeno ainda desconhecido há algumas décadas; em seguida, a inevitabilidade e o fatalismo da próxima explosão entre os Estados inicialmente envolvidos, os objetos do conflito e todas as outras circunstâncias (LUXEMBURG, 1978a, p.41).

Como se vê, Rosa Luxemburg foi capaz de prever, desde 1898, uma guerra mundial suscitada pela concorrência entre potências capitalistas nacionais e pela dinâmica incontrollável do militarismo. Essa é uma das intuições fulgurantes que atravessam o texto de *Reforma ou Revolução?*, ainda que ela não tivesse sido capaz de prever “as circunstâncias” do conflito.

O militarismo no interior e a expansão colonial no exterior estão intimamente ligados e conduzem ao declínio, degradação e degenerescência da democracia burguesa.

Devido ao desenvolvimento da economia mundial, do agravamento e da generalização da concorrência no mercado mundial, o militarismo e as forças navais, instrumentos da política mundial, tornaram-se fatores decisivos da vida

exterior e interior dos grandes Estados. Contudo, se a política mundial e o militarismo representam uma tendência ascendente da fase atual do capitalismo, a democracia burguesa deve entrar, logicamente, em sua fase descendente. Na Alemanha, a época dos grandes armamentos, que data de 1893, e a política mundial inaugurada pela tomada de Kiautschou, foi compensada por dois sacrifícios pagos pela democracia burguesa: a derrocada do liberalismo e a passagem do Partido do Centro para a oposição (LUXEMBURG, 1978a, p. 69).

Assistimos, no curso do século XX, a outros “sacrifícios” da democracia exigidos pelo militarismo – tanto na Europa (Espanha e Grécia) quanto na América Latina – muito mais graves e dramáticos que os exemplos citados aqui. Entretanto, a análise de Rosa Luxemburg é mais ampla; ela relata que o peso crescente do exército na vida política das democracias burguesas resulta não apenas da concorrência imperialista, mas também de um fator interno às sociedades burguesas – a ascensão das lutas operárias. Em um artigo antimilitarista de 1914, ela sublinha duas tendências profundas que reforçam a preponderância política das instituições militares nos Estados burgueses:

Essas duas tendências são, por um lado, o imperialismo, que provoca um crescimento massivo do exército, o culto da violência militar selvagem e uma atitude dominadora e arbitrária do militarismo frente à legislação; por outro lado, o movimento operário, que conhece um desenvolvimento igualmente massivo, acentua os antagonismos de classe e provocam a intervenção cada vez mais frequente do exército contra o proletariado em luta (LUXEMBURG, 1978c, p.41).

Essa “violência militar selvagem” se exerce no quadro das políticas imperialistas, particularmente sobre os povos

colonizados, submetidos a uma opressão brutal que nada tem de “democrático”. A democracia burguesa produz, na sua política colonial, formas de dominação autocráticas e ditatoriais.

A questão do colonialismo é evocada, porém pouco desenvolvida em *Reforma ou Revolução?*; no entanto, em artigo de 1902 sobre a Martinica, Rosa Luxemburg denunciará os massacres do colonialismo francês em Madagascar, as guerras de conquista dos E.U.A nas Filipinas ou da Inglaterra na África, e mesmo as agressões contra os chineses levadas a cabo em consonância com franceses, ingleses, russos, alemães, italianos e estadunidenses (LUXEMBURG, 1970, p. 250-1).

Ela retornará, frequentemente, aos crimes do colonialismo, em particular em *A Acumulação do Capital*, de 1913. Retomando o fio da crítica implacável da política colonial no capítulo sobre a acumulação primitiva presente no volume I d’*O Capital*, Rosa Luxemburg observa que não se trata de um momento “inicial”, mas de uma tendência permanente do capital: “Aqui não se trata mais de acumulação primitiva; o processo continua até os dias atuais. Cada expansão colonial é necessariamente acompanhada dessa guerra obstinada do capital contra as condições sociais e econômicas dos indígenas, bem como da pilhagem violenta de seus meios de produção e força de trabalho”. Isso resulta na ocupação militar permanente das colônias e na repressão brutal de suas revoltas, como se nota nos exemplos clássicos oferecidos pelo colonialismo inglês na Índia e o francês na Argélia (LUXEMBURG, 1990, p. 318-319). Na realidade, essa acumulação primitiva permanece ainda hoje no século XXI, ainda que seus métodos sejam distintos do colonialismo clássico, embora não menos ferozes.

Rosa Luxemburg menciona também, em *A Acumulação do Capital*, o caso que poderíamos chamar de colonialismo interno da maior democracia burguesa moderna, os E.U.A.

Com a ajuda das estradas de ferro, no contexto da grande conquista do oeste, eles expulsaram ou exterminaram os indígenas com armas de fogo, aguardente e sífilis, aprisionando os sobreviventes como bestas selvagens em “reservas” (LUXEMBURG,1990, p.344-350). Esses e tantos outros exemplos ajudam a ilustrar o caráter trágico das contradições da “democracia burguesa”.

Democracia e conquista do poder: o golpe de martelo da revolução

Voltemos ao texto *Reforma e Revolução?* para examinar agora o problema da relação entre democracia e conquista do poder. Bernstein e seus amigos “revisionistas” acreditavam na possibilidade de transformar a sociedade de modo gradual, isto é, no quadro das instituições da democracia burguesa, notadamente o parlamento, que poderia fazer, no longo prazo, a social democracia tornar-se majoritária. Contudo, por razões que já mencionamos acima, Rosa Luxemburg rejeita tal estratégia.

Marx e Engels jamais colocaram em dúvida a necessidade da conquista do poder político pelo proletariado. Coube a Bernstein considerar o pântano do parlamentarismo burguês⁴ como instrumento chamado a realizar a transformação social mais formidável da história, a saber, a transformação das estruturas capitalistas em

⁴ A tradução brasileira traz: “Coube a Bernstein considerar o galinheiro do parlamentarismo burguês...” Cf. LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma Social ou revolução?* In: *Rosa Luxemburgo: textos escolhidos*. Trad. Stefan Fornos Klein. Organização e revisão Isabel Loureiro. São Paulo: Editora Unesp, 2011. p. 74 (N.T).

estruturas socialistas (LUXEMBURG, 1978a, p.77).

Essa conquista revolucionária do poder será democrática não porque ela se realizará no quadro de instituições da democracia burguesa, mas porque ela será a ação coletiva da grande maioria popular: “é essa toda a diferença entre o golpe de Estado de estilo blanquista, realizado por “uma minoria atuante”, desencadeado em um momento qualquer e, de fato, sempre de maneira inoportuna, e a conquista do poder político pela grande massa popular consciente” (LUXEMBURG, 1978a, p.77). Continuando sua polêmica, ela ironiza acerca da *démarche* reformista de Bernstein e expõe um argumento capital para justificar a necessidade de uma ação revolucionária:

Fourier inventou a fantástica forma de transformar, graças ao sistema de falanstérios, toda a água dos mares do mundo em limonada. Mas a ideia de Bernstein de transformar, lançando progressivamente no mundo garrafas de limonadas reformistas, o mar da amargura capitalista em água doce socialista, é também mais trivial, mas não menos fantástica. [E continua:] As relações de produção da sociedade capitalista aproximam-se cada vez mais das relações de produção da sociedade socialista. Contudo, suas relações políticas e jurídicas constroem entre a sociedade capitalista e a sociedade socialista um muro cada vez mais alto. Nesse muro, nem as reformas sociais, nem a democracia lhe abrirão brechas mas, ao contrário, elas contribuirão para sua solidificação e consolidação. O que pode abatê-lo é exclusivamente a martelada da revolução, *ou seja, a conquista do poder político pelo proletariado* (LUXEMBURG, 1978a, p.44. grifos meus).

A imagem da “martelada” conduz imediatamente a refletir sobre a afirmação de Marx nos escritos acerca da Comuna de Paris (1871), quando ele trata da necessidade de o proletariado revolucionário, “romper” com o aparelho de Estado capitalista. A ideia é essencialmente idêntica, ainda que Rosa Luxemburg não cite esses textos de Marx. Esse “golpe de martelo” é tanto mais indispensável se considerarmos o lugar crescente do militarismo e do Exército no sistema político. Em que consiste, concretamente, esse “golpe”? Por quais meios é possível realizar essa conquista do poder? Qual estratégia ou tática revolucionária propõe Rosa Luxemburg? Esse não é um tema desenvolvido em Reforma ou Revolução?. Porém, aqui ou acolá, ela deixa entender que os métodos revolucionários “clássicos” – insurreição, as barricadas – não estão excluídos. Ora, não apenas os revisionistas, mas a direção do Partido Social Democrata Alemão se refere, insistentemente, ao prefácio redigido por Engels em 1895, por ocasião da reedição da obra de Marx, A luta de classes na França. Nesse texto, o velho dirigente parece considerar que esses métodos de luta tornaram-se ultrapassados graças ao progresso da arte militar – os canhões e os fuzis modernos – e oferecem uma vantagem estratégica ao Exército.

De fato, o texto original de Engels é bem menos categórico; a versão publicada é consideravelmente “nuançada” pela direção do Partido – o que Rosa Luxemburg ignorava. Engels mostrou-se indignado com essa manipulação e em uma carta a Kaustky, de 1º de abril de 1895, ele escreve: “para meu espanto, eu vi hoje no Vorwärts um trecho de minha introdução reproduzida sem o meu conhecimento e organizado de tal modo que eu apareço como um amante pacífico da legalidade a qualquer custo. Por isso, eu desejaria que a introdução fosse publicada sem cortes na *Neue Zeit*, com intuito de que essa impressão vergonhosa seja desfeita”.

Friedrich Engels faleceu alguns meses mais tarde e o texto integral jamais foi publicado na *Neue Zeit*, tampouco na reedição do livro de Marx. Foi necessário esperar a Revolução de Outubro para que ele fosse enfim publicado durante os anos 1920.⁵

Vejamos aqui a resposta de Rosa Luxemburg ao argumento “legalista”:

Quando Engels em seu Prefácio à Luta de classes na França revisa a tática do movimento operário moderno, opondo as barricadas à luta legal, ele não aponta – e cada linha desse prefácio demonstra isso – o problema da conquista definitiva do poder político, mas aquele da luta cotidiana atual. Ele não analisa a atitude do proletariado frente ao Estado capitalista no momento da tomada do poder, mas sua atitude no quadro do Estado capitalista. Em uma palavra, Engels dá as diretivas ao proletariado oprimido e não ao proletariado vitorioso (LUXEMBURG, 1978a, p.75-76).

De fato, essa interpretação é bem discutível; ela não deixa, para Engels, qualquer dúvida acerca do papel das barricadas na “luta cotidiana atual”. O que é interessante nessa passagem é a atitude da autora de Reforma ou revolução? quanto à questão dos métodos de luta “armada”, “insurrecional”, “ilegal” – métodos tradicionais de revoluções de 1789 a 1871 – que ela recusa excluir do arsenal político do proletariado. Ela não estava equivocada porque todos os grandes combates revolucionários do século XX, vitoriosos ou vencidos, as duas Revoluções russas (1905-1917), a Revolução mexicana (1910-1919), a Revolução alemã (1918-1919), a Revolução espanhola (1936-37) e a Revolução cubana (1959-1961), para citar alguns

⁵ Sobre essa questão vale o comentário feito por Emile Bottigelli em: MARX, Karl, *La Lutte de Classes en France 1848-1850*, Paris: Editions Sociales, 1948, 9-20.

exemplos, se utilizaram de métodos “ilegais” e “extraparlamentares”.

Mas o método revolucionário que tem Rosa Luxemburg a seu favor é, como sabemos, a greve de massas – essa “forma natural e espontânea de toda grande ação revolucionária do proletariado”. De fato, trata-se de um movimento que possui uma diversidade abundante de iniciativas de luta, a saber, greves econômicas e políticas, greves de demonstração ou de combate, greves de massas ou greves parciais, lutas reivindicativas pacíficas ou batalhas de rua, combates de barricada – “um oceano de fenômenos eternamente novos e flutuantes”. Ademais, a greve de massas não “substitui ou torna supérfluos os enfrentamentos diretos e brutais na rua”; entretanto, a experiência russa de 1905 mostra que o “combate de barricadas, o enfrentamento direto com as forças armadas do Estado, constituem na revolução atual apenas uma fase do processo da luta de massa proletária” (LUXEMBURG, 1976, p. 127-8). O enfrentamento não é eliminado, mas deslocado para o ponto culminante da luta, aquele que lhe confere, evidentemente, um papel mais relevante.

Rosa Luxemburg voltará a esses textos de Engels – na versão edulcorada pela direção do Partido Social democrata, a única conhecida a sua época – que decididamente lhe trouxe algum embaraço em seu discurso por ocasião do Congresso de fundação da Liga *Spartakus* (*Spartakusbund*) em dezembro de 1918. Nesse momento, não era o caso de pretender, como em 1898, que a Introdução de 1895 se referia apenas à “luta cotidiana atual”: “Com todos os conhecimentos de especialistas que ele dispunha no âmbito de seu domínio da ciência militar, Engels nos demonstra aqui [...] que é inócuo acreditar que o povo trabalhador possa fazer revoluções de rua e lograr-se vitorioso”. Ele estava equivocado, e esse documento serviu, observa Luxemburg, para reduzir a atividade do Partido exclusivamente ao terreno parlamentar.

Sem excluir uma “utilização revolucionária da Assembleia nacional” como tribuna, ela enxerga na tomada do poder pelos conselhos de trabalhadores e soldados, como na Rússia em outubro de 1917, o caminho a seguir (LUXEMBURG, 1976b, p.106-108).

Rosa Luxemburg não oferece receita; ela produz a partir da inventividade do movimento revolucionário, ela se limita a essa simples constatação: “a democracia é indispensável, não por tornar supérflua a conquista do poder político por parte do proletariado; mas, inversamente, por tornar essa conquista do poder necessária tanto quanto a única possível” (LUXEMBURG, 1978a, p.75). Ora, essa conquista do poder passa por uma ruptura institucional, um processo radical de subversão capaz de derrubar o muro jurídico e político do Estado capitalista, ou seja, o “golpe de martelo” da revolução.

Democracia socialista e democracia burguesa

Não vamos discutir aqui a questão da democracia no socialismo, algo que escapa à especificidade da temática aqui proposta. O que nos interessa é o que Rosa Luxemburg escreve, em seu texto sobre a Revolução russa, acerca da democracia burguesa. Vale destacar que no manuscrito de 1918 a crítica fraternal dos equívocos dos bolcheviques no campo da democracia não significa, em nenhuma hipótese, a adesão de Luxemburg à democracia burguesa. Isso é afirmado explicitamente pela autora: a tarefa histórica do proletariado é “criar a democracia socialista no lugar da democracia burguesa”. Vejamos mais de perto seu argumento em polemica com Trotsky:

“Como marxistas, nunca fomos idólatras da democracia formal”,
escreve Trotsky. Certamente, nunca fomos idólatras da

democracia formal, também nunca fomos idólatras do socialismo ou do marxismo. Deve-se concluir daí que devemos, à maneira de Cunow-Lensch-Parvus, jogar o socialismo ou o marxismo no quarto de arrecadação quando nos atrapalha? Trotsky e Lenin são a resposta negativa viva a essa pergunta. Nunca fomos idólatras da democracia formal só pode significar uma coisa: sempre fizemos distinção entre o núcleo social e a forma política da democracia burguesa, sempre desvendamos o áspero núcleo de desigualdade e de servidão sociais escondido sobre o doce invólucro da igualdade e da liberdade formais – não para rejeitá-las, mas para incitar a classe operária a não se contentar com o invólucro, incitá-la a conquistar o poder político para preenchê-lo com um conteúdo social novo. A tarefa histórica do proletariado, quando toma o poder, é instaurar a democracia socialista no lugar da democracia burguesa e não suprimir toda democracia (LUXEMBURG, 1991, p. 95-6. Grifos da autora).

Rosa Luxemburg retoma aqui a distinção “clássica”, já presente em Reforma ou revolução?, entre a forma democrática – igualdade e liberdades – e o conteúdo burguês – desigual e liberticida. Porém, dessa vez a autora aponta claramente a solução, a saber, nem democracia burguesa, tampouco ditadura de uma elite revolucionária, mas uma democracia socialista com um conteúdo social novo. Luxemburg prevê, desde 1914, a intervenção do “Exército contra o proletariado em luta”. Como sabemos, em janeiro de 1919, Rosa Luxemburg, Leo Jogisches, Karl Liebknecht e tantos outros spartakistas foram assassinados, vítimas dessa “violência militar selvagem” que ela havia denunciado. Isso ocorreu no contexto de uma respeitável democracia (burguesa) constitucional. O que Luxemburg não havia previsto, mesmo em seus piores pesadelos, é que esses assassinatos políticos, levados a cabo por militares contra-

revolucionários, ocorreriam sob a égide de um governo dirigido pelo SPD, o Partido Social Democrata Alemão.

Referências

BENJAMIN, Walter. *Paris capitale du XIX siècle. Le livre des passages*. Paris: Ed. Du Cerf, 2000. (. BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Belo Horizonte/São Paulo: Editora UFMG/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006).

LUKÁCS, Georg. *Histoire et conscience de classe*. Paris: Ed De Minuit, 1960. (Trad. Brasileira. LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe*. São Paulo: Martins Fontes, 2003).

LUXEMBURG, Rosa. *Martinique*. *Gesammelte Werke 1/2*. Berlin: Dietz Verlag, 1970.

_____. *Le socialisme em France 1898-1912*. Paris: Belfond, 1971.

_____. *Grève de masses, parti et syndicat*. *Œuvres I*, Paris: Maspero, 1976. (LUXEMBURGO, Rosa. *Greve de massas, partido e sindicatos*. In: LOUREIRO, Isabel (Org.). *Rosa Luxemburgo: textos escolhidos*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.).

_____. *Notre programme et la situation politique*. *Œuvres I*, Paris: Maspero, 1976b.

_____. *Réforme ou Révolution?* In: LUXEMBURGO, Rosa. *Oeuvres I*, Paris: Ed.Maspero, 1978a. (LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma Social ou revolução?*. In: LOUREIRO, Isabel (Org.). *Rosa Luxemburgo: textos escolhidos*. São Paulo: Editora Unesp, 2011).

_____. *Social-démocratie et parlementarisme*. In: LUXEMBURGO, Rosa. *L'État bourgeois et la Révolution*. Paris: Petite collection La Brèche, 1978b.

_____. *Le revers de la médaille*. In: *L'État bourgeois et la Révolution*. Paris: Petite collection la Brèche, 1978c.

_____. *Die Akkumulation des Kapitals*. In: LUXEMBURGO, Rosa. *Gesammelte Werke 5*. Berlin: Dietz Verlag, 1990. (Trad.

Brasileira. LUXEMBURGO, Rosa. *A Acumulação do capital: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970).

_____. *A Revolução Russa*. Petrópolis: Editora Vozes, 1991.

A atualidade da tensão entre capitalismo e democracia: para além do modelo habermasiano

Leonardo Jorge da Hora Pereira¹

Introdução

A tese de que o tema da democracia é praticamente onipresente na obra de Jürgen Habermas não parece suscitar muita resistência. De fato, as suas análises acerca da noção de esfera pública, assim como seus trabalhos em torno de uma ética do discurso e de uma democracia deliberativa, já se tornaram clássicos no campo da ética e da filosofia política contemporânea. No entanto, as pesquisas sobre este tema maior do pensamento do filósofo alemão costumam girar em torno de elementos de natureza mais *normativa*. É assim que diversas análises sobre a possibilidade de uma esfera pública autônoma, sobre o caráter procedimental que os processos democráticos de formação da vontade política deveriam assumir, sobre uma teoria discursiva do direito, sobre a discussão em torno do princípio de universalização ou sobre as relações entre pragmática formal e racionalidade comunicativa ganham relevância.

Contudo, o que costuma ser pouco ressaltado é que se observarmos atentamente o modo pelo qual o modelo crítico habermasiano foi paulatinamente se constituindo e adquirindo contornos mais precisos no curso do percurso intelectual do autor, veremos que ele pressupõe um certo

¹ Doutor em Filosofia pela Université Paris 10 Nanterre. Professor Adjunto da UFBA.

diagnóstico do capitalismo tardio e mais ainda uma certa perspectiva de como lidar com as patologias e crises geradas por esse modo de organização social e econômico. Tal preocupação existe desde pelo menos 1961, tal como se pode constatar em *Student und Politik* (O estudante e a política)². É assim que o problema da tensão que se estabelece entre capitalismo e democracia, isto é, o problema de saber até que ponto o funcionamento do primeiro atravança ou permite que dinâmicas de formação democrática da vontade política se disseminem no âmbito político, adquire centralidade no pensamento de Habermas³.

A solução que Habermas dá para este problema a partir dos anos 80, com a publicação de, entre outras obras, *Teoria da ação comunicativa*, constitui um momento importante e bastante influente para as gerações de teóricos críticos que sucederam o filósofo alemão. Pois ao pressupor a domesticação do capitalismo e sua possível compatibilidade (ainda que tensa) com a democracia efetiva, Habermas abriu espaço para um tratamento mais consistente dos valores democráticos gestados tanto na tradição liberal quanto na republicana. A teoria crítica passa então a considerar a “democracia liberal” e o Estado de direito não mais como meras “ilusões burguesas” que devem ser superadas pelo socialismo, tal como na tradição marxista clássica, mas sim como conquistas da modernidade que devem ser aprofundadas

² Para mais detalhes, ver DA HORA PEREIRA, L., “Student und Politik e as origens da segunda geração da teoria crítica: Habermas e o diagnóstico do capitalismo tardio nos anos 60”, *Philosophos - Revista de Filosofia*, [S.l.], v. 20, n. 1, p. 185-215, ago. 2014.

³ Na minha dissertação de mestrado eu desenvolvi este ponto com mais detalhe. Cf. DA HORA PEREIRA, L., *A noção de capitalismo tardio na obra de Jürgen Habermas: em torno da tensão entre capitalismo e democracia*, dissertação de mestrado, Unicamp, 2012.

e radicalizadas pelos movimentos progressistas, de esquerda. Tal posição se reforça com o surgimento dos chamados “novos movimentos sociais”, movimentos que buscam não mais necessariamente superar a ordem econômica e social capitalista, mas procuram sobretudo o reconhecimento, proteção ou restauração de formas de vida. Tem-se então uma pluralização dos sentidos de emancipação, que não se resume mais à superação do capitalismo e da propriedade privada. Desde então, o foco dos teóricos críticos ligados à herança habermasiana se deslocou da crítica do capitalismo em direção à análise dos potenciais emancipatórios inscritos em recursos e mecanismos jurídicos e institucionais já disponíveis na modernidade política, tais como os direitos humanos, o Estado democrático de direito, a esfera pública etc⁴.

No entanto, tendo em vista a evolução recente das dinâmicas capitalistas, a questão que se coloca é se esse modelo habermasiano e pós-habermasiano pode ainda dar conta, no campo da teoria crítica, dos problemas postos por essa tensão entre capitalismo e democracia, que se tornou ainda mais aguda nos últimos tempos.

Neste capítulo, gostaríamos de apresentar e questionar esse modelo à luz das transformações pelas quais o capitalismo passou desde os anos 80. Bem entendido, não se trata aqui de subestimar a importância ou os ganhos de mecanismos como os direitos humanos, de espaços sociais como a esfera pública, ou de concepções normativas de democracia participativa e deliberativa. Trata-se muito menos de fazer uma profissão de fé marxista ortodoxa. Entendemos, contudo, que um dos pressupostos sobre o qual tal modelo se assenta, qual seja, o da viabilidade da domesticação a longo prazo do capitalismo, se

⁴ Para uma exposição sistemática desta transformação de paradigma no seio da teoria crítica, ver BENVENISTE, S. *Critique, norm and utopia*. New York: Columbia University Press, 1986

deteriorou bastante já a partir dos anos 90, de modo que é preciso repensar suas próprias bases, isto é, o ancoramento deste modelo no real, já que em teoria crítica não basta uma norma bem construída, é preciso uma crítica imanente do objeto, isto é, uma crítica dos *obstáculos* que se interpõem aos *potenciais* emancipatórios já inscritos de alguma maneira no real, o que só é possível através da elaboração de *diagnósticos* de tempo⁵.

A tensão entre capitalismo e democracia na obra madura de Habermas

A partir da década de 80, período no qual Habermas publica sua obra madura, notadamente a *Teoria da Ação Comunicativa*, marca uma virada importante na tradição teórica fundada pela assim chamada “Escola de Frankfurt” (que contava com autores como Horkheimer, Adorno e Marcuse) e continuada principalmente pelo próprio Habermas. Com efeito, segundo a interpretação aqui proposta, nesta fase ocorre uma inflexão na posição habermasiana acerca da relação entre democracia efetiva e capitalismo. Se até *Legitimationsprobleme im Spätkapitalismus* (*Problemas de legitimação no capitalismo tardio*), obra de 1973, esses dois princípios de organização social apareciam como, em última análise, incompatíveis (apesar das conquistas formais da democracia liberal), na medida em que a despolitização das massas era vista como uma necessidade estrutural do sistema político-econômico, a partir dos anos 80 – notadamente na sua obra máxima, *Teoria da ação comunicativa* (1981) – Habermas passa a enfatizar os excessos do sistema como a principal causa

⁵ Para uma explicação bastante clara deste “procedimento” típico da teoria crítica, ver NOBRE, M., *A teoria crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

da falta de processos democráticos de formação da vontade política. A diferença pode parecer por vezes sutil, porém ela é fundamental. O capitalismo e a administração burocrática articulada a ele ainda são vistos como os vetores da despolitização, porém o problema deixa de se localizar no núcleo de tais instituições. A contradição fundamental expressa pela apropriação privada da produção socializada, assim como a burocratização do aparelho estatal que lhe é correspondente no capitalismo tardio, deixa de ser o obstáculo fundamental para uma teoria da democratização (capital x democracia). A economia capitalista e o poder estatal burocratizado ganham seu “espaço legítimo” dentro das sociedades complexas e funcionalmente diferenciadas. O problema maior passa a ser o “avanço ilegítimo” desses dois mecanismos sobre domínios de ação reservados ao mundo da vida. Isto é, se antes ele já criticava o chamado “paradigma da produção”, agora ele se afasta ainda mais de Marx e termina por acatar o diagnóstico de Max Weber segundo o qual se deve reconhecer as vantagens funcionais de um capitalismo caracterizado por uma economia de mercado e por um Estado burocratizado diferenciados sistemicamente:

Eu considero mais elegante e plausível dar ao capitalismo aquilo que ele é, isto é, aquilo que ele efetivamente realizou graças ao seu nível de diferenciação e sua capacidade de regulação. Demos então um golpe no nosso coração marxista: o capitalismo foi completamente bem sucedido, ao menos no campo da reprodução material, e ele ainda o é (HABERMAS, 1985, p. 194).

No momento da queda do muro de Berlim, Habermas fala da atualidade da ideia de socialismo e revela toda a sua crença, ainda que com ressalvas, no Estado social da Europa

ocidental enquanto *último horizonte institucional* de organização das sociedades ditas complexas e enquanto único objeto de crítica possível por parte da teoria crítica da sociedade:

A esquerda não-comunista não tem motivo algum para a depressão. Pode ser que alguns intelectuais da RDA tenham primeiramente de se adaptar a uma situação em que a esquerda da Europa ocidental se encontra há décadas – ter de transformar as idéias socialistas em autocrítica *radicalmente reformista* de uma sociedade capitalista que, juntamente com suas fraquezas, desenvolveu suas forças nas formas de uma democracia de massas do Estado social e democrático de direito. Depois da falência do socialismo de Estado, *essa crítica é o único buraco de agulha através do qual tudo tem de passar* (HABERMAS, 1990, p. 203)⁶.

Mas o que significa exatamente a proposta de tornar o Estado social mais reflexivo? Trata-se fundamentalmente de transformar a relação entre Estado e sociedade, a fim de forçar os mecanismos auto-referenciais do Estado e da economia a considerar a auto-determinação das esferas públicas democraticamente constituídas. Esta alternativa permitiria a superação da velha dicotomia entre reforma e revolução através de uma democratização radical do Estado de Bem-estar. O que está em jogo aqui é a tarefa de completar o projeto de domesticação e de regulação iniciadas no pós-guerra. Isto é, se o “meio poder” não é neutro, então não apenas a economia, mas também o Estado deve ser domesticado:

Se agora não mais apenas o capitalismo, mas o próprio Estado intervencionista precisa ser ‘socialmente

⁶ Grifo nosso. Tradução tirada de MELO, R. S., “A crítica de Habermas ao paradigma “produtivista” como orientação emancipatória da esquerda”, p. 69.

controlado', complicou-se consideravelmente a tarefa. Pois agora aquela combinação de poder e autolimitação inteligente não pode mais ser confiada à capacidade estatal de planejamento (HABERMAS, 1985, p. 156).

É assim que Habermas introduz o seu modelo de um *equilíbrio na divisão de poderes* no seio da integração societal: os meios dinheiro, poder e solidariedade devem se encontrar numa relação balanceada:

Sociedades modernas dispõem de três recursos através dos quais elas podem satisfazer a sua necessidade por regulação: dinheiro, poder e solidariedade. Suas esferas de influências devem ser levadas a um novo equilíbrio. Com isso quero dizer: o poder sócio-integrativo da solidariedade deveria poder se afirmar sobre os poderes dos outros dois recursos de regulação, dinheiro e poder administrativo. Aqueles âmbitos da vida, que se especializaram na transmissão de valores tradicionais e saber cultural, na integração de grupos e na socialização de adolescentes, desde sempre se basearam na solidariedade. Da mesma fonte deveria também beber uma formação política da vontade que deve influenciar a demarcação de fronteiras e o intercâmbio entre estes domínios de vida estruturados comunicativamente de um lado, e o Estado e a economia de outro (HABERMAS, 1985, p. 158).

Como nós podemos claramente constatar, agora o modelo normativo habermasiano aposta numa compatibilidade entre economia capitalista, Estado burocratizado e espaços de auto-determinação estruturados comunicativamente. Em resumo, trata-se da compatibilidade entre democracia radical e capitalismo tardio no seio de sociedades complexas e altamente diferenciadas.

Uma questão colocada por Michael Löwy (1999, p. 81) permite evidenciar tais transformações no pensamento habermasiano:

Quais conclusões políticas se pode tirar desta crítica? Trata-se simplesmente de proteger o mundo da vida – a esfera da interação simbólica humana – das invasões da racionalidade instrumental ou é preciso que as questões econômicas, elas mesmas, sejam submetidas ao controle do mundo vivido, enquanto objeto de um livre debate público e de decisões democráticas? Esta questão – de fato, o núcleo racional do socialismo, como planejamento democrático – *recebe uma resposta positiva* no trabalho mais “radical” de Habermas, *Problemas de legitimação no capitalismo tardio* (1973), que esboça uma crítica muito pertinente dos limites da democracia no capitalismo [...] Entretanto, encontramos uma abordagem bastante diferente dessas questões no seu *opus major* mais sistemático, *A teoria da ação comunicativa* [...] Modesto, Habermas só pretende proceder a uma “reconstrução” do materialismo histórico marxiano e do diagnóstico weberiano da modernidade, mas de fato ele formula uma nova teoria, extraindo bastante de Durkeim, Parsons e Luhmann. Isto leva a uma diminuição considerável do radicalismo da primeira Teoria Crítica, e a um tipo de reconciliação com as normas da modernidade “realmente existente”.

Isto é, Habermas deixa de defender uma posição próxima do “núcleo racional do socialismo democrático”⁷ para assumir

⁷ Löwy cita ainda uma importante passagem da obra de 1973, na qual Habermas explicita que o debate democrático livre de dominação deveria levar à consciência os problemas e contradições da apropriação privada da mais-valia no contexto de uma produção socializada, de modo que o sistema administrativo do capitalismo tardio seria *incompatível* com uma democracia efetiva: “A

uma postura mais defensiva e “conformada”. Em relação a esse ponto, Löwy prossegue mostrando que “entretanto, *contrariamente às teses esboçadas em Problemas de legitimação no capitalismo tardio*, Habermas parece agora considerar a burocratização e a economia mercantil como formas necessárias da modernização. Para Habermas [a partir de 1981], a economia de mercado capitalista e a burocracia são portanto formas “normais” da modernidade: só se pode falar de “patologia” quando a racionalidade instrumental transgride as fronteiras dos sistemas e penetra na esfera da reprodução simbólica, isto é, quando o dinheiro e o poder entram nos domínios que implicam a compreensão mútua, ou, em outras palavras, quando os imperativos dos subsistemas autônomos “colonizam” o mundo vivido da comunicação” (LOWY, 1999, p. 82).

Assim, como temos insistido, o modelo normativo deixa de apontar para uma superação do modo capitalista de produção e de organização social e propõe doravante uma “nova divisão de poderes” (HABERMAS, 2002, p. 505) em que os dois mecanismos sistêmicos conviveriam de modo balanceado e mediante o estabelecimento de “traçados de fronteira”, com o mecanismo “solidariedade” de coordenação social.

Talvez o que dificulte a compreensão dessa inflexão no percurso intelectual habermasiano seja o fato de que ele

participação dos cidadãos nos processos políticos de formação da vontade, quer dizer a democracia concreta, deveria levar à consciência a contradição entre a produção, administrativamente socializada, e, como sempre, a apropriação e utilização da mais-valia que permanecem assuntos privados. Para subtrair esta contradição à tematização, o sistema administrativo deve ser autônomo o suficiente em relação à formação da vontade legitimante” (HABERMAS 1973, p. 55).

continua a trabalhar com praticamente todos os temas de antes. A diferença na construção do argumento é não raramente de ênfase. Ele continua a falar de “modernidade”, “capitalismo tardio”, de “crises”, de contradição, de críticas a alguns aspectos do capitalismo, de “ética comunicativa”, de “esfera pública” e até mesmo de “socialismo”. No entanto, muitos desses termos são ressignificados, assim como uns passam ao primeiro plano e outros ocupam doravante uma posição secundária. Em todo caso, a nosso ver, a *ruptura* em termos de relação entre capitalismo e democracia é inegável.

Podem-se destacar pelo menos dois fatores explicativos para essa mudança de posição. O primeiro seria a aceitação mais efetiva de argumentos de matriz weberiana ou da teoria dos sistemas, segundo os quais os âmbitos sistêmicos funcionalmente diferenciados da economia capitalista e da administração burocrática possuem valor funcional intrínseco ou genuíno (isto é, independentes da estrutura de classes), e trazem vantagens do ponto de vista da eficácia na consecução da reprodução material da sociedade (HABERMAS, 2002, p. 95). Assim, qualquer tentativa de “desdiferenciar” tais domínios de ação e intervir diretamente no seu funcionamento interno corresponderia a um retrocesso do ponto de vista da evolução social. Até porque, à luz das experiências fornecidas pelo “socialismo realmente existente”, Habermas dá razão a Weber em relação ao seu prognóstico, segundo o qual “[...] a abolição do capitalismo privado não significaria de modo algum uma destruição da redoma de aço do trabalho industrial moderno” (HABERMAS, 2002, p. 101).

O segundo fator seria a percepção de que a dinâmica atual dos chamados “novos movimentos sociais” não é mais orientada em função da velha política redistributiva, mas sim por uma busca de maior “autonomia das formas de vida”. Assim, os protestos anti-capitalistas perdem força e dão lugar

a mobilizações tão variadas (como a luta por identidades nacionais, anti-racismo, feminismo, direito dos homossexuais etc.) que não podem ser reduzidas a um único sentido de emancipação (MELO, 2009). Nesse contexto, a repolitização da esfera pública não poderia ser pensada exclusivamente, e nem mesmo prioritariamente, em função das lutas anti-capitalistas.

A complexidade, de um lado, e a pluralidade, de outro, são características marcantes das sociedades ocidentais avançadas, e a Teoria Crítica deve estar à altura do seu tempo. Nesse caso, a teoria da democratização precisa se rearticular em função dos atuais focos de potenciais emancipatórios e repensar a sua relação com o capitalismo tardio. Por isso, excluindo a fase que vai até 1973, concordamos com Tomberg ao indicar que a pretensa solução “reformista” e ao mesmo tempo radicalmente democrática de Habermas decorre de sua decisão tomada perante um dilema político fundamental que se reflete na solução conceitual (dualista) de sua teoria:

Se não deve ser possível que o sistema capitalista, por falta de crescimento, entre em uma crise em que ele tem de se partir, se com isso a emancipação do mundo da vida pressupõe a existência continuada do sistema capitalista e este só for possível segundo um crescimento constante, então a conclusão necessária seria aquela colonização por meio da qual a emancipação do mundo da vida seria anulada. A conservação de um mundo da vida autônomo e o capitalismo tardio colonizador se contradizem mutuamente e exigem uma decisão, da qual Habermas não se esquiva. Contudo, ele tem de se decidir tanto por um quanto pelo outro. Ele aceitou o caráter definitivo do capitalismo, que entretanto tem de ser concebido somente como capitalismo tardio, como compromisso do Estado social, e ainda se mantém em um mundo da vida que deve fornecer o espaço para as intenções de uma democracia radical e do socialismo” (TOMBERG, 2003, p. 335 – Grifo meu).

Do ponto de vista da estratégia teórica, Habermas retoma e desenvolve na TAC o expediente da crítica da razão e da racionalização. Com efeito, desde a primeira geração da teoria crítica, o modelo crítico “se dá nos termos de uma *crítica da razão*. A explicação disso se encontra em Max Weber e em Georg Lukács: a modernização capitalista pode ser vista, segundo esses autores, como um processo de racionalização crescente, isto é, um processo pelo qual a sociedade se estrutura e se reproduz segundo critérios tidos por racionais. É por isso que *a crítica filosófica da razão coincide com uma crítica social da realidade moderna*” (REPA, 2012). Nesse contexto, aparece a ideia de uma crítica da razão instrumental. No entanto, para Habermas, a crítica da razão instrumental só ganha sentido pleno se acompanhada de uma ampliação do conceito de racionalidade. Só é possível criticar o predomínio da racionalidade instrumental se o critério da crítica é um conceito de razão que vai além da relação meios e fins. Contudo, essa ampliação do conceito de racionalidade conduz à uma ampliação do conceito de racionalização, que não deve se limitar a um processo de reificação, como em Lukács e na primeira geração da teoria crítica. É assim que na sua *Teoria da ação comunicativa* (TAC) vemos se desenvolver um modelo complexo e não-seletivo de racionalização a partir de uma crítica imanente ao pensamento weberiano (HABERMAS, 1981, p. 321-6). Uma teoria da modernidade, e não tanto das crises do capitalismo, é o que passa ao primeiro plano. É aqui também que a teoria dual da sociedade recebe sua formulação definitiva com o par conceitual mundo da vida e sistema.

A era neoliberal e a necessidade de renovação do diagnóstico

É evidente que muita coisa mudou desde a publicação da TAC, sobretudo o capitalismo. Com efeito, o modelo crítico apresentado por Habermas na TAC está, grosso modo,

baseado em um diagnóstico do capitalismo – notadamente o europeu – marcado por elementos estruturais, como o Estado de bem-estar social, o intervencionismo estatal e a democracia de massas. Mas o que ocorre com a análise da relação entre capitalismo e democracia quando esta constelação de elementos estruturantes do capitalismo se modifica? Isto é, o que significa pensar a tensão entre capitalismo e democracia a partir dos anos 90, isto é, após a TAC? Apesar de simples, esta pergunta é muito ampla e exigiria análises extremamente complexas a fim de se obter uma resposta minimamente satisfatória – o que foge completamente do nosso escopo. Por conseguinte, o que iremos fazer neste tópico será tão-somente uma análise de certos aspectos do capitalismo contemporâneo, a partir do prisma da tensão entre capitalismo e democracia. Na trilha de Habermas, nosso objetivo é o de apenas realizar um exercício que visa sugerir *a importância de uma análise crítica do capitalismo contemporâneo para a identificação de obstáculos importantes à radicalização da democracia*.

Pudemos ver que uma teoria das crises do capitalismo tardio e a análise de sua dinâmica interna, bem como uma crítica mais contundente ao núcleo central da forma capitalista de organização social foram desinflacionadas ou até mesmo desapareceram do modelo crítico da TAC. A expectativa passa a ser o de um equilíbrio entre economia, Estado e solidariedade – o que pressupõe a domesticação dos dois primeiros mecanismos de coordenação social⁸, sem

⁸ Além das passagens já citadas, uma outra passagem nos permite constatar como o modelo habermasiano dos anos 80 pressupõe a domesticação do capitalismo pelo Estado social para funcionar, especialmente no que diz respeito aos seus piores efeitos. Esta fixação no contexto europeu (ou até mesmo na Alemanha ocidental da época) de seu diagnóstico torna-se particularmente clara na sua resposta a uma pergunta feita durante uma entrevista. Habermas

contudo intervir diretamente ou internamente em suas lógicas autônomas e auto-referenciais de funcionamento. Mas em face do capitalismo contemporâneo, devemos nos perguntar se tal estratégia continua a ser a mais acertada.

Sendo assim, de um modo geral, gostaríamos de sugerir como hipótese central que o pressuposto básico sobre o qual está assentado o modelo crítico habermasiano, qual seja, o de que a crítica do capitalismo enquanto tal perde centralidade no seio da teoria crítica na medida em que este pode e deve ser “domesticado” por um Estado democrático de direito, precisa ser repensado.

Para tanto, não deveríamos retomar uma análise crítica mais concreta e estrutural da *dinâmica interna* do capitalismo, em seus variados aspectos? Ou ainda, uma teoria crítica do capitalismo contemporâneo não deveria complementar uma teoria crítica da esfera pública ou da democracia? No que se segue, gostaríamos de apresentar alguns apontamentos que vão nesta direção. Bem entendido, o objetivo é mais o de iniciar um debate do que o de alcançar resultados conclusivos.

havia falado sobre sua tese de que os potenciais de conflitos se deslocaram do domínio da reprodução material para o campo da reprodução simbólica. Então, Honneth pergunta-lhe se essa visão não seria muito centrada na Alemanha ocidental (BRD), uma vez que mesmo em países vizinhos (a oeste) seria possível encontrar conflitos de outra ordem, que não poderiam ser captados por uma teoria que localiza a zona de conflito no front entre sistema e mundo da vida. Naquele momento, Honneth estava pensando em conflitos tradicionais, ligados ao desemprego estrutural induzido pela acumulação capitalista. Então Habermas lhe responde com uma outra pergunta: “Onde tais conflitos se manifestam, enquanto a rede social [*das soziale Netz*: no sentido de pacotes de medidas social-democratas de proteção social] permanecer?” (HABERMAS, 1985, p. 195).

Um aspecto do capitalismo contemporâneo, que pode ser mesmo visto como o seu elemento mais característico, é a noção de neoliberalismo. Se se quer compreender o processo crescente de desmantelamento de uma grande parte da estrutura do Estado social, sobretudo na Europa e nos EUA, mas também em outros países, é preciso passar por esta ideia.

Através do imaginário de uma sociedade de mercado liberada da odiosa tutela estatal e da apologia do “Estado mínimo”, o neoliberalismo aparece inicialmente como uma doutrina política, como uma utopia, quase como uma religião secular (HABER, 2012). Esta doutrina propõe que o bem-estar humano pode ser melhor realizado se tirarmos as amarras da capacidade empreendedora dos indivíduos no quadro de uma estrutura institucional marcada por direitos de propriedade fortes, mercados livres e comércio livre. Assim, o papel do Estado se limita à criação e à salvaguarda do quadro institucional apropriado para estas práticas. Por exemplo, o Estado deve garantir a qualidade e a integridade do dinheiro. Ou ainda, ele deve pôr em práticas todas as estruturas e funções militares, de defesa policial e legal que são necessárias para a manutenção do bom funcionamento do mercado e para a garantia do direito à propriedade privada. Ademais, ali onde os mercados ainda não existem (em domínios como a terra, a água, a educação, os cuidados da saúde, a seguridade social ou a poluição do meio-ambiente), eles devem ser criados pela ação do Estado, se necessário. Mais além dessas tarefas, o Estado não deveria se aventurar. As intervenções estatais sobre os mercados (uma vez estes criados) devem ser reduzidas ao mínimo necessário, pois, segundo esta doutrina, o Estado pode eventualmente não possuir informações suficientes para tanto, sem contar que os grupos dominantes vão inevitavelmente deformar tais intervenções em função dos seus próprios interesses (HARVEY, 2005, p. 2).

Teoricamente, temos o inverso da doutrina do intervencionismo estatal.

Concretamente, entretanto, tal doutrina assumiu a forma mais prosaica daquilo que J. Williamson batizou de “consenso de Washington”, resumida por palavras-chave como disciplina orçamentária e monetária, privatizações, liberação das trocas comerciais e desregulamentação (HABER, 2012).

Pode-se também relacionar o neoliberalismo com um conjunto de eventos históricos. Entre os anos 70 e 80, houve as vitórias de Reagan nos EUA e de Thatcher na Inglaterra. Paul Volcker foi nomeado chefe do US Federal Reserve e mudou completamente a política financeira da maior potência mundial. Medidas foram tomadas no sentido de uma desregulação da indústria, da agricultura, e da finança, tanto num nível local quanto em nível mundial. O processo de neoliberalização implicou, todavia, um significativo processo de “destruição criativa”, não apenas dos quadros institucionais e dos poderes anteriores, mas também da divisão do trabalho, das relações sociais, das disposições de proteção social, dos modos de vida e de pensamento (HARVEY, 2005, p. 3).

Mas a teoria neoliberal, representada por economistas como Milton Friedman, e até mesmo por Hayek – a qual não será aprofundada aqui – não deve nos impedir de entender o que se passou na prática, quando a doutrina se tornou uma *técnica de governo*. Nós vimos que um tema recorrente promovido pelos neoliberais foi a ideia de deixar o mercado livre para seguir o seu curso. No entanto, estas exigências de redução da intervenção estatal na economia sempre foram unilaterais. Na realidade, o governo é às vezes chamado para regular a economia, mas apenas nos casos que beneficiam as elites econômicas. Assim, as regulações do trabalho e do meio ambiente são acusadas de funcionarem como mecanismos de distorção dos preços do mercado e são consideradas como exemplos emblemáticos da maneira como a intervenção do

Estado na economia conduz sempre à ineficácia. Contudo, os neoliberais foram ironicamente a favor, no momento da crise de 2008, da socialização de grande parte das dívidas dos brancos privados; da mesma forma, eles ficaram surpreendentemente tranquilos em 2001, quando o presidente Bush aprovou um massivo plano de salvamento da indústria aérea. Ora, se a intervenção do governo na economia falsifica os preços e subverte os mecanismos mais eficazes do mercado, por que eles não se opuseram a estas medidas enquanto graves violações à doutrina neoliberal? É por isso que o neoliberalismo pode talvez ser melhor compreendido como uma tentativa concreta, ou melhor, como um *projeto político* que visou restabelecer as condições de acumulação do capital e restaurar o poder das elites econômicas, e não tanto como um projeto teórico conduzido pelos trabalhos teóricos de Hayek ou Friedman – ainda que não exista exatamente uma oposição irreconciliável entre estas duas dimensões.

Desse modo, nós nos encontramos na prática com uma espécie de neoliberalismo unilateral, no qual a intervenção do governo só é ruim quando ela serve como proteção do trabalho ou do meio ambiente; por outro lado, a intervenção só é boa se ela favorece a lógica de acumulação do capital e os interesses das elites econômicas.

A interpretação oferecida por David Harvey (2005, p. 19) parece caminhar nesse sentido quando ele afirma:

Nós podemos, portanto, interpretar a neoliberalização, seja como um projeto utópico para a realização de um design teórico visando a reorganização do capitalismo internacional, seja como um projeto político para restabelecer as condições da acumulação do capital e para restaurar o poder das elites econômicas. No que se segue, eu irei argumentar que, na prática, o segundo destes objetivos foi dominante. A neoliberalização não foi muito efetiva na

revitalização da acumulação global do capital, mas ela foi notavelmente bem sucedida na restauração, e em alguns locais (como Rússia ou China) na criação do poder de uma elite econômica. O utopismo teórico do argumento neoliberal foi, eu concludo, primariamente trabalhado como um sistema de justificação e legitimação daquilo que fosse necessário ser feito para a realização deste objetivo. As evidências sugerem, além disso, que quando os princípios neoliberais se chocam com a necessidade de restaurar ou sustentar o poder das elites, então os princípios são ou abandonados ou tornam-se tão desfigurados a ponto de ficarem irreconhecíveis. Isto não nega de forma alguma o poder das ideias de agir como uma força de mudança histórico-geográfica. Mas isto aponta para uma tensão criativa entre o poder das ideias neoliberais e as práticas efetivas de neoliberalização que transformaram a forma como o capitalismo global tem sido trabalhado nas últimas três décadas.

Segundo G. Duménil e D. Lévy (2006a, p. 25), o neoliberalismo deve ser definido a partir do retorno da hegemonia financeira:

O neoliberalismo é uma etapa do capitalismo, a última em data, cuja característica principal é o recrudescimento do poder e da renda da classe capitalista. Um negócio de instituições financeiras e de classes. Este restabelecimento é o fato de uma entidade social híbrida, que nós batizamos de *a finança*.

Assim, um pressuposto do modelo habermasiano deve ser, pelo menos, repensado. Desde a aparição do neoliberalismo, não se pode mais crer de maneira não-problemática no sucesso da *domesticação* dos problemas materiais engendrados pelo capitalismo via Estado social: “Com o neoliberalismo, as classes proprietárias do capital reencontraram as suas

prerrogativas, assim como o capitalismo reencontrou muitos aspectos da violência que lhe é própria” (DUMENIL & LEVY, 2006a, p. 25). Isto produziu toda uma reestruturação da ordem social:

Além das altas taxas de interesse, pode-se resumir os aspectos mais importantes da seguinte maneira: 1) uma nova disciplina imposta aos trabalhadores e aos gestores das empresas, 2) uma gestão das empresas voltada aos desempenhos das bolsas de valores, 3) a liberdade de ação do capital e das empresas no plano nacional e mundial (livre-câmbio e livre-circulação de capitais), 4) novas políticas econômicas acompanhando todos estes objetivos (inclusive a negociação dos tratados internacionais) e 5) a redefinição da ação das instituições internacionais (como o FMI e o OMC, ou seu ancestral) em função dos mesmos objetivos (DUMENIL & LEVY, 2006b, p. 86).

Se nós nos limitarmos ao contexto europeu e americano, nós podemos compreender o neoliberalismo como uma estratégia, criada num contexto de diminuição progressiva da taxa de crescimento econômico, que tinha por objetivo permitir às elites econômicas, com a ajuda do Estado, o restabelecimento da taxa de lucro das empresas.

Fatores como o aumento da competitividade nos mercados internacionais (resultante da recuperação total da Europa e da Ásia devido aos estragos provocados pela Segunda Guerra Mundial), a estagflação das economias desenvolvidas na década de 1970, a severa recessão de 1973, a crescente reivindicação salarial de trabalhadores sindicalizados além do controle do Estado e da moderação esperada pelos capitalistas, o aumento dos custos do bem-estar social, a rebeldia da juventude de classe média aos padrões de produção e de cultura tipicamente fordistas, a decisão autônoma da OPEP de elevar o preço do petróleo, a crise fiscal que atingiu quase todos os

governos nacionais e a crise da dívida externa de vários países em desenvolvimento impuseram ao capitalismo do pós-guerra uma fase de desaceleração e queda na rentabilidade do capital (ARIENTI, 2002, p. 7). Após um período de forte crescimento, Harvey mostra que nos anos subseqüentes à crise do começo da década de 70 houve a dissolução do acordo de Bretton Woods. Este havia estabelecido um sistema de taxas de câmbio fixas com base na convertibilidade do dólar americano em ouro segundo um preço estável. Taxas de câmbio fixas eram incompatíveis com a livre circulação de capitais que deveriam ser controlados; por outro lado, os Estados Unidos tiveram de permitir a livre circulação do dólar para além de suas fronteiras, uma vez que o dólar deveria funcionar como a moeda de reserva da economia mundial. Mas, já a partir do fim dos anos 60, este sistema, junto com o capitalismo dito organizado em geral, começou a ruir:

Os sinais de uma grave crise de acumulação de capital estavam por toda parte aparentes. O desemprego e a inflação foram surgindo em toda parte, dando início a uma fase global de 'estagflação', que perdurou durante a maior parte da década de 1970. Crises fiscais de vários estados (a Grã-Bretanha, por exemplo, teve de ser socorrida pelo FMI em 1975-6) ocorreram depois que as receitas fiscais caíram e os gastos sociais aumentaram. Políticas keynesianas não estavam mais funcionando. Mesmo antes da guerra árabe-israelense e do embargo do petróleo da Opep de 1973, o sistema de Bretton Woods de taxas de câmbio fixas apoiadas por reservas de ouro havia caído em desordem (HARVEY, 2005, p. 12).

Segundo alguns estudos, o acontecimento mais emblemático desta crise mundial foi o desarranjo do sistema monetário internacional regulado pelos EUA por meio do acordo de Bretton Woods, ao qual veio se juntar a crise do

petróleo. No sistema de Bretton Woods, a economia americana funcionava como “reguladora” do sistema capitalista. Isto significa que os Estados Unidos cumpriam o papel de fonte autônoma de demanda efetiva e prestador de última instância; isto é, os EUA eram uma espécie de “banqueiro internacional”. Para os países membros do sistema hegemônico, esta função reguladora (*seignorage*) desfrutada pelo país emissor da moeda reserva (os EUA) era uma garantia *ex-ante* de políticas nacionais expansionistas continuadas e estratégias de crescimento neo-mercantilistas. Nesse contexto, os dólares americanos haviam inundado o mundo e eles fugiram ao controle americano, sendo depositados nos bancos europeus. Por isso, os Estados Unidos e sua economia começaram a sentir os efeitos da ascensão dos parceiros/competidores. Japão e Alemanha, por exemplo, reconstruíram sistemas industriais e empresariais mais novos e mais permeáveis a mudanças tecnológica e organizacional, e os novos industrializados da periferia ganharam maior espaço no volume crescente do comércio mundial. Não por acaso, o saldo negativo do balanço de pagamentos americano mostrou, a partir do início dos 70, uma participação cada vez mais importante do déficit comercial. Durante os anos 50 e 60, a balança comercial americana foi sistematicamente superavitária a despeito da posição deficitária do balanço global. As inevitáveis pressões sobre o dólar se intensificaram e, já em 1971, Nixon suspendeu a conversibilidade do dólar a uma taxa fixa com o ouro. Em 1973, o sistema de paridades fixas, mas ajustáveis, de Bretton Woods foi substituído por um sistema de flutuações sujas. Os Estados Unidos não foram capazes de sustentar a posição do dólar como moeda-padrão, na medida em que uma oferta “excessiva” de dólares brotava do desequilíbrio crescente do balanço de pagamentos, agora sob a pressão de um déficit comercial (BELLUZZO, 1997, p. 14).

Assim, o ouro não podia mais funcionar como a base metálica da moeda internacional, as taxas de câmbio foram autorizadas a flutuar e as tentativas de controlar tais flutuações foram rapidamente abandonadas. O capitalismo regulado pelo Estado, ou *embedded liberalism*, que após 1945 havia proporcionado taxas elevadas de crescimento – ao menos aos países capitalistas avançados, estava claramente esgotado e não funcionava mais. Algumas tentativas foram propostas a fim de superar esta crise. O neoliberalismo foi evidentemente a estratégia vencedora.

Mas, segundo Harvey, o neoliberalismo não promoveu efetivamente a restauração da acumulação do capital, e sim redistribuiu a renda global, favorecendo as classes dominantes. Apesar da teoria neoliberal, que estipulava os mecanismos do mercado como mais eficazes e superiores às formas de intervenção estatal na geração de riquezas, as taxas de crescimento do PIB ao longo da era neoliberal diminuíram. Mas, a despeito das baixas taxas de crescimento, viu-se um aumento espetacular da riqueza das classes capitalistas, confirmado pelo aumento massivo dos salários dos altos executivos (CEOs), acompanhado de uma baixa dos salários reais nos setores mais pobres da população. A repartição mais desigual da riqueza reforçou igualmente a divisão de classes entre a elite econômica e todo o resto.

Nós sabemos que antes do neoliberalismo, a maior parte dos países (notadamente a Europa e os EUA) eram dominados por um tipo de capitalismo organizado, no qual as economias de mercado estavam integradas ao quadro regulador do Estado. Estas regulamentações comportavam direitos sindicais fortes, seguro-desemprego, uma regulação estrita do sistema financeiro e outros limites ao campo de aplicação das atividades do mercado. Mas esta espécie de compromisso keynesiano só podia se manter à custa de um crescimento econômico sólido. Desde que este crescimento deixou de

existir, o compromisso se dissolveu em detrimento das classes menos favorecidas. Frente a estas dificuldades sistêmicas de crescimento, tratava-se de encontrar meios de aumentar a rentabilidade do capital e portanto de intensificar os espaços de exploração e de valorização – o que não podia ser feito no contexto de um capitalismo organizado em função de um Estado de Bem-estar. Harvey explica que o neoliberalismo procurou essencialmente descolar a economia capitalista do quadro regulador do Estado, o que implicava um processo de (re)privatização dos serviços e dos bens comuns.

Mas o neoliberalismo não pode ser visto como um projeto exclusivamente europeu ou norte-americano. Na realidade, as medidas neoliberais foram primeiramente testadas na América Latina. É preciso lembrar que o “consenso de Washington” é um corpo de medidas standard originariamente aplicado por organismos financeiros internacionais (Banco Mundial e FMI) e sustentado pelo departamento do tesouro americano nas economias que se encontravam em dificuldade para pagar suas dívidas externas: “Testados primeiramente na América Latina, essa abordagem serviu para guiar muito da transição para o capitalismo na Europa do leste e central. Embora publicamente defendido por Thatcher e Reagan, foi aplicada apenas gradualmente e de forma desigual no Primeiro Mundo. No Terceiro Mundo, ao contrário, a neoliberalização foi imposta em função da dívida, como um programa forçado de 'ajuste estrutural' que anulou todos os princípios centrais do desenvolvimentismo e obrigou Estados pós-coloniais a alienar os seus ativos, abrir seus mercados e reduzir gastos sociais” (FRASER, 2009, p. 107).

O trabalho de Naomi Klein insiste sobre o fato de que, antes de Londres, foi em Santiago, depois de 1973, que as futuras ideias do consenso de Washington foram postas em prática metodicamente, em favor da uma ditadura feroz (aquela de Pinochet), visando populações traumatizadas e

desprevenidas. O caso paradigmático do neoliberalismo em ação foi talvez a Rússia de Boris Yeltsin, onde as gigantescas transferências de riqueza em benefício de uma pequena minoria só puderam ocorrer num clima de miséria, repressão e violência política (KLEIN, 2001). Assim, com o advento do neoliberalismo enquanto “a forma contemporânea dominante da dinâmica expansionista a qual define o modo de produção capitalista” (HABER, 2012), as análises do capitalismo não podem deixar de contemplar o seu caráter global. Claro que há diferenças regionais importantes. Por exemplo, apesar de todas as reformas, é forçoso admitir que, em comparação com outros países, as nações europeias ainda dispõem de uma rede de serviços públicos muito mais desenvolvida. Há ainda o caso mais emblemático de diferença regional: aquele da China. G. Arrighi, em seu *Adam Smith in Beijing*,

elabora a teoria [de] que [n]a expansão chinesa, provavelmente o fato econômico mais importante dos últimos quinze anos, só tem pouco a ver com a *Weltanschauung* rústica e autoritária de um R. Reagan, ou mesmo com a pura e simples emancipação do mercado. Ele sublinha mesmo a que ponto o maoísmo, combinando caoticamente despotismo e incitação à iniciativa individual, preparou o terreno de um crescimento recente que não questionou de forma alguma esta base. Nós estamos, em todo caso, bem longe do evangelho hayekiano e o alcance histórico da doutrina neoliberal se encontra claramente relativizada (HABER, 2012).

Segundo Stéphane Haber, resta que, afastadas todas as tentações de um diagnóstico global, o neoliberalismo, em um sentido mais amplo, parece representar bem o conceito da dinâmica histórica atual. Há um estilo econômico do desenvolvimento capitalista que se impôs a partir do fim dos anos 1970 em oposição ao estilo keynesiano e fordista. A nova

geografia do capital, a redistribuição das riquezas, a reorganização do trabalho (flexibilização, precarização), a financeirização e o processo de endividamento que lhe é solidário, o advento de formas culturais manifestamente em afinidade com o consumismo e o enriquecimento pessoal sem freios, enfim, todos esses elementos desenham uma certa forma de mundo – que o termo “neoliberalismo” permite, em primeira análise, tomar em consideração globalmente. Compreendido desta maneira, o neoliberalismo continuaria a ser de fato o aspecto essencial do mundo econômico contemporâneo, entretanto caracterizado por um desencantamento crescente em relação aos dogmas que tanto fascinaram durante as décadas de 1980 e 1990. Ele permanece como o fator-chave da evolução do capitalismo desde três décadas passadas e condiciona indiretamente, por uma série de cadeias causais complicadas, até mesmo fenômenos tidos como exógenos, como o crescimento asiático (HABER, 2012).

Naquilo que diz respeito propriamente à prática neoliberal, Harvey cunhou o termo de *acumulação por espoliação ou despossessão* (*accumulation by dispossession*) para designar as técnicas de subversão da estrutura de redistribuição em favor das elites econômicas. Ele afirma que a acumulação por espoliação é o principal mecanismo por meio do qual o neoliberalismo atinge o seu objetivo. Ela funciona como uma espécie de continuação ou de extensão da noção marxista de acumulação originária ou primitiva, segundo a qual, durante o início do capitalismo, as terras comuns foram privatizadas, o trabalho foi transformado em mercadoria e as trocas foram monetarizadas e financeirizadas – enfim, ocorreu um processo amplo de expropriação dos produtores diretos em favor da classe capitalista nascente (MARX, 1993, cap. 24). Harvey, por seu turno, enumera a lista dos principais aspectos da acumulação por espoliação no seu sentido contemporâneo, quais sejam: (i) a privatização e a mercantilização; (ii) a

financeirização; (iii) a gestão e a manipulação das crises; (iv) as redistribuições do Estado:

(i) A mercantilização e a privatização das empresas públicas foi uma das características marcantes do projeto neoliberal. Seu objetivo principal foi o de abrir novos campos de acumulação do capital naqueles domínios outrora considerados como fora dos limites do cálculo de rentabilidade. Os serviços públicos de todos os tipos (água, telecomunicações, transportes etc.), a proteção social (saúde, moradia, educação, aposentadorias), as instituições públicas (universidades, laboratórios de pesquisa, prisões), e até mesmo a guerra, foram em grande parte privatizados, em certa medida, por toda a parte no mundo capitalista (incluindo a China). Todos estes processos contribuíram para a transferência dos ativos públicos para o domínio privado das classes capitalistas.

(ii) A vigorosa onda financeira que se instaurou após 1980 foi marcada por seu estilo especulativo e predador. A magnitude diária total das operações financeiras, que alcançava os 2,3 bilhões de dólares em 1983, se elevou para 130 bilhões de dólares em 2001. A desregulação permitiu que o sistema financeiro se tornasse um dos principais centros de atividades de redistribuição da renda global através da especulação, da predação, da fraude e mesmo do roubo:

Promoções de ações; esquemas de Ponzi, a destruição estruturada de ativos por meio da inflação; o desmembramento de ativos através de fusões e aquisições; e a promoção da incumbência da dívida que reduziu populações inteiras, mesmo nos países capitalistas avançados, à escravidão pela dívida - para não falar de fraude corporativa e desapropriação de ativos, assim como da invasão dos fundos de pensão e sua dizimação por ações e colapsos corporativos através de crédito e manipulações de

ações – tudo isso constitui elementos do sistema financeiro capitalista (HARVEY, 2005, p. 161).

(iii) Para além da estratégia especulativa, e não raramente fraudulenta, que caracteriza uma grande parte da manipulação financeira neoliberal, há um processo mais profundo que produz o nascimento da armadilha da dívida enquanto principal meio de acumulação por espoliação. A criação de uma crise, sua gestão e sua manipulação no cenário mundial evoluiu na arte de redistribuição da riqueza dos países periféricos para os países ricos, como no caso mexicano:

Através do aumento repentino das taxas de juros em 1979, Paul Volcker, então presidente do Federal Reserve dos EUA, elevou a proporção das receitas estrangeiras que países tomadores de empréstimos tiveram de incluir nos pagamentos dos juros da dívida. Forçados à falência, países como o México tiveram de concordar com o ajustamento estrutural. Embora proclamando seu papel de nobre líder organizador de resgates para manter a acumulação mundial de capital estável e nos trilhos, os Estados Unidos também puderam abrir o caminho para saquear a economia mexicana através da implantação de seu poder financeiro superior em condições de crise local. (HARVEY, 2005, p. 164)

(iv) O Estado, uma vez transformado num conjunto neoliberal de instituições, se torna um agente propagador muito importante de políticas de redistribuição, no sentido de inverter o fluxo de cima para baixo que havia sido estabelecido ao longo do período social-democrata anterior. Ele o faz, em primeira instância, por meio de planos de privatização e de cortes nos gastos públicos destinados a sustentar o bem-estar social. Mesmo quando a privatização aparece como benéfica para as classes inferiores, os efeitos de longo prazo podem ser negativos. O Estado neoliberal promove igualmente

redistribuições através de uma variedade de outros meios, tais como as revisões da lei sobre impostos (a fim de favorecer os retornos sobre os investimentos e não as rendas e salários), o deslocamento dos gastos do Estado e o livre acesso a todas as despesas de utilização (por exemplo, sobre o ensino superior), e o fornecimento de uma vasta gama de subvenções e de suspensão de impostos para as empresas:

Os programas sociais que hoje existem nos Estados Unidos em nível federal, estadual e local conduzem a um vasto redirecionamento de dinheiro público para benefício das empresas (diretamente, como no caso dos subsídios ao agronegócio e, indiretamente, como no caso do setor militar-industrial), da mesma forma que a dedução fiscal da taxa de juros da hipoteca opera nos Estados Unidos como um volumoso subsídio aos proprietários de residências de alta renda e à construção de indústria (HARVEY, 2005, p. 165).

Este conjunto de estratégias criou problemas muito importantes do ponto de vista da domesticação do capitalismo:

Julgado segundo os seus objetivos, o neoliberalismo foi um sucesso estrondoso. Ele se impôs com uma violência considerável, tanto no plano nacional como internacional. A lista é longa: repressão a greves e lutas; estagnação dos poderes de compra assim como daquele da proteção social (às vezes quedas dramáticas). Desmantelamento de modelos de desenvolvimento eficazes (como na Ásia e na América Latina); destruição de setores de produção, entrada das sociedades na situação de desemprego e a corrida para a emigração; crises ligadas ao estabelecimento da ordem neoliberal, ainda mais agravadas pelas políticas de estabilização impostas pelo FMI; destruição das identidades nacionais em favor de uma sub-cultura comercial internacional etc. (DUMÈNIL, G & LEVY, D, 2006b, p. 87).

E a Europa não constitui uma exceção – inclusive em relação à questão do desemprego crescente:

Nos principais países da Europa, as décadas neoliberais marcaram um período de crescimento lento, sobretudo se se compara estes ritmos com aquele dos Estados Unidos. A isso, pode-se acrescentar uma taxa de crescimento particularmente reduzida do poder de compra dos salários. Esta última observação contrasta fortemente com a propaganda neoliberal, que sustenta que “o consumidor” se beneficia da globalização neoliberal pois a abertura comercial e os investimentos diretos nos países de baixos salários diminuem o preço dos bens (por exemplo, os tecidos chineses ou os televisores montados nas *maquiladoras*). Acrescente o desemprego, e você terá uma imagem já bastante concreta das consequências do neoliberalismo (DUMÈNIL, G & LEVY, D, 2006b, p. 88).

O “compromisso neoliberal”, que sucedeu o compromisso keynesiano na Europa, marca então o fim da “época dourada” do Estado de Bem-estar social. Isto já coloca um primeiro desafio para a teoria crítica da sociedade. O que fazer? Retornar ao projeto social-democrata? Lutar pelo retorno do apogeu do *Welfare State*? A questão é que hoje esta possibilidade não se põe sem problemas. É necessário não se esquecer das condições estruturais que foram necessárias para a instauração do Estado social na Europa; não se trata apenas de uma questão “normativa”, pois o modelo do equilíbrio de poderes proposto por Habermas deve ter um ancoramento no real. Desse modo, mesmo que fosse possível (re)domesticar o capitalismo na Europa – o que por si só já é questionável em face do processo de desregulamentação e internacionalização do capital –, como imaginar uma situação onde todos os países (se quisermos evitar uma posição eurocêntrica) poderiam

idealmente adotar o regime de um Estado social sem romper com o compromisso de manter taxas suficientemente elevadas de acumulação do capital? Até mesmo Habermas reconhecia que o compromisso keynesiano que servia de base para o Estado social-democrata dependia da manutenção do crescimento econômico (HABERMAS, 1981b, p. 512). Nesse ponto, Samir Amin (2006, p. 114) nos lembra que:

Esquece-se das condições completamente excepcionais que permitiram o *Welfare State* social-democrata. As sociedades ocidentais concernidas dispunham de uma vantagem sobre todas as outras que permitia, ao mesmo tempo, concessões do capital ao trabalho e a continuação de sua *dominação imperialista* sobre o resto do mundo. A social-democracia foi *social-imperialista e mesmo social-colonialista* até à vitória dos movimentos de liberação. Por outro lado, a ameaça que constituía a alternativa comunista foi decisiva neste desvio do poder em direção ao compromisso histórico capital/trabalho que caracteriza este momento excepcional da história.

No entanto, é justamente esta posição utópica, para dizer o mínimo, que Habermas pretende defender ao lidar com a crise atual da União Europeia. No seu debate com o sociólogo alemão Wolfgang Streeck, fica claro que Habermas não tirou todas as consequências do fracasso do seu modelo anterior, baseado na domesticação do capitalismo.

O debate Habermas x Streeck

Mais recentemente, a partir da crise de 2008 e sobretudo a partir da crise das dívidas soberanas que ocorreu na Europa em 2011, o debate acerca da tensão entre capitalismo e democracia ganhou muito em atualidade. Aquele capitalismo tardio ou organizado do qual falávamos anteriormente não

mais existe. E, como não poderia deixar de ser diferente, Habermas voltou a discutir o tema. A ocasião para tal se deu no momento da publicação de um importante livro – *Gekaufte Zeit (Tempo comprado)* – sobre a crise do capitalismo democrático, do sociólogo alemão Wolfgang Streeck.

Veremos que Habermas mantém a posição estabelecida a partir dos anos 80, mas não sem modificações. Agora suas reflexões normativas acerca dos regimes democráticos se move da esfera nacional para a esfera transnacional, notadamente para o âmbito da União Europeia (HABERMAS, 2011), a fim de acompanhar a própria transnacionalização do capital financeiro.

Tendo em vista que Habermas parece subscrever quase que integralmente o diagnóstico de Streeck (2013), vale a pena recuperar aqui os traços fundamentais deste último. A primeira constatação, reconhecida pelo próprio Habermas, é o envelhecimento do seu diagnóstico da década 70, segundo o qual o capitalismo estaria mais próximo de uma crise de legitimação do que de uma crise econômica. O que temos hoje é justamente o oposto, uma grave crise econômica sem uma real mobilização de forças progressistas alternativas. No entanto, o modelo de *Problemas de legitimação* não deixa de guardar uma certa atualidade, na medida em que a análise das crises do capitalismo e como estas são importantes para a questão da democracia voltam ao centro do palco.

Para compreender a atual crise econômica, Streeck começa sua descrição do percurso da crise com um esboço do Estado social construído na Europa do pós-guerra até o início dos anos 70. Com a crise desse modelo e com a diminuição do crescimento econômico, seguem-se as fases de implementação das reformas neoliberais: estas, sem considerar as consequências sociais, melhoraram de fato as condições de realização do capital.

As reformas afrouxaram as regras de regulamentação corporativa e desregularam os mercados de uma maneira geral, isto é, não só o do trabalho, mas também o de bens e serviços e, sobretudo, o mercado de capitais. Streeck descreve essa mudança, que começou com Ronald Reagan e Margaret Thatcher, como um golpe libertador para os donos do capital e seus gerentes contra o Estado democrático, que, de acordo com os princípios da justiça social, reduziu as margens de lucro das empresas, ainda que concomitantemente, do ponto de vista dos investidores, tenha estrangulado o crescimento econômico.

Na medida em que faz crescer a desigualdade social, essa inflexão neoliberal leva a uma transformação no Estado social do pós-guerra (STREECK, 2013a, p. 144ss). A mudança decisiva é a seguinte: o Estado governado por seus cidadãos e, ao mesmo tempo cobrador de impostos, isto é, um Estado democrático financiado por eles mesmos, torna-se um Estado democrático devedor, de modo que a sua sobrevivência depende não apenas das contribuições de seus cidadãos, mas, em grande parte também dos credores. Hoje em dia, pode-se apreciar o espetáculo perverso da limitação progressiva da capacidade de atuação política dos Estados por causa dos “mercados”.

Nas circunstâncias particulares da União Europeia, a política de consolidação orçamental impõe a todos os países-membros as mesmas regras, independentemente das diferenças no desenvolvimento das suas economias e, com a intenção de implementar essas regras, concentra os direitos de intervenção e de controle no nível europeu.

Ora, sem o simultâneo fortalecimento do Parlamento Europeu, esta concentração de competências no Conselho e na Comissão reforça a dissociação entre a opinião pública e os parlamentos nacionais, e o concerto de governos obedientes ao

mercado, que permanecem assim distantes da realidade e se estabelecem de maneira tecnocrática.

Temos então um recrudescimento da tensão entre capitalismo e democracia via financeirização das contas públicas e das políticas estatais, agora fortemente financiadas pelo crédito do capital financeiro. Capital este que se encontra fortemente globalizado, se libertando em grande medida da regulação dos Estados-nação.

Na sua resenha do livro de Streeck (HABERMAS, 2013), Habermas nota que em relação a esta política de crise, existem – ao menos em teoria – duas alternativas: ou a liquidação defensiva do euro, ou a ampliação ofensiva da comunidade monetária na direção de uma democracia supranacional.

E aqui reside a grande discordância entre ambos os autores: enquanto Streeck opta pela primeira opção, Habermas opta pela segunda. Segundo Habermas, Streeck toma uma via nostálgica, de uma pretensa restauração da vitalidade dos Estados-nação. Segundo ele, desconstruir o euro significaria retroceder à época do entricheiramento nacional-estatal dos anos 60 e 70 a fim de defender e reparar, da melhor maneira possível, os possíveis restos dessas instituições políticas com cuja ajuda talvez se lograria modificar e substituir a justiça do mercado pela justiça social.

Acontece que, como vimos, Habermas sempre foi um crítico deste Estado social que, em vez de cidadãos, acabou por produzir clientes. Além disso, atualmente é preciso não se esquecer que os Estados da comunidade europeia estão enfrentando uma tarefa particularmente árdua: pôr mercados irreversivelmente globalizados ao alcance de uma influência política indireta, mas canalizada. Além disso, os Estados que não se associam para formar unidades supranacionais, e só dispõem do recurso dos tratados internacionais, fracassam ante o objetivo de reintegrar novamente este setor financeiro

às necessidades da economia real e de reduzi-lo a uma dimensão funcional conveniente.

Habermas tenta sustentar sua opção pelo aprofundamento da democracia europeia transnacional assinalando que o que diferenciaria uma União Europeia, de acordo com a democracia – circunscrita por razões compreensíveis em princípio apenas aos membros da União monetária –, de um federalismo executivo, em conformidade com o mercado, são principalmente duas inovações. Em primeiro lugar, um planejamento comum do quadro político, transferências financeiras correspondentes e garantias mútuas dos Estados-Membros. Em segundo lugar, mudanças no Tratado de Lisboa, necessárias para a legitimação democrática das competências correspondentes, ou seja, uma participação paritária do Parlamento e do Conselho na legislação e a responsabilidade uniforme da Comissão no que respeita a ambas as instituições. Assim, a conformação da vontade política já não dependeria unicamente dos compromissos sólidos de representantes de interesses nacionais que bloqueiam uns aos outros, mas, igualmente, de decisões por uma maioria de deputados eleitos de acordo com preferências de partido. Só no Parlamento Europeu, estruturado em blocos, pode ser operada uma generalização dos interesses que desarticule as fronteiras nacionais. Apenas em procedimentos parlamentares pode solidificar-se uma perspectiva conjunta.

Posteriormente, Streeck (2013b) prolongou o debate respondendo à resenha de Habermas. Grosso modo, ele reafirma sua posição negando a pecha de nostálgica. Na verdade, não se trata de defender o Estado nacional enquanto tal, mas de compreender que a União Europeia significou e continuará significando antes de tudo uma união monetária cujo efeito maior é o de criar uma arquitetura institucional bastante eficaz na imposição dos ditames do capital financeiro sobre os governos nacionais. Para tanto, ele cita os casos da

Grécia e da Itália, que tiveram que instituir, no auge da sua crise, um governo formado essencialmente por tecnocratas de alma neoliberal. Ele classifica então a posição de Habermas como basicamente utópica, pois ignora uma série de fatos que contradizem sua opção. Acresce que a ideia de uma democracia nos moldes de um super-Estado europeu, supondo que ela fosse possível, seria incapaz de “limitar o poder do capital transnacional”: tal como os EUA, esta democracia ainda estaria aquém do alcance e da velocidade do processo de “globalização do capital”. Apenas um super-Estado global teria a mesma escala de um super-mercado mundial. No entanto, se por um momento pensamos na possibilidade de um tal estado, logo percebemos o quão distante ainda estamos dessa possibilidade. Por isso, segundo Streeck, seria melhor acabar com a UE e em seu lugar estabelecer um sistema de taxas de câmbio fixas, mas ajustáveis, nos moldes do antigo sistema de Bretton Woods.

Capital no século XXI: o retorno do reprimido

Sem querer entrar no debate acerca de qual seria a melhor estratégia política para a Europa, acredito que há uma questão que lhe precede. O que é interessante é que Habermas não parece tirar as consequências do fracasso do seu diagnóstico anterior. O que Streeck tenta expressar na sua tréplica a Habermas é talvez que a tensão entre capitalismo e democracia seja irremediável, de sorte que não se pode sustentar sem mais um modelo normativo calcado numa espécie de equilíbrio entre esses dois princípios sociais, ou então algum tipo de redução da economia capitalista à sua “dimensão funcional apropriada”. Por isso sua posição normativa fixada desde os anos 80 parece ser insustentável ou essencialmente utópica, como afirma Streeck. É preciso vislumbrar uma democracia para além do capitalismo sem cair

nas velhas receitas marxistas ortodoxas. Se quisermos estar à altura de nosso tempo e enfrentar esta questão, é preciso teorizar o capitalismo de modo mais aprofundado e vislumbrar alternativas políticas. No caso de Habermas, a crise atual do capitalismo não serviu de motivação suficiente para que ele revisasse sua mudança de posição a partir dos anos 80.

Se as análises de Streeck estão corretas, a questão agora é a de saber até que ponto os Estados poderão impor os direitos de propriedade e as expectativas de lucro dos mercados a seus cidadãos, ao mesmo tempo evitando declarar falências e assegurando o que resta da *legitimidade democrática* deles. Conforme mostra Streeck, a inflação, a dívida pública e a dívida privada não significaram nada mais que estratégias temporárias utilizadas por governos que enfrentaram o conflito aparentemente insuperável entre dois princípios contraditórios de alocação de recursos no quadro de um capitalismo democrático: de um lado, os direitos sociais, de outro a “produtividade marginal” regulada pelo mercado. Estas três estratégias funcionaram de fato durante um certo período, mas logo elas engendraram ainda mais problemas. Este cenário político indica assim que, até aqui, *uma reconciliação durável entre estabilidade social e estabilidade econômica no contexto das democracias capitalistas constituiu um projeto utópico*:

Tudo o que os governos conseguiram alcançar ao lidar com as crises de suas épocas foi movê-las para novas arenas, onde reapareceram sob novas formas. Não há nenhum motivo para acreditar que esse processo — a sucessiva manifestação das contradições do capitalismo democrático em variedades de desarranjo econômico sempre novas — tenha terminado (STREECK, 2012, p. 53).

Segundo Streeck, atualmente nós nos encontramos frente a um *risco duplo*, que marca efetivamente uma era de incertezas: o *risco econômico* e o *risco democrático*. De um lado, há a convicção bastante difundida segundo a qual, dado que o mundo está abarrotado de crédito oferecido a taxas de juros muito baixas, uma nova bolha está provavelmente se formando neste momento em alguma parte do planeta. A questão é que agora as finanças públicas terão dificilmente a capacidade de salvar novamente o capitalismo privado. De outro lado, a capacidade dos Estados de fazer a mediação entre os direitos dos cidadãos e as exigências da acumulação do capital foi fortemente afetada. Por exemplo, há uma grande resistência em relação ao aumento de impostos. Além disso e sobretudo, com a intensificação da interdependência global, *não é mais possível pretender que as tensões entre a economia e a sociedade, entre capitalismo e democracia, possam ser geridos no quadro de comunidades políticas nacionais:*

Hoje nenhum governo pode governar sem prestar detida atenção às obrigações e constrangimentos internacionais, inclusive aqueles dos mercados financeiros que forçam os Estados nacionais a impor sacrifícios à sua população. As crises e as contradições do capitalismo democrático se tornaram definitivamente internacionalizadas, manifestando-se não só dentro dos Estados mas também entre eles, em combinações e permutações inauditas. Como lemos quase todo dia nos jornais, “os mercados” passaram a ditar por vias sem precedentes o que Estados supostamente soberanos e democráticos ainda podem fazer por seus cidadãos e o que devem lhes recusar (STREECK, 2012, p. 54).

Doravante os cidadãos percebem cada vez mais os seus governos, não mais como *seus* agentes, mas como os agentes de outros Estados e sobretudo de organizações internacionais como o FMI ou a União Europeia, que se encontram muito

mais afastados da pressão eleitoral que os Estados-nação tradicionais. E não se trata apenas de países como Grécia, Irlanda ou Portugal, onde a democracia se encontra seriamente ameaçada em favor do compromisso de se proceder “responsavelmente” na adoção de uma austeridade rígida. Mesmo países como a Alemanha aceitaram o compromisso de cortar gastos públicos ao longo das próximas décadas.

Acontece que os mercados e as instituições internacionais exigem que não apenas os governos, mas também os cidadãos se engajem na consolidação fiscal. Os partidos políticos que se opõem à austeridade devem ser vencidos durante as eleições. No entanto, as eleições em que os cidadãos não possuem opções efetivas podem ser percebidas como inautênticas, o que pode eventualmente estimular desarranjos políticos, como o declínio na participação eleitoral, o crescimento de partidos populistas e turbulências nas ruas. Vê-se que a *zona de conflito* na qual se desenrola o enfrentamento das contradições do capitalismo contemporâneo ficou ainda mais complexa, tornando extremamente difícil para qualquer um que não pertença às elites políticas e financeiras reconhecer os interesses subjacentes e identificar seus próprios interesses:

Por exemplo, os apelos políticos à “solidariedade” redistributiva são agora dirigidos a nações inteiras, instadas por organismos internacionais a apoiar outras nações inteiras, a exemplo do pedido de que a Eslovênia ajude Irlanda, Grécia e Portugal. Isso escamoteia o fato de que aqueles que estão sendo apoiados por essa espécie de “solidariedade internacional” não são as pessoas do povo, mas sim os bancos, nacionais e estrangeiros, que de outro modo teriam de aceitar perdas ou lucros menores [...] Essencialmente, o novo alinhamento do conflito traduz conflitos de classes na

forma de conflitos internacionais, contrapondo nações que estão sujeitas às mesmas pressões dos mercados financeiros por austeridade pública. Pede-se a cidadãos comuns que demandem “sacrifícios” de outros cidadãos comuns que por acaso são de outros Estados, em vez de demandá-los daqueles que há muito tempo voltaram a auferir seus “bônus” (STREECK, 2012, p. 56).

A grande ameaça hoje é expressa pelo fato de que os Estados democráticos estão sendo transformados em agências de cobrança de dívidas a serviço de uma oligarquia global de investidores. Se é assim, mais do que nunca, é preciso se perguntar pelo ancoramento no real do modelo habermasiano do equilíbrio dos três poderes – há o perigo de que este se torne cada vez mais “normativo” no sentido ruim do termo. O poder econômico parece ter se tornado poder político, enquanto os cidadãos parecem estar quase inteiramente despojados de suas defesas democráticas e de sua capacidade de imprimir à economia interesses e demandas que são incomparáveis com os dos detentores de capital.

Diante deste cenário bastante complexo e difícil para a democracia efetiva, a teoria crítica não pode mais hesitar em retomar uma crítica radical do capitalismo. Diante das múltiplas graves crises gestadas no atual modo de organização social, tal como a crise ecológica, a crise social e a crise política, para não falar da crise econômica, não se pode mais simplesmente pressupor o caráter definitivo do capitalismo, como se fosse algo evidente e inelutável, ou crer que a sua imaginada domesticação seja algo plausível em longo prazo.

Mas se o capital retorna neste começo de século ao centro do palco da crítica social, se torna imprescindível ir além do modelo habermasiano e pós-habermasiano ainda dominantes no campo da teoria crítica de matriz frankfurtiana. Claro que

não se trata mais de pensar as lutas emancipatórias segundo um único sentido, mas sim de retomar uma teoria do capital, uma análise da especificidade de sua lógica *intrínseca* enquanto lógica social de ação dominante nas sociedades modernas, algo que o paradigma da domesticação acaba em certo sentido impedindo, na medida em que se preocupa apenas em limitar ou regular *externamente* os excessos do capitalismo. Com a dramática agudização da tensão entre capitalismo e democracia nestes últimos anos, a mera análise normativa centrada em conceitos como o de esfera pública, de democracia deliberativa ou de ética do discurso, é claramente insuficiente. É preciso investigar igualmente o outro pólo: quais os elementos estruturais implicados nisto que chamamos de lógica do capitalismo? O que ela visa, o que ela pressupõe? Quais as consequências de sua institucionalização para o tecido social? É preciso retomar questões básicas desta natureza para tentar melhor compreender aquilo que durante algum tempo foi reprimido na crítica social da segunda metade do século XX.

A grande tarefa teórica do começo deste século para a teoria crítica parece portanto ser o reconhecimento da importância do retorno deste tópico reprimido e o aprofundamento da compreensão deste que aparece como um dos principais obstáculos a inúmeras lutas por emancipação, tanto clássicas quanto contemporâneas, como por exemplo o movimento operário, o movimento anti-colonial, a luta contra a concentração de terra no mundo rural, as lutas contra a especulação imobiliária e a falta de moradia populares, assim como as lutas por bens públicos de qualidade em geral no mundo urbano, certos setores do movimento feminista e anti-racista. Movimentos sociais (Indignados, ZAD, Occupy) e mesmo partidos (Syriza, Podemos) extremamente recentes, para não falar de movimentos nem tão recentes assim (MST), suscitam ao menos a questão de saber se tal possibilidade de

articulação entre teoria e prática dentro de uma perspectiva crítica em relação ao capitalismo, especialmente à sua vertente neoliberal, não poderia adquirir uma plausibilidade maior nos próximos anos. Esta é evidentemente uma questão em aberto.

Claro que naquilo que diz respeito à tarefa teórica que vislumbramos aqui, autores como Marx, Weber, Adorno ou Lukàcs podem ser de grande valia, mas é importante também pensar tais contribuições “clássicas”, assim como seus eventuais limites, à luz de um olhar retrospectivo e atualizado acerca da dinâmica do capitalismo. Por exemplo, um aspecto que salta aos olhos em relação às dificuldades da perspectiva de domesticação do capitalismo é precisamente o seu caráter instável e, por vezes, surpreendente da sua trajetória, o que torna bastante difícil qualquer “controle democrático” pressuposto por um modelo estático como o da colonização na TAC, em que cada lógica ou racionalidade social tem seu lugar “legítimo”. Acontece que a lógica do capital nunca se limitou ao âmbito estrito da economia e sempre gerou configurações diferenciadas segundo o tempo e o espaço de atuação⁹. Por isso, hoje parece ser importante pensar a lógica do capitalismo tendo como pano de fundo a complexidade, a diversidade e, por vezes, a criatividade implicada em sua dinâmica¹⁰.

No fundo, algo que precisa ser pensado hoje por uma teoria crítica do capitalismo é como a lógica do capital instaura

⁹ A esse respeito, ver os trabalhos da tradição regulacionista em economia. Uma boa síntese dos trabalhos desta corrente se encontra em BOYER R. & SAILLARD, Y., *Théorie de la régulation : L'Etat des savoirs*, Paris, La Découverte, 2002.

¹⁰ Um aspecto importante do trabalho de Boltanski e Chiapello foi o de mostrar como o capitalismo é capaz, às vezes, de absorver uma parte das críticas que lhe são endereçadas e de se recompor criativamente a partir disso. Cf. BOLTANSKI L. & CHIAPELLO, E. *Le nouvel esprit du capitalisme*. Paris: Gallimard, 2011.

não uma, mas diversas tensões no seio da sociedade, tensões estas que se estabelecem diferencialmente e de modo sempre cambiante ao longo da trajetória de institucionalização do imperativo de acumulação ilimitada, que devido ao seu caráter abstrato e incessante, aponta sempre para além de suas materializações imediatas. Temos historicamente então o conflito, as crises e as patologias implicadas na tensão entre capital e trabalho nos seus mais variados âmbitos (e não apenas na fábrica ou em relação ao trabalho assalariado), mas também a tensão entre capital e democracia, entre capital e natureza, entre capital e consumidores etc¹¹. Pensar até às últimas consequências a tensão entre capitalismo e democracia na contemporaneidade constitui portanto um atalho para repensar a própria crítica do capitalismo, o primeiro e ainda fundamental alvo da teoria crítica da sociedade.

Referências

AMIN, S. “Au-delà de la mondialisation libérale: un monde meilleur ou pire?” *Actuel Marx: Fin du Néolibéralisme?*, n. 40, 2006

ARIENTI, W. L.. Uma análise regulacionista das reformas do Estado. In: *Textos de economia*, v.8, n.1, p.1-36, 2002.

BELLUZZO, L. G. M. O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados globalizados. *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 4, 1997, p. 11-20.

BENHABIB, S. *Critique, norm and utopia*. New York: Columbia University Press, 1986

¹¹ Nancy Fraser propõe uma concepção “alargada” de capitalismo que se aproxima dessa perspectiva. Cf. FRASER N., « Behind Marx’s Hidden Abode », *New Left Review*, avril 2014, n° 86, coll.« II », p. 55- 72.

BOLTANSKI, L. & CHIAPELLO. *Le nouvel esprit du capitalisme*. Paris: Gallimard, 2011.

BOYER, R. & SAILLARD, Y., *Théorie de la régulation : L'Etat des savoirs*. Paris: La Découverte, 2002.

DA HORA PEREIRA, L. *A noção de capitalismo tardio na obra de Jürgen Habermas: em torno da tensão entre capitalismo e democracia*. 2012. 232 f. Dissertação (Mestrado de Filosofia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, Campinas, 2012.

_____. Student und Politik e as origens da segunda geração da teoria crítica: Habermas e o diagnóstico do capitalismo tardio nos anos 60. *Philosophos - Revista de Filosofia*, [S.l.], v. 20, n. 1, p. 185-215, ago. 2014.

DUMÈNIL, G; LEVY, D. Une théorie marxiste du néolibéralisme. *Actuel Marx, Fin du Néolibéralisme?*, n. 40, Paris, PUF, 2006a, p. 24-38.

_____. Néolibéralisme: Dépassement ou renouvellement d'un ordre social?, *Actuel Marx: Fin du Néolibéralisme?*, n. 40, Paris, PUF, 2006b, p. 86-101.

FRASER, N. Feminism, capitalism and the cunning of history. *New Left Review*, n. 56, 2009, p. 97-117.

_____. Behind Marx's Hidden Abode. *New Left Review*, abril 2014, n. 86, coll. « II », p. 55-72.

HABER, S., Analyser le néolibéralisme aujourd'hui. *La Revue des Livres*, n. 4, 2012.

HABERMAS, J. *Legitimationsprobleme im Spätkapitalismus*. Frankfurt: Suhrkamp Verlag, 1973.

_____. *Theorie des kommunikativen Handelns*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1981. 2 v.

_____. *Die neue Unübersichtlichkeit. Kleine Politische Schriften V*, Frankfurt am Main, 1985.

_____. *Die nachholende Revolution. Kleine politische Schriften VII*, Frankfurt am Main, 1990.

_____. *O discurso filosófico da modernidade*, Tradução: Luiz Repa

- e Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- _____. *Zur Verfassung Europas*. Ein Essay. Suhrkamp: Berlin, 2011.
- _____. *Demokratie oder Kapitalismus? Blätter für deutsche und internationale Politik*, 05/2013.
- HARVEY, D. *A brief history of neoliberalism*. New-York: Oxford University Press, 2005.
- KLEIN, N. *La stratégie du choc*. Arles: Actes Sud, 2001.
- LÖWY, M. Habermas e Weber. *Crítica Marxista*, n. 9, 1999.
- MARX, K. *Le capital*. Paris: Quadrige/Puf, 1993. vol. 1.
- MELO, R. S. *Sentidos da emancipação: para além da antinomia revolução versus reforma*. 221 f. 2009. Tese (Doutorado em Filosofia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da USP, São Paulo, 2009.
- NOBRE, M. *A teoria crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- REPA, L. Habermas clássico sai no Brasil. *Revista Cult*, n. 170, 2012.
- STREECK, W. As crises do capitalismo democrático. *Novos Estudos*, Cebrap, 92, março 2012.
- _____. *Gekaufte Zeit: Die vertagte Krise des demokratischen Kapitalismus*. Berlin: Suhrkamp Verlag GmbH, 2013a.
- _____. Vom DM-Nationalismus zum Euro-Patriotismus? Eine Replik auf Jürgen Habermas. *Blätter für deutsche und internationale Politik*, n. 9, 2013b.
- TOMBERG, F. *Habermas und der Marxismus*. Zur Aktualität einer Rekonstruktion des historischen Materialismus: Würzburg, 2003.

Sobre o conceito “bifronte” de capital

Hélio Ázara¹

Embora a obra de Marx diga respeito e faça convergir para si uma diversidade de saberes, o econômico, o político, o sociológico, etc., o interesse de Marx não parece residir sobre o aprofundamento específico de cada um destes saberes, e muito menos procura extrair um “saber positivo” para as ciências correspondentes; antes, procura integrar estes saberes em uma estrutura conceitual abrangente e que lhe permita, por meio de seu “conceito de Capital como tal”, fazer seu diagnóstico da época moderna capitalista. Assim entendido, o conceito marxiano de capital é a *contrafigura abstrata* da sociedade capitalista, residindo nele o núcleo da crítica de Marx à sociedade burguesa e à sua “ciência”. Além disso, cremos, é a partir deste núcleo teórico que a herança intelectual de Marx pode e deve ser julgada.

Quem procura reconstituir os passos lógicos e históricos desta empreitada proposta por Marx move-se, então, na direção do núcleo da sua crítica à sociabilidade capitalista. Núcleo abstrato – é preciso que se diga – pois como enfatiza Rosdolsky (2001, p. 49-57), o tema do Livro I de *O Capital* é, de fato, “o capital como tal, ou o “capital em geral”, em oposição aos “capitais reais” empiricamente existentes. Como nos informa o próprio Marx, no fragmento intitulado “Método da economia política”, a pesquisa segue o postulado metodológico de ascensão do abstrato ao concreto e, nesta medida, se torna plausível a opção de começar pelo “capital como tal”, pois nele

¹ Professor de Filosofia da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG.

se inscrevem as leis essenciais que regulam o movimento de cada capital real, e capta o que se deve considerar “o especificamente capitalista” na organização da vida e da sociedade, em oposição a outros modos de vida e produção. Assim, o conceito de “capital como tal”, de “capital em geral” é uma abstração, mas uma *abstração real*, na medida em que as determinações subsequentes que compõem os capitais reais seguem e aprofundam as mesmas tendências descortinadas por meio da análise do conceito abstrato de capital.

O conceito de capital, embora seja o “compêndio das determinações” (MARX, 1974, p. 217)² que caracterizam o que é o capital ele mesmo, não pode ser confundido com a “realidade efetiva” dos capitais reais existentes³, que, além das determinações constitutivas do capital como tal, exprimem também e igualmente as especificidades de sua composição, a história de formação histórico-social na qual se insere etc. As determinações essenciais do conceito em sua pureza são ofuscadas pelo seu entrelaçamento com determinações

² De agora em diante citaremos o *Método da economia política* com a abreviação *M*, seguida da paginação da tradução para o português de Fausto Castilho de 1996. As referências ao texto do *Grundrisse* se abreviam com a letra *G*, seguida da paginação da *Marx e Engels Werke*, Band 13, Dietz Verlag Berlin, 1974.

³ “Na teoria pressupõe-se que as leis do modo de produção capitalista se desenvolvem de maneira pura. Na realidade efetiva existe apenas a aproximação; mas esta aproximação é tanto maior quanto mais desenvolvido está o modo de produção capitalista e quanto mais estiver eliminado o seu entrelaçamento e sua contaminação com restos de situações econômicas anteriores” (MARX, 1984, III, p.184). A partir daqui citado como *K*, seguido da numeração romana para o Livro, e da paginação em arábicos da *Marx e Engels Werk XXIII*, Berlin: Dietz Verlag, 1962. A edição brasileira da Abril Cultural será abreviada por *C*, seguido do Livro em numeração romana e da paginação em arábicos.

contingentes e, mesmo em nações de capitalismo plenamente desenvolvido, não aparecem em sua pureza conceitual; antes cada capital real existente expressa, além das determinações deste núcleo do qual o conceito de capital se constitui como sua contra figura-abstrata, as determinações oriundas de sua própria história de formação; o grau em que já se encontram estabelecidas as relações de tipo capitalista em um determinado mercado; as determinações específicas de sua composição; a concorrência inter-capitalista etc. Assim, embora a obra de Marx trate do conceito de capital em um nível elevado de abstração e pureza, não obstante a isso, todas as relações mais desenvolvidas e que expressam as especificidades reais de cada capital devem ser “consideradas como desenvolvimentos deste germe” (G, 217) conceitual. Todos os capitais, portanto, na medida mesma em que são capital, têm seus movimentos presididos pelas determinações do capital como tal, sendo portanto abstraídas suas especificidades contingentes, redutíveis em última instância aos movimentos essenciais do capital em geral. Quanto mais estiver desenvolvida a produção capitalista, quanto mais estiver estabelecido o mercado mundial⁴, tanto mais a lógica da valorização ilimitada do valor se estabelecerá como *poder* que domina toda a sociedade. Nesta medida, o núcleo da apreensão marxiana da sociedade capitalista moderna corresponde a este “germe” que é o conceito de capital como tal. “Germe” este que, para que se desenvolva como análise do presente histórico, deve se fazer acompanhar de elementos de análise histórica, política, econômica e social, formando um diagnóstico do presente histórico que aponte as possibilidades de transformação radical deste presente.

⁴ Quanto mais modalidades do trabalho se encontrem *subsumidas formal e realmente sob* a lógica do capital.

Não se tratando de “puras determinações conceituais” e “nem da dialética destes conceitos” (G, p. 69), mas, antes, de um *diagnóstico de época* que tem seu “paradigma de inteligibilidade” (MÜLLER, 1982, p. 41) ancorado em uma teoria da história dos modos de produção em seu desenvolvimento progressivo e que identifica no modo de produção capitalista a “última figura servil assumida pela atividade humana, a do trabalho assalariado”, e que, por fim, vê na solução revolucionária a forma de se superar o *limite* que o capitalismo constitui para a efetivação da *liberdade* humana. “Daí que com essa formação social se encerre a pré-história da sociedade humana” (MARX, 1982, p. 53).

É por isso que Marx diz no *Grundrisse* que no conceito simples de capital devem estar presentes tanto as suas tendências civilizatórias quanto, de maneira latente, as contradições que dele decorrem (G, p. 317). É como unidade opositiva entre tendências civilizatórias e destrutivas que Marx estrutura o núcleo de sua crítica da modernidade capitalista. Insistimos no fato de residir no conceito abstrato de capital o diagnóstico que Marx faz da sua época, sublinhando os aspectos civilizatórios da modernidade e do progresso material capitalista, da libertação da dominação direta, das formas da servidão, da criação do mercado mundial e da rede de intercomunicação capitalista, do uso das forças da natureza e do conhecimento científico na produção e de todos os avanços do capitalismo frente aos modos precedentes da produção. Mas o faz sem esquecer e sem esconder a *face sombria* desta relação histórica e social de produção que se expressa na mais radical *oposição* entre as condições de produção e as potências vivas do trabalho, da destruição das solidariedades tradicionais – em parte destruídas, em parte substituídas pela *possibilidade* da integração de todos no mercado mundial – da crescente subjetivação do trabalho, da subordinação de toda a produção ao processo de valorização e

da instabilidade que marca a classe que vive do trabalho em cada fase destrutiva do ciclo de vida do capital. Ambas as dimensões formam a *figura bifronte* do capital, portador de tendências civilizatórias, por um lado, e tendências destrutivas, de outro.

Marx expõe, por meio de seu conceito de capital, ou mais precisamente, permite, por meio da exposição,⁵ que as

⁵ O conceito de “método de exposição”, como ensina Marcos Müller (1982, p. 20), guarda, em Marx, claras “reminiscências do conceito hegeliano de Exposição” embora não seja redutível a este. Dialética é, em Marx, antes de tudo *método de exposição e crítica* da Economia Política. Para um esclarecimento da dialética marxiana como método de exposição, bem como de suas “reminiscências” hegelianas e de suas especificidades no uso de Marx, remetemos o leitor ao artigo já clássico do professor Marcos Müller. Neste podemos perceber as diferenças impostas ao método pela recusa do *elemento especulativo* da dialética. Parte deste debate também aparece conceituado em *A dialética do avesso*, 2002. Dentre os três movimentos próprios do elemento Lógico tal como expostos no *Conceito mais preciso e divisão da Lógica* (§ 79-83 da *Enciclopédia das ciências filosóficas*, Tomo I – *A ciência da lógica*), Marx se apropriaria tão somente dos dois primeiros movimentos, a saber: do primeiro que consiste no *momento do entendimento*, que apreende e entende positivamente o objeto, e do segundo movimento, o propriamente *dialético ou negativamente racional*, que *suspende* as determinações fixadas pelo entendimento e as faz, por força de seu próprio automovimento, se ultrapassar para as determinações opostas. O terceiro movimento, o *especulativo ou positivamente racional* é aquele que Marx rejeitaria como “místico e mistificador”, pois este, por assim dizer, *suprimiria a diferença e a contradição* em busca de uma *unidade identitária e essencial*, e seria este terceiro movimento, uma vez aplicado a uma *contradição real* como a que preside o sistema capitalista, um “positivismo acrítico” que dissolveria a contradição essencial em nome de uma *identidade formal e abstrata*, fruto da especulação e transfiguração do real.

determinações racionais imanentes ao capital sejam apresentadas como tendo na *contradição nuclear* entre capital e trabalho seu fundamento. As demais relações em que se insere o capital devem ser desenvolvidas tendo tal núcleo como base (G, p. 217). Certamente que em períodos diferentes da história de vida do capital, períodos a que os economistas dão o nome de capitalismo concorrencial, monopolista etc., nestes períodos, mesmo com grandes alterações nos processos de produção e valorização, o núcleo da análise que se inspira nas obras de maturidade de Marx deve seguir sendo a contradição essencial que preside o sistema. Mais ainda, são os movimentos presididos por esta contradição, a busca incessante por valorização e a revolução permanente das bases técnicas e científicas da produção, aqueles que determinam os patamares sempre renovados da produção e valorização. Dito de modo sumário: é a busca incessante do capital por tornar seus *limites* em *barreiras* que o faz necessariamente um organismo mutante⁶.

A *face* civilizatória do capital é sempre mais nítida na medida em que é posta em contraste com as formas de produção que precedem o capitalismo; são estas formas que, para Marx, em sua dissolução, conduzem ao capitalismo como a “última figura servil” assumida pelo trabalho. O aspecto civilizatório do capital se mostra na integração de todos os

⁶ Em nossa tese de doutorado procuramos explicitar o modo como Marx se utiliza da dialética hegeliana da *finitude*, que tem como operadores lógicos as noções de *limite* e *barreira*, para caracterizar a subjetividade do capital, uma subjetividade marcada pela *infinitude da vontade* de valor e mais-valor. Essa vontade infinita de valorização se constitui no traço característico do “capital como tal”, ou seja, o não reconhecimento de *limites* ou a transformação reiterada de seus próprios *limites* em *barreiras* e sua consequente superação (Cf.: ÁZARA, 2012).

povos ao mercado mundial (G, p. 311; 317-8), e que causou o fenômeno, observável de múltiplos pontos de vista, de que a “história europeia expandiu-se em história mundial” (KOSELLEK, 1999, p. 9). Integração, dizíamos, que não é livre de contradições, uma vez que liga os indivíduos não só aos desfrutes materiais e espirituais da modernidade, mas também os faz padecer das incertezas que este mercado abrangente implica de modo necessário. Portanto o que Marx reporta como sendo a *face civilizatória* ou “solar” deste modo de produção é sua tendência à expansão dos domínios do mais-valor, é a tendência ao progresso técnico e científico da produção e a integração de todos no mercado mundial.

Mas como exteriorização da contradição nuclear que preside o sistema, essa própria “expansão” do valor e o progresso técnico implica, nos ciclos periódicos de vida do capital, sua *face destrutiva* ou aponta para aqueles momentos em que a criação de valor é apenas possível mediante destruição de valores existentes e que se expressam, na teoria de Marx, por meio da tendência a à queda da taxa de lucro e pelas crises de superprodução. O ciclo de vida do capital, que assume a figura de uma espiral progressiva quando presidido por sua “*face solar*”, implica em progresso técnico e científico e na integração da população por meio do consumo. Quando presidido por sua “*face destrutiva*”, implica em crises e na destruição da riqueza como condição de criar novos patamares de acumulação. Ambas as *faces* desta espiral coexistem no conceito de capital como tal.

Cabem aqui algumas breves palavras sobre o que acima nos referimos como “contradição nuclear que preside o sistema”. Os termos da contradição, como sabemos, são capital e trabalho. Sua relação é contraditória porque o capital *inclui* o trabalho como um seu momento, e por outro lado o *exclui*, ou busca aniquilá-lo como polo oposto. Neste movimento é que o capital se coloca como *sujeito* do processo

de produção e reprodução. A exposição o descobre como *sujeito que abrange seu outro*, a força de trabalho. Por esta razão, o ponto de partida consiste no capital como *relação*. Marx parte, portanto, do momento exato em que os pressupostos históricos rompem e determinam o movimento das categorias, apontando com isso para o caráter historicamente específico da *relação* capitalista. Mostra-se então porque é preciso qualificar o trabalho como o *outro específico do capital*, como trabalho assalariado, bem como se explica o significado da *dupla liberdade* exigida como condição para a existência do trabalhador moderno. Foram necessários séculos para que nos começos da sociedade capitalista o dinheiro pudesse se contrapor ao “trabalhador livre”, *livre* de coação extra-econômica ao trabalho; e *livre* dos meios de produção necessários à efetivação de seu trabalho. Essa dupla liberdade é pressuposto e resultado da relação capital. Essa incorporação do trabalho como momento do capital corresponde à *subsunção formal* do trabalho ao capital, para usar uma linguagem inspirada na lógica, e aos temas da seção III do livro I de *O Capital*.

Por meio do processo de criação do mais-valor absoluto, que corresponde à *subsunção formal* do trabalho sob o capital, acompanhamos como o capital, seguindo seu impulso vital por mais-valor, *incorpora e afirma* o trabalho, seu *outro* específico, como *momento* interno da *totalidade* em que busca se constituir. Por meio do processo de criação do mais-valor relativo, que corresponde à *subsunção real* do trabalho sob o capital, vemos como o capital, seguindo o mesmo impulso *sem limites* por mais-valor, irá revolucionar completa e incessantemente as bases técnicas e científicas da produção e com isto gerar o processo de *negação* do trabalho vivo pelo morto que caracteriza a *contradição-capital*. A seção IV de *O capital* mostra como o capital, buscando superar a *barreira* em que a jornada de trabalho se constitui para seus objetivos de expansão,

subordina realmente o trabalho por meio da inovação técnica e da aplicação das ciências na produção, tornando o trabalho vivo, em parte, supérfluo, o *negando*, portanto, e o substituindo por trabalho morto. O *limite* da jornada de trabalho é superado pelo progresso técnico. O desenvolvimento, o progresso técnico de tipo capitalista são os gatilhos para a teoria das crises. Ao estudar os impactos dos mecanismos de extração de mais-valor ou mais-trabalho sobre os destinos da classe trabalhadora, Marx faz o capital se opor a toda a sociedade, confirmando-o como pretensão a se tornar uma *potência que a tudo subordina*. Esta *potência ilimitada* que o capital aspira ser, contudo, é recorrentemente frustrada por sua contraditória relação com sua substância, a força de trabalho, *afirmada* como *momento*, *negada* simultaneamente como *totalidade* oposta ao capital.

Voltando aos ciclos de vida do capital, vemos que na fase da espiral presidida pela expansão, o trabalho é *incluído* ou *afirmado* como *momento* do capital, na forma de capital variável. Já na fase destrutiva do ciclo, este é *negado* pelos mecanismos de desenvolvimento da produtividade e reiteradamente impedido de, por seu lado, constituir-se como *sujeito* de sua própria atividade⁷. Toda a Crítica da Economia

⁷ Como procuramos mostrar em outro lugar: “A contradição em O *capital* é [...] a contradição “em si” e não a contradição “posta”, uma vez que é condição para que haja este segundo modo da contradição duas totalidades em oposição e ambas deveriam incluir o seu outro como momento e o excluir como uma totalidade. Na dialética de Marx apenas o trabalho é incluído como momento do capital, como “capital variável”, e assim o capital como *todo* se rebaixa a momento ideal da totalidade que ele mesmo compõe e se opõe a seu outro, assumindo a forma de capital constante”. (Cf. *Capital: subjetividade e relação*. In: ROJO, Marcos Del (Org.). *Marx e a dialética da sociedade civil*. Ver também a *Enciclopédia das Ciências Filosóficas*, I, *A Ciência da Lógica*, §119).

Política se desenvolve a partir deste “germe”. Atada ao capital pela crescente incorporação da lógica da valorização para todas as dimensões de sua vida, toda a sociedade, e não apenas a população trabalhadora, tem sua vida determinada pelo ciclo de vida do capital, que *aparece* assim como fonte de toda a riqueza social (G, 479). Como mostra a figura de uma espiral, há, no entanto, na articulação das categorias por parte de Marx, uma *predominância sistêmica* das tendências destrutivas⁸. Tudo se passa como se na espiral progressiva dos ciclos de vida do capital, que são os ciclos econômicos, as margens do processo civilizatório fossem paulatinamente erodidas, enquanto avançaria a *face destrutiva* da relação-capital. Dito de outro modo, as crises, expressão violenta da face destrutiva do ciclo, seriam progressivamente maiores e mais ameaçadoras para o destino do sistema, e as tendências expansivas passariam a conviver mais e mais com processos de barbárie, sobretudo na periferia do sistema, como nos dão mostras as análises de Plínio de Arruda Sampaio Jr⁹. Desse modo, mesmo que não haja *necessidade absoluta* na predominância de qualquer das fases do ciclo, ou que nenhuma delas possa se fazer valer como solução final, há, ainda assim, uma predominância sistêmica da *face destrutiva* do ciclo, o qual deriva da *contradição nuclear* que condiciona todo o sistema e que a crítica

⁸ Determinada pela propensão do sistema a “subordinar a si todos os elementos da sociedade” (G, p. 189) e pela contradição essencial que determina o sistema em seu núcleo.

⁹ Cf. Sampaio Jr, 2009, pp.41-7. De forma mais completa a análise que identifica a sobrevida da relação capitalista como condicionada por uma coexistência estratégica entre acumulação e barbárie já está presente em “*Entre a Nação e a Barbárie*” (1999). Trata-se da mesma análise, baseada em uma releitura da Crítica da Economia Política, e que tem como objeto determinado o “capitalismo dependente”.

da economia política desvela como resultado da reconstrução imanente das categorias da Economia Política.

O conceito marxiano de *capital como tal* ou de *capital em geral* é um “germe” do qual devem se desenvolver as tendências em conflito que constituem o capital como contradição em processo; esta tem, na estilização de Marx, a figura de uma espiral progressiva, que descreve em sua órbita os ciclos de vida do capital. Quando a fase do ciclo é presidida por sua *face civilizatória*, “o capital [...] deve tender a abolir toda barreira espacial oposta à circulação, i. e., ao intercâmbio e a conquistar toda a terra com seu mercado [...] aparece aqui a tendência universal do capital, que o diferencia de todos os estágios anteriores da produção” (G, p. 438-441). O civilizatório no capital é sua tendência a não conhecer *limites* para o desenvolvimento da riqueza – o que inclui a ciência: “a forma mais sólida da riqueza” (G, p. 439) – bem como sua tendência à integração de todos no mercado mundial. Para Marx, a mesma tendência *essencial* do capital ao desenvolvimento da riqueza, uma vez presa e determinada pela forma tipicamente capitalista de desenvolvimento das forças produtivas, implica na *negação* progressiva do trabalho vivo pelo morto, a uma composição técnica e de valor na qual a máquina substitui as forças de trabalho e na conseqüente queda da taxa média de lucro. A tendência à queda da taxa de lucro e a conseqüente crise cíclica de sobreprodução são expressões do germe contraditório em que se constitui a relação-capital. Quando a fase do ciclo de vida do capital é determinada por sua *face destrutiva*, na qual a nova valorização é apenas possível com base na destruição da riqueza atual a fim de que se criem novos patamares de acumulação, nesta fase, dizíamos, a relação contraditória entre capital e trabalho assalariado é que se constitui em *barreira* ao desenvolvimento da riqueza. A *face civilizatória* do capital constituiria assim as condições do futuro, do desenvolvimento universal do indivíduo; sua *face*

destrutiva impede que esse futuro ecloda, é uma *barreira* ao desenvolvimento do indivíduo.

A barreira do capital consiste em que todo este desenvolvimento se efetua antiteticamente e em que na elaboração das forças produtivas, da riqueza geral, etc., do saber etc., se apresenta de tal sorte que o próprio indivíduo trabalhador se aliena (*sich entäußert*); se comporta com as condições elaboradas a partir dele mesmo não como as condições de sua própria riqueza, senão da riqueza alheia, e de sua própria pobreza. Esta forma opositiva mesma, sem dúvida, é transitória e produz as condições reais de sua própria supressão (*Aufhebung*) (G, p. 440).

Presidem este ideário as noções de futuro, progresso e desenvolvimento. O desenvolvimento como ideia diretora da filosofia da história que emoldura a análise marxiana do presente tem tanto o poder de constituição como de dissolução das formações econômicas. Para Marx “todas as formas de sociedade, até o presente, sucumbiram pelo desenvolvimento da riqueza ou, o que é o mesmo, as forças produtivas sociais. Por isso entre os antigos, que eram conscientes disto, se denunciou diretamente a riqueza como dissolvente da comunidade” (G, p. 438). O desenvolvimento, em seu papel constituinte, dita a marcha progressiva da riqueza, que a esta altura é sinônimo de desenvolvimento do indivíduo social; em seu papel dissolvente, faz com que o desenvolvimento da riqueza dissolva “as condições econômicas sobre as quais repousava e as relações políticas entre os diversos elementos componentes da entidade comunitária que correspondia a esta” (G, p. 439). O capitalismo pela primeira vez põe as condições para que se aspire um desenvolvimento ilimitado da riqueza, e, portanto, do indivíduo. Ele [o capitalismo] constituiria a base sobre a qual se torna possível uma nova

forma de desenvolvimento da riqueza, livre da oposição de classes. Neste sentido amplo, o próprio capital é uma *barreira* ao desenvolvimento que ele, pela primeira, vez tornou possível. Daí sua relatividade e seu caráter de transição. Ele é “a base como possibilidade do desenvolvimento universal do indivíduo, e o desenvolvimento real dos indivíduos a partir desta base, como constante suspensão de sua barreira, que é sentida como uma barreira e não como um limite sagrado (*Heilige Grenze*)” (G, p. 440). O capital teria, como um traço *essencial*, o desenvolvimento como norma de sua mudança necessária. Seu caráter essencialmente mutante, seu pôr e superar constantemente *limites*, aliado à contraditória relação com sua substância, abre a possibilidade de sua dissolução como relação que determina a sociedade. Se o desenvolvimento e o progresso da riqueza são os elementos dissolutivos das formações sociais pré-capitalistas, eles são o traço mais característico e definidor da dinâmica da sociedade capitalista, fazendo desta uma época marcada pela transição.

Esta tendência – que é inerente ao capital, porém ao mesmo tempo o contradiz como forma limitada de produção e por conseguinte tende a sua dissolução – distingue o capital de todos os modos de produção anteriores e implica, por sua vez, que aquele é posto como simples ponto de transição (G, p. 438).

O caráter contraditório da relação essencial que determina todo o sistema capitalista se expressa em uma tendência à queda da taxa de lucro, tema do livro III de *O capital*. O desenvolvimento das forças produtivas, que opera como elemento dissolutivo nos modos de produção pré-capitalistas e que o capital torna sua característica definidora, entra em uma relação conflituosa com a própria relação-capital, que se torna uma ameaça ao desenvolvimento. A

queda da taxa de lucro exterioriza essa ameaça, pois “ela promove superprodução, especulação, crises, capital supérfluo, ao lado de população supérflua” (K, III, p. 252; C, III, p.183). Conforme o livro III d’*O capital*, a tendência à queda da taxa de lucro é importante porque, por meio dela, ou do horror ante a ela, mesmo os economistas que vêem o capitalismo “como absoluto”, “sentem” que o capital cria uma *barreira* para si mesmo. Não sendo um “*Limite sagrado*”, – antes uma “*barreira característica*”, determinada pela separação mais radical entre trabalho vivo e todas as condições do trabalho – a relação capitalista exterioriza, por meio da tendência à queda da taxa de lucro, “o caráter tão somente histórico e transitório do modo de produção capitalista”. A queda tendencial da taxa de lucro – e em geral as crises – tornam *possível* a *dissolução* da relação capitalista, mas nem por isso é investida por Marx de poder de uma *necessidade absoluta*. “Esse processo levaria em breve a produção capitalista ao colapso (*Zusammbruch*), se tendências contrárias não atuassem constantemente” inibindo os efeitos da tendência, “mas não a suspendendo”.

Por fim se impõe uma palavra sobre o espectro de Marx. Os ciclos de vida do capital, que percorrem a órbita de uma espiral progressiva, na qual em cada fase do ciclo prevalece uma das *faces da figura bifronte* do capital, esses ciclos, dizíamos, acabaram por se amalgamar a tal ponto com a avaliação acerca da herança teórica de Marx que, estamos convencidos, na fase expansiva do ciclo, Marx e sua obra aparecem sempre como ultrapassados e superados; por outro lado, nas fase regressiva ou destrutiva de riqueza do ciclo, o autor de *O Capital* é geralmente saudado como novidade e “reavaliado”. Por vezes a simples afirmação “o capitalismo mudou” parece convencer estudiosos de que as mudanças nas especificidades de cada momento da história do capitalismo seriam suficientes para abandonar pura e simplesmente uma conceituação rigorosa como a de Marx. Ao contrário,

pensamos que Marx opera uma caracterização do capital como essencialmente mutante, como acima dissemos, e que esta mudança, ao invés de fazer dissolver o conceito de capital, antes aprofunda as tendências contraditórias que fazem do capital “a contradição viva” (G, p.661). O capital, entendido a partir de “suas fontes filosóficas imediatas” (MÜLLER, 1982, p.18) é estilizado pela crítica da economia política como um *organismo vivo*, que tem em sua própria contradição imanente o princípio motor de seu movimento. Mais precisamente, seu *processo vital* consiste em pôr como *negativas* suas próprias determinações, seus *limites*, e *suspender* suas determinações ao *tornar seus limites em barreiras* e assim os superar. Tudo isto posto apenas com o intuito de firmar nossa posição de que as mudanças pelas quais passou o capitalismo desde Marx, como nos dão mostras a atual “crise de sobreacumulação” (Cf. GRESPAN, 2009, p. 11-7), ao contrário de tornar supérfluo e datado o conceito marxiano de *capital como tal*, devem nos fazer pensar antes no modo como os mecanismos tipicamente capitalistas de produção e valorização nos conduziram ao quadro atual, que, não sendo redutível a história deste conceito, reclama evidentemente análises ancoradas no real, ou nas ciências que se ocupam da anatomia atual da sociedade burguesa, mas nem por isso refutam o núcleo da apreensão marxiana da sociedade burguesa, tornando-o um dispositivo analítico sempre passível de atualização, como se pode ver no “elemento de verdade” presente nas atuais “voltas à Marx.”

Referências

- AZARA, H. *O conceito marxiano de capital como tal: um estudo a partir do livro primeiro de O Capital*. Tese de doutorado. Campinas, IFCH/Unicamp, 2012.
- MARX, Karl. *O capital*. Vols I, II e III, tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe, São Paulo, Abril Cultural, 1984.

_____. O método da economia política. Terceira parte: Introdução [à crítica da economia política]. Tradução de Fausto Castilho. *Crítica Marxista*, n° 30, São Paulo, Editora da UNESP, 2010.

_____. *Grundrisse der kritik der politischen ökonomie*. Marx-Engels Werke, Berlim: Dietz Verlag, 1974.

_____. *Grundrisse*. Tradução Mario Duayer e Nélio Schneider, São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

_____. *Para a crítica da economia política*. Trad. Edgard Malagodi, Leandro Konder. São Paulo: Abril cultural, 1982.

ROSDOLSKY, R. *Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx*. Tradução de César Benjamin. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2001.

MÜLLER, M.L. Exposição e método dialético em “O capital”. *Boletim SEAF*, n°2, Belo Horizonte, 1982.

_____. A Gênese conceitual do estado Ético. *Revista de Filosofia Política – Nova Série*, RS, v.2, p.9-38, 1998.

GRESPLAN, J. L. *O negativo do Capital – O conceito de crise na crítica de Marx à economia política*. São Paulo: Editora Hucitec/FAPESP, 1999.

_____. A crise de sobreacumulação, in. *Crítica Marxista*, n. 29, São Paulo, Editora da Unesp, p.11-17. 2009.

SAMPAIO JR, P.A. *Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente*. Petrópolis, Vozes, 1999.

Redemocratização desdemocratizante: a democracia brasileira sob a dominação econômica

Amaro Fleck¹, Jordan Michel-Muniz²

Passados trinta anos do fim do regime militar no Brasil, o processo de redemocratização da sociedade brasileira já poderia estar plenamente consolidado. No entanto, parece ser um consenso estabelecido o fato de se viver, ainda, em uma democracia de baixa intensidade, isto é, em uma situação na qual, apesar do aparente funcionamento normal das instituições democráticas, não houve uma progressiva implantação de uma cultura democrática no ambiente político nacional.

Entende-se aqui por democracia antes “o governo por meio do debate” ou, em outras palavras, por meio do uso da “argumentação racional pública” (Cf. SEN, 2009, cap. 15 e 16), do que simplesmente uma forma de governo baseada em eleições e na regra da maioria. Uma democracia é de baixa intensidade, caso da brasileira, quando a argumentação pública tem pouca qualidade e a participação no debate público é escassa e, sobretudo, concentrada em poucas vozes, as quais não refletem a diversidade e pluralidade de visões e interesses existentes na população concernida pelas políticas públicas.

O presente trabalho busca traçar uma explicação para este fato, testando a hipótese de que a redemocratização em âmbito nacional vivida nestes últimos trinta anos foi acompanhada de

¹ Professor de Filosofia da Universidade Federal de Lavras – UFLA.

² Doutorando em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

uma tendência “desdemocratizante” internacional, cujo impacto no cenário nacional não deve ser subestimado. Este seria apenas um dentre muitos elementos causadores da demora brasileira em aprofundar sua democracia³. Mas um elemento que merece exame minucioso por não ser nada secundário neste processo.

A tendência “desdemocratizante” consiste, grosso modo, em uma série de fatores que reforçam o domínio econômico sobre a política. Não se trata de fato consumado. Tendências são movimentos graduais, muitas vezes lentos, que indicam para onde se encaminham as transformações em curso, ainda que não permitam diagnosticar com precisão a situação presente. A hipótese aqui defendida é que se vive hoje em uma conjuntura na qual o âmbito econômico, isto é, sobretudo, a busca pelo lucro, domina a esfera política, de forma a transformar esta em um mecanismo útil para aquele. Ou, em outras palavras, ao menos nos últimos quarenta anos o conflito entre a política democrática e os mercados capitalistas tem-se resolvido de forma cada vez mais favorável aos mercados (Cf. STREECK, 2012).

Esta tendência é clara nos países avançados, marcados por um progressivo desmonte da estrutura social que garantia altos patamares de bem-estar a praticamente toda a população. Desmonte cujo principal objetivo parece ter sido tornar

³ Em *Imobilismo em movimento*, Marcos Nobre (cf. 2013) sugere outra causa para a demora brasileira no processo de aprofundar sua democracia, a saber, o mecanismo institucional do presidencialismo de coalizão, isto é, a necessidade de formar um superbloco multipartidário para garantir a governabilidade, mecanismo que ele intitula de pemedebismo. Enquanto ele investiga algumas das causas internas, nosso foco aqui são causas externas; de modo que nossa abordagem deve ser vista antes como complementar do que como excludente em relação à dele.

competitivas as economias destes países frente ao desenvolvimento industrial de países com mão de obra barata e parca regulação do mercado de trabalho.

É certo que os ganhos com a volta da democracia, no Brasil, são inestimáveis. Não se trata, de forma alguma, de questionar ou relativizar as vantagens de um regime jurídico legítimo sobre outro baseado na exceção. Trata-se, isto sim, de mostrar como tendências internacionais atenuaram ou mitigaram ganhos que poderiam ter sido bem maiores. O Brasil não apenas se encontra, hoje, em uma situação social (auferida por uma série de indicadores) muito superior àquela de que gozava no final do governo militar como, ainda, as melhorias que ocorreram no período democrático foram proporcionalmente bem mais amplas do que as ocorridas durante a ditadura. O ponto aqui ressaltado é que tais conquistas não foram suficientes para criar uma condição social condizente com o que seria minimamente aceitável em um país industrializado em pleno século XXI.

O presente trabalho consiste em uma tentativa não exaustiva de elencar alguns dos elementos pelos quais se dá esta tendência de dominação econômica sobre o âmbito da política democrática, os quais são em parte responsáveis pela baixa intensidade da democracia que vem sendo implantada no Brasil desde a redemocratização.

Os elementos da dominação econômica

A dominação econômica sobre a esfera da política, ou, em outras palavras, o predomínio dos mercados capitalistas sobre as políticas democráticas, não é algo simples de se descrever. Ela não surge de causa única, mas advém de uma pluralidade de elementos que se articularam e se combinaram de variadas formas ao longo das últimas quatro décadas, com matizes peculiares em cada local onde se disseminaram (podem

ocorrer, às vezes, embates entre tais elementos, embora o usual seja a harmonização). Trata-se, assim, de uma constelação de aspectos que precisa ser vista em conjunto, pois todos reforçam a tendência aqui examinada.

a) *Tecnocracia*

Quando se entende a democracia não apenas como uma forma de governo cujas instituições centrais são eleitas de acordo com a regra da maioria, e sim como um processo de deliberação por meio do uso da argumentação pública, torna-se evidente que ela deve fazer amplo uso de especialistas nos assuntos com os quais lida. Ao se escolher uma proposta específica em detrimento de outras é preciso estar bem informado sobre seus custos e consequências, assim como acerca dos benefícios esperados e dos possíveis efeitos colaterais decorrentes dela. Escolhas complexas precisam ser tomadas de forma consciente.

Nas últimas décadas, no entanto, tem-se tornado cada vez mais predominante o discurso tecnocrático, o qual consiste em um modo de perversão da função do especialista no processo deliberativo. A tecnocracia apoia-se na decisão técnica, tomada com base em um saber peculiar, dominado por um especialista. A diferença crucial é que agora o *expert* não é apenas um conselheiro que ajuda a ver as vantagens e desvantagens inerentes a cada possível deliberação, e sim o próprio responsável por escolher a política a ser adotada.

O *expert*, em seus vários avatares (cientista político, jurista, economista, cientista social, especialista em estatística etc.), se torna o protótipo do sábio imparcial, que se situa acima dos conflitos cotidianos e cuja posição se funda sobre uma avaliação neutra de fatos objetivos. Se ele for chamado a influenciar ou até a tomar diretamente decisões políticas (por exemplo, no caso de ser indicado para um cargo de

governo), servir-se-á presumidamente de seus conhecimentos científicos, sem seguir motivações partidárias ou ideológicas (PINZANI, 2013, p. 157).

Assim, a tecnocracia suprime a política. Em vez de escolher políticas públicas com diferentes custos, benefícios e finalidades, debatidas e negociadas na esfera pública, a opção parece agora residir entre medidas corretas, condizentes com a ciência especializada (quase sempre a economia), e medidas errôneas, mas muitas vezes sedutoras porque supostamente trariam vantagens imediatas à população. O discurso da tecnocracia julga inadequado e sem boas perspectivas aquilo que a contraria. Hoje em dia toda forma de política não tecnocrática é rotulada de ‘populismo’, o qual seria praticado por políticos tidos como irresponsáveis, obstinados com possíveis ganhos e perdas eleitorais. Reconstruindo a argumentação tecnocrática, Streeck (2012, p. 37) observa que:

A teoria econômica predominante ficou obcecada pela ‘irresponsabilidade’ de políticos oportunistas que satisfazem um eleitorado pouco versado em economia, interferindo em mercados naturalmente eficientes em busca de metas – como pleno emprego e justiça social – que mercados genuinamente livres proporcionariam a longo prazo de qualquer jeito, mas que deixam de proporcionar quando distorcidos pela política. [...] As intervenções adequadas são aquelas que deixam os mercados livres de interferência política; as incorretas, que distorcem os mercados, derivam de um excesso de democracia – mais precisamente, da transposição, levada a cabo por políticos irresponsáveis, da democracia para a economia, onde ela não deveria se meter.

Isto significa uma diminuição enorme do poder democrático frente ao poder econômico. O discurso tecnocrático oferece uma espécie de blindagem à economia

diante da ameaça democrática de interferir no terreno econômico com o objetivo de garantir um patamar mínimo de justiça social ou de bem-estar para todos em detrimento da perseguição pura e simples da maximização do lucro. Por isso, a tecnocracia nada mais é do que um processo de despolitização: em vez de um debate sobre qual finalidade perseguir e a que custos, tem-se a imposição de um objetivo específico e dos meios administrativos necessários para atingi-lo. Como nota Pinzani (2013, p. 150), referindo-se à presente crise econômica:

As medidas tomadas para combater a crise econômica atual são quase todas medidas políticas, ainda que sejam apresentadas como medidas técnicas. Tanto a escolha entre austeridade e investimento público, quanto aquela entre cortes nas despesas estatais e aumento da pressão fiscal sobre os cidadãos mais ricos [são] escolhas políticas que pressupõem não apenas o conhecimento de dados macroeconômicos, mas também certa visão da sociedade e certos conceitos de justiça social.

O sucesso do discurso tecnocrático é em boa parte devido a sua visão articulada da sociedade e tem por base cinco premissas que, embora profundamente problemáticas, para não dizer equívocas, permanecem pouco questionadas⁴. A primeira é a visão da sociedade como um jogo harmônico de interesses, isto é, um jogo no qual todos os participantes buscam a mesma finalidade, de modo que a política torna-se apenas a escolha dos melhores meios para atingi-la. A

⁴ As cinco premissas são analisadas por PINZANI, Alessandro. “Democracia *versus* tecnocracia”. Lua nova, v. 89, 2013, e BOURDIEU, Pierre e BOLTANSKI, Luc. “La production de l’ideologie dominante”. *Actes de las recherche en Sciences sociales*, v. 2, n. 3, 1976.

segunda, decorrente da primeira, é a negação da natureza conflituosa da política. Pois se a política refere-se a meios, e não a fins, os meios devem ser julgados unicamente de acordo com sua capacidade de sucesso, sendo melhores ou piores para tanto, e não melhores para parcelas da sociedade cujos interesses eles atendem e piores para outras parcelas que não são tão beneficiadas, ou ainda, que nada são beneficiadas, em tais escolhas. A premissa seguinte é uma visão da ação política como mero exercício de aplicação da ciência, isto é, a redução da escolha ao conhecimento das leis que supostamente regem o âmbito em questão. Justamente por isso, a quarta premissa é que o homem político que toma suas decisões com base no saber especializado não é responsável pelas consequências de suas escolhas; no máximo ele ainda desconhecia os últimos avanços científicos e pode ter deliberado com base em uma teoria que se tornou obsoleta. Por fim, a tecnocracia naturaliza a exclusão social, tratando-a como um mal sempre existente e até mesmo necessário, gerado pela incapacidade de se adaptar aos novos padrões exigidos por um mercado em constante mutação.

b) Endividamento

Qualquer Estado democrático precisa obter recursos para financiar suas despesas, uma vez que não produz diretamente riqueza⁵. A forma tradicional pela qual os governos solucionaram este problema foi impor contribuições aos cidadãos e empresas. Os impostos, taxas e demais formas de tributação formavam a receita básica do Estado, que não

⁵ Há exceções, certamente, como as dos países árabes com enormes reservas de petróleo, que obtêm a maior parte das suas receitas pelo comércio desta *commodity*. Ou países que auferem ganhos com empresas públicas, ainda que a quantia gerada seja insuficiente para todos os gastos governamentais.

deveria gastar mais do que arrecadava, visando manter o equilíbrio orçamentário e evitar o *deficit* fiscal. Quando isto acontece, há basicamente duas alternativas para acertar as contas e não se tornar inadimplente: (1) ou imprimir mais dinheiro, o que provoca desvalorização da moeda⁶; (2) ou solicitar empréstimos, o que se faz usualmente lançando *títulos da dívida pública*⁷ que são vendidos no mercado financeiro. Os juros⁸ oferecidos pelo governo para vender tais *títulos* crescem em função do maior prazo de pagamento e da menor confiança que o comprador tem quanto a receber de volta com lucro a quantia emprestada.

Estes comentários um tanto simplificados ajudarão a entender a transformação ocorrida na gestão das finanças de quase todos os países, e como isto afetou a independência das

⁶ Reis em dificuldades financeiras cunhavam moedas com menos ouro ou prata, acrescentando à liga metais inferiores, como fez Henrique VIII, apelidado de *Old Coppernose*, porque a prata de suas moedas reduziu-se tanto que a efígie do monarca gastava no nariz, deixando aparecer o cobre. E também Luís XIV, que caiu nas armadilhas creditícias de John Law. Isto causava redução do valor, de modo similar à atual impressão de mais dinheiro. Outros fatores importantes na apreciação de qualquer moeda são inflação e deflação, *deficits* comerciais e a perspectiva econômica: situações de crescimento, estagnação ou recessão. Sobre o aviltamento das moedas régias, ver: CHALLIS, C. E., *The Debasement of the Coinage, 1542-1551*; e FERGUSON, Niall, *A Ascensão do Dinheiro*, cap. 3.

⁷ Não se está afirmando que o recurso a empréstimos por meio de *títulos* seja uma novidade no financiamento de governos. De fato, foi este mecanismo financeiro que fez a fortuna da família Rothschild já no começo do século XIX. O que mudou desde então foram a escala e a frequência com que este recurso passou a ser empregado. Cf. FERGUSON, Niall. *A Ascensão do Dinheiro*, cap. 2.

⁸ Vale lembrar que o dinheiro também é uma mercadoria, e os juros são o preço que se paga para obtê-lo.

nações e a pretendida autonomia das democracias. Na questão das dívidas soberanas houve outra grande mudança, o que obriga a um esclarecimento adicional, entre (2.1) empréstimos aplicados num país e (2.2) empréstimos para o pagamento de dívidas. Com esta distinção em mente, o foco retorna à democracia brasileira.

É exemplar o caso dos enormes empréstimos tomados para a construção de Brasília ou, após o golpe de 1964 contra a democracia, para o que a ditadura militar proclamou ser o *milagre econômico brasileiro*. Sem entrar no mérito destes investimentos, de modo geral eles foram direcionados a benfeitorias ou melhorias na infraestruturas do país. Pode-se dizer que era dinheiro aplicado no crescimento nacional. O crédito fácil criou a ilusão da expansão contínua da economia. Associado à repressão política, o dinheiro farto não permitiu que se discutisse o padrão de desenvolvimento adotado. A redemocratização do Brasil deu-se na esteira de uma sequência de crises financeiras⁹, quando a falência do modelo implantado pelos militares fez crescer os protestos da população. Naquela época, a dívida brasileira aumentava exponencialmente, impulsionada por uma inflação fora de controle, causando fortes depreciações em relação ao dólar, o que ampliava a dívida calculada em moeda local. Percebeu-se que pagar o que era devido não só estava consumindo boa parte da renda nacional, como ainda obrigava o país a fazer novos empréstimos, cada vez mais onerosos, apenas para efetuar pagamentos. Quer dizer, nenhum crédito novo entrava de fato no caixa do Tesouro. Quando esta situação de insolvência contínua pôs o Brasil de joelhos, o FMI e o Banco Mundial começaram a enviar técnicos para cá e a determinar sem meias palavras quais deveriam ser as medidas econômicas adotadas pelo governo.

⁹ Por exemplo, as crises do petróleo de 1973 e 1979.

Foi esta diferença no perfil da dívida que foi assinalada acima: de um crédito produtivo (2.1) passou-se ao dinheiro tomado para pagar empréstimos anteriores (2.2). É fundamental observar que com tal alteração o dinheiro novo (quase que meramente contábil) trouxe ingerência nos assuntos internos. Ainda assim, buscava-se equilibrar receitas (impostos, taxas...) e despesas de modo a criar *superavit* para quitar a dívida. Três pontos precisam ser salientados aqui: (a) o objetivo do governo era cortar despesas e usar os impostos para pagar tudo, e não somente os juros; (b) os credores desejavam receber não apenas juros, mas também o principal; (c) a redemocratização já surgiu acompanhada de grave dependência, obrigando o novo governo a aceitar determinações dos credores externos. Contudo, muitas das imposições desta época referiam-se à maior abertura ou desregulamentação da economia, quer em termos alfandegários, quer no sentido de facilidades para a atuação de multinacionais em solo brasileiro. Neste sentido, era mais uma interferência em aspectos comerciais e industriais da soberania pátria do que uma restrição da política socioeconômica. O Estado ainda se mantinha essencialmente pelo modo tradicional acima descrito, isto é, com base nos impostos.

A situação mudou com a Queda do Muro de Berlim (1989) e a transformação neoliberal que se seguiu. O novo receituário¹⁰ impunha desregulamentação da economia, enxugamento do Estado com privatização de empresas e de serviços públicos, e redução de impostos. A diminuição das receitas seria compensada também com menor presença estatal na proteção social, trocando-se o Estado de Bem-Estar Social pela securitização das proteções da saúde, aposentadoria, *etc.*, conforme disponibilizados no mercado

¹⁰ Voltaremos a tratar disto em seção subsequente.

pela iniciativa privada. Embora estes comentários sejam um lugar-comum, o relevante aqui é observar que isto ocasionou forte queda nas receitas fiscais, desonerando encargos de grandes corporações e dos mais ricos, que puderam assim dispor de maiores excedentes para aplicar no mercado de empréstimos. Pelo menos desde então, observa Streeck, é errado afirmar que as dívidas do Estado provêm de um “excesso de democracia” que permitiria ao povo “extrair demais do Tesouro”; ao contrário, aqueles “que mais têm lucrado com a economia capitalista vêm pagando muito pouco, e crescentemente menos, ao Tesouro público” (STREECK, 2014, p. 74)¹¹. O que se aprovou por meio da democracia foi a desoneração dos mais ricos, que deixaram de contribuir de modo minimamente proporcional no pagamento de impostos.

Este novo modelo de gestão da coisa pública lançado por Thatcher, e logo seguido por Reagan, espalhou-se pelo mundo. A redução nas receitas agravou as dificuldades dos Estados tanto em honrar suas dívidas prévias quanto para administrar despesas correntes, ampliando o saldo devedor.

Em vez de inflacionar a moeda corrente, os governos começaram a tomar empréstimos em proporções crescentes para atender demandas de benefícios e serviços como um direito dos cidadãos, assim como exigências concorrentes de que a renda refletisse o juízo do mercado e desse modo contribuísse para maximizar o uso lucrativo dos recursos produtivos (STREECK, 2012, p. 45).

¹¹ Streeck inverte as acusações tradicionais que se fazem ao problema do débito em função dos abusos populares com o ‘*common pool*’, como apresentado, por exemplo, em PERSSON, Torsten; TABELLINI, Guido. *Political Economics: Explaining Economic Policy*, cap. 13.

O resultado da reforma neoliberal foi passar de um Estado que utilizava os impostos para prover seus gastos para um Estado que os emprega majoritariamente pagando juros oriundos da dívida (STREECK, 2014, cap. 2). Deste modo, subtraem-se recursos destinados às despesas correntes, perda que será enfrentada de forma dupla: (a) cortando encargos sociais do Estado, e (b) apelando a novos aportes bancários para manter o custeio da máquina governamental. Há uma expansão viciosa tanto da privação de direitos sociais como da dependência do mercado de capital. Esta substituição progressiva dos impostos pelos empréstimos como base de sustentação financeira vai ocasionar uma série de distorções e comprometimentos que antes não tolhiam o regime democrático. Após a renúncia aos compromissos com o Bem-Estar Social, este novo passo implicou na separação da política de suas fontes econômicas próprias, de modo que estas duas “esferas são excluídas da democracia” (SITRIN; AZZELLINI, 2014, p. 42). A consequência, reiterando o que se quer mostrar nesta análise, é *desdemocratização*. Stanley Moore apontou tal risco ao escrever que “quando a exploração toma a forma de uma troca (*exchange*), o despotismo tende a tomar a forma de democracia” (MOORE apud SITRIN; AZZELLINI, 2014, p. 42), ou melhor, de falsa democracia. Esta deformação não depende das pessoas que estão exercendo o poder, mas da “altamente limitada compatibilidade do capitalismo com a democracia” (STREECK, 2014, p. 75).

O raciocínio de Streeck (2014, p. 76) sublinha a associação entre endividamento do Estado e aumento da desigualdade socioeconômica em função da “baixa taxa de classes proprietárias da sociedade”, de modo que a diminuição dos impostos tem duplo reflexo: aumenta a necessidade de crédito do governo (além do citado no item b, acima), e premia com juros aquilo que os mais ricos economizaram com impostos e agora emprestam ao Estado. O que interessa aqui não é a

denúncia deste mecanismo perverso que “perpetua os padrões existentes de estratificação e desigualdade social” (STREECK, 2014, p. 78), mas suas consequências para a democracia. Aqueles que emprestam querem ter certeza de que receberão seu dinheiro de volta com juros, e para isto buscam “exercer influência nas políticas governamentais” (STREECK, 2014, p. 79). Desta forma, criam-se interesses opostos que o Estado deve satisfazer, como se dele participassem dois tipos de povo: o *Staatsvolk* (o conjunto dos cidadãos) e o *Marktvolk* (as pessoas do Mercado). As pessoas cidadãs mostram-se *leais* ao Estado em função da segurança oferecida por meio de *serviços públicos* custeados ou geridos pela estrutura governamental, como saúde, educação, transporte, aposentadoria, etc. As pessoas do Mercado retiram a *confiança* (*confidence*) em qualquer Estado, se este não honrar com transparência e pontualidade o *serviço da dívida*. Enquanto os cidadãos sempre têm como referência uma nação, aqueles que emprestam pensam em termos transnacionais (Cf. STREECK, 2014, p. 80-82)¹². O conflito entre os interesses dos dois grupos é evidente:

Um Estado democrático apoiado em dívidas pode satisfazer seus credores somente se seus cidadãos continuarem a cooperar com ele; caso venham a perceber o Estado como uma extensão do braço dos seus credores, haverá o risco de perda da fidelidade. Ao mesmo tempo, tal Estado pode reclamar legitimidade aos olhos dos seus cidadãos [que continuarão pagando impostos] somente caso os credores se

¹² No Estado baseado em dívidas há uma série de variáveis que não apenas o governo não controla, como sequer se sabe quem as determina, tais quais: critério para a taxa de juros mínima exigida de cada país nos empréstimos; falta de legislação para evitar acordos fraudulentos nos mercados de dívida; quem financia e controla as agências de risco (*rating agencies*).

disponham a financiar e refinar sua dívida em termos que sejam toleráveis (STREECK, 2014, p. 83-4).

O confronto entre os financiadores do Estado e a massa popular – cujos impostos¹³ pagam os financiadores! – indica o desacordo entre capitalismo e democracia. Credores e devedores são portadores de direitos com diferentes expectativas, e com capacidades muito diversas de influenciar as decisões do governo. É sempre o *Staatsvolk* que precisa entender que o mercado tem leis inexoráveis às quais a democracia deve-se ajustar, caso queira continuar sendo financiada, e que o “serviço da dívida tem prioridade sobre o serviço público”. Ou, como enfatiza Streeck (2014, p. 86), os cortes têm que ser efetuados nos direitos ou na vontade do povo, pois “os governos exercem soberania somente sobre seu *Staatsvolk*, não sobre seu *Marktvolk*”.

c) Aumento das desigualdades econômicas

Outro elemento que contribui muito para fortalecer os mercados capitalistas ante as políticas democráticas é o aumento das desigualdades econômicas¹⁴. “Desde a década de

¹³ Do orçamento brasileiro de 2014, 45,11% foi destinado a juros e amortização da dívida. Este valor aumenta se for considerado que uma parte dos 9,19% do orçamento transferidos aos Estados e Municípios também é usado para saldar dívidas. Disponível em <<http://www.auditoriacidada.org.br/a-logica-perversa-da-divida-e-o-orcamento-de-2015>>. Acesso em 02/12/2015.

¹⁴ “A desigualdade na distribuição das riquezas mundiais no início dos anos 2010 parece comparável, em sua magnitude, àquela observada nas sociedades europeias de 1900-1910. A parcela do milésimo superior atualmente parece estar próxima de 20% do patrimônio total, a do centésimo superior, perto de 50% do patrimônio total, e a do décimo superior, entre 80% e 90%; a metade inferior da população mundial possui, sem dúvida, menos de 5% do

1970, a desigualdade tornou a aumentar nos países ricos, principalmente nos Estados Unidos, onde a concentração de renda na primeira década do século XXI voltou a atingir – e até excedeu – o nível recorde visto nos anos 1910-1920” (PIKETTY, 2014, p. 22). A democracia é incompatível com disparidades demasiado altas de renda e de riqueza, pois a concentração econômica, por inúmeros meios, torna-se também uma forma de concentração de poder político.

Como temos insistido, a democracia não requer apenas instituições baseadas em eleições realizadas de acordo com a regra da maioria, mas também uma deliberação feita por meio da argumentação pública que garanta a participação de amplas partes da população concernida, que reflita a pluralidade de opiniões desta população e assegure certa equidade na partilha do poder. Desigualdades excessivas corroem todas estas condições, na medida em que indivíduos ou grupo de indivíduos com grande riqueza podem disseminar as opiniões que lhes interessam de forma desproporcional frente aos demais (através da oferta de crédito ou ainda de controle dos *media*); conseguem fazer *lobbies* que pressionam os poderes instituídos a deliberarem conforme os seus interesses (seja pelo financiamento de campanhas eleitorais, seja dando respaldo a políticas estratégicas)¹⁵. O resultado é que altas disparidades econômicas quase sempre geram desigualdades

patrimônio total” (PIKETTY, Thomas. *O Capital no Século XXI*, p. 427).

¹⁵ Em *O Nível, por que uma sociedade mais igualitária é melhor para todos*, Richard Wilkinson e Kate Pickett argumentam que a desigualdade social nos afeta de forma bem mais radical do que comumente se pensa. Sociedades mais igualitárias, de acordo com eles, apresentam índices melhores em relação ao *status* das mulheres e de outras minorias, à possibilidade de ascensão ou mobilidade social, à sustentabilidade (sem contar quesitos como encarceramento, violência, obesidade e gravidez na adolescência).

igualmente elevadas na capacidade de influenciar as políticas a serem adotadas.

Uma das pressões mais evidentes das parcelas mais ricas da população consiste em buscar vetar toda forma de política redistributiva:

A história da distribuição da riqueza jamais deixou de ser profundamente política, o que impede sua restrição aos mecanismos puramente econômicos. Em particular, a redução da desigualdade que ocorreu nos países desenvolvidos entre 1900-1910 e 1950-1960 foi, antes de tudo, resultado das guerras e das políticas públicas adotadas para atenuar o impacto desses choques. Da mesma forma, a reascensão da desigualdade é moldada pela forma como os atores políticos, sociais e econômicos enxergam o que é justo e o que não é, assim como pela influência relativa de cada um desses atores e pelas escolhas coletivas que disso decorrem (PIKETTY, 2014, p. 486).

Os muito ricos (e aqui se deve entender o centésimo, ou ainda o milésimo superior da riqueza) conseguiram com sucesso pressionar por mudanças na tributação de praticamente todos os países mais desenvolvidos, para eles mesmos pagarem menos impostos. Nos países anglo-saxões, a alíquota de taxaçaõ das grandes rendas teve reduçaõ acima de 50%, com relaçaõ à situaçaõ do pós-guerra (Cf. PIKETTY, 2014, p. 486). Um dos efeitos disto foi o surgimento de salários absurdamente altos, em geral dados ao CEO ou outros cargos executivos. Como resultado, aqueles com rendimentos superiores já pagam proporcionalmente menos impostos, na comparaçaõ com os de renda inferior. Embora os mais pobres tenham alíquotas menores no imposto de renda, eles consomem seu dinheiro em bens e serviços cuja taxaçaõ supera a cobrada dos investimentos dos ricos (isto,

evidentemente, porque a parcela dos ganhos gasta no consumo é muito mais alta entre os pobres do que entre os ricos).

Piketty, em seu *O Capital no Século XXI*, argumenta que o final do século XX e o começo do XXI têm mostrado o ressurgimento do capital patrimonial, isto é, de uma parcela da população que auferes seus ganhos por meio da renda de um capital herdado, sem ter feito absolutamente nada para merecê-los. O século XX, em especial no período do pós-guerra, foi excepcional na medida em que criou “sociedades de classe média”, nas quais a riqueza estava bastante distribuída. Talvez pela única vez na história, os estudos e o trabalho pareciam os meios pelos quais era possível atingir a riqueza. Hoje é provável que só os mais desinformados ainda pensem assim.

Quando a taxa de remuneração do capital excede substancialmente a taxa de crescimento da economia – como ocorreu durante a maior parte do tempo até o século XIX e é provável que volte a ocorrer no século XXI –, então, pela lógica, a riqueza herdada aumenta mais rápido do que a renda e a produção. [...] Sob essas condições, é quase inevitável que a fortuna herdada supere a riqueza constituída durante uma vida de trabalho e que a concentração do capital atinja níveis muito altos, potencialmente incompatíveis com os valores meritocráticos e os princípios de justiça social que estão na base de nossas sociedades democráticas modernas (PIKETTY, 2014, p. 33).

Parece cada vez mais claro que o problema é a tendência de crescimento das desigualdades de renda e riqueza ser diretamente proporcional ao esvaziamento das políticas democráticas, isto é, da capacidade do poder político de fazer frente ao domínio econômico. Embora a concentração da riqueza não tenha atingido os patamares das sociedades

aristocráticas, e se destaque o fato de o conjunto dos privilegiados ser um pouco menos restrito do que antes, a tendência visível é de novamente um grupo de bem nascidos voltar a dominar o cenário político, conduzindo as deliberações em direção aos seus interesses, ainda que respeitando, na maioria das vezes, a legalidade das instituições democráticas (mas esvaziando seu potencial transformador).

d) Mercantilização das esferas sociais

Em “O Cidadão como consumidor: considerações sobre a invasão da política pelo mercado”, Wolfgang Streeck relata uma transformação profunda no modo de se produzir ao longo do final do século XX. Trata-se da “transição de uma economia de atendimento das necessidades para outra de atendimento dos desejos; de um mercado centrado no vendedor para um mercado centrado no comprador” (STREECK, 2013). Esta transição ocorre, de acordo com Streeck, no começo dos anos 70, momento em que a forma de produção típica do capitalismo democrático do pós-guerra, comumente denominada de *fordismo*, e que consiste na produção em grande escala de um produto padronizado, parece estar saturada. A saída para a crise – a qual fora motivada em boa parte pela satisfação das necessidades dos consumidores por meio de produtos massificados, robustos, baratos e duráveis – foi uma transformação no modo de produção cujo objetivo consistiu em introduzir uma série de sutis diferenciações, as quais visavam corresponder aos desejos – e não mais às necessidades – dos possíveis consumidores. Em vez de se contentar com um produto padronizado e disponível para todos, os clientes agora almejavam mercadorias personalizadas, feitas sob medida para suas expectativas.

Contudo, estas transformações não ficaram limitadas à esfera do consumo. Na verdade, ainda segundo Streeck, elas foram em boa parte responsáveis por grandes mudanças na

esfera pública, em especial no que concerne à relação entre cidadão e Estado. Em primeiro lugar, antes dos anos 70 havia razoável semelhança entre o fornecimento de bens pelo Mercado e pelo Estado. A partir deste momento, porém, esvaiu-se cada vez mais tal similaridade, e a comparação sempre beneficiou o Mercado:

O fato de que os Estados passaram a coexistir com os novos mercados dinâmicos de bens de consumo avançados ajudou a aumentar a pressão dos investidores pela privatização de vários serviços que até então eram públicos, incluindo telecomunicações, radiodifusão e televisão. Estes passaram a ser cada vez mais vistos, em seus formatos tradicionais, como antiquados, maçantes e insensíveis às demandas dos usuários, agora tornados consumidores. [...] Os governos de todo o mundo aceitaram e ajudaram a legitimar o argumento de que só as empresas privadas poderiam satisfazer as expectativas crescentes dos consumidores, que agora exigiam produtos mais personalizados (STRECK, 2013).

Assim, os próprios Estados passaram a se julgar pelos critérios mercantis. Reconheceram sua incapacidade em competir com o dinamismo da iniciativa privada, e por isso cederam parcelas dos bens públicos ao Mercado – caso de meios de comunicação, serviços públicos e diversas empresas estatais. Quando isto não era possível, buscaram adaptar seu funcionamento, para este se tornar tão eficiente quanto o das companhias comerciais.

Os governos começaram a reconhecer a suposta superioridade inerente do setor privado sobre o setor público, incentivando os cidadãos a se verem, nas relações com as burocracias estatais, como *consumidores*. Os funcionários do Estado em contato com a população foram ensinados a agir não mais como representantes da lei, da

autoridade pública legítima, ou da vontade geral, mas como prestadores de serviços em um mercado competitivo, movido pelos desejos dos seus clientes e pela pressão da concorrência (STREECK, 2013).

Ademais, na medida em que os cidadãos mais abastados fazem cada vez menos uso dos serviços públicos, eles demandam menos taxaação e intervenção estatal. No outro lado da pirâmide social, os menos favorecidos, incapazes de pagar pelo que o Mercado oferece, sofrem com serviços públicos cada vez mais escassos e deteriorados.

Por fim, a mercantilização das esferas sociais conduziu a uma redução da política a apenas mais um campo de consumo. A satisfação obtida pela participação em processos coletivos de deliberação assemelha-se a um sacrifício quando comparada com os prazeres fornecidos pelo Mercado. Disto decorre uma espécie de apatia política, em que a militância em partidos praticamente desaparece. “Outra consequência da penetração dos hábitos modernos de consumo na esfera pública é que a imagem da política é cada vez mais reduzida a jogos de poder egocêntricos, escândalos e travessuras egoístas de quem ainda se dedica a ela”. Não à toa, “nunca, desde a Segunda Guerra Mundial, os políticos e os partidos foram tão desprezados pelos cidadãos como hoje” (STREECK, 2013).

e) Colonização da economia sobre a política

Entre os princípios que embasaram o surgimento da democracia representativa moderna, dois são especialmente relevantes à presente discussão: a defesa da igualdade política de todas as pessoas e a ideia de que apenas indivíduos seriam representados, e não classes ou corporações de ofício. Foram

abandonadas as divisões das assembleias por estamentos¹⁶, nas quais os senhores da guerra e do espírito tinham sempre dois votos, contra um dos braços produtivos. Porém, em várias nações que adotaram o novo regime de governo persistiu por décadas o requisito de uma renda anual mínima – inalcançável pelo simples trabalho individual – para alguém se tornar eleitor e elegível. O direito de influir no governo passou do *status* social para o rendimento das propriedades. Isto significa que ficou restrito quase que às mesmas pessoas de antes, mas agora incluindo burgueses enriquecidos¹⁷. Foi somente no começo do século XX que o voto tornou-se universal¹⁸ na maioria dos países democráticos, abolindo imposições financeiras para o exercício do direito político.

A igualdade política formal nunca se realizou na prática, visto que os mais ricos sempre se valeram do dinheiro para obter maior influência na formação da vontade do eleitorado, notavelmente por meio da grande imprensa¹⁹. À medida que

¹⁶ No final do medievo havia um sistema de representação política apoiado nas três grandes classes da sociedade: nobreza, clero e povo em geral, que compreendia camponeses e burgueses. Era comum as corporações de ofício definirem os representantes dos burgos, como se lê na *Política* de Althusius, fornecendo-lhes instruções precisas sobre o que fazer nas assembleias do reino.

¹⁷ Os burgueses que acumularam fortuna, com comércio, empréstimos, manufaturas *etc.*, muitas vezes compravam terras e títulos nobiliárquicos, ou arranjavam casamentos com a nobreza tradicional, justamente para patentear sua nova posição social e sua inclusão no poder político.

¹⁸ A inclusão das mulheres no eleitorado foi conquista ainda mais tardia para a qual foram decisivas as *suffragettes*. Não se deve tampouco esquecer a luta dos negros pela igualdade política.

¹⁹ “As eleições podem ser livres, mas a maior parte dos meios de comunicação (*mass media*) privados de um país pode estar nas mãos dos apoiadores de um partido” (CROUCH, Collin; STREECK,

este reforço monetário buscava beneficiar a indústria e o comércio, ele enfrentava pelo menos três limitações que não mais existem. Em primeiro lugar, não havia a difusão e realimentação quase instantânea da informação, como as facilidades disponíveis hoje para agir sobre a opinião pública e fazer campanha por uma candidatura. Segundo, poucos interesses tinham força e escopo suficientes para penetrar em todo o país, por isto os grupos de pressão atuavam de modo mais localizado. Mesmo em nações de porte mediano como as europeias havia confronto de interesses entre regiões mais ou menos desenvolvidas, ou com atividades diferenciadas. Terceiro, uma decorrência do item anterior, mas talvez o mais importante para a autonomia democrática, os *lobbies* eram basicamente restritos ao âmbito nacional. Não se viam empresas de um país buscando representantes em parlamentos estrangeiros.

Em que pese tais deformações do ideal da representação política proporcional, houve um período de redução das desigualdades no qual a massa de eleitores com menor poder aquisitivo foi capaz de dar voz aos seus interesses. Depois da Primeira Guerra Mundial, e mais acentuadamente após a derrota do nazismo em 1945, as democracias ocidentais instituíram várias medidas de amparo aos menos favorecidos. Tais conquistas nasceram da pressão popular e da organização sindical dos trabalhadores, mas também como forma de oferecer vantagens para contrapor-se ao comunismo. Com a Queda do Muro de Berlim, em 1989, o fantasma ou tentação de um modelo alternativo desapareceu, permitindo ao capitalismo assumir uma feição menos generosa na redistribuição dos frutos do trabalho. Neste sentido, a relação

Wolfgang. Preface. In: CROUCH, Collin; STREECK, Wolfgang. *The diversity of democracy: corporatism, social order and political conflict*.

do Capital com a democracia perdeu gradativamente o aspecto de um casamento com comunhão de bens. Impuseram-se as dez regras conhecidas como o Consenso de Washington²⁰, nenhuma das quais considerava de fato o poder do povo para se governar.

Desde então, o que se tem visto com a globalização econômica é a crescente restrição à autonomia democrática, tanto em razão do financiamento privado das campanhas eleitorais, como em função de determinações ligadas ao funcionamento do Mercado, com ênfase naquelas provenientes das decisões financeiras. Quanto aos imperativos do Mercado, a distorção é tal que os dois traços marcantes da caracterização feita por Manin da independência dos governantes frente aos representados passa por nova transformação (Cf. MANIN 1996, cap. 5, seção 1).

O primeiro aspecto distintivo apontado por Manin foi o governo representativo ter posto fim ao mandato imperativo vigente nas assembleias por estamentos, das quais se falou acima. A antiga representação impunha um propósito específico ao representante, o que o obrigava a prestar contas da sua atuação. Com a colonização da política pela economia, de certa forma o mandato imperativo é reintroduzido, porém de maneira desvirtuada. Agora os governantes devem seguir prescrições elaboradas por vontades estranhas às forças que os constituíram e, além disto, de modo geral contrárias às expectativas dos seus constituintes. São tantas as imposições econômicas que resta pouca ou nenhuma liberdade

²⁰ Eis uma formulação sucinta das regras: disciplina fiscal; redução dos gastos públicos; reforma tributária; juros de mercado; câmbio de mercado; abertura comercial; investimento estrangeiro direto, com eliminação de restrições; privatização das estatais; desregulamentação (afrouxamento das leis econômicas e trabalhistas); direito à propriedade intelectual.

deliberativa sobre aquilo que é preciso fazer. E a prestação de contas voltou a ser obrigatória.

O segundo traço descrito por Manin ao tratar da autonomia de decisão dos governantes é a irrevocabilidade dos mandatos. Porém, tal característica é com frequência negada na prática pela existência de forças que combatem pela liberdade do Mercado, ainda que esta interferência nunca seja admitida. A duração dos mandatos tem sido desrespeitada quando interesses mercadológicos ou políticos estrangeiros são contrariados. Antes da Queda do Muro de Berlim, os governos não pertencentes à Cortina de Ferro que se desviassem da economia de mercado e do rumo capitalista eram pura e simplesmente derrubados com golpes militares instigados e apoiados por Washington. Com a vitória do neoliberalismo, a dominação assumiu caráter distinto, e as práticas para depor governos incômodos foram modificadas, mesmo quando estes conseguem honrar em dia suas dívidas. O motivo pelo qual tantos mandatos legítimos têm sido prematuramente desestabilizados e interrompidos é assunto polêmico. Parece que já não basta apenas pagar o que se deve. O respeito à continuidade dos mandatos populares, conforme apontado por Manin, merece ser lembrado para acentuar que democracia não combina com a revogação da vontade das urnas, exceto nos casos estritamente previstos na Constituição de cada nação. Embora esta questão também diminua a democracia, ela não é central ao argumento aqui exposto, e por isso não se insistirá na sua análise. O essencial é destacar que a ingerência nos assuntos internos dos países cresceu muito, mas atualmente assume a forma de um controle de instituições econômicas mundiais sobre as instâncias políticas nacionais.

Além da intromissão direta do Mercado na gestão política, o mundo das finanças e dos grandes negócios internacionais reduz a democracia pelo modo como financia

as campanhas eleitorais, predominantemente sustentadas por corporações multinacionais que têm faturamento bilionário. O custo cada vez maior da propaganda eleitoral e da busca por votos é uma forma de corromper um princípio democrático fundamental: a noção de que qualquer pessoa não é apenas eleitora, mas pode também ser eleita. Esta interferência gera inúmeras consequências desdemocratizantes. A primeira e mais notável é que uma pessoa jurídica não é cidadã, e deveria manter distância dos assuntos da cidadania. O fato de empresas decidirem quem irá receber seus milhões, sem os quais propostas populares autônomas não têm visibilidade em meio à rica propaganda de outras candidaturas, transforma tais empresas em eleitoras de fato, mesmo não sendo pessoas físicas. Percebe-se aqui imediatamente uma segunda deturpação: de uma possível analogia da competição eletiva como um ‘mercado de ideias’, passa-se a um mercado efetivo, no qual candidatas e candidatos recebem rótulos e são vendidos como produtos para satisfazer determinados públicos, por meio de campanhas de marketing. A maior preocupação é com a imagem, com a forma mostrada, cuja função precípua é dispensar ao máximo a exposição do conteúdo. Conseqüentemente, um terceiro aspecto é fazer da eleição um mero negócio ‘*just in time*’: nenhuma empresa quer produzir um estoque de boas ideias para o país, e sim ter certeza de conseguir vender ao eleitorado todos os ‘protótipos bem embalados’ nos quais investiu. Vê-se aí uma quarta e grave corrupção do processo democrático: sendo tudo isto um comércio com o voto, de onde virá o lucro? Quem se elege deste modo sabe que o dinheiro recebido não passa de investimento que precisa retornar com dividendos elevados, para compensar as perdas sofridas com candidaturas infrutíferas, as quais fazem parte do jogo. Para se proteger do risco de não eleger ninguém, as corporações custeiam lados opostos de qualquer disputa, num típico seguro financeiro de

*hedge*²¹. Ganhando sempre, as empresas financiadoras conquistam permanente procuração dos seus interesses junto aos cofres públicos, em vez de o povo conseguir alguém que o represente. Por fim, embora muito mais pudesse ser dito sobre os danos do financiamento privado das campanhas eleitorais, o *lobby* isolado de cada empresa dificilmente trará o retorno desejado, pois serão apenas uns poucos votos entre muitos com objetivos diversos. Isto faz com que as corporações atuem em conjunto na defesa dos seus interesses, organizando suas próprias bancadas – como as bancadas do boi, da bala e da Bíblia – que formam alianças para apoio recíproco. A pessoa comum terá poucas vozes que a defendam, e a certeza de continuar contribuindo com seus impostos para a manutenção de um sistema que a exclui.

No caso dos financiamentos para cargos majoritários, as consequências podem ser mais sérias para a população e o erário, visto que os postos do Poder Executivo são capazes de atender diretamente às corporações das quais receberam dinheiro. Isto pode ser feito com variadas providências, como editais adequados a estas empresas, redução de impostos, mudanças de legislação...

Cada vez mais decisões relevantes sobre a economia brasileira são formuladas de acordo com a vontade de credores ou corporações. Este receituário segue o roteiro indicado por

²¹ *Hedge* é uma salvaguarda. “Fazer *hedge* consiste em assumir uma posição no Mercado Futuro que é oposta à posição presente de alguém na economia real” (LIBERTI, Stefano. *Land Grabbing: journey in the new colonialism*, p. 113). Para a origem do *hedge* e mais detalhes, ver a obra já citada de Niall Ferguson (p. 211-4), onde o autor mostra como a proteção contra riscos “dividiu o mundo em dois: aqueles que são (ou podem ser) garantidos contra os riscos e aqueles que não são (ou não podem ser). Você precisa de dinheiro para ser garantido contra riscos”.

Streeck: com cortes na saúde, educação, aposentadorias, Bolsa Família *etc.*, ou por meio de ganhos extras com novas privatizações, incluindo as PPPs (Parcerias Público-Privadas), geram-se excedentes na receita dos impostos, permitindo mais reduções nas alíquotas dos tributos, em especial para as empresas. Novo *deficit* logo surge, obrigando o Estado a contrair empréstimos adicionais para cumprir suas obrigações, fazendo com que uma parte sempre maior do orçamento nacional seja destinada a pagar dívidas (Cf. STREECK, 2014). Isto resulta em mais efeitos contrários à democracia, pelo empobrecimento²² da maioria do povo e pelo aumento da desigualdade social, como explica o economista Flavio Lyra (2015) ao discutir a existência de duas moedas no Brasil: a “moeda que constitui o meio circulante comum e a moeda Títulos do Tesouro Nacional, aquela a que somente têm acesso os detentores de saldos positivos de moeda comum”. O argumento é um pouco longo, mas muito simples e claro. Demonstra como alguns poucos ganham – o *Marktvolk* – enquanto a grande massa é forçada a perder – o *Staatsvolk*:

Quando [...] a maior parte da dívida pública é contraída para pagar juros [...] não há qualquer vantagem para a maioria da população, pois o aumento da dívida só se presta para concentrar a renda nas mãos dos mais ricos, dos que dispõem de poupança para emprestar. Em síntese, o uso da taxa de juros da dívida pública (a SELIC) para controlar a inflação,

²² Recorde-se o que diz Sen: “[...] melhor educação básica e serviços de saúde [elevam] diretamente a qualidade de vida; estes dois fatores também aumentam o potencial de a pessoa auferir renda e assim livrar-se da pobreza medida pela renda. Quanto mais inclusivo for o alcance da educação básica e dos serviços de saúde, maior será a probabilidade de que mesmo os potencialmente pobres tenham uma chance maior de superar a penúria. SEN, Amartya. *Desenvolvimento como Liberdade*, p. 124.

como parte do regime de metas de inflação que o país utiliza, acaba sendo um mecanismo altamente perverso de concentração da renda nas mãos dos ricos, numa verdadeira expropriação dos ricos contra o povo, intermediada pelo Estado. A tão badalada Lei de Responsabilidade Fiscal, que cria uma barreira ao gasto público e uma reserva financeira para pagar os juros da dívida pública é a principal arma para assegurar a valorização da moeda dos ricos à custa dos pobres. O Banco Central do Brasil tem sido muito eficiente para valorizar a moeda dos ricos, porém muito ineficiente para preservar o valor da moeda dos pobres²³ (LYRA, 2015).

Relembre-se agora o início desta seção, acerca das mudanças trazidas pela democracia representativa. Formalmente, pôs-se fim ao poder político da nobreza e do clero. Indiretamente, manteve-se por longo tempo em muitas nações a influência das classes superiores ao vincular o direito de votar e ser votado a uma renda anual fora do alcance da maioria. Renda era rendimento de propriedades, não salário. Apenas depois da metade do século XX houve lugares onde a democracia conferiu de fato algum poder às massas, embora uma melhoria geral nas condições de vida fosse vista nas sociedades desenvolvidas já no final do XIX (PIKETTY, 2014,

²³ Ver também PASSOS, Najla. *Dívida pública: a verdadeira pedalada fiscal não aparece nos jornais*. Neste sítio, a coordenadora da Auditoria Cidadã, Maria Lúcia Fattorelli, mostra que há mais de 20 anos burla-se a “determinação constitucional [segundo a qual] o Estado não pode contrair novas dívidas para pagar despesas correntes”, entre as quais se incluem o pagamento dos juros da dívida. Ou seja, o Brasil toma empréstimos para as contas do dia a dia, mas finge que é para rolar débitos antigos. Disponível em <<http://www.cartamaior.com.br/?%2FEspecial%2FO-Impeachment-do-Brasil%2FDivida-publica-a-verdadeira-pedalada-fiscal-nao-aparece-nos-jornais%2F211%2F33995>>. Acesso em 13/12/2015.

p. 17). A atual colonização da política pela economia reintroduz um condicionante de propriedade e renda sobre as decisões políticas, e neste sentido é desdemocratizante, ou seja, um retrocesso imposto à democracia pelos que têm mais recursos financeiros e passam a determinar as ações governamentais.

f) Redução do tamanho do Estado e da influência do Trabalho

Após *Les Trente Glorieuses*²⁴, período no qual o sistema democrático foi capaz de obter concessões da dominação capitalista, “num mundo pacificado para sempre pelo crescimento econômico” (STREECK, 2006, p. 4), a sociedade civil vem enfrentando perdas progressivas em quase tudo que conquistara, e convive com aquilo que Harvey (2013, p. 129) chamou de “economia de expropriação”²⁵. Já se comentou acima que no pós-guerra o capitalismo necessitava exibir vantagens que desestimulassem a procura dos sonhos ofertados pelo comunismo. Em parte, isto talvez tenha sido possível graças a uma forma de harmonização *neocorporatista*, um tipo de negociação que envolvia a trindade do Estado, Capital e Trabalho (Cf. STREECK, 2006)²⁶. Neocorporatismo é uma referência à supracitada assembleia por estamentos, na qual havia representação de grupos, não de indivíduos. A reapropriação do termo serve para analisar o modo de funcionamento social em que o sindicalismo era fortemente atuante, permitindo inúmeras conquistas à classe

²⁴ “Os Trinta Gloriosos”: a expressão foi usada inicialmente por Jean Fourastié, e refere-se aos trinta anos que vão de 1945 a 1975.

²⁵ A expressão em inglês é *economy of dispossession*. Ver também o final do capítulo 6, onde se fala de uma “economia política de expropriação das massas”.

²⁶ Ver especialmente as seções *Enter neo-corporatism* e *The ‘corporatist growth industry’ of the 1970s*.

trabalhadora. Isto se deu em plena vigência do regime democrático, no qual supostamente tudo que é necessário são os votos individuais de cidadãos e cidadãs, pois ao contrário do modelo baseado nos estamentos, na democracia, grupos relacionados ao trabalho ou classe social não têm representação ativa em decisões públicas, exceto se reunidos num partido político.

A esquerda [...] foi desde o começo intimamente associada com a organização coletiva independente de grupos sociais. Em particular, sindicatos reivindicavam direitos coletivos independentes e anteriores à ordem legal do Estado, insistindo em sua autonomia fundacional frente à sociedade ‘burguesa’ e exigindo que ela fosse legal e politicamente respeitada (STREECK, 2006, p. 10).

O esquema neocorporatista permitiu a patrões e empregados, juntamente com os representantes eleitos pelo povo, firmarem acordos com força de lei – e mesmo criarem legislação – que se refletiram no desenvolvimento do Estado de Bem-Estar Social. Esta composição triádica – Capital, Trabalho e Estado – estimulava o crescimento, a produtividade e a ordem social; ela originou “um compromisso pacífico de classes”, favoreceu a cooperação e, “acima de tudo, a inclusão do Trabalho organizado na formulação de políticas nacionais” (STREECK, 2006, p. 16). Era um processo extraparlamentar não previsto constitucionalmente, mas tampouco vetado. Aliás, em viés similar, Madison percebera a inviabilidade de tentar tolher a organização de facções. Por isto concebeu um sistema no qual a multiplicidade das associações impediria que qualquer delas dominasse as demais, pois cada uma contrabalançaria a

influência das outras (HAMILTON; MADISON; JAY, 2003, p. 66)²⁷.

A derrocada proposital desta razoável harmonia deu-se a partir do *Thatcherismo*, que se espalhou da Grã-Bretanha para o mundo. Foi Thatcher quem desencadeou o combate ao sindicalismo, a desestatização de serviços e empresas públicas por meio de privatizações, a redução dos impostos diretos e o aumento dos indiretos²⁸, enfim, todo o pacote comumente referido como Consenso de Washington, inspirado em Hayek e Friedman. A vitória do neoliberalismo iniciou um processo de desmonte dos mecanismos que sustentavam o Estado de Bem-Estar Social e ampliou as desigualdades sociais²⁹, permitindo aquilo que Madison mais temia, isto é, que uma

²⁷ Ideia quase idêntica é sustentada por Streeck: “[...] suprimir os interesses organizados estava fora de questão numa sociedade livre. Como segunda melhor solução, portanto, pareceu preferível ter muitos deles, ao invés de apenas uns poucos, de modo que eles contrabalançassem uns aos outros”. STREECK, Wolfgang. *The study of organized interests: before ‘The Century’ and after*. In: CROUCH, Collin; STREECK, Wolfgang. *The diversity of democracy: corporatism, social order and political conflict*. Cheltenham, UK; Northampton (MA), USA: Edward Elgar Publishing, 2006, p. 7.

²⁸ Impostos diretos são progressivos (aumentam à proporção que os valores sobre os quais incidem são maiores), como o imposto sobre a renda e a propriedade; impostos indiretos são regressivos (diminuem à proporção que os valores sobre os quais incidem são maiores), como os que são cobrados no consumo. Impostos progressivos pesam mais para os ricos, enquanto os regressivos sobrecarregam os trabalhadores, taxando-os de modo igual aos que têm mais recursos.

²⁹ Na Inglaterra de Thatcher, o desemprego triplicou, a taxa de pobreza duplicou, e a renda dos 10% mais ricos cresceu cinco vezes mais do que a dos 10% mais pobres.

facção se tornasse hegemônica, no caso, a do Capital – e a pior parcela do Capital, aquela puramente especulativa e rentista.

Da tríade anterior, o Trabalho enfrentou forte escassez de emprego e desvinculação de responsabilidades patronais por meio de terceirizações e outras estratégias detalhadamente descritas por Boltanski e Chiapello (2009, p. 239-347) ao estudarem manuais gerenciais. A estabilidade do trabalho ou carreira desapareceram, dando lugar a uma situação de permanente insegurança e precariedade do emprego. O *precarizado* é o oposto da força exibida por uma categoria sindicalizada: em vez de reivindicações, as pessoas são reduzidas ao silêncio temeroso, dada a escassez de vagas e a constante ameaça de desemprego. A demissão, às vezes, serve apenas para efetuar uma troca por alguém que aceite ganhar menos e com menores proteções. Quanto ao Estado, este passou a exercer um duplo papel. Por um lado, segue as regras ditadas pelo Capital, como a disciplina fiscal, equilíbrio da balança de pagamentos, corte de despesas com programas sociais *etc.* Por outro lado, vale-se da precariedade como instrumento de governo. Em vez da proteção do Bem-Estar Social,

O Estado crescentemente limita-se a discursos e práticas de manutenção da ordem e defesa militar, que por sua vez operam de forma crescente com controle disciplinar e técnicas de vigilância [...] Quando se estabelece a correlação dos discursos sobre a segurança nacional com a insegurança social padronizada do neoliberalismo, então o dispositivo fundamental do liberalismo muda. Em vez de liberdade e segurança, liberdade e insegurança formam agora o novo par da governabilidade neoliberal: o Estado em princípio não limita a liberdade ou combate a insegurança, mas ambas tornam-se a condição ideológica prévia para a precarização governamental (LOREY, 2015, p. 64).

Portanto, da tríplice gestão mais ou menos disseminada durante os *Trinta Gloriosos*, em especial nas democracias do Primeiro Mundo, restou o poder hipertrofiado do Capital, ao qual Trabalho e Estado devem submeter-se não apenas servilmente, mas quase com docilidade, de modo a evitar que o Capital migre para outros lugares. A desigualdade política, econômica e social deixou de ser uma preocupação, como acima foi visto em relação às duas moedas brasileiras – a que se gasta e a que dá lucro. No mundo precarizado, o único cuidado que a economia permite ao Estado é prevenir a ‘pobreza absoluta’ (LOREY, 2015, p. 66), que afasta os indivíduos do Mercado. A aceitação de desigualdades cada vez maiores é uma forma de domínio que agride a democracia:

[...] dominação significa a tentativa de proteger algumas pessoas da precariedade existencial, enquanto ao mesmo tempo este privilégio da proteção é baseado na distribuição diferencial da precariedade para todos aqueles que são percebidos como o outro e considerados como menos merecedores de proteção (LOREY, 2015, p. 22).

g) Manobras de deslegitimação política

O novo estágio do capitalismo³⁰, iniciado no final da década de 60 e inícios da década de 70, estágio este que pode ser denominado de neoliberal, ainda que o termo possa soar vago e pouco significativo, caracteriza-se principalmente por sua legitimação ideológica *sui generis*. Em vez de mostrar suas

³⁰ E quase se poderia falar logo, em companhia de Boltanski e Chiapello, “o novo espírito do capitalismo”, pois no fundo é disso que se trata – isto é, não tanto das políticas concretas, mas sim da forma de legitimação dada a esse conjunto de políticas, forma esta que, como estamos sugerindo, é profundamente reativa, pois não consiste em mostrar as vantagens das novas medidas político-sociais, mas sim mostrar a inevitabilidade delas.

supostas ou possíveis vantagens frente a sistemas políticos, econômicos e sociais distintos, sua justificação consiste em enfatizar, nas já famosas palavras de Margaret Thatcher, que “não há alternativas”. Resistir é inútil, pois o destino já está traçado ou, ao menos, é inevitável. Como observa Mark Fisher (2009, p. 2):

É mais fácil imaginar o fim do mundo do que imaginar o fim do capitalismo. Este slogan captura precisamente o que designo por ‘realismo capitalista’: o sentido disseminado de que o capitalismo não é apenas o único sistema econômico e político viável, mas também que agora é impossível sequer imaginar uma alternativa coerente a ele.

Ou, como complementam Isabelle Stengers e Phillippe Pignarre (2005, p. 39): “é preciso aceitar o incontornável: adaptar-se à situação de guerra econômica perpétua que se tornou o único horizonte”. Estes autores, aliás, indicam de forma muito precisa a forma pela qual se abole qualquer possibilidade alternativa, a saber, por meio da construção prévia de alternativas infernais: “nós designaremos como ‘alternativas infernais’ o conjunto destas situações que não parecem deixar outras escolhas senão a resignação ou uma denúncia insignificante, marcada pela impotência” (STENGERS; PIGNARRE, p. 40).

O termo, contudo, produz uma ambiguidade fértil. Pode-se entendê-lo como a construção da escolha previamente decidida, na qual se assente com a opção ‘menos ruim’, como nos exemplos de algumas variantes atuais: estado de emergência ou fortalecimento do Estado Islâmico; devastação ambiental ou recessão econômica (com desemprego, perda de poder aquisitivo *etc.*). Ou, então, compreender as ‘alternativas infernais’ como a impossibilidade pragmática de recusar as escolhas supramencionadas: ou bem se aceita tudo,

resignadamente (o estado de emergência que no fundo não enfraquece o Estado Islâmico; a devastação ambiental, que tampouco impede a recessão econômica *etc.*); ou bem se recusa tudo, culpabilizando ‘o sistema’ global frente ao qual, evidentemente, toda resistência é vã, e por este motivo aceita-se passivamente o mesmo sistema, mas agora com uma espécie de distanciamento moral tranquilizador. Tanto em um caso, como no outro, “o modo de funcionamento do capitalismo matou a política. Com as alternativas infernais caracterizamos este modo de funcionamento. Onde se constitui uma alternativa infernal, a política dá lugar à submissão” (STENGERS; PIGNARRE, 2005, p. 41).

A tese de que ‘não há alternativa’ sustenta um progressivo processo de empobrecimento dos modelos de relação entre Mercado e Estado, ou, ainda, simplesmente de Estados. Isto é, há um achatamento das diferenças entre os distintos modelos sociais, de modo que já quase soa antiquado falar de um capitalismo escandinavo frente a um capitalismo germânico, outro norte-americano e assim por diante. Parece haver em toda parte a mesma tendência de dissolução dos mecanismos de seguridade social em benefício de uma mercantilização cada vez maior das sociedades. E a todo questionamento desta tendência responde-se com uma contraposição a algum sistema falido de sociedade que supostamente permanece sendo socialista (Cuba e Coreia do Norte têm-se tornado os exemplos favoritos atualmente).

Conclusão

Com este breve e não exaustivo elenco de elementos que constituem a tendência de dominação econômica sobre o âmbito da política, ou, para usar termos mais precisos, dos mercados capitalistas sobre as políticas democráticas, quisemos mostrar alguns dos motivos que impediram o processo de redemocratização de chegar a bom termo, caso

entendamos que o objetivo deste era uma democracia vigorosa, com amplo debate público e participação popular. Se o modelo buscado parece ter sido o das sociedades altamente desenvolvidas do hemisfério norte, com seus ótimos índices de bem-estar social, é hora de reconhecer que “o quarto de século imediatamente posterior à guerra deve ser reconhecido como verdadeiramente excepcional” (STREECK, 2012, p. 36), e que o auge das políticas democráticas dá a impressão de já ter ficado para trás mesmo nestas sociedades.

Assim, tanto lá como cá: “o poder econômico parece ter-se tornado hoje poder político, enquanto os cidadãos aparentam estar quase inteiramente despojados de suas defesas democráticas e de sua capacidade de incutir à economia interesses e demandas que estão em desacordo com aqueles dos proprietários de capital” (STREECK, 2012, p. 56, tradução modificada). Reconhecer a amplidão da dominação econômica sobre a política, no entanto, não nos deve conduzir à aceitação passiva deste fato, como se já estivesse inteiramente consumado. Pelo contrário, há que se buscar fortalecer contratendências que possam, ainda que futuramente e com poucas chances de sucesso, dar algum alento às políticas democráticas.

Referências

- ALTHUSIUS, Johannes. *Política*: uma tradução reduzida de política metodicamente apresentada e ilustrada com exemplos sagrados e profanos. Tradução de Joubert de Oliveira Brízida. Rio de Janeiro: Liberty Fund; Topbooks, 2003.
- BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. *O novo espírito do capitalismo*. Tradução de Ivone C. Benedetti. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

- BOURDIEU, Pierre; BOLTANSKI, Luc. La production de l'ideologie dominante. *Actes de las recherche en Sciences sociales*, v. 2, n. 3, p. 3-73, 1976.
- CHALLIS, Christopher Edgar. The debasement of the coinage, 1542-1551. *The Economic History Review. New Series*, v. 20, n. 3 (Dec., 1967), p. 441-466. Disponível em <<http://www.jstor.org/stable/2593065>>. Acesso em 15/12/2015.
- COSTA, Marta R. A. N. Death of Popular sovereignty? Reflections on our (post) democratic condition. *Aufklärung: Revista de filosofia*, João Pessoa, v. 2, n. 1, p. 11-26, 2015.
- CROUCH, Collin; STREECK, Wolfgang. Preface. In: CROUCH, Collin; STREECK, Wolfgang. *The diversity of democracy: corporatism, social order and political conflict*. Cheltenham, UK; Northampton (MA), USA: Edward Elgar Publishing, 2006.
- FERGUSON, Niall. *A ascensão do dinheiro: a história financeira do mundo*. Tradução de Cordelia Magalhães. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2009.
- FISHER, Mark, *Capitalist realism: Is there no alternative?* Winchester: Zero Books, 2009.
- HAMILTON, Alexander; MADISON, James; JAY, John. *O federalista*. Tradução de Hiltomar Martins Oliveira. Belo Horizonte: Líder, 2003.
- HARVEY, David. *Rebel cities: from the right to the city to the urban revolution*. London; New York: Verso, 2013.
- LIBERTI, Stefano. *Land grabbing: journey in the new colonialism*. Traduzido por Enda Flannelly. London; New York: Verso, 2013.
- LYRA, Flavio. O Banco Central e as duas moedas. Brasília: 11/12/2015. Disponível em <<http://www.desenvolvimentistas.com.br/blog/flaviolyra/2015/12/11/o-banco-central-e-as-duas-moedas>>. Acesso em 13/12/2015.

LOREY, Isabell. *State of insecurity: government of the precarious*. Traduzido por Aileen Derieg. London; New York: Verso, 2015.

MANIN, Bernard. *Principes du gouvernement représentatif*. Paris: Flammarion, 1996.

NOBRE, Marcos. *Imobilismo em movimento*. Da abertura democrática ao governo Dilma. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

PASSOS, Najla. Dívida pública: a verdadeira pedalada fiscal não aparece nos jornais. Disponível em <<http://www.cartamaior.com.br/?%2FEspecial%2FO-Impeachment-do-Brasil%2FDivida-publica-a-verdadeira-pedalada-fiscal-nao-aparece-nos-jornais%2F211%2F33995>>. Acesso em fevereiro de 2016.

PERSSON, Torsten; TABELLINI, Guido. *Political economics: explaining economic policy*. Cambridge; London: The MIT Press, 2000.

PIKETTY, Thomas. *O Capital no Século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PINZANI, Alessandro. Democracia versus tecnocracia: apatia e participação em sociedades complexas. *Lua nova*, s.v., n. 89, p. 135-168, 2013.

SEN, Amartya. *A ideia de justiça*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. *Desenvolvimento como liberdade*. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia de Bolso, 2013.

SITRIN, Marina; AZZELLINI, Dario. *They can't represent us!: reinventing democracy from Greece to occupy*. London; New York: Verso, 2014.

STENGERS, Isabelle; PIGNARRE, Philippe. *La sorcellerie capitaliste*. Paris: Éditions La Découverte, 2005.

STREECK, Wolfgang. The study of organized interests: before 'The Century' and after. In: CROUCH, Collin; STREECK, Wolfgang. *The diversity of democracy*:

corporatism, social order and political conflict. Cheltenham, UK; Northampton (MA), USA: Edward Elgar Publishing, 2006.

_____. As crises do capitalismo democrático. *Novos Estudos Cebrap*, v. 92, p. 35-56 março de 2012.

_____. O Cidadão como consumidor: considerações sobre a invasão da política pelo mercado. *Revista Piauí*, nº 79, s.p., Abril de 2013. Disponível em: <<http://revistapiaui.estadao.com.br/materia/o-cidadao-como-consumidor/>>. Acesso em fevereiro de 2016.

_____. *Buying time: the delayed crisis of democratic capitalism*. Traduzido por Patrick Camiller. London; New York: Verso, 2014.

WILKINSON, Richard e PICKETT, Kate. *O Nível*. Por que uma sociedade mais igualitária é melhor para todos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

Polarização e terceira via nas eleições presidenciais brasileiras: subsídios para uma investigação *

Antônio David¹

As pesquisas de intenção de voto realizadas nos meses que antecederam ao pleito presidencial de 2014 causaram espanto e suspense. Polarizada entre PT e PSDB desde 1994, não parecia haver espaço para uma terceira via eleitoral consistente – isto é, não efêmera – à corrida presidencial (LIMONGI; GUARNIERI, 2014, p. 5-6).

O inesperado desaparecimento de Eduardo Campos em meados de agosto e a reentrada em cena de Marina Silva (PSB) entre os protagonistas da disputa desmentiu essa percepção. É verdade que, ao cabo, prevaleceu a polarização². Porém, nos quarenta e quatro dias que separaram a inscrição da chapa encabeçada por Marina Silva e o primeiro turno, as pesquisas de intenção de voto mostraram que se tratava de uma candidatura altamente competitiva.

No presente artigo, procuraremos oferecer subsídios à compreensão do que doravante passaremos a chamar “fenômeno Marina Silva”. Com base em dados fornecidos por pesquisas de intenção de voto, mostraremos o perfil do eleitor

* O gráfico e as tabelas encontram-se no final no artigo.

¹ Doutorando em Filosofia pela Universidade de São Paulo - USP.

² No primeiro turno, a candidata Dilma Rousseff (PT) obteve 41,59% dos votos, ao passo que o candidato Aécio Neves (PSDB) obteve 33,55% dos votos. Figurando em terceiro lugar, Marina Silva (PSB) obteve 21,32% dos votos. A quarta colocada – Luciana Genro (PSOL) – não alcançou 2%.

de Marina Silva, e compararemos seu desempenho eleitoral com o desempenho de Aécio Neves (PSDB) em face da candidatura de Dilma Rousseff (PT). Ao final, proporemos duas hipóteses, acerca do realinhamento eleitoral verificado a partir de 2006 (SINGER, 2010), bem como sobre a estratégia do “lulismo”. Esperamos, com isso, ampliar o campo interpretativo sobre a polarização e sobre as condições de possibilidade de uma terceira via nas eleições presidenciais e, por extensão, na política brasileira atualmente.

Marina Silva como fenômeno eleitoral: para além do lugar-comum

Até a véspera do primeiro turno, a candidata do PSB figurou em segundo lugar na maior parte das pesquisas, superando Aécio Neves por larga vantagem e chegando a estar em empate técnico em algumas ocasiões com a favorita Dilma Rousseff. As estratégias de campanha ofensivas de Dilma Rousseff e de Aécio Neves e as fragilidades da campanha de Marina Silva explicam em parte o resultado final, já antevisto na reta final pelas últimas sondagens (Gráfico 1).

Não se deve ignorar que, em 2010, Marina Silva, então candidata pelo PV, já despontara com expressivos 19,33% dos votos no primeiro turno. Antes, apenas ex-governadores lograram ultrapassar a casa dos dois dígitos: em 1998 e 2002, Ciro Gomes (então pelo PPS) obteve 10,97% e 11,97% dos votos, respectivamente; em 2002, Anthony Garotinho (PSB) obteve 17,86% dos votos³. Todavia, nem estes dois candidatos nem Marina Silva efetivamente ameaçaram as candidaturas encabeçadas por PT e PSDB até 2010. Naquele ano, a menor

³ Em 1998 e 2002, Ciro Gomes obteve maioria no Ceará (CE); Anthony Garotinho, por sua vez, obteve a maioria dos votos no Rio de Janeiro (RJ) em 2002.

diferença entre ela e o segundo colocado nas pesquisas de intenção de voto, o então candidato José Serra (PSDB), foi de 11% (Tracking Vox Populi/Band/iG, 27 de setembro de 2010.).

O ponto é que, apesar do bom desempenho eleitoral de Marina Silva em 2010 e a despeito de sua votação ter sido mais desconcentrada territorialmente naquele ano do que as votações de Ciro Gomes e Anthony Garotinho⁴, o fato de ela não contar a partir de então com uma posição que lhe desse permanente visibilidade⁵, além das incertezas quanto à legenda no pleito seguinte, após ter ela se desfilado do PV, lançavam dúvidas sobre o fôlego de Marina.

Uma vez dissipadas as dúvidas pela própria experiência nos dias que antecederam à votação em 2014, impôs-se a tarefa de explicar o fenômeno Marina Silva. Para Limongi e Guarnieri, Marina “não precisa encontrar seu lugar à esquerda ou à direita do PT. Marina se coloca acima. A candidata tem explorado de forma exemplar e pragmática sua imagem. Nos debates, afirmou que governará com o melhor do PT e do PSDB. Campos já havia afirmado que faria o mesmo, mas não obteve sucesso. Na boca de Marina, a afirmação é crível, por isso cola” (LIMONGI; GUARNIERI, 2014, p. 23). Por sua vez, tendo constatado que “a candidatura da Marina é a primeira que põe em questão o acordo de cavalheiros entre PT e PSDB”, o filósofo Marcos Nobre confere especial atenção às

⁴ Em 2010, Marina Silva obteve 41,96% no DF, 31,52% no RJ, e votações acima de 20% em outros oito Estados, no que se incluem os colégios eleitorais de Pernambuco (PE), Minas Gerais (MG) e São Paulo (SP).

⁵ Marina Silva havia sido ministra do Meio Ambiente no governo Lula entre 2003 e 2008.

características da candidata: "Marina tem carisma, cacife, voto e 'recall'" (Folha de São Paulo, 2014)⁶.

A imprensa nacional e internacional igualmente esforçou-se por explicar a novidade que se tinha à frente. A revista *The Economist*, por exemplo, em reportagem especial, afirmou: "Em 2010, [Marina] Silva abalou o Brasil com sua candidatura presidencial, em particular com seu uso inteligente das redes sociais. Isso fez com que ela partisse do nada para chegar ao terceiro lugar, com 20 milhões de votos. Seu idealismo e probidade funcionam bem com eleitores jovens e urbanos, cansados da política de sempre" (Folha de São Paulo, 2014)⁷.

Os argumentos supracitados vão ao encontro da tônica das explicações formuladas à época. Um discurso que cola, uma personalidade com carisma, uma pessoa com idealismo e probidade – tratam-se de aspectos da candidatura Marina Silva que, não por acaso, constituem a autoimagem que a própria candidata procurou construir de si mesma sob o bordão "nova política". Em particular, a constatação da publicação britânica de que os eleitores de Marina Silva estariam "cansados da política de sempre" é nuclear na construção que a então candidata fez de si mesma e que dela fizeram à época.

⁶ "Marina pode romper acordo de cavalheiros entre PT e PSDB" (entrevista com Marcos Nobre), Folha de S. Paulo, 14 de agosto de 2014. Disponível em

<<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/08/1500172-marina-pode-romper-acordo-de-cavalheiros-entre-pt-e-psdb.shtml>>.

Acesso em 26 jul 2015.

⁷ "Marina Silva poderia romper polarização PT-PSDB, diz 'Economist'", BBC Brasil, 14 de agosto de 2014, http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/08/140814_marina_press_review_dg, acessado em 26/07/15.

Todavia, se a eleição de 2014 trouxe finalmente à tona a possibilidade real de quebra da polarização que vem marcando a corrida presidencial no Brasil nos últimos vinte anos, não há, até o momento, análises que tenham jogado luz sobre as bases sociais e ideológicas do fenômeno Marina Silva. Se a polarização entre PT e PSDB deita raízes na sociedade brasileira, uma terceira via – se houver – só poderá viabilizar-se se tiver lastro social.

Afinal, qual é o lastro social da força política e eleitoral canalizada por Marina Silva e expressa nas pesquisas de intenção de voto que precederam ao primeiro turno?⁸ Para além dos aspectos postos em relevo pela maior parte das análises e acima mencionados, que outros fatores podem ter pesado para produzir tamanha adesão, bem como tão repentina queda na reta final? Que fatores sociais concorreram para permitir a perda *relativa* de eficácia da tradicional polarização PT *versus* PSDB em face da candidatura de Marina Silva, ao menos até a véspera da votação?

⁸ Limingi e Guarnieri chamam a atenção para a força eleitoral de Marina Silva: "Nas pesquisas anteriores à definição oficial das candidaturas, Marina rivalizava com o pré-candidato do PSDB, quando não o vencida, constituindo assim uma ameaça real à repetição do padrão das eleições" (LIMONGI; GUARNIERI, 2014, p. 21). Em artigo publicado no blog *Viomundo* em 15 de setembro de 2013, já dizíamos: "Segundo o Datafolha (Pesquisa feita entre 7 a 9/8/13), se houvesse segundo turno hoje, nessa faixa de renda (2 a 5 SM de renda familiar mensal) Dilma figura com larga vantagem perante Aécio Neves (50% x 32%), mas já teria sido ultrapassada por Marina Silva (43% x 45%)". ("O tempo corre contra Dilma", *Viomundo*, 15 de setembro de 2013, <http://www.viomundo.com.br/politica/antonio-david-4.html>. Acessado em 26/07/15). Abordaremos a questão específica da faixa de renda ao longo deste artigo.

Com base na análise dos dados fornecidos por institutos de pesquisa de intenção de voto, e tomando como referência pesquisas empreendidas no campo das relações de trabalho, pretendemos oferecer hipóteses que ampliem o campo interpretativo do fenômeno em questão. Nosso objetivo não é o de responder a essas questões, mas o de oferecer subsídios à investigação.

Partindo do pressuposto de que fenômenos político-eleitorais exprimem *em última instância* divisões, tensões e conflitos sociais, de modo que o alcance e o sucesso das estratégias políticas é sempre condicionado e limitado por esses fatores, nosso interesse último é contribuir para o esforço coletivo de discernir certas tendências inscritas na sociedade brasileira, das quais, assim pensamos, o fenômeno político-eleitoral Marina Silva é expressão.

Marina Silva e o voto evangélico: desfazendo um mito

Não raras vezes ventilou-se na imprensa que o relativo sucesso eleitoral de Marina Silva devia-se ao fato de, sendo evangélica, ter ela a capacidade de cativar os eleitores evangélicos⁹, cujo peso eleitoral é cada vez mais relevante dado o expressivo crescimento do número de adeptos dessa confissão. Essa tese ganhou respaldo inclusive no meio acadêmico.

Analisando o pleito eleitoral que consagrou Dilma Rousseff presidente pela primeira vez em 2010, Jacob argumenta: “onde o Brasil é mais evangélico, a Marina tem

⁹ Segundo amostras do Datafolha, os adeptos da religião evangélica pentecostal somam cerca de 21% da população, enquanto os adeptos da religião evangélica não pentecostal somam cerca de 7%. *A partir deste ponto, sempre que nos referirmos a “evangélico”, estaremos fazendo menção especificamente à corrente pentecostal.*

mais votos. Sobretudo Rio de Janeiro e São Paulo, que representam um terço do eleitorado. A Marina tem votação muito alta em São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e no Distrito Federal” (Carta Capital, 2014)¹⁰. Na mesma direção, Peixoto e Rennó são taxativos ao afirmar, também com base nos dados de 2010, que “o eleitor de Marina foi predominantemente evangélico” (PEIXOTO; RENNÓ, 2011, p. 315). Segundo esses autores, “eleitores evangélicos apresentaram um padrão de voto bastante consistente no primeiro e segundo turnos das eleições, tendo uma probabilidade grande de votar em oposição à Dilma Rousseff. No primeiro turno, esse voto foi galvanizado por Marina Silva” (PEIXOTO; RENNÓ, 2011, p. 323).

Note-se que, até 2010, as pesquisas eleitorais realizadas pelos institutos de pesquisa de opinião pública não compreendiam, entre suas variantes, o quesito religião. Não tendo à mão tais dados, mas apenas sondagens de menor alcance, os autores que trabalham com a relação entre voto e religião foram obrigados a mobilizar metodologias com base nas quais procuraram inferir correlações. Jacob, por exemplo, emprega uma sofisticada análise de sobreposição de variantes por microrregiões geográficas.

Com a introdução da variável religião nas pesquisas eleitorais a partir de 2014, tornou-se possível observar, como alguma precisão, a intenção de voto dos eleitores por confissão religiosa em série temporal. Pesquisa realizada pelo Datafolha nos dias 28 e 29 de agosto de 2014 – na qual Marina Silva

¹⁰ “Irmão vota em irmão’: a base do voto de Marina Silva” (entrevista com Cesar Romero Jacob). Revista Carta Capital, 19 de setembro de 2014. Disponível em <<http://www.cartacapital.com.br/politica/201cirmao-vota-em-irmao201d-a-base-do-voto-de-marina-silva-3009.html>>. Acesso em 26 jul 2015.

apresentou seu melhor desempenho na série – revelou que, naquele momento, 41% dos eleitores evangélicos declararam a intenção de votar em Marina Silva, 30% em Dilma Rousseff e 11% em Aécio Neves. Tais resultados parecem à primeira vista confirmar a hipótese do peso determinante do voto evangélico no relativo sucesso eleitoral de Marina Silva. Note-se, todavia, que estamos aqui fazendo menção a 21% do universo total de eleitores, de modo que é preciso olhar a correlação entre voto e religião por vários ângulos.

Se dirigirmos o olhar para a composição do voto de cada candidatura, veremos que apenas 25% dos eleitores da candidata do PSB declararam-se evangélicos, enquanto expressivos 53% declararam-se católicos. Embora o peso do voto evangélico não seja desprezível, apenas esse dado é suficiente para desmentir a tese de que o eleitor de Marina Silva seria predominantemente evangélico.

Pode-se falar em oposição do voto evangélico a Dilma Rousseff ou ao PT? Mesmo se tomarmos como base a rejeição aos candidatos, o fato de Dilma Rousseff ter figurado com 37% de rejeição entre os eleitores evangélicos deve ser matizado, uma vez que a média nacional da rejeição da então candidata do PT era de 35%. Além disso, pesquisa realizada em junho de 2014 revelou um dado que desmistifica o suposto contorno ideológico do voto evangélico. O Datafolha perguntou aos entrevistados se o apoio de certos políticos a um candidato o levaria a votar no candidato apoiado ou não. Enquanto 35% *dos evangélicos* disseram não votar em um candidato apoiado pelo ex-presidente Lula (contra 25% que responderam “talvez votar” e 35% que responderam “com certeza votar”), nada menos que 58% disseram não votar em um candidato apoiado pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (26% disseram “talvez votar” e apenas 10% responderam que votariam “com certeza”). Naquele momento, o nome de Marina Silva foi elencado entre os políticos na hipótese do

apoio. Entre os evangélicos, 39% disseram não votar em um candidato apoiado por ela, 32% disseram “talvez votar” e 19% responderam “votar com certeza”.

Esses dados criam dificuldades para a tese da oposição eleitoral dos evangélicos ao Partido dos Trabalhadores e a suas candidaturas. Se há uma *relativa* oposição dos evangélicos ao PT, que não chega a ser majoritária nesse segmento, o ponto é que essa oposição é verificada em praticamente todas as variantes, sendo expressivamente maior em algumas específicas – não por acaso, região, escolaridade e renda.

O ponto ao qual queremos chegar é que o assim chamado voto evangélico talvez esconda fatores *independentes* da confissão religiosa, os quais, estes sim, parecem desempenhar papel determinante na decisão do voto. Analisando a amostra da pesquisa anteriormente citada (Datafolha, 28 e 29 de agosto de 2014), percebem-se *ligeiras* diferenças entre o eleitor evangélico e a média nacional: o eleitor evangélico é *ligeiramente* mais feminino, mais jovem, mais negro, com maior presença no Sudeste e menor no Nordeste, mais urbano e com menor renda (Tabela 1).

Se, vistas em separado, tais diferenças parecem irrelevantes, estando em alguns casos dentro da margem de erro, tomadas em conjunto (*tais como existem na realidade*) elas assumem um peso maior: dito de outra maneira, a probabilidade de uma mulher jovem, negra e pobre em São Paulo ser evangélica é maior do que a de um homem branco, rico e de meia idade na mesma cidade. As múltiplas combinações dessas variáveis criam um campo complexo de probabilidades, mas o ponto é que, da maior para a menor probabilidade, há uma lógica que *envolve* determinações de classe. Entre jovens e negros em São Paulo, por exemplo,

predominam certas condições de vida e de trabalho¹¹. Tal *predominância* deve ser tomada como ponto de referência da investigação na busca por discernir as razões pelas quais não apenas entre os eleitores evangélicos a maioria tenha aderido à candidatura Marina Silva num dado momento da campanha, mas também o que esses eleitores ou a maior parte deles tem em comum com parte dos católicos que adeririam a essa mesma candidatura.

Esse dado é revelador de que, além de *predominantemente* jovem, urbana, parda/negra e com renda menor, trata-se de uma população que conseguiu escolarizar-se até certo ponto – em se tratando do ensino fundamental e da educação básica, essa população é *ligeiramente* mais escolarizada ou, a considerar a margem de erro, tão escolarizada quanto a média nacional – , mas encontra dificuldades para chegar ao ensino superior – a diferença de acesso ao ensino superior entre os evangélicos e a média nacional é significativa, o que, em se tratando de jovens com escolarização básica completa, confere um tom dramático ao dado em questão. Voltaremos a esse ponto adiante.

Em suma, não se trata aqui de negar a importância da variável religião na determinação do voto. Trata-se de matizá-la, sobretudo em se tratando de candidaturas majoritárias. Ao se estabelecerem correlações direitas entre uma dada confissão religiosa e certa preferência eleitoral, corre-se o risco de deixar à margem fatores que concorrem para que haja *predominâncias* com base nas quais a preferência por essa ou aquela candidatura nessa ou naquela circunstância torna-se mais provável. Nesses termos, a relação entre voto e religião é, ao menos no caso da candidatura Marina Silva, menos uma relação causal – embora essa relação também exista – do que uma relação de *co-incidência*.

¹¹ Dentre os inúmeros estudos que tratam do tema, recomendamos Feltran, 2011; Braga, 2012 e 2015.

Um retrato do eleitor de Marina Silva

Quem é o eleitor de Marina Silva? Para responder a essa pergunta, analisamos nove pesquisas de intenção de voto realizadas pelo Datafolha entre 14 e 15 de agosto, logo após o acidente aéreo que vitimou Eduardo Campos, e 03 e 04 de outubro, véspera do primeiro turno. São pesquisas que permitem analisar os dados por gênero, faixa etária, escolaridade, região geográfica, se é região metropolitana ou interior, população do município e renda familiar mensal, o que é de grande valia para o propósito aqui estabelecido.

Por que optamos por utilizar a série, ao invés de determinarmos apenas na última pesquisa? A pergunta é mais pertinente quando se considera que a última pesquisa tem a vantagem de *supostamente* oferecer um retrato mais fiel da votação e, em especial, do impacto da campanha sobre a intenção de voto.

Ocorre que toda campanha age sob certas circunstâncias já dadas de antemão, circunstâncias econômicas, políticas e sociais, percepções e expectativas já existentes. A análise da série permite depreender melhor essas circunstâncias, ou seja, as condições objetivas e subjetivas sobre as quais a campanha atuou em 2014. É sobre esse ponto que se dirige nosso interesse.

O fato de Marina Silva ter perdido cerca de 40% dos eleitores que havia conquistado em fins de agosto revela o impacto da campanha sobre a eleição, dado sem dúvida relevante. Todavia, o que nos interessa aqui é o fato de ela ter alcançado patamar tão elevado em um dado momento. Como explicar semelhante fenômeno?

A relevância da questão, assim pensamos, é posta quando se considera que o extraordinário desempenho da ex-petista entre fins de agosto e começo de setembro sugere haver espaço político para uma terceira via à polarização entre PT e PSDB no centro da política institucional brasileira, ou seja, na

corrida presidencial. Se tal afirmação procede, carece compreendermos quais condições sociais criaram esse espaço.

Como explicar o fenômeno Marina Silva? A tabela 2 mostra a maior vantagem (ou menor vantagem) que Marina Silva logrou ter sobre Dilma Rousseff, consideradas as nove pesquisas de intenção de voto. Para cada recorte analisado, a tabela mostra ainda o dado contrário, qual seja, a maior desvantagem (ou menor vantagem) da candidata do PSB sobre Dilma Rousseff. A comparação entre um e outro indica a oscilação da candidatura Marina Silva em relação à sua rival.

Os dados da tabela 2 tornam-se mais eloquentes quando comparados com o desempenho de Aécio Neves em face de Dilma Rousseff no primeiro turno (Tabela 3). Enquanto o tucano logrou aparecer com vantagem sobre Dilma Rousseff apenas entre os estratos situados no topo da pirâmide social¹², Marina Silva conseguiu, em algum momento do primeiro turno, obter vantagem em relação a Dilma em diversos recortes.

Note-se, além disso, que mesmo entre os três itens em que Aécio Neves obteve vantagem, em dois deles a vantagem de Marina Silva foi significativamente superior (Ensino Superior, 10% de vantagem para Aécio Neves contra 21% para Marina Silva; 5 a 10 salários mínimos, 5% e 23%, respectivamente). Em apenas um item a vantagem de ambos esteve em empate técnico (Mais de 10 salários mínimos, 19% de vantagem para Marina Silva e 20% de vantagem para Aécio Neves).

Poder-se-ia apresentar a objeção de que tanto Marina Silva como Aécio Neves encarnariam o sentimento de

¹² O fato de no Brasil mais de dois terços da população situar-se nas faixas de renda familiar até 5 salários mínimos faz com que uma parcela da classe trabalhadora, mais qualificada e melhor remunerada, situe-se no terço superior da pirâmide social brasileira.

oposição a Dilma Rousseff e/ou ao PT, de modo que não faria sentido comparar as vantagens da candidata do PSB e do candidato do PSDB sobre a então candidata à reeleição, posto que um e outro estariam correndo na mesma raia, ou seja, concorrendo pelo mesmo eleitor. Nesse caso, o fenômeno Marina Silva não seria de natureza tão diversa das candidaturas do PSDB. Entre um e outro teria havido apenas oscilação de competitividade.

Contudo, a análise dos cenários de segundo turno realizados ainda durante o primeiro turno¹³ desmente a suposta sobreposição de bases sociais entre Marina Silva e Aécio Neves. Permitindo ver como o eleitor comporta-se tanto no cenário de segundo turno entre Dilma Rousseff e Marina Silva como no cenário de segundo turno conforme a tradicional polarização entre PT e PSDB, esse dado joga luz sobre o núcleo de nossa investigação: quem é, afinal, o eleitor que, diante da polarização, prefere o PT ao PSDB, mas que opta por uma terceira via quando esta coloca-se como uma possibilidade – ou seja, no cenário em que a adversária de Dilma Rousseff é Marina Silva?

A tabela adiante estabelece a comparação entre os dois cenários de segundo turno, aferidos ao longo das nove pesquisas de intenção de voto realizadas antes da votação do primeiro turno. A "Diferença entre a maior vantagem / menor desvantagem de Marina Silva e a maior vantagem / menor desvantagem de Aécio Neves" revela o tamanho *máximo* do eleitorado que, para cada recorte, prefere Dilma Rousseff a Aécio Neves e, ao mesmo tempo, Marina Silva a Dilma Rousseff (Tabela 4).

¹³ Antes e durante o primeiro turno, as sondagens em geral incluíam a pergunta: “Se o segundo turno da eleição para presidente fosse hoje e a disputa ficasse apenas entre _____ em quem você votaria?”.

É preciso tomar cuidado ao se analisar a tabela. À primeira vista, a vantagem de Marina Silva sobre Aécio Neves entre os eleitores com nível fundamental assemelha-se à vantagem que ela tem sobre o tucano entre os eleitores com renda acima de 10 salários mínimos: aproximadamente 10%. Contudo, no primeiro caso, ambos estão em franca desvantagem em relação a Dilma Rousseff; no segundo caso, o oposto.

Por isso, convém analisar a tabela precedente ao lado da tabela a seguir. Nela, apresentamos a média da vantagem de cada um dos dois adversários principais de Dilma Rousseff, consideradas todas as nove pesquisas. Note-se bem que, ao apresentar uma média, a tabela absorve a queda brusca de Marina Silva e o leve crescimento de Aécio Neves ao longo do mês de setembro e nos primeiros dias de outubro. Mesmo assim, a candidata do PSB ainda figura com larga vantagem sobre Aécio Neves, o que revela a força de sua candidatura no melhor de seu desempenho (Tabela 5).

A vantagem média de Aécio Neves sobre Dilma Rousseff é superior apenas entre os mais ricos e nas regiões Sudeste e Centro-Oeste, havendo empate técnico nas grandes cidades, já a vantagem média de Marina Silva sobre a candidata do PT é superior *também* entre os mais jovens, entre os que têm ensino médio, nas regiões metropolitanas, nas grandes cidades e entre os eleitores situados na faixa de renda familiar de 2 a 5 salários mínimos. Além disso, a vantagem de Marina Silva é superior à do tucano na maior parte dos pontos em que ele tem vantagem¹⁴.

¹⁴ Nas pesquisas de 14 e 15 de agosto e de 28 e 29 de agosto de 2014, a pesquisa Datafolha incluía entre seus recortes a cor autodeclarada. As opções eram “parda”, “branca”, “preta”, “amarela/oriental”, “não sabe” e “indígena”. Nos cenários de primeiro turno, as variações do recorte seguem a variação geral. Todavia, os cenários

É verdade que entre Aécio Neves e Dilma Rousseff há empate técnico entre os eleitores com renda familiar de 2 a 5 salários mínimos e que, entre os eleitores com 16 a 24 anos, de regiões metropolitanas e com ensino médio, a diferença é pouco significativa. Esse dado não deve surpreender, visto que a série entre 2006 e 2014 já mostra a tendência de perda de votos nestes segmentos (Tabelas 7, 8 e 9).

Fiel da balança

Pensamos que a análise atenta desses dados permite melhor determinar as teses propostas pelo cientista político André Singer (2010). Para ele, nas eleições presidenciais de 2006, teria ocorrido um “duplo deslocamento de classe” (SINGER, 2010, p. 15) pelo qual os mais pobres, situados “no extremo inferior de renda” (SINGER, 2010, p. 62) – ou seja, na faixa de renda familiar até 2 salários mínimos –, teriam aderido em massa à candidatura Lula, enquanto setores de rendas superiores, sobretudo de classe média, teriam migrado para a candidatura Alckmin, estabelecendo assim um *realignamento eleitoral* (SINGER, 2010, p. 51s.)¹⁵.

de segundo turno revelam um dado importante: entre os “brancos”, predomina a vantagem do opositor de Dilma Rousseff, seja ele quem for; já entre os “pardos” e “pardos”, a diferença entre Dilma Rousseff e Marina Silva é pequena, às vezes chegando a empate técnico, ao passo que a diferença entre a petista e o tucano é expressiva. Infelizmente, o Datafolha suprimiu o recorte cor das pesquisas seguintes (Tabela 6).

¹⁵ Segundo Singer (2010, p.13-4), o conceito de *realignamento* envolveria não apenas na mudança de base eleitoral, mas também a imposição de uma agenda de longo prazo. No caso em questão, a agenda consistiria na redução da pobreza. Destacamos esse ponto por sua importância para o que virá no final deste artigo.

Seguindo os passos do economista Paul Singer, André Singer chama esse segmento de “subproletariado”, o qual é definido em termos econômicos como aqueles que “oferecem a sua força de trabalho no mercado sem encontrar quem esteja disposto a adquiri-la por um preço que assegure sua reprodução em condições normais”, o que os tornaria “trabalhadores destituídos das condições mínimas da participação na luta de classes” (SINGER *apud* SINGER, 2010, p.77). Tratar-se-ia de uma *fração de classe* composta por eleitores que, segundo André Singer (2010, p. 53), “tendem a ficar invisíveis para os analistas”. Segundo Paul Singer, no final dos anos 1970, essa *fração de classe* representaria 63% do proletariado ou 48% da PEA. O surpreendente é que, em 2002, esse número ainda era o mesmo.

Partindo da premissa, amparada nesse impressionante dado, de que “a singularidade das classes no Brasil consiste no peso do subproletariado”, André Singer (2010, p. 20) sustenta que “o *deslocamento em massa* dessa *fração de classe* teria provocado o surgimento do “lulismo”, entendido como “o encontro de uma liderança, a de Lula, com uma *fração de classe*, o subproletariado, por meio do programa” que consistiria em “combater a pobreza /.../ sem confrontar os interesses do capital” (SINGER, 2010, p.16-7). Daí sua natureza contraditória.

A tese de Singer é original e forte, jogando luz sobre a invenção política produzida pelo núcleo petista no governo Lula. Porém, talvez porque sua ênfase é depositada sobre o papel do subproletariado, pensamos que Singer deixa de notar o papel *igualmente* relevante do extrato imediatamente acima desse segmento, localizado entre os eleitores com renda familiar entre 2 a 5 salários mínimos¹⁶, *sem o que não teria havido*

¹⁶ Parte das pesquisas de que dispomos discernem entre o segmento de 2 a 3 salários mínimos de renda familiar mensal e o segmento de

realinhamento eleitoral (cf. tabela 7). Afinal, o peso eleitoral desse segmento é crescente, ao contrário do subproletariado, que vem diminuindo graças à inclusão social aberta pelo governo Lula¹⁷.

A despeito de seu peso eleitoral determinante, o subproletariado não foi *suficiente* para dar a vitória eleitoral a Lula (em 2006) e a Dilma (em 2010), ao contrário do que ocorreu na eleição presidencial que consagrou Fernando Collor de Mello presidente (SINGER, 2010, p. 224, tabela 2). Tanto em 2006 como em 2010, Lula e Dilma tiveram maioria *também* entre os eleitores localizados na faixa de renda familiar mensal de 2 a 5 salários mínimos, *sem o que a vitória não estaria garantida*.

Todavia, isso não esgota a questão. Mesmo que se aceite esse argumento, poder-se-ia contra-argumentar que o subproletariado teria sido ainda assim o fiel da balança nas eleições presidenciais, dado o grau de polarização no qual transcorreram. Essa questão não é de menor importância, como procuraremos argumentar.

Partamos de um impressionante dado observado em 2014. Nas *três últimas* pesquisas de intenção de voto realizadas pelo Datafolha antes do segundo turno, Dilma Rousseff e Aécio Neves figuram exatamente empatados nesse segmento (50%/50%) – o que em grande medida contribui para explicar

3 a 5 salários mínimos. Infelizmente, não é o caso de todas as pesquisas de que dispomos.

¹⁷ A considerar a amostra do Datafolha, enquanto em 2006 45% dos eleitores situavam-se no subproletariado e 37% situavam-se na faixa de renda familiar entre 2 e 5 salários mínimos (cálculo nosso, a partir da base ponderada em números absolutos), já em 2014 a coisa se inverteu: 38% dos eleitores situavam-se no subproletariado e 39% situavam-se na faixa de 2 a 5 salários mínimos de renda familiar mensal (Datafolha, 27 e 28 de outubro de 2006; 24 a 25 de outubro de 2014).

o resultado final, em que a petista venceu por pequeníssima vantagem. O quadro torna-se mais dramático quando se constata que o tucano chegou a abrir 12% de vantagem nesse segmento duas semanas antes da votação, e que, ainda no primeiro turno, Marina Silva chegou a abrir 60% contra 40% de Dilma Rousseff entre os eleitores situados nessa faixa de renda!¹⁸

Nossa abordagem – não é demais advertir – trata sempre de *predominâncias*: obviamente, Aécio Neves teve votos no subproletariado, assim como Dilma Rousseff teve votos nas faixas de renda superiores, mas é o contrário que *predomina*. O ponto para o qual queremos chamar a atenção é que, na faixa de renda de 2 a 5 salários mínimos, *não houve em 2014 uma clara predominância de um ou de outro candidato nesse segmento; no máximo houve predominâncias efêmeras, antes sendo falsas predominâncias*.

Poder-se-ia ainda contra-argumentar que o fato de Dilma Rousseff e Aécio Neves terem empatado entre os eleitores situados na faixa de renda familiar entre 2 a 5 salários mínimos desmente nossa hipótese de que esse segmento seria *tão* importante quanto o subproletariado para o lulismo, antes provando a tese da maior importância do subproletariado para o lulismo. Afinal, justamente porque naquele segmento houve empate, quem ao fim e ao cabo teria dado a vitória a Dilma Rousseff teriam sido os eleitores situados no estrato mais baixo da renda.

A questão que se coloca, então, é: o fenômeno observado em 2014 seria novo, ou também nesse ano o subproletariado teria sido o fiel da balança, à semelhança das eleições anteriores? De nossa parte, pretendemos mostrar que, na verdade, o fiel da balança em 2014 foi o eleitorado situado na faixa de renda entre 2 a 5 salários mínimos, e há fortes indícios

¹⁸ Cenário de segundo turno.

de que o mesmo tenha ocorrido já em 2010. Mesmo em 2006, esse segmento foi *também* fiel da balança.

Uma maneira de encarar o fenômeno é considerar quem teve maioria dos votos em cada faixa de renda. Desse ângulo, é compreensível que a votação obtida pelas candidaturas do PT desde 2006 no subproletariado saltem aos olhos. Todavia, é possível olhar o fenômeno por outro ângulo: se partirmos da premissa de que as candidaturas encabeçadas pelo PT tiveram maioria consistente e segura no subproletariado e de que, ao mesmo tempo, as candidaturas encabeçadas pelo PSDB tiveram maioria consistente e segura nas faixas de renda situadas no topo da pirâmide (classe média tradicional); e se, ao lado disso, partirmos também da premissa de que, até 2014, a situação de *predominância* tanto em um segmento como em outro estava cristalizada, o que dizer do segmento que falta, a saber, os eleitores situados na faixa de renda entre 2 a 5 salários mínimos? Os dados aqui examinados sugerem que, nesse segmento, houve *disputa pela maioria, disputa essa capaz de definir a eleição em favor de uma ou de outra candidatura*.

O fato de ter havido empate técnico nesse segmento em 2014, como dado em si, tem pouco importância. Pois poderia haver uma situação de empate cristalizado. Todavia, não é o que se verifica. A variação de votos verificada em 2014 mostra claramente que a divisão ao meio aferida nas últimas três pesquisas de intenção de voto não era de modo algum cristalizada, antes oscilando bastante. Assim, importa notar (cf. tabelas 2 a 5) que *havia espaço político para que Aécio Neves (ou Marina Silva) tivesse a maioria nesse segmento*, o que, se ocorresse, acarretaria em vitória da oposição¹⁹. A tabela 7

¹⁹ Aliás, se Aécio Neves (ou Marina Silva) tivesse vencido no segundo turno com maioria nesse segmento – ambos cenários possíveis –, pela primeira vez desde 1989 um candidato teria logrado

sugere ter havido *disputa* pela maioria já em 2010, ainda que naquele ano a vantagem de Dilma Rousseff sobre José Serra contasse com uma *pequena* margem de segurança.

Se damos atenção a essa faixa de renda e não às demais faixas, posto que a perda de votos de um pleito para outro se verifica em todas as faixas de renda – exceto na faixa até 2 salários mínimos, entre as eleições de 2010 e 2014 (Tabela 7) –, isso se deve não apenas ao fato, já destacado, de que em 2014 esse eleitor dividiu-se ao meio na véspera do segundo turno, mas, sobretudo, ao fato de que esse eleitor é *em tese* também beneficiário das políticas de emprego e renda levadas a cabo pelos governos Lula e Dilma, o que torna à *primeira vista* intrigante o empate entre Dilma Rousseff e Aécio Neves nessa faixa de renda.

Some-se a isso que parte importante dos manifestantes que tomaram às ruas em junho de 2013 situa-se entre as camadas com menor renda da população. Segundo pesquisa Ibope realizada durante as manifestações ocorridas no dia 20 de junho de 2013 (quinta-feira) nas capitais de sete estados (SP, RJ, MG, RS, PE, CE, BA) e em Brasília, 15% dos manifestantes situavam-se na faixa de renda até 2 salários mínimos de renda familiar mensal, enquanto expressivos 30% pertenciam à faixa de renda de 2 a 5 salários mínimos de renda familiar mensal. No Rio de Janeiro, essa cifra chegou a 34% e 54% respectivamente (Instituto Plus Marketing, *apud* Singer, 2013, p. 30). Se acrescentamos essa informação, é porque associamos as manifestações à insatisfação, como mostraram inúmeras pesquisas, inclusive as acima citadas.

Como explicar que a divisão nesse segmento tenha ocorrido *em 2014*? E por que *apenas* em 2014? Por que o

vencer a eleição presidencial sem o apoio do subproletariado, que ficaria isolado – o exato oposto do que ocorrera no pleito de 1989.

comportamento desse segmento mudou, de *predomínio* em favor da candidatura do PT para a *disputa acirrada*?

As respostas a essas questões demandarão um conjunto grande de pesquisas e um intenso debate nos meios acadêmico e político – com intercâmbio entre um e outro, assim esperamos. Por ora, gostaríamos de sugerir que a disputa voto a voto nessa faixa de renda na véspera do segundo turno em 2014, tal como aferida pelo Datafolha, embora tenha sido um fenômeno *eleitoral* novo, deixa ver a verdade (até então opaca) sobre um fenômeno *político* que não é novo, a saber, a posição desse segmento *sob o lulismo*. Se essa hipótese estiver correta, pensamos abrir-se um horizonte de crítica do lulismo como estratégia.

Questão de estratégia

É novamente Singer (2010, p. 165) quem melhor lança luz sobre a questão: “o projeto lulista não é o de resolver as contradições em favor de uma das coalizões, e sim mantê-las em relativo equilíbrio, cujo patamar é determinado pela necessidade de favorecer o subproletariado” (grifo meu); “Porém, o entusiasmo, capaz de sustentá-lo nos momentos difíceis, como foi o 'mensalão', o lulismo só vai encontrar em meio ao subproletariado, o que está relacionado ao fato de que, como toda solução arbitral, tem como prioridade atender à própria base, a que garante a sua continuidade” (SINGER, 2010, p. 202-3. Grifo meu).

Evidentemente, tais afirmações podem ser alvo de controvérsia. Por isso, cabe de início discernir entre o que o autor está dizendo e o que no autor não está dizendo. Singer não diz que “favorecer o subproletariado” seja resolver todos os seus problemas em um mandato. Também não diz que apenas o subproletariado foi beneficiado pelo lulismo. O que ele diz é que, na estratégia lulista, inegociável é certo interesse

do subproletariado. Que interesse é esse? Basicamente, a manutenção do nível de emprego com carteira assinada, bem como a manutenção da política de aumento real do salário mínimo, além das políticas de transferência de renda. De fato, depreendemos que essa foi a tônica do governo federal nos dois mandatos de Lula e no primeiro mandato de Dilma.

Todavia, se estivermos certos em nossa hipótese de que a conquista de maioria segura e consistente no subproletariado foi determinante para a hegemonia política do lulismo, *mas não suficiente*, não é o caso de indagar se essa leitura, vocalizada por Singer, não teria pecado ao determinar *apenas* no subproletariado o patamar do equilíbrio entre capital e trabalho e a prioridade da solução arbitral? Afinal, como procuramos mostrar nos parágrafos anteriores, a continuidade do lulismo dependeu *também* do segmento situado na faixa de renda familiar imediatamente superior ao subproletariado.

Com isso, parece-nos plausível a hipótese de que o gradual afastamento desse segmento em relação às candidaturas do PT, chegando em 2014 à divisão ao meio, não deve ser encarado como fato advindo do desgaste natural de três mandatos, nem deve ser encarado como mero fruto da disseminação de uma auto-representação de classe média nesse segmento ao longo desses anos, nem tampouco deve ser imputado à pessoa da mandatária – embora esses fatores possam ter existido e operado –, mas encontra explicação, ao menos em parte, exatamente no fato de que esse segmento não foi compreendido, *desde o início*, como prioridade da estratégia *ao lado do subproletariado*²⁰. Ora, sendo esse segmento também

²⁰ O que talvez só tenha sido percebido muito tarde. Segundo reportagem da Folha de S. Paulo, em 24 de janeiro de 2014 o então ministro Gilberto Carvalho, titular da Secretaria-Geral da Presidência, teria afirmado que integrantes do governo teriam ficado "perplexos" com a eclosão dos protestos de junho em face da

fiel da balança ao lado do subproletariado em 2006, e sendo o principal fiel da balança já em 2010, trata-se de um erro mortal.

Impõe-se, contudo, advertir que o erro, se existiu, não está na análise de Singer. Na verdade, pensamos que Singer descreveu com aguda precisão a *leitura* que tácita ou explicitamente se fez no núcleo petista do governo e, posteriormente, no PT, bem como a *estratégia* informada por essa leitura. Se existiu erro, não está no analista, mas no estrategista. O preço desse equívoco pode ser a própria continuidade do lulismo. Nessa perspectiva, se as decisões tomadas por Dilma Rousseff no começo de seu segundo mandato criaram impasses que colocam a própria continuidade do lulismo em cheque²¹, flexibilizando aquilo que antes era inegociável, é forçoso observar que as decisões foram essas e não outras em parte porque o lulismo não criou as bases sociais que favorecessem uma saída pela esquerda. A drástica perda popular experimentada por Dilma Rousseff em 2015 dá-se *em um contexto de perda prolongada de apoio popular*.

Tudo o que dissemos permite, enfim, concluir que o fenômeno Marina Silva, ponto de partida e ponto de referência para a reflexão aqui proposta, não se deve apenas a qualidades pessoais da candidata nem tampouco à estratégia de campanha por ela adotada – ou seja, não se deve apenas a sua *virtù*²², ao fato de Marina Silva ter sido a pessoa certa, na

"ingratidão" da população naquele momento. "Governo viu 'ingratidão' nas manifestações de junho, diz ministro de Dilma", Folha de S. Paulo, 24 de janeiro de 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/01/1402311-governo-viu-ingratidao-nas-manifestacoes-de-junho-diz-ministro-de-dilma.shtml>>. Acesso em 25 jul 2015.

²¹ Referimo-nos, centralmente, à política econômica.

²² Na verdade, parece-nos que a estratégia de campanha de Marina Silva explica em grande parte sua queda brusca na véspera do primeiro turno. Na reta final, faltou *virtù*.

hora certa e no lugar certo. Sua *virtù* encontrou a ocasião. No caso, a ocasião foi dada pela estratégia do lulismo; mais especificamente, por uma fissura na estratégia.

Obviamente, muitas questões ficam em aberto. Por exemplo: o que explica o fato de ter sido justo Marina Silva quem conseguiu, ao menos até um certo momento, não apenas aproveitar essa brecha, mas *potencializá-la* a seu favor? E o que explica a meteórica ascensão de Aécio Neves na reta final? Teria Aécio Neves surfado na onda alimentada pela ex-senadora acreana – como pensamos – ou a explicação seria outra? De nossa parte, o que mais nos interessa é: esse espaço político ocupado primeiro por Marina Silva e posteriormente por Aécio Neves poderia ter sido ocupado pela esquerda? Em caso afirmativo, por que não foi? Mas isso é outra discussão.

TABELA 1
Eleições 2014 – Perfil do eleitor evangélico pentecostal

	Total	Evangélica pentecostal
Sexo		
Masculino	47%	45%
Feminino	53%	55%
Faixa etária		
16 a 24 anos	16%	18%
25 a 34 anos	23%	25%
35 a 44 anos	20%	21%
45 a 59 anos	24%	21%
60 anos ou mais	17%	15%
Cor autodeclarada		
Parda	41%	44%
Branca	41%	35%
Preta	12%	14%
Amarela/Oriental	2%	3%
Não sabe	2%	3%
Indígena	1%	2%
Região geográfica		
Sudeste	44%	48%
Sul	15%	13%
Nordeste	27%	23%
Norte	7%	7%
Centro-Oeste	8%	9%
Tipo de região		
Capital	24%	26%
Reg. Metropolitana (exceto capital)	15%	22%
Interior	61%	52%
Número de habitantes		
Até 50 mil habitantes	34%	25%

Sob os olhos da crítica

Mais de 50 a 200 mil	21%	21%
Mais de 200 a 500 mil	15%	21%
Mais de 500 mil habitantes	29%	33%

Escolaridade

Fundamental	39%	42%
Médio	43%	46%
Superior	19%	12%

Renda familiar mensal

Até 2 salários mínimos	42%	49%
De 2 a 3 salários mínimos	22%	23%
De 3 a 5 salários mínimos	16%	15%
De 5 a 10 salários mínimos	11%	9%
Mais de 10 salários mínimos	5%	1%

Fonte: Datafolha. 28 e 29 de agosto de 2014.

TABELA 2

Eleições 2014 – Vantagem/Desvantagem de Marina Silva em relação a Dilma Rousseff (primeiro turno)

		Maior vantagem ou menor desvantagem de Marina Silva em relação a Dilma Rousseff	Menor vantagem ou maior desvantagem de Marina Silva em relação a Dilma Rousseff
Situação A	De 5 a 10 salários mínimos	23	-3
	Ensino Superior	21	0
	Mais de 10 salários mínimos	19	-2
	Mais de 200 a 500 mil	12	-9
	16 a 24 anos	11	-11
	Centro-Oeste	10	-10
	Mais de 500 mil habitantes	10	-9
	Sudeste	9	-7
	Região Metropolitana	8	-9
	25 a 34 anos	6	-14
	Ensino Médio	6	-14
	De 2 a 5 salários mínimos	6	-13
Situação B	35 a 44 anos	0	-22
	Feminino	2	-17
	Masculino	-1	-18
	Sul	-1	-24
	Mais de 50 a 200 mil	-1	-16
Situação C	45 a 59 anos	-5	-22
	Norte	-6	-34

Sob os olhos da crítica

Interior	-6	-24
Até 2 salários mínimos	-11	-30
60 anos ou mais	-12	-25
Até 50 mil habitantes	-13	-34
Nordeste	-15	-34
Ensino Fundamental	-19	-32

Fonte: Datafolha, 14 e 15 de agosto; 28 e 29 de agosto; 01 a 03 de setembro; 08 e 09 de setembro; 17 e 18 de setembro; 25 e 26 de setembro; 29 e 30 de setembro; 01 e 02 de outubro; 03 e 04 de outubro.

Situação A – O resultado mais favorável para Marina Silva é uma vantagem sobre Dilma Rousseff.

Situação B – O resultado mais favorável para Marina Silva é empate técnico com Dilma Rousseff.

Situação C – O resultado mais favorável para Marina Silva é uma desvantagem em relação a Dilma Rousseff.

TABELA 3

Eleições 2014 – Vantagem/Desvantagem de Aécio Neves em relação a Dilma Rousseff (primeiro turno)

		Maior vantagem ou menor desvantagem de Aécio Neves em relação a Dilma Rousseff	Menor vantagem ou maior desvantagem de Aécio Neves em relação a Dilma Rousseff
Situação A	Mais de 10 salários mínimos	20	3
	Ensino Superior	10	-3
	De 5 a 10 salários mínimos	5	-6
Situação B	Centro-Oeste	-1	-14
	Masculino	-5	-10
	Feminino	-6	-18
	16 a 24 anos	-8	-19
	25 a 34 anos	-9	-16
	35 a 44 anos	-10	-17
	45 a 59 anos	-11	-17
	60 anos ou mais	-12	-21
	Ensino Fundamental	-14	-21
	Ensino Médio	-14	-22
Situação C	Sudeste	-14	-18
	Sul	-14	-25
	Nordeste	-15	-22
	Norte	-15	-26
	Região Metropolitana	-16	-22
	Interior	-17	-23
	Até 50 mil habitantes	-18	-25

Sob os olhos da crítica

Mais de 50 a 200 mil	-25	-40
Mais de 200 a 500 mil	-25	-32
Mais de 500 mil habitantes	-29	-34
Até 2 salários mínimos	-29	-35
De 2 a 5 salários mínimos	-35	-47

Fonte: Datafolha, 14 e 15 de agosto; 28 e 29 de agosto; 01 a 03 de setembro; 08 e 09 de setembro; 17 e 18 de setembro; 25 e 26 de setembro; 29 e 30 de setembro; 01 e 02 de outubro; 03 e 04 de outubro.

Situação A – O resultado mais favorável para Aécio Neves é uma vantagem sobre Dilma Rousseff.

Situação B – O resultado mais favorável para Aécio Neves é empate técnico com Dilma Rousseff.

Situação C – O resultado mais favorável para Aécio Neves é uma desvantagem em relação a Dilma Rousseff.

TABELA 4
Eleições 2014 – Oscilação do eleitor no primeiro turno, para os cenários de segundo turno
(Parte 1)

	Marina Silva x Dilma Rousseff		
	Maior vantagem ou menor desvantagem de Marina Silva em relação a Dilma Rousseff	Menor vantagem ou maior desvantagem de Marina Silva em relação a Dilma Rousseff	Oscilação
Sexo			
Masculino	12,09	-10,11	22,20
Feminino	11,11	-11,36	22,47
Faixa etária			
16 a 24 anos	26,32	-1,12	27,44
25 a 34 anos	17,39	-2,22	19,61
35 a 44 anos	10,87	-16,85	27,72
45 a 59 anos	4,55	-15,91	20,45
60 anos ou mais	0,00	-21,84	21,84
Escolaridade			
Fundamental	-14,61	-32,58	17,98
Médio	22,22	-6,82	29,04
Superior	46,07	22,73	23,34
Região geográfica			
Sudeste	25,00	6,82	18,18
Sul	16,85	-19,05	35,90
Nordeste	-11,83	-34,07	22,24
Norte	-2,17	-26,88	24,71
Centro-Oeste	29,03	0,00	29,03
Tipo de região			
Região Metropolitana	21,35	-1,15	22,50
Interior	5,49	-19,10	24,60

Sob os olhos da crítica

Número de habitantes

Até 50 mil habitantes	-6,52	-31,87	25,35
Mais de 50 a 200 mil	13,33	-11,36	24,70
Mais de 200 a 500 mil	29,67	5,88	23,79
Mais de 500 mil habitantes	22,73	3,45	19,28

Renda familiar mensal

Até 2 salários mínimos	-5,49	-28,89	23,39
De 2 a 5 salários mínimos	20,00	-4,55	24,55
De 5 a 10 salários mínimos	45,65	13,64	32,02
Mais de 10 salários mínimos	50,59	22,73	27,86

(Parte 2)

Aécio Neves x Dilma Rousseff

	Maior vantagem ou menor desvantagem de Aécio Neves em relação a Dilma Rousseff	Menor vantagem ou maior desvantagem de Aécio Neves em relação a Dilma Rousseff	Oscilação
Sexo			
Masculino	-5,49	-11,36	4,85
Feminino	-6,67	-13,95	7,29
Faixa etária			
16 a 24 anos	3,30	-6,98	10,27
25 a 34 anos	-2,22	-12,36	10,14
35 a 44 anos	-10,11	-19,54	9,43

Sob os olhos da crítica

45 a 59 anos	-7,69	-18,18	10,49
60 anos ou mais	-6,67	-21,43	14,76
Escolaridade			
Fundamental	-24,44	-33,33	8,89
Médio	-1,12	-6,82	5,69
Superior	28,09	12,64	15,45
Região geográfica			
Sudeste	10,59	2,33	8,26
Sul	4,44	-4,65	9,10
Nordeste	-35,56	-46,07	10,51
Norte	-13,04	-40,00	26,96
Centro-Oeste	17,39	-3,61	21,01
Tipo de região			
Região Metropolitana	-1,15	-7,32	6,17
Interior	-7,69	-16,85	9,16
Número de habitantes			
Até 50 mil habitantes	-18,28	-28,09	9,81
Mais de 50 a 200 mil	-5,49	-14,94	9,45
Mais de 200 a 500 mil	6,98	-11,63	18,60
Mais de 500 mil habitantes	3,61	-4,88	8,49
Renda familiar mensal			
Até 2 salários mínimos	-24,44	-33,33	8,89
De 2 a 5 salários mínimos	4,55	-5,62	10,16
De 5 a 10 salários mínimos	20,93	10,11	10,82
Mais de 10 salários mínimos	40,00	23,60	16,40

Fonte: Datafolha, 14 e 15 de agosto; 28 e 29 de agosto; 01 a 03 de setembro; 08 e 09 de setembro; 17 e 18 de setembro; 25 e 26 de setembro; 29 e 30 de setembro; 01 e 02 de outubro; 03 e 04 de outubro. A expressão “maior vantagem” faz alusão à maior vantagem verificada pelos candidatos Marina Silva e Aécio Neves sobre Dilma Rousseff no período em questão, nos cenários de segundo turno aferidos durante o primeiro turno. O mesmo vale para as expressões “maior desvantagem”, “menor vantagem” e “menor desvantagem”.

TABELA 5
Eleições 2014 – Desempenho de Marina Silva e de Aécio Neves no primeiro turno, para os cenários de segundo turno

	Vantagem média de Marina Silva sobre Dilma Rousseff	Vantagem média de Aécio Neves sobre Dilma Rousseff	Diferença entre a vantagem média de Marina Silva e a vantagem média de Aécio Neves em relação a Dilma Rousseff
Sexo			
Masculino	0,45	-9,35	4,90
Feminino	-0,92	-10,70	4,89
Faixa etária			
16 a 24 anos	12,20	-2,49	7,34
25 a 34 anos	7,06	-8,72	7,89
35 a 44 anos	-0,92	-13,36	6,22
45 a 59 anos	-6,15	-11,61	2,73
60 anos ou mais	-13,23	-14,49	0,63
Escolaridade			
Fundamental	-23,71	-30,02	3,15

Sob os olhos da crítica

Médio	7,71	-4,28	5,99
Superior	33,08	20,80	6,14
Região geográfica			
Sudeste	15,61	6,15	4,73
Sul	-2,73	-0,27	-1,23
Nordeste	-22,17	-41,21	9,52
Norte	-18,56	-25,55	3,49
Centro-Oeste	14,36	7,52	3,42
Tipo de região			
Região Metropolitana	10,81	-4,06	7,43
Interior	-7,27	-13,95	3,34
Número de habitantes			
Até 50 mil habitantes	-19,78	-24,08	2,15
Mais de 50 a 200 mil	0,36	-9,43	4,89
Mais de 200 a 500 mil	13,28	0,65	6,32
Mais de 500 mil habitantes	15,71	0,76	7,48
Renda familiar mensal			
Até 2 salários mínimos	-18,17	-29,75	5,79
De 2 a 5 salários mínimos	9,65	-0,27	4,96
De 5 a 10 salários mínimos	25,42	17,19	4,11
Mais de 10 salários mínimos	31,72	30,02	0,85

Fonte: Datafolha, 14 e 15 de agosto; 28 e 29 de agosto; 01 a 03 de setembro; 08 e 09 de setembro; 17 e 18 de setembro; 25 e 26 de setembro; 29 e 30 de setembro; 01 e 02 de outubro; 03 e 04 de outubro. Média das nove pesquisas. Obviamente, a “vantagem média” pode ser uma vantagem ou uma desvantagem.

TABELA 6
Eleições 2014 – Intenção de voto no primeiro e segundo turnos (cor autodeclarada)

	Primeiro turno					Segundo turno							
	Dilma Rouseff	Aécio Neves	Marina Silva	B/N	Não sabe	Dilma Rouseff x Marina Silva		Dilma Rouseff x Aécio Neves		B/N	Não sabe		
						Dilma Rouseff	Marina Silva	Dilma Rouseff	Aécio Neves				
Branca													
Datafolha, 14 e 15 de agosto	31%	25%	22%	8%	10%	37%	52%	7%	4%	40%	46%	10%	4%
Datafolha, 28 e 29 de agosto	30%	18%	35%	6%	7%	35%	54%	8%	3%	40%	47%	9%	4%
Parda													
Datafolha, 14 e 15 de agosto	40%	16%	20%	9%	8%	47%	44%	5%	4%	52%	35%	8%	5%
Datafolha, 28 e 29 de agosto	37%	14%	34%	6%	6%	43%	49%	6%	2%	52%	37%	8%	3%
Negra													
Datafolha, 14 e 15 de agosto	40%	16%	21%	7%	9%	48%	43%	4%	5%	54%	32%	9%	5%
Datafolha, 28 e 29 de agosto	38%	12%	29%	10%	7%	47%	43%	7%	3%	54%	30%	12%	4%

Fonte: Datafolha.

TABELA 7
Eleições 2006, 2010, 2014 – Segundo turno (renda familiar mensal)

	Até 2 salários mínimos			2 a 5 salários mínimos			5 a 10 salários mínimos			Mais de 10 salários mínimos		
	Lula / Dilma	Alckmin / Serra / Aécio	Alckmin / Serra / Aécio	Lula / Dilma	Alckmin / Serra / Aécio	Alckmin / Serra / Aécio	Lula / Dilma	Alckmin / Serra / Aécio	Alckmin / Serra / Aécio	Lula / Dilma	Alckmin / Serra / Aécio	Alckmin / Serra / Aécio
2006	69	31	41	59	41	49	49	51	44	44	56	56
2010	61 ↓	39 ↑	44 ↑	54 ↓	44 ↑	49 -	49 -	51 -	42 ↓	42 ↓	58 ↑	58 ↑
2014	63 ↑	37 ↓	50 ↓	50 ↓	50 ↑	40 ↓	40 ↓	60 ↑	35 ↓	35 ↓	65 ↑	65 ↑

Fonte: Datafolha, 27 e 28 de outubro de 2006; 29 e 30 de outubro de 2010; 24 e 25 e outubro de 2014.

TABELA 8
Eleições 2006, 2010, 2014 – Segundo turno (escolaridade)

	Ensino fundamental			Ensino Médio			Ensino Superior		
	Lula / Dilma	Alckmin / Serra / Aécio	Alckmin / Serra / Aécio	Lula / Dilma	Alckmin / Serra / Aécio	Alckmin / Serra / Aécio	Lula / Dilma	Alckmin / Serra / Aécio	Alckmin / Serra / Aécio
2006	67	33	59	41	47	47	53	53	53
2010	61 ↓	39 ↑	53 ↓	39 ↓	47 ↑	44 ↓	56 ↑	56 ↑	56 ↑
2014	61 -	39 -	51 ↓	49 ↑	49 ↑	39 ↓	61 ↑	61 ↑	61 ↑

Fonte: Datafolha, 27 e 28 de outubro de 2006; 29 e 30 de outubro de 2010; 24 e 25 e outubro de 2014.

TABELA 9
E eleições 2006, 2010, 2014 – Segundo turno (faixa etária)

	16 a 24 anos			25 a 34 anos			35 a 44 anos			45 a 59 anos			60 anos ou mais		
	Lula / Dilma	Alckmin / Serra / Aécio	Lula / Dilma	Alckmin / Serra / Aécio	Lula / Dilma	Alckmin / Serra / Aécio	Lula / Dilma	Alckmin / Serra / Aécio	Lula / Dilma	Alckmin / Serra / Aécio	Lula / Dilma	Alckmin / Serra / Aécio	Lula / Dilma	Alckmin / Serra / Aécio	
2006	60	40	63	37	61	39	61	39	61	39	61	39	61	39	
2010	53 ↓	47 ↑	56 ↓	44 ↑	58 ↓	42 ↑	57 ↓	43 ↑	52 ↓	43 ↑	52 ↓	48 ↑	52 ↓	48 ↑	
2014	50 ↓	50 ↑	52 ↓	48 ↑	55 ↓	45 ↑	53 ↓	47 ↑	50 ↓	47 ↑	50 ↓	50 ↑	50 ↓	50 ↑	

Fonte: Datafolha, 27 e 28 de outubro de 2006; 29 e 30 de outubro de 2010; 24 e 25 e outubro de 2014.

Referências

- BRAGA, Ruy. *A pulsão plebeia: trabalho, precariedade e rebeliões sociais*. São Paulo: Alameda, 2015.
- _____. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- FELTRAN, Gabriel S. *Fronteiras de tensão: política e violência nas periferias de São Paulo*. São Paulo: Editora Unesp/CEM, 2011.
- LIMONGI, Fernando; GUARNIERI, Fernando. *A base e os partidos. As eleições presidenciais no Brasil pós-democratização*. Revista *Novos Estudos* 99, São Paulo, Julho 2014, p. 5-24.
- PEIXOTO, Vitor; RENNÓ, Lúcio. *Mobilidade social ascendente e voto: as eleições presidenciais de 2010 no Brasil*. Revista *Opinião Pública*, vol.17, nº2, Campinas, Novembro 2011, p. 304-32.
- SINGER, André. *Os sentidos do lulismo. Reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- _____. Brasil, junho de 2013. Classes e ideologias cruzadas. *Revista Novos Estudos*, 97, São Paulo, Novembro 2013, p. 22-40.

Em busca de um critério social-filosófico de legitimação de aspirações de movimentos sociais

Emmanuel Nakamura¹

Introdução

Em suas *Linhas fundamentais da Filosofia do Direito*, Hegel tinha como objetivo apresentar e conceituar o Estado como sendo um “em si racional”, em outras palavras, apresentar como o “universo ético deve ser compreendido” (HEGEL, 2009, p. 14).² Hegel tinha claramente uma “*posição da filosofia*” sobre a efetividade dos Estados modernos (HEGEL, 2009, p. 13). Marx, por sua vez, tinha uma posição ambígua em relação à *Filosofia do Direito* de Hegel: por um lado, em sua *Crítica à filosofia hegeliana do direito* (1843), ele afirmou que Hegel “faz passar aquilo que é pela *essência do Estado*” (MARX, 1982a, p. 68); por outro lado, mais tarde, em sua *Introdução à crítica à filosofia hegeliana do Direito* (1844), ele afirmou que a filosofia hegeliana do direito era a “mais consequente” “análise crítica do Estado moderno” (MARX, 1982b, p. 176). Meu objetivo é compreender essa dupla posição de Marx.

Na primeira parte do texto, tentarei mostrar como a crítica de Marx ao método dialético pressuposto na filosofia hegeliana do direito desemboca num encurtamento da distância entre a posição da filosofia e o senso-comum. A filosofia talvez possa estar aqui mais perto dos movimentos

¹ Doutor em Filosofia pela Humboldt-Universität zu Berlin

² Para a maioria das citações da *Filosofia do Direito* utiliza-se, eventualmente com modificações, a tradução ainda não publicada e gentilmente cedida por Marcos Lutz Müller. Para as outras citações, as traduções são minhas.

sociais, mas perde uma justificação racional do seu ponto de vista. Na segunda parte, tento desvendar o núcleo racional da argumentação marxiana. Parto de uma hipótese de Koselleck de que a crítica de Marx “não era nenhuma especulação pós-hegeliana, mas sim uma crítica ao Estado prussiano que apenas se expressava com conceitos hegelianos” (KOSELLECK, 1989, p. 392). Minha tese é de que o núcleo racional da argumentação marxiana reside justamente no fato de ela se expressar com conceitos hegelianos. Marx tinha, contudo, um outro objeto: trata-se de conceituar e apresentar não mais o Estado como sendo *em si* racional, mas sim o movimento social constitucional do pré-março de 1848. Desse modo, ele apresenta uma legitimação racional do movimento social na Alemanha por uma constituição moderna.

Uma tentativa malograda de deflacionar o conceito hegeliano da liberdade

Em junho de 1820 escrevia Hegel (2009, p. 14) em seu Prefácio às *Linhas fundamentais da Filosofia do Direito*: “O que é racional é efetivo; e o que é efetivo é racional”. A crítica de Marx veio apenas 23 anos depois: “Que o racional seja efetivo se comprova justamente em *contradição com a efetividade irracional* [...]” (MARX, 1982a, p. 68). Como formulou W. Jaeschke, essa dupla sentença de Hegel descreve uma “*posição da filosofia sobre a efetividade*” (JAESCHKE, 2010, p. 274). Eu gostaria de levantar aqui a tese de que a crítica marxiana a essa posição filosófica pode ser interpretada como a primeira tentativa de deflacionar pragmaticamente o ponto de vista da razão. Veremos então que a diferença entre a posição da filosofia e da consciência comum continua com Marx existindo, embora essa diferença se torne turva depois dessa deflação pragmática.

Hegel tinha como intenção em sua *Filosofia do Direito* “conceituar e apresentar o Estado como um Estado em si racional” (HEGEL, 2009, p. 14). Ele pressupunha o “procedimento científico da filosofia” em sua consideração filosófica do Estado moderno (HEGEL, 2009, p. 25). Esse procedimento científico é o “método absoluto do conhecimento”, que nada mais é do que o “desenvolvimento imanente do conceito” (HEGEL, 1985, p. 8). O procedimento da filosofia é um procedimento *conceitual* e o ponto de vista filosófico é justificado quando o procedimento conceitual é tematizado sistematicamente. A ciência lógica não é, portanto, nada mais do que a tematização sistemática do ponto de vista da filosofia. Por isso o saber filosófico não tem pressupostos. O método filosófico é *absoluto* porque a totalidade das determinações conceituais é reconhecida. Para Hegel, a dialética designa apenas o “princípio que move o conceito” (HEGEL, 2009, p. 47). A filosofia compreende a si mesma como método absoluto, em primeiro lugar, como um saber *exterior e subjetivo*: ela é um método puramente subjetivo diante do mundo objetivo.

No entanto, sendo todo indivíduo “um filho do seu tempo”, a filosofia tem de ser, por conseguinte, o “seu tempo apreendido em pensamentos” (HEGEL, 2009, p. 15). Como puro conceito, que tem a si mesmo como objeto e percorreu a totalidade das suas determinações, o método absoluto não tem pressupostos, embora a filosofia pressuponha historicamente o seu tempo:

De fato, a carência de se ocupar com o pensamento puro pressupõe um amplo caminho pelo qual o espírito humano tem de passar, isto é, pode-se dizer, é a carência da carência já satisfeita da necessidade [lógica], da ausência de carência em que o espírito tem de ter chegado, [carência] da abstração da matéria da contemplação e da imaginação etc., [da

abstração] dos interesses concretos do desejo, dos impulsos, da vontade, matéria na qual as determinações do pensamento estão encobertas (HEGEL, 1985, p. 12-3).

Como justificação do ponto de vista filosófico, a ciência lógica pressupõe o desenvolvimento histórico do espírito humano. No entanto, as pressuposições históricas têm de ser também tematizadas *filosoficamente*. Só assim a filosofia pode ser o seu tempo apreendido em pensamentos. Por isso, Deus, natureza e espírito são objetos da filosofia, mas a lógica é a *abstração completa* desses objetos concretos (HEGEL, 1985, p. 13). A abstração completa da intelecção filosófica descobre, portanto, as *determinações do pensamento* que estavam encobertas na contemplação, na imaginação e nos interesses concretos. Por isso, a “mais alta operação lógica” é o purificar dessas determinações do pensamento, do agir instintivo para elevá-las à sua *liberdade e verdade* (HEGEL, 1985, p. 15-4). Isso significa que as determinações do pensamento são antes de tudo formas do pensamento que já se encontram na língua do homem. Por esse motivo, a filosofia não precisa “em geral de nenhuma terminologia particular” (HEGEL, 1985, p. 10-1). As determinações do pensamento já são “conhecidas” (*bekannt*) por nós, já que fazemos uso delas a todo momento, embora elas nem sempre sejam “reconhecidas” (*erkannt*) (HEGEL, 1985, p. 12). Por isso, as determinações lógicas não têm que ser consideradas como formas indiferentes, como se elas não tivessem relação com as formas de pensamento da consciência empírica. Pelo contrário, os pensamentos sobre qualquer coisa natural e espiritual constituem o conteúdo substancial da consideração lógica, na medida em que as determinações do pensamento puro contêm em si mesmas a diferença entre o ponto de vista conceitual e sua realidade relativa (HEGEL, 1985, p. 15): as determinações puras do pensamento constituem “o fundamento e a estrutura interna e simples das formas do

espírito” (HEGEL, 1981, p. 20). Daí compreende-se por que a Ideia absoluta não poderia ter nenhum “momento material”, tal como queria Marx (cf. 1982a, p. 125), justamente porque coisas materiais ou naturais são desde sempre algo que nós podemos compreender apenas através das nossas formas de pensamento: Esse parentesco entre coisas e pensamentos pode ser encontrado já na linguagem (HEGEL, 1985, p. 29). A tarefa da ciência lógica consiste então apenas em trazer à consciência a natureza lógica que anima o espírito, o impulsiona e nele atua (HEGEL, 1985, p. 15). As formas do pensamento são já ativas “instintivamente como impulso”. No entanto, o “agir instintivo” se diferencia do agir *inteligente e livre* pelo fato de que este acontece *conscientemente*. A “liberdade do espírito” começa, portanto, quando o “conteúdo impulsionante” é levado à objetividade diante do sujeito. O que constitui a “natureza do espírito” não é “o que ele é *em si*” ou “o que ele é *efetivamente*”, mas sim, antes de tudo, o que ele sabe de si mesmo – i. é, o seu “saber de si” (HEGEL, 1985, p. 15-6). Que o espírito saiba da sua liberdade é o *pressuposto histórico* da filosofia. Essa liberdade do espírito chegou ao mundo, em primeiro lugar, como uma *representação* cristã feita pelos próprios indivíduos empíricos. Além disso, a filosofia hegeliana do direito pressupõe historicamente que, do lado religioso, através do protestantismo, a diferenciação entre autoridade estatal e fé tenha chegado à existência, pois o princípio da liberdade subjetiva pode se desenvolver apenas a partir dessa diferenciação: “O que Lutero começou como fé no sentimento e no testemunho do espírito é o mesmo que o espírito maduro tem de apreender posteriormente dentro do conceito para então se libertar no presente e através disso se encontrar dentro de si mesmo” (HEGEL, 2009, p.16)

A filosofia tem, portanto, de apenas apreender conceitualmente o que o espírito já trouxe ao mundo na forma

da representação. Essa apreensão conceitual é precisamente o que Marx (1982a, p. 101) defendia como “crítica verdadeira”:

A crítica verdadeira [...] mostra a gênese interna da trindade sagrada dentro do cérebro humano. Ela descreve o seu ato de nascimento. A crítica filosófica verdadeira da constituição estatal atual mostra as contradições não apenas como existentes, mas esclarece estas, ela conceitua a gênese [da constituição estatal], sua necessidade. Ela a apreende em sua significação própria.

No entanto, nessa tentativa de se distanciar da dialética hegeliana encontra-se um mal-entendido de Marx (1982a, p.101): “Esse conceituar não consiste, no entanto, como Hegel achava, em reconhecer novamente, por toda parte, as determinações lógicas do conceito, mas sim em apreender a lógica peculiar do objeto peculiar”. Marx queria, portanto, conceituar as *contradições necessárias* do Estado constitucional sem reconhecer novamente as determinações lógicas do conceito. É difícil de imaginar esse distanciamento quando pensamos que a *necessidade* é uma *determinação abstrata* que, enquanto tal, pode ser examinada conceitualmente. A natureza da necessidade não é para Hegel nenhuma circunstância exterior, mas está sim em conexão com o interior do nosso próprio objeto – e esse interior é constituído através das determinações lógicas do conceito (HEGEL, 1995, p. 270).

A *necessidade* é, para Hegel, uma determinação do conceito lógico. Isso não significa que o procedimento conceitual consista apenas em aplicar na realidade a ordem sequencial da ciência lógica. Para Hegel, o prosseguir da determinação conceitual tem de ser entendido como um enriquecimento através do qual cada determinação é refletida em si mesma e, através dessa reflexão, ultrapassa a si mesma

na determinação posterior. Através da mediação da determinação conceitual, o ser imediato não se apresenta mais como algo exteriormente dado e *contingente*, mas é reconstituído em sua *necessidade*. A reflexão em si da determinação conceitual retorna ao seu começo ao se desenvolver em um círculo – i. é., em um *sistema de determinações puras do pensamento*. Que o espírito se apresente ao lado da natureza como um modo de ser-aí da Ideia absoluta, não significa que o conhecimento do mundo exterior está atado à corrente de determinações conceituais. Pelo contrário, natureza e espírito são, como ciências singulares, fragmentos (*Bruch-Stücke*) dessa corrente. O método dialético é então a *libertação absoluta*, na medida em que é pressuposto para conceituar a natureza e o espírito, no sentido de que nenhuma determinação do pensamento é mais utilizada irrefletidamente. Cada determinidade *dada* é negada através da necessidade interna da reflexão das determinações conceituais para ser *posta* em sua verdade. É isso o que constitui a liberdade do procedimento conceitual. Daí porque Hegel pode afirmar: “no conceito se abriu o reino da liberdade” (HEGEL, 1981, p.15).³ Isso significa que a liberdade do conceito constitui um *critério crítico para julgar tudo que existe*.⁴ Ao querer conceituar a gênese e a necessidade das contradições do Estado constitucional, sem pressupor a

³ Cf. UTZ, 2001, p. 309: “A contingência da validação e determinação original não funda a necessidade – a saber, a necessidade da indiferença universal –, mas sim a possibilidade e nesta um espaço livre: ela abre a possibilidade de relativizar reflexivamente a validação e a determinação, de modificar, de afirmar ou de negar.” Cf. HARTMANN, 1999, p.36.

⁴ “O absoluto não é nada mais que o conceito da liberdade –, e como método que deve poder se encontrar novamente em tudo que é, o conceito da liberdade é a norma para julgar todo o existente.” (ARNDT, 2015, p.17)

reflexão das determinações puras do pensamento, Marx defende inconscientemente um uso irrefletido das determinações do pensamento: o ponto de vista da filosofia é então misturado irrefletidamente com a sua realidade. Pelo fato dessa intelecção conceitual não querer mais uma justificação objetiva para si mesma, ela é apenas uma opinião subjetiva qualquer, que existe ao lado de outras: a “crítica verdadeira” perde o critério racional da sua crítica.⁵ Diante dessa possibilidade de perder um critério filosoficamente justificado da crítica, Hegel (1985, p. 29-30) já tinha nos advertido:

Dirigido contra a razão, ele se comporta como *senso-comum ordinário* e faz valer o seu ponto de vista de que a verdade se baseia na realidade sensível, de que os pensamentos são apenas pensamentos, no sentido que só a percepção sensível dá o seu conteúdo e realidade, de que a razão, quando permanece em si e por si, produz apenas alucinações. Nesta renúncia da razão de si mesma, o conceito da razão está perdido, ela se limita a reconhecer apenas a verdade

⁵ Como precursor dessa *deflação pragmática do conceito de liberdade*, Marx construiu uma escola: esta insiste “que a comunicação racional – apesar do seu caráter puramente procedural, descarregado de todas as circunstâncias (*Hypotheken*) religiosas e metafísicas – está entrelaçada imediatamente com o processo social da vida, de modo que o ato do entendimento assume o papel de mecanismo de coordenação da ação. O tecido da ação comunicativa se alimenta dos recursos do mundo da vida e forma, ao mesmo tempo, o *médium* através do qual as formas de vida concreta se reproduzem. [...] Por isso, a teoria da ação comunicativa pode reconstruir o conceito de Hegel da relação ética da vida (independente de premissas da filosofia da consciência). Ela desencanta a causalidade inexplicável de um destino (*Schicksals*) que se diferencia, através de sua *imanência inexorável*, do ser do destino (*Seinsgeschick*)” (HABERMAS, 1983, p. 367-8).

subjetiva, apenas a aparência, apenas algo que não corresponde à natureza da coisa mesma; o saber recaiu [assim] na opinião.

Como abstração completa de objetos concretos, o método dialético contém em si a sua realidade relativa. Por isso, a dialética é, como método puramente subjetivo, o impulso de suspender o seu caráter subjetivo, e “através de si mesma se encontrar e reconhecer a si mesma em tudo” (HEGEL, 1981, p. 238-9). Pelo fato de as formas do pensamento serem já ativas “instintivamente como impulsos” e a tarefa da filosofia constituir apenas em levar à consciência a natureza lógica do espírito que desde sempre o anima (HEGEL, 1981, p. 238-9), o método dialético não é algo pronto, como se ele tivesse uma existência como uma entidade metafísica diante dos objetos concretos.⁶ Em oposição ao entendimento kantiano que insistia em uma diferença entre a coisa em si e o pensamento subjetivo, a razão é para Hegel (1985, p. 85) “negativa e dialética, porque ela dissolve em nada as determinações do entendimento; ela é positiva, porque ela produz o universal e

⁶ Foi assim que Marx entendeu a relação da *Lógica* com a *Filosofia do Direito*: Hegel “desenvolve seu pensamento não a partir do objeto, mas o objeto de acordo com um objeto pronto consigo e um pensamento pronto consigo na esfera abstrata da lógica.” (MARX, 1982a, p. 15) O mesmo erro parece cometer hoje Honneth: “Neste ponto me parece ser necessário fazer uma breve observação sobre como esta tem de ser compreendida, pois as formulações de Hegel alimentam uma já suspeita propaganda de que aqui está em obra uma metafísica do espírito que não pode mais ser afirmada. Desse modo, escreve Axel Honneth em seu livro *O direito da liberdade* que em Hegel soa ‘como se ele quisesse desenvolver a finalidade da liberdade do sujeito, diretamente e sem mediação, a partir do conceito de um espírito que se desdobra historicamente’.” (ARNDT, 2005, p. 28).

conceitua aí dentro o particular” – A razão do procedimento sistemático do conceito constitui, portanto, a “posição da filosofia sobre a efetividade”. Por isso, a filosofia é tanto “o indagar do racional” como também “o apreender do [que é] presente e objetivo” (HEGEL, 2009, p.13).

Não há nenhum paradoxo nessa posição filosófica justamente porque essa efetividade é uma efetividade da filosofia. Antes de tudo, essa posição tem de ser compreendida subjetiva e objetivamente: *subjetivamente*, porque ela é uma visão filosófica sobre a realidade e essa realidade é compreendida através de formas do pensamento, de modo que nós nos movemos desde sempre no campo do pensamento; *objetivamente*, porque a posição filosófica é justificada objetivamente através da ciência lógica e a filosofia apresenta apenas a gênese *conceitual* do pensamento da liberdade que já está no mundo. Hegel formulou essa gênese conceitual metafóricamente como “criação” (*Schöpfung*) (HEGEL, 1981, p. 36). Que a racionalidade da sistematização das determinações conceituais constitua o ponto de vista filosófico, segue que essa filosofia pode apreender o mundo presente apenas a partir dessa sistematização racional. Ao analisar o mundo presente racionalmente, essa filosofia apreende o *que há de racional* nele. Quando um indivíduo qualquer julga o mundo de acordo com as experiências que colecionou, isso não significa que o destino do mundo concreto está predeterminado através desse juízo; no entanto, esse indivíduo tem, de acordo com as suas experiências, uma determinada relação com o *seu* mundo. Do mesmo modo, quando a filosofia julga o mundo de acordo com a natureza do conceito, o destino dele também não está predeterminado, mas nós podemos apreender racionalmente a sua gênese e, a partir desse critério racional, nos relacionar criticamente com ele.

Contudo, Marx interpretou a “criação” não como uma metáfora. Assim, ele não viu que a abstração filosófica se

diferencia do mundo existente e não imputa a este nenhuma predestinação: Por conseguinte, o “destino” dos poderes estatais é

predestinado através da ‘natureza do conceito’, selado na Santa Casa (da Lógica) com o registro sagrado. A alma do objeto, aqui o Estado, está pronta, predeterminada pelo seu corpo, que é apenas uma aparência. O conceito é o Filho na Ideia, no Deus Pai, o agente, o determinante, o princípio que se diferencia. ‘Ideia’ e ‘conceito’ são aqui abstrações autonomizadas (MARX, 1982a, p.15).

Para Marx (1982a, p. 14-5), deveria haver uma ponte entre a Ideia absoluta e a constituição efetiva do Estado, através da qual uma ideia determinada da constituição do Estado poderia ser concebida a partir da Ideia absoluta. Por conseguinte, a Ideia absoluta não seria nenhuma abstração autonomizada diante do mundo empírico. A constituição do Estado não deveria ser assim apreendida através da natureza do conceito, mas de acordo com a sua natureza específica. Para Marx, Hegel apresentou, entretanto, uma concepção filosófica de Estado separada do seu ser-aí efetivo. Por isso, ele compreendeu exteriormente as determinações concretas: “A razão da constituição é, portanto, a lógica abstrata e não o conceito de Estado. Em vez do conceito de constituição, temos a constituição do conceito. O pensamento não se dirige para a natureza do Estado, mas sim o Estado para um pensamento pronto (MARX, 1982a, p. 19-20)”. Marx caracteriza o procedimento hegeliano como um “misticismo lógico-panteísta”. O panteísmo místico consiste então em uma ideia divina, que se desenvolve a partir de si mesma e é remetida imediatamente a um ser-aí empírico: “A empiria ordinária não tem o seu próprio espírito, mas um espírito estranho, diante do qual a ideia efetiva não tem uma efetividade desenvolvida

a partir de si mesma, mas sim a empiria ordinária como ser-aí (MARX, 1982a, p.8)”.

Contudo, essa crítica não atinge o procedimento hegeliano. Hegel (1995, p. 310) mesmo afirmou que nós nos encontramos nesse procedimento descrito por Marx no “terreno da loucura desenfreada”, “onde o presente mais comum é elevado imediatamente ao divino e a substância é representada como existindo em uma figura finita, ao mesmo tempo em que a figuração se volatiliza imediatamente”. Sobre o terreno dessa loucura desenfreada, o ponto de vista filosófico não faz uma abstração dos pensamentos existentes no mundo, mas é imediatamente essa abstração como algo existente. Lá onde Marx achava que ele havia criticado o procedimento hegeliano, Hegel não iria contrariá-lo totalmente, mas afirmaria que ele mesmo, Hegel, rejeita tal procedimento panteístico: “O trabalho filosófico não é encarnar o pensar em determinações concretas, mas sim volatilizar as determinações políticas aí-presentes em pensamentos abstratos” (MARX, 1982a, p.18). Essa afirmação vale, portanto, tanto para Hegel como para Marx. Contudo, Marx não entendeu que as determinações políticas não são nenhum objeto empírico no sentido de uma coisa material, mas sim coisas espirituais como abstração dos homens empíricos. Embora as abstrações políticas sejam desde sempre ativas, na medida em que elas são uma abstração da consciência prática e constituem a vida espiritual de uma comunidade, elas podem ser analisadas teoricamente de diferentes maneiras – sociologicamente, político-cientificamente ou filosoficamente. Em qualquer campo, as determinações mais abstratas – p. ex. identidade, diferença, contradição etc. – são uma pressuposição através da qual as determinações políticas são colocadas em conexão umas com as outras. Essas determinações mais abstratas têm, portanto, já um uso na vida espiritual dos indivíduos. Elas não são, no entanto, refletidas logicamente – i. é, como

determinações puras – pelos indivíduos na vida prática. A ponte procurada por Marx já foi construída pela abstração completa da filosofia: o sistema das determinações abstratas é uma abstração do “trabalho contínuo de muitos anos do Espírito” (HEGEL, 1985, p. 35). O absoluto tem uma existência espiritual, tão logo a moderna sociedade tenha uma representação de Deus como o incondicionado. Essa representação do incondicionado já é o pensamento da liberdade, na medida em que o cristianismo traz para o mundo a representação de que o “homem é determinado em si mesmo à mais alta liberdade” (HEGEL, 1992, p. 476). Esse pensamento concreto da liberdade constitui um princípio normativo para construção dos Estados realmente existentes; a partir dele, a autoridade de Estado e a fé têm de estar separados: a separação abre *espaços livres* para o desenvolvimento da liberdade subjetiva.

No entanto, os Estados podem e devem ser criticados filosoficamente. Pelo fato de as determinações abstratas do pensamento serem usadas em conexão com os interesses da vida prática, elas podem ser trazidas confusamente à consciência espiritual. Mas, quando elas são refletidas pura e filosoficamente em sua totalidade, nenhuma determinação é mais tomada imediatamente. Isso constitui a liberdade do proceder conceitual. Na medida em que a liberdade do conceito condiciona as determinações concretas, a filosofia apresenta uma outra concepção do incondicionado, mais especificamente, uma *gênese filosófica do incondicionado*. O sistema das determinações abstratas do pensamento constitui um critério filosoficamente fundamentado, a partir do qual é reconstituída a gênese racional dos Estados modernos. Pelo fato de as determinações políticas serem racionalmente reorganizadas, essa reconstituição conceitual é, ao mesmo tempo, uma crítica ao mundo real. A reconstituição racional dos Estados modernos significa, portanto, que cada

determinação política é filosoficamente reexaminada, de modo que nenhum poder político poderia mais ser imposto imediatamente. A ponte que Marx queria foi, portanto, construída pelo pensamento da liberdade.

A Ideia filosófica da liberdade não é, no entanto, um “mais além” da representação comum da liberdade dos indivíduos, pois ela é justamente uma abstração dessa representação. Mas, como uma abstração filosófica, ela não é perfeitamente idêntica ao mundo real, razão pela qual entre os dois permanece existente uma diferença. Justamente por isso precisamos de uma ponte. A diferença significa que o mundo efetivo apreendido pela filosofia não tem nele a realidade completa do conceito da liberdade (HEGEL, 1981, p. 175). Daí nós podemos, com Hegel, também concluir que o mundo real é *contraditório, irracional e não verdadeiro*. Se o Estado moderno é *contraditório*, então ele é também *finito*. Nós podemos então dar também razão a Marx: “Que a razão seja efetiva, se comprova justamente em *contradição com a efetividade irracional*” (MARX, 1982a, p. 68). Essa formulação não seria então totalmente anti-hegeliana, pois o irracional dos Estados realmente existentes pode ser apresentado, contanto que estes sejam apresentados *conceitualmente*, de modo que os Estados efetivos se comprovam como *finitos*.

A finitude dos Estados efetivos é então comprovada, na medida em que a Ideia da liberdade não se realiza completamente neles. Marx queria, contudo, apresentar o irracional dos Estados modernos sem a mediação das determinações conceituais da Lógica. O conceituar consiste para ele não em “reconhecer novamente, em todas as partes, as determinações do conceito lógico, mas sim em apreender a lógica peculiar do objeto peculiar” (MARX, 1982a., p. 101). Assim, a sociedade civil burguesa e o Estado moderno, como extremos efetivos, não podem ser logicamente mediados um com o outro, justamente porque eles são para Marx extremos

efetivos (MARX, 1982a., p. 97). As determinações estatais não teriam que ser “examinadas teoricamente, mas sim praticamente”. Daí segue que as determinações políticas não teriam que ser consideradas “como poderes autônomos, mas sim como poderes que estão em uma oposição” (MARX, 1982a., p. 94). O procedimento conceitual deveria então apenas apreender a lógica peculiar do objeto, como se o objeto sozinho tivesse uma lógica palpável que apenas teria de ser constatada: as categorias abstratas, através das quais as *relações* objetivas poderiam ser reconhecidas, são utilizadas imediatamente sem uma reflexão prévia. A “crítica filosófica verdadeira” deve então apreender o objeto em seu significado peculiar, embora o objeto peculiar deva ser tratado não teoricamente mas sim praticamente. Nesse *quid pro quo*, não estamos em condição de saber a partir de que ponto de vista o objeto peculiar pode ser analisado filosoficamente. – O ponto de vista filosófico não tem mais aqui nenhuma justificação racional do seu procedimento e pode ser apenas turvamente separado de uma opinião subjetiva qualquer.

Uma compreensão conceitual do movimento social constitucional do pré-março de 1848

A crítica marxiana à *Filosofia do Direito* de Hegel não é, no entanto, uma completa deflação pragmática do conceito de liberdade. A “crítica filosófica verdadeira” deve *conceituar* a gênese e a necessidade do Estado moderno. Hegel não iria contradizer Marx totalmente quando este afirma que conceituar consiste em “apreender a lógica peculiar do objeto peculiar”, já que as determinações do conceito lógico constituem apenas o método *pressuposto* da *Filosofia do Direito*. Com isso, as categorias lógicas não vêm ao uso irrefletidamente. Contudo, o mundo finito, para Hegel, não tem completamente a realidade do conceito em si mesmo:

como para Marx, conceituar não significa para Hegel apenas “reconhecer novamente as determinações do conceito lógico em todas as partes” (MARX, 1982a., p.101; cf. ARNDT, 1995, p. 91). Que Marx queira apresentar a gênese conceitual do Estado moderno, pode-se concluir, com Hegel, que a crítica marxiana não deve ser nenhuma mera narrativa daquilo “que acontece, mas sim um conhecimento do que aí dentro é verdadeiro e, a partir dessa verdade, ela deve conceituar posteriormente o que aparece nessa narrativa como mero acontecimento” (HEGEL, 1981, p.22).

Como uma crítica imanente à *Filosofia do Direito*, ela tem de ser compreendida no nível de abstração da filosofia do Espírito objetivo. Marx mesmo não queria nenhuma negação abstrata da filosofia, mas uma libertação prática “a partir do ponto de vista da teoria” (MARX, 1982a, p.182). Defendo aqui, portanto, a seguinte tese: em sua crítica à filosofia hegeliana do direito, Marx apresentou uma legitimação racional da luta por uma constituição no pré-março de 1848. Daí segue que se pode concordar com Koselleck (1989, p.390-1): “Marx seguiu logicamente a partir de Hegel, e empiricamente a partir da sua situação”. Embora a crítica marxiana permaneça no nível de abstração do Espírito objetivo, ela aponta para contradições reais do Estado moderno que foram constatadas apenas durante o pré-março de 1848.

Hegel (2009, p.254) criticou a representação “que queria pôr no organismo de Estado o elemento democrático sem nenhuma forma racional”. Antes de tudo, o que é importante para nós é que Hegel pressupôs uma sociedade civil burguesa articulada em estamentos. Ele pressupôs, portanto, historicamente que a sociedade civil burguesa não estivesse “dissolvida atomisticamente em indivíduos singulares”, como se os indivíduos atomizados se reunissem apenas para “um ato isolado e temporário”, mas sim que eles conservam ainda uma “conexão política”, na medida em estão articulados em

“cooperativas, comunidades e corporações” (HEGEL, 2009, p.254). A disposição de ânimo a favor do Estado que se desenvolve no interior das instituições sociais é considerada por Hegel como a “consciência da Ideia” (HEGEL, 2009, p.254). Os indivíduos têm para Hegel uma dupla determinação: eles são *pessoas privadas e consciência e querer do universal*. Eles pensam e querem o universal, contanto que os interesses particulares sejam legalmente reconhecidos, de modo que estes possam se desenvolver livremente. Por sua vez, os interesses particulares são formados dentro das instituições sociais. Estas não são nada mais que diferentes grupos de uma sociedade civil burguesa organizada fundamentalmente através da divisão do trabalho. Nessas instituições, os interesses particulares ganham, portanto, a objetividade de uma determinação *institucional*. O reconhecimento estatal desses interesses constitui, assim, a base sólida da constituição do Estado: os interesses universais de uma comunidade de direito não são, por conseguinte, construídos através de uma mera coleção de interesses individuais formados isoladamente, mas sim através de interesses particulares que cada indivíduo desenvolve concretamente através da vida em comum no interior de um grupo social. Durante o período das reformas prussianas, no entanto, se desenvolveu uma sociedade civil burguesa em que essas instituições mediadoras tinham que ser novamente construídas. Os chamados atores dessa nova sociedade podem ser designados provisoriamente como “plebe luxuosa” e “plebe pobre” (cf. RUDA, 2011).

Através do sistema das carências da sociedade civil burguesa, o direito privado é reconhecido universalmente pelos indivíduos. A sociedade se apresenta para estes como a forma da universalidade: ela é *meio* para a realização dos interesses egoístas. O direito abstrato é, portanto, universalmente reconhecido, porque a validade universal do

direito é meio para realizar os interesses egoístas. Ela é uma forma de abstração que chega à consciência dos indivíduos da sociedade civil burguesa, na medida em que estes podem realizar os seus interesses. A universalidade do direito significa, assim, que os indivíduos têm de ser igualmente tratados como homens diante do direito: “Pertence à formação, ao *pensamento* do indivíduo singular na forma da universalidade que *eu* seja compreendido como *peessoa universal*, em que todos são idênticos. O *homem vale, assim, porque ele é homem*” (HEGEL, 2009, p. 175). No entanto, a sociedade civil burguesa é *contraditória* em sua atuação desimpedida: por um lado, a “universalização da conexão entre os homens” aumenta a “acumulação de riquezas”; por outro lado, ela aumenta “a *dependência* e a *penúria*” da classe atada a trabalhos particulares. Com isso, uma grande massa da população cai “abaixo do padrão de um certo modo de subsistência”. Abaixo do nível de subsistência, os trabalhadores assalariados não estão em condições de sentir e de fruir as demais liberdades e as vantagens espirituais da sociedade civil burguesa. Por conseguinte, uma massa crescente de não-proprietários decai até o ponto de “perder o sentimento do direito, a retidão e a honra” de “subsistir mediante atividade própria e trabalho próprio”. Desse modo, Hegel formulou a *questão social* e constatou também que nenhuma solução estava aí-presente; em outras palavras, ele constatou que “a sociedade civil burguesa não é suficientemente rica [...] para obviar ao excesso de pobreza e à geração da plebe”. Mas como a filosofia não tem nada a instruir como a realidade deve ser, uma solução deve ser procurada pela própria sociedade civil burguesa: “assim, o esforço da sociedade vai na direção de descobrir e organizar o que há de universal na miséria e no socorro a ela e tornar aquela ajuda dispensável” (HEGEL, 2009, p. 193-4). – A dinâmica da sociedade civil burguesa traz, por um lado, o

positivo da representação universal de que os homens são iguais diante do direito, mas, por outro lado, o *negativo* da perda do sentimento do direito de subsistir através do próprio trabalho.

Os aspectos positivo e negativo da dinâmica da sociedade civil burguesa constituem a *visão política* da plebe. Hegel acentuou, no entanto, apenas o lado negativo: pertence à “maneira de ver da plebe, ao ponto de vista do negativo em geral [...], pressupor da parte do governo uma má vontade ou uma vontade menos boa” (HEGEL, 2009, p. 250). Contudo, durante o pré-março de 1848, o lado positivo não podia mais deixar de ser notado, de modo que Marx apresentou a visão política da plebe com um sinal trocado, enquanto o ponto de vista do negativo era deslocado para o poder governamental. É o governo que agora pressupõe uma má vontade por parte do povo: “Portanto, o *saber e querer* dos estamentos são em parte supérfluos e em parte suspeitos. O povo não sabe o que quer. Os estamentos não possuem na mesma medida dos funcionários públicos a ciência do Estado, que é um monopólio destes.” (MARX, 1982a, p. 67) A disposição de ânimo política é, para Hegel, somente o “resultado das instituições subsistentes no Estado”. Ela é, antes de tudo, a “*confiança* [...] de que o meu interesse substancial e particular está contido e conservado no interesse e fim de um outro (aqui o Estado) como estando em relação comigo enquanto indivíduo singular” (HEGEL, 2009, p. 212). Depois das políticas econômicas liberais do período das reformas prussianas, cresceu o número da “plebe pobre”.⁷ A categoria plebe não descreve, contudo, segundo a tese de Ruda, uma

⁷ “Um tema central do pré-março de 1848 tem a imagem desgastada: a pobreza em massa, mais precisamente a imediatividade do Estado da pobreza que surgiu da decadência da ordem estamental.” (KOSELLECK, 1989, p. 129)

situação de pobreza, mas sim uma falta de disposição de ânimo surgida em razão do desligamento da lógica do reconhecimento dos interesses particulares. Por isso, ela abrange tanto os *novos proprietários*, como também os *novos não-proprietários* que surgiram com a moderna sociedade civil burguesa⁸: a plebe luxuosa e a pobre são os novos filhos da sociedade civil burguesa. A ausência de disposição de ânimo política pode ser esclarecida pelo fato de a plebe não ter nenhuma instituição subsistente no Estado. Por isso, ela não tinha também nenhum interesse particular desenvolvido. Ela podia ser descrita então como uma “multidão inorgânica” e como uma massa “indivisa” e “informe” (HEGEL, 2009, p. 251). Por isso Hegel só conseguiu apreender negativamente a visão política da plebe: A soberania do povo que está em oposição com o poder do príncipe e o poder governamental pertence, para Hegel, “aos pensamentos confusos, em cuja base está a representação inculta (*wüste*) do povo” (HEGEL, 2009, p. 234). A representação inculta da soberania popular se refere justamente ao fato de que a plebe não tinha nenhuma condição de desenvolver os seus interesses particulares, já que ela não pertencia a nenhuma instituição existente no Estado. Dessa ausência de um espaço institucional, dentro do qual os interesses particulares da plebe pudessem se desenvolver livremente, segue que ela não tinha nenhuma representação política no poder legislativo como meio de se vincular aos assuntos universais do Estado. Portanto, deter-se na

⁸ “A plebe rica e a pobre concordam com o julgamento de que o estado de direito se assemelha para eles a um estado de natureza, a um estado de completa ausência de direito” (RUDA, 2011, p. 86) Contudo, para Ruda, enquanto a plebe luxuosa permanece ligada ao direito de propriedade existente, a plebe pobre se desliga completamente da lógica legal do reconhecimento (cf. RUDA, 2011, p. 113).

“determinação abstrata de ser membro do Estado” era a única possibilidade de poder tomar parte nos assuntos do Estado. Uma “forma racional” de integração da plebe simplesmente não estava aí-presente.

Aquilo que ela já é, era para Hegel uma sociedade civil burguesa que se diferenciava em interesses particulares. As carências particulares desenvolvidas a partir da mediação do trabalho constituem a “relação substancial” dos indivíduos socializados (HEGEL, 2009, p. 251). Que o povo funde instituições sociais para defender os seus interesses particulares e que essas instituições sejam a base sólida da constituição do Estado constitui a forma racional da *liberdade pública* (HEGEL, 2009, p. 211). Hegel então apenas apreendeu conceitualmente o racional das instituições aí-presentes no período das reformas prussianas. Além disso, ele pôde constatar que a plebe não poderia ser integrada racionalmente através das instituições aí-presentes no organismo de Estado. Após o período das reformas prussianas, as instituições estamentais foram gradualmente extintas: *aquilo que ela já é*, é no período do pré-março de 1848 uma sociedade que está “dissolvida atomisticamente em indivíduos” e *quer se reunir* “apenas por um instante sem sustentação ulterior para um ato isolado e temporário” (MARX, 1982a, p. 121; cf. HEGEL, 2009, p. 254). Por isso, o critério racional da análise crítica dos Estados modernos tinha de ser compreendido com sinal inverso pela crítica marxiana à Filosofia do Direito: a efetividade do racional não podia mais ser apreendida conceitualmente nos Estados modernos, mas sim no movimento social por uma constituição representativa. Ao apreender o racional no movimento social constitucional, Marx pôde também analisar criticamente as constituições representativas da modernidade.

Dessa inversão de sinais segue que Marx tinha que reduzir a filosofia hegeliana do direito ao nível de uma

descrição das contradições dos Estados modernos. Como uma “análise crítica do Estado moderno”, a *Filosofia do Direito* de Hegel é uma negação da “consciência política e jurídica alemã”. A efetividade da compreensão especulativa do Estado moderno não se encontrava na Alemanha, mas sim além do rio Reno – portanto, na França. A filosofia especulativa do direito é, por conseguinte, uma abstração “do homem efetivo” e essa abstração só é possível porque “o próprio Estado moderno abstrai do homem efetivo”. Por isso, a filosofia hegeliana do direito expressa tanto a “*completude do ancien régime*”, como também a “*incompletude do Estado moderno*” (MARX, 1982b, p. 177-8). Daí segue que Hegel “não deve ser criticado porque descreve a essência do Estado moderno, assim como ela é, mas sim porque ele faz passar o que é pela *essência do Estado*” (MARX, 1982a, p. 68). Para Marx, Hegel apreendeu as oposições práticas e políticas dos Estados modernos como “uma contradição da aparência como unidade na Ideia/na essência” (MARX, 1982a, p. 100). Por isso, Marx voltou sua crítica contra o método absoluto: “A razão da constituição é, portanto, a lógica abstrata e não o conceito de Estado” (MARX, 1982a, p. 19-20). Aquilo que é, é declarado como racional através do método absoluto. Ao apontar para a “existência empírica”, a apresentação dialética das categorias da filosofia do direito chega a um resultado *místico*, justamente porque os Estados modernos irracionais são declarados como racionais. Pelo fato da *Filosofia do Direito* pressupor o método absoluto como método da filosofia, ela encobre a oposição entre o povo e os poderes de Estado. Para Marx, o “encobrimento da contradição” não é, no entanto, produzido pela *Filosofia do Direito*, mas sim *reproduzido* por esta (MARX, 1982a, p. 100): “Enquanto os estamentos e o poder do príncipe de fato concordam, se suportam, a ilusão da unidade essencial é uma ilusão efetiva, portanto, eficaz” (MARX, 1982a, p. 103). Na medida em que o próprio Estado moderno é uma abstração

concreta dos homens efetivos, a ilusão da mediação da oposição política é uma ilusão prática dos indivíduos empíricos. Assim, a filosofia especulativa do direito se torna uma reprodução teórica de uma ilusão já existente.⁹

Aquilo que antes foi apresentado como *racional* é criticado vinte anos mais tarde como sendo *ilusório*. Partindo da separação moderna entre sociedade civil burguesa e Estado, Hegel considerou um poder legislativo como um “órgão mediador” (HEGEL, 2009, p. 250) em que o interesse universal de uma comunidade de direito é formado através do vínculo com os interesses particulares. Consequentemente, ele apresentou uma estrutura política em que nenhum interesse poderia ser falsamente universalizado. Dessa forma, Hegel apresentou *garantias* para a formação dos interesses universais. Com elas, um Estado racional não estaria exposto a nenhum interesse arbitrário. O poder legislativo foi assim dividido em três momentos: o poder do príncipe como momento da decisão, o poder governamental como momento da deliberação e o elemento estamental como momento da liberdade formal (HEGEL, 2009, p. 248-50). *Do lado dos poderes de Estado*, o governo tem imediatamente em sua determinação “o universal por fim de sua atividade essencial” (HEGEL, 2009, p. 251). Que o poder governamental tenha o ponto de vista do universal pode ser justificado com os seus conhecimentos determinados – tanto o conhecimento das carências do poder de Estado, como também o conhecimento concreto e a visão de conjunto do todo em seus múltiplos aspectos trazem para o governo fundamentos sólidos e

⁹ Nesse sentido, a mistificação da *Filosofia do Direito* é, para Marx, não apenas uma falsa tradução do material para o ideal, mas sim uma tradução acrítica de uma existência imprópria para a existência efetiva do pensamento (MARX, 1982a, p.65; cf. ARNDT, 2015, p.131).

efetivos (HEGEL, 2009, p. 248). Hegel queria evitar uma mediação opositiva. Por isso, ele procurou, *do lado da sociedade civil burguesa*, por outras *garantias* para a constituição da posição política a favor dos interesses universais: na câmara alta, o estamento dos possuidores de terra traz em si “uma imagem do momento do poder do príncipe”, enquanto a vida material desse estamento é constituída sobre a base da eticidade natural (HEGEL, 2009, p. 253-4); na câmara baixa, a experiência objetivamente reconhecível e comprovada dos deputados deve garantir que estes não queiram fazer valer os interesses particulares de suas comunidades contra os assuntos universais do Estado (HEGEL, 2009, p. 255-6). Com isso, as instituições sociais estão em condições de exercer, junto com o poder governamental, uma “mediação em comum”, de modo que o poder do príncipe e o povo não se isolam um do outro como se fossem extremos opostos. Que a formação política da vontade possa ser apreendida dessa forma é um resultado da intelecção lógica: “É uma das intelecções mais importantes da lógica a de que um momento determinado, que, estando em oposição, tem a posição de um extremo, deixa de sê-lo e passa a ser um momento *orgânico* pelo fato de que é, simultaneamente, *termo-médio*” (HEGEL, 2009, p. 250-1). Mas, com isso, a *Filosofia do Direito* de Hegel não é nada mais que uma interpretação filosófica do princípio já existente dos Estados modernos:

O princípio dos Estados modernos tem este vigor e esta profundidade prodigiosos de deixar o princípio da subjetividade completar-se até o *extremo autônomo* da particularidade pessoal e, ao mesmo tempo, de *reconduzi-lo à unidade substancial*, e, assim, de manter essa unidade no princípio mesmo da subjetividade (HEGEL, 2009, p. 208).

A “intelecção lógica” foi fundamentada por Hegel como um sistema da totalidade de determinações conceituais – i. e., como método absoluto. Visto que a liberdade constitui o “modo de relação do conceito” (HEGEL, 1981, p. 12), ela é o critério do procedimento conceitual da filosofia hegeliana. Que cada determinação se torne fluída através da intelecção lógica constitui a perspectiva *racional e dialética*: “a razão é negativa e *dialética*, porque ela dissolve as determinações do entendimento em nada; ela é *positiva* porque ela produz o universal e conceitua aí dentro o particular” (HEGEL, 1985, p. 8). – A filosofia especulativa do direito parte *historicamente* do princípio moderno da liberdade particular do sujeito, mas ela segue *logicamente* a partir do método dialético. Nesse sentido, a filosofia é “o *indagar do racional*” e, ao mesmo tempo, “o *apreender do [que é] presente e efetivo*” (HEGEL, 2009, p. 13): Enquanto a filosofia do direito apreende o racional dos Estados presentes e efetivos, ela penetra na racionalidade dos Estados modernos, ao desenvolver uma “ideia de Estado” (HEGEL, 2009, p. 205). Esta não pode ser confundida com uma descrição trivial dos Estados modernos. Em razão dessa distância em relação aos Estados realmente existentes, a ideia do Estado é um *critério para uma análise crítica do Estado moderno*. A partir desse ponto de vista filosófico, os extremos do poder do príncipe e do povo não são compreendidos como determinações fixas. Que a oposição entre o poder governamental e a sociedade civil burguesa tenha se fortalecido durante o pré-março de 1848, deveria ser uma prova de que a concepção hegeliana de uma mediação em comum ainda era potencialmente crítica, mais especificamente na medida em que ela nos permite determinar as incompletudes dos Estados modernos.

Contudo, os Estados realmente existentes não podiam mais ser apresentados no pré-março de 1848 sobre uma base

racional,¹⁰ pois a visão da plebe formava, depois da liberalização econômica, o principal interesse da sociedade civil burguesa. A plebe não tinha, no entanto, nenhuma instituição social à sua disposição: sua situação era justamente o resultado da decadência da ordem estamental. Restava a ela apenas o “pensamento como consciência do indivíduo singular na forma da universalidade”: “O homem vale, assim, porque ele é homem” (HEGEL, 2009, p. 175). Sem instituições sociais, a plebe não podia desenvolver nenhum interesse particular, de modo que ela não tinha outra alternativa a não ser se deter “na determinação abstrata de ser membro do Estado” (HEGEL, 2009, p. 254). Nesse contexto, as organizações estamentais restantes não podiam mais ser salvas. Por isso, Marx caracterizou toda tentativa de recorrer à argumentação hegeliana de uma mediação em comum como um “subterfúgio místico e vazio” (MARX, 1982a, p. 62).

Quando abstraímos a forma racional da mediação em comum das instituições empiricamente existentes na época, que eram inapropriadas para a integração da plebe, a filosofia especulativa do direito permanece ainda atual como uma análise crítica dos Estados modernos nos seguintes pontos: (1) Que as instituições sociais constituam a base sólida da constituição do Estado significa que a sociedade civil burguesa tem *espaços institucionalizados da liberdade* nos quais os interesses particulares podem se desenvolver livremente; (2)

¹⁰ Nesse período, Gans definiu o Estado prussiano como um *Estado tutelar*: “Gans definiu naquele tempo o Estado prussiano. Ele não é nem patriarcal, nem constitucional, ‘o Estado prussiano é um Estado tutelar’. A particularidade da tutela reside [no fato] de que o tutor não atua nunca em seu próprio interesse, mas parte do [princípio] de que quem está sob tutela tem propriamente de agir autonomamente. Apenas, enquanto este não pode agir dessa forma, entra em vigor a tutela” (KOSELLECK, 1989, p. 308-9).

Que a individualidade pessoal e os interesses particulares tenham direitos reconhecidos segue que a sociedade civil burguesa está livremente organizada em *relações substanciais*; (3) O *substancial* dessas relações consiste em que cada interesse particular é formado dentro da respectiva organização social apenas através da mediação das carências particulares do grupo social ou do trabalho socialmente dividido – i. é, sem nenhuma influência estatal; (4) Sem influências estatais, porque o Estado não tem permissão para interferir no desenvolvimento dos interesses particulares de qualquer grupo social. A intervenção estatal se restringe à administração do direito, à garantia da subsistência e do bem-estar individual e particular e ao reconhecimento jurídico das instituições sociais; (5) Na medida em que o bem-estar individual e particular alcança o seu direito, toda *camada social* é integrada ao Estado. A integração significa que todas elas reconhecem o Estado como seu espírito substancial. Com isso, todo indivíduo quer discutir os interesses universais da *sua* comunidade de direito. O reconhecimento recíproco constitui a condição para que *dentro da sociedade civil burguesa* seja desenvolvida uma posição política para os interesses universais. Nessa posição política se encontra a possibilidade de uma mediação em comum do político dentro do poder legislativo; (6) Os interesses particulares desenvolvidos livremente constituem a base estabelecida conscientemente e de modo insuperável para que os interesses universais possam ser formados gradualmente através do debate político no poder legislativo. Somente sobre essa base racional, os poderes de Estado podem ser estruturados de modo que nenhum interesse privado seja falsamente universalizado; (7) Enquanto as liberdades particulares de cada instituição social podem se desenvolver, a opinião pública é formada através da *mediação da relação substancial* da sociedade civil burguesa. Ela não é, por conseguinte, nenhuma opinião subjetiva qualquer,

mas *um exemplar de um interesse de um grupo social determinado*. Mas, ao mesmo tempo, ela tem peculiaridades individuais, que têm de permanecer como tais; isso porque a opinião pública não pode ser a fonte da lei, caso contrário a sociedade civil burguesa seria imediatamente política, de modo que a esfera política não poderia mais ser separada da esfera social e privada.¹¹ A opinião pública tem de ser formalmente livre e essa liberdade formal não pode ser desprezada: que a opinião pública constitua o momento da liberdade formal significa que a formação dos interesses universais tem de estar vinculada ao debate público, justamente para poder se distanciar de interesses arbitrários e evitar que estes se passem por interesses universais. Apenas nesse sentido a opinião pública é um momento da formação da vontade política. – Com isso, nós temos então uma análise crítica dos Estados modernos: (a) ela conceitua, dentro da sociedade civil burguesa, a condição para o desenvolvimento de uma posição política a favor dos interesses universais: i. é, o direito realizado do bem-estar individual e particular de todas as camadas sociais; (b) ela mostra como a estrutura dos poderes de Estado deve ser reconhecida criticamente ao apresentar uma mediação em comum do político dentro do poder legislativo: embora dentro dessa estrutura racional se desenvolva a esfera política sob a base das esferas sociais institucionalmente reconhecidas, cada

¹¹ Com Habermas, temos então a exata noção de até que ponto o desenvolvimento dos Estados modernos se distanciou da concepção hegeliana de um Estado racional: “Na esfera pública burguesa se desdobra uma consciência política que articula, contra o domínio absoluto, o conceito e a exigência de leis gerais e abstratas, e, por fim, aprende a afirmar a si mesma, a saber, a opinião pública, como a única fonte legítima dessas leis. No decorrer do século XVIII, a opinião pública reivindicará a competência legislativa para toda norma que só deve a ela mesma o conceito racionalista polêmico” (HABERMAS, 1990, p. 119).

esfera permanece separada uma da outra. Com isso, o ponto de vista racional não mantém fixa as determinações políticas, de modo que as esferas social e política não são consideradas como extremos isolados. A mediação em comum do político não é, portanto, nada mais que um resultado da apresentação do método dialético que apreende criticamente o conteúdo racional dos Estados modernos.

Por causa dessa conexão entre a inteligência lógica e a concepção de uma mediação em comum do político, a crítica marxiana à *Filosofia do Direito* é, ao mesmo tempo, uma crítica às pressuposições lógicas da mesma. Isso não significa, entretanto, que a consideração racional dos Estados modernos poderia ser rejeitada com o argumento de que Hegel queria reconhecer novamente em todas as partes as determinações do conceito lógico (cf. MARX, 1982a, p. 101). Mas, quando a mediação em comum do político não é entendida como um critério racional da análise crítica dos Estados modernos, para ser remetida imediatamente ao contexto histórico do pré-março de 1848, ela se apresenta como um encobrimento da oposição entre o povo e o poder governamental. Que Marx, nesse período, tenha renunciado ao ponto de vista da inteligência lógica está, antes de tudo, em conexão com uma crítica da concepção hegeliana das garantias concretas da formação de uma posição política a favor dos interesses universais. Que o poder governamental tenha imediatamente em sua determinação o universal por fim de sua atividade essencial não poderia mais ser aceito por Marx: “O Estado é aqui, para Hegel, idêntico ao ‘governo’” (MARX, 1982a, p. 135). Uma organização específica da sociedade civil burguesa foi pressuposta por Hegel para justificar a determinação imediata do universal no poder governamental: “Os membros do governo e os funcionários do Estado constituem a parte principal do estamento médio, no qual recai a inteligência cultivada e a consciência jurídica da massa do povo” (HEGEL,

2009, p. 246). Para Hegel, a inteligência não constitui nenhum poder arbitrário, na medida em que ela, juntamente com o poder do príncipe e as instituições da sociedade civil burguesa, representadas pelos deputados, formam a mediação em comum do político no poder legislativo.

A plebe constitui a maior parte da sociedade civil burguesa quando esta não está mais articulada em instituições sociais: Por conseguinte, o poder governamental não pode mais ser controlado de baixo para cima. (cf. HEGEL, 2009, p. 250-1) Nesse contexto, a representação estamental no poder legislativo é “a existência ilusória dos assuntos do Estado como uma coisa do povo” (MARX, 1982a, p. 66) Em oposição ao poder governamental está a visão democrática do povo. Quando a filosofia hegeliana do direito é remetida imediatamente a essa situação histórica, ela aparece como uma abstração unilateral que julga como verdadeiro apenas o extremo do poder governamental e a “insistência nas oposições efetivas” como um pensamento nocivo (MARX, 1982a, p. 98). Assim, a crítica a essa abstração unilateral é, ao mesmo tempo, uma crítica aos Estados irracionais do período do pré-março de 1848. Sem representação estamental, a plebe podia encontrar um ser-aí político apenas em oposição ao poder governamental por meio do poder representativo.¹² Na

¹² Arndt vê na posição marxiana a favor de uma “insistência nas oposições efetivas” um novo conceito de mediação: “Marx (1818-1883) se volta contra o recurso à imediaticidade e, nesse sentido, dá uma guinada na crítica a Hegel no século XIX. Na medida em que ele diferencia a ‘mediação efetiva’ daquela mediação da ‘Ideia efetiva’, i. é, da Ideia no sentido da *Ciência da Lógica* ‘que se ocupa consigo mesma’, ele insiste nos limites da *auto*-mediação, i. é, da suspensão da mediação na imediaticidade mediada de uma pura *auto*-relação. Em consequência dessa crítica, Marx não opõe a Hegel uma imediaticidade não-mediada, mas um outro conceito de mediação que pode ser designado como mediação *objetiva*.”

(ARNDT, 2013, p.32-3) Com base nesse novo conceito de mediação, Marx teria uma nova definição de dialética: “A dialética poderia ser determinada, provisoriamente, com base nessa exposição, como método de apreensão e apresentação das contradições reais, tendo em vista as possibilidades reais de sua resolução.” (ARNDT, 1985, p. 244) Para Arndt, o método dialético não conduz a nenhum resultado positivo: “Verdadeiro é aquilo que se afirma em contradição, isto é, na medida em que é capaz de se afirmar como tal. Mas, na medida em que o ser-finito está em contradição, dentro da qual a negatividade é afirmada conjuntamente, e [neste ser finito] a contradição acaba perecendo (*verendet*), esta verdade não pode ser conservada, assim como se dela pudesse ser feito um uso afirmativo ou apoloético. Ela diz apenas que algo, em determinadas conexões, é um caso, um ser em um [determinado] caso (*ein fallendes Sein*). Ela permanece contingente, na medida em que não remete a nenhuma verdade ‘mais alta’ em que a significação do seu sentido poderia se fechar (*zuwachsen*). A sua perda não é avaliada de acordo com outros critérios de verdadeiro ou falso. Essa perda não é o resultado de um tribunal do mundo, tampouco aquilo que já está justificado *do modo que é*.” (ARNDT, 1994, p.356) Como método de apreensão e apresentação das contradições reais, a dialética não é, contudo, nenhuma “lógica da decadência” e não prognostica nenhum “destino inevitável”. Ao final, ela não remete a nenhuma verdade mais alta, mas sim a conexões determinadas – i. é, a processos empíricos (cf. ARNDT, 1994, p. 310). – Entretanto, Marx não apresenta nenhuma alternativa consequente à *Ciência da Lógica* (cf. ARNDT, 2015, p. 144-5). Seu conceito de mediação objetiva não se desenvolve em direção a uma lógica alternativa, através da qual a lógica peculiar do objeto peculiar pudesse ser apreendida. Antes de tudo, Marx não entendeu o que significa a libertação absoluta do método dialético: A libertação consiste, fundamentalmente, que nenhuma determinação abstrata é mais utilizada imediatamente, como se estas fossem formas dadas do pensamento. A liberdade do método absoluto significa, portanto, que “a forma da sua determinidade é do mesmo modo pura e simplesmente livre” (HEGEL, 1981, p. 253). Que a oposição entre o

poder governamental e a visão do povo constitua dentro do poder legislativo uma mediação objetiva, não contradiz a mediação absoluta da intelecção lógica. Pelo contrário, o método absoluto é involuntariamente *pressuposto* por Marx através de sua crítica à intelecção lógica, no sentido de que a crítica marxiana à mediação em comum apenas espelha o *prosseguir livre do método dialético*. Portanto, a crítica de Marx aos Estados modernos pode ser interpretada consequentemente apenas dentro do paradigma hegeliano do método dialético (cf. ARNDT, 2015, p.144-5). Isto traz consequências para o entendimento do resultado da crítica marxiana: “A história, que para Hegel e Marx interessa, permanece a história da liberdade” (ARNDT, 2015, p.14). Os processos empíricos não são uma mera narração sem conceitos. A história é, para Marx, *história da liberdade social*. No entanto, o reino da liberdade não pode ser entendido como um destino inevitável da história. Como um resultado da apresentação lógica, o reino da liberdade foi aberto pelo conceito: A liberdade do conceito é, portanto, o fio condutor racional, através do qual processos empíricos são compreendidos filosoficamente. A dialética não produz mesmo nenhum resultado positivo, justamente porque ela só pode *reproduzir* o positivo (cf. ARNDT, 1994, p. 308). Ela age dessa forma, na medida em que não absolutiza nenhum resultado negativo. Por conseguinte, a história é, por um lado, determinada *negativamente*, na medida em que a reconstrução de estruturas de dominação mostra onde uma estrutura de poder historicamente específica se estabelece e é contestada por determinados grupos sociais (cf. ARNDT, 1985, p. 266); por outro lado, ela é determinada *positivamente*, na medida em que essa reconstrução mostra que o protesto desses grupos sociais contra a estrutura de poder aí presente corresponde a um progresso na consciência da liberdade, mais especificamente, da *liberdade social*, já que as reivindicações desses grupos sociais são filosoficamente legitimadas, enquanto eles reivindicam uma sociedade em que “todas as condições da existência humana são organizadas sob a pressuposição da liberdade social” (MARX, 1982b, p. 181). Trata-se de uma consciência da liberdade social no sentido de que a existência de toda estrutura

medida em que a plebe está em oposição ao poder governamental, ela contradiz a representação de que o governo teria imediatamente, em sua determinação, o universal como fim de sua atividade: O assunto de Estado se expande e é agora uma coisa do povo. O pensamento surgido na sociedade civil burguesa como consciência do indivíduo singular de que o homem vale, assim, porque ele é homem, se desenvolveu em direção a uma significação política. As plebes luxuosa e pobre estão momentaneamente de acordo: ambas são homens socializados – i. é, *ser genético* (*Gattungswesen*) (cf. MARX, 1982a, p. 129); ambas querem uma constituição representativa.¹³ A questão social é promovida a questão constitucional (KOSELLECK, 1989, p. 14). O positivo da visão

social e política só pode ser justificada, contanto que a pressuposição da liberdade social de todos os grupos sociais seja preenchida. Isso constitui um *critério social-filosófico* para caracterizar em que medida reivindicações de grupos sociais trazem para o mundo um progresso na consciência da liberdade social. A liberdade social não é, portanto, nenhum dogma que deveria ser realizado completamente no mundo finito; caso contrário, o positivo dessa concepção da história seria do mesmo modo absolutizado: ela permanece um critério da filosofia da história para a reconstrução de processos históricos. Como em Hegel, a crítica marxiana não instrui nada sobre como o mundo aí-presente deve ser ou o que esses grupos sociais devem ou podem querer, mas apenas como o mundo aí-presente deve ser criticado racionalmente e como as aspirações já existentes desses grupos sociais podem ser compreendidas racionalmente. Outras opiniões a respeito, cf. THEUNISSEN, 1978, p. 482-4; BEHRE, 2004, p. 161.

¹³ Ambas fizeram então, em nome de uma representação da soberania popular, a revolução de março de 1848: “Assim, pode irromper a revolução, na qual, em primeiro lugar, a grande burguesia e fabricantes se encontravam do mesmo lado que a pequena burguesia e a classe trabalhadora [...]” (KOSELLECK, 1989, p. 637).

da plebe tem de ser então analisado filosoficamente – ou seja, através de uma crítica à filosofia hegeliana do direito.

Conclusão

A crítica de Marx aos pressupostos lógicos da *Filosofia do Direito* de Hegel, quando interpretada intransigentemente, produz apenas o resultado aporético, que chamei de deflação pragmática do conceito hegeliano da liberdade. *Por um lado*, ela quer uma “libertação do ponto de vista da teoria” (MARX, 1982b, p. 182); *por outro lado*, a “crítica filosófica verdadeira” (MARX, 1982a, p. 101), ao recusar a ciência lógica como um pressuposto da análise dos Estados modernos, toma imediatamente como dadas as determinações abstratas do pensamento, por meio das quais as determinações políticas são postas em relação. A filosofia perde, com isso, uma visão conceitual sobre a liberdade, ou seja, uma justificação objetiva do seu ponto de vista racional e do seu proceder conceitual: a liberdade do conceito como critério para reconstruir criticamente as relações políticas da modernidade.

Quando interpretada racionalmente, i. é, pressupondo o método dialético enquanto reflexão sistemática das determinações abstratas do pensamento, a crítica marxiana nos permite apreender e apresentar o que era em si racional no movimento social por uma constituição moderna no pré-março de 1848; ela nos fornece, assim, uma legitimação racional-filosófica dessa movimentação social. Isso implica em reinterpretar a crítica de Marx à *Filosofia do Direito* de Hegel conforme a hipótese de Koselleck (1989, p.390-1): “Marx seguiu logicamente a partir de Hegel, e empiricamente a partir da sua situação”. Isto é, implica interpretar a sua crítica pressupondo o método absoluto e dentro do nível de abstração da filosofia hegeliana do Espírito objetivo, mas a partir de um contexto histórico diferente do de Hegel, ou seja, pressupondo

historicamente os resultados da política econômica liberal da *Reformzeit* (1807-1820) e a agudização da movimentação social por uma constituição moderna durante o *Vormärz* (1830-1848).

Dentro desse quadro interpretativo é possível compreender onde a crítica de Marx é legítima em relação à filosofia hegeliana do direito: enquanto Hegel havia apreendido apenas o negativo da visão política de plebe, Marx apresentou o seu aspecto positivo. A constituição representativa é, para Marx, a completa abstração do político e o ponto de partida para que a plebe luxuosa e a pobre desenvolvam, dentro da sociedade civil burguesa politicamente emancipada, os seus interesses particulares (MARX, 1982a, p. 130).¹⁴ A partir de então, a plebe luxuosa e a pobre podem se apresentar como classe capitalista e classe trabalhadora. A filosofia é então capaz de identificar, na reivindicação da classe trabalhadora de que todas as condições da existência humana sejam organizadas sob a pressuposição da liberdade social, um progresso na consciência da liberdade. A filosofia ganha, com isso, um critério para a compreensão da história: o progresso na consciência da liberdade social.

Esse critério social-filosófico não significa nenhuma ruptura com a filosofia hegeliana do Espírito objetivo: ela é apenas um desdobramento desta. Consequentemente, conceituar e apresentar o que é em si racional em reivindicações de grupos e classes sociais é, ao mesmo tempo, uma crítica à incompletude dos Estados modernos existentes. Hegel permanece, neste ponto, atual: é, fundamentalmente, a partir de sua *Filosofia do Direito* que nós podemos compreender que a introdução do elemento democrático no organismo do Estado não é livre de contradições.

¹⁴ Para Gans (cf. 2005, p. 215), com a república, a idade média está completamente extinta.

Referências

- ARNDT, A. *Karl Marx: Versuch über den Zusammenhang seiner Theorie*. Bochum: Germinal-Verlag, 1985.
- _____. *Dialektik und Reflexion: Zur Rekonstruktion des Vernunftbegriffs*. Hamburg: Felix Meiner Verlag, 1994.
- _____. Der Begriff der Allgemeinheit in der Philosophie des Rechts. In: ARNDT, Andreas; BAL, Karol; OTTMANN, Henning (Org.). *Hegel-Jahrbuch 1993/1994*. Berlin: Akademie Verlag, 1995, p. 89-97.
- _____. *Unmittelbarkeit*. Berlin: Eule der Minerva Verlag, 2013.
- _____. *Geschichte und Freiheitsbewusstsein. Zur Dialektik der Freiheit bei Hegel und Marx*. Berlin: Eule der Minerva Verlag, 2015.
- BEHRE, J. *Volkssouveränität und Demokratie: Zur Kritik staatszentrierter Demokratievorstellungen*. Hamburg: VSA-Verlag, 2004.
- GANS, E. *Naturrecht und Universalrechtsgeschichte*. Vorlesung nach G. W. F. Hegel. Tübingen: Mohr Siebeck, 2005.
- HABERMAS, J. *Der philosophische diskurs der moderne*. Zwölf Vorlesungen. Frankfurt/M: Suhrkamp, 1983. (trad. HABERMAS, J. *O discurso filosófico da modernidade: Dozes Lições*. Trad.: Luiz Sergio Repa e Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2000).
- _____. *Strukturwandel der Öffentlichkeit*. Untersuchungen zu einer Kategorie der bürgerlichen Gesellschaft. Frankfurt/M: Suhrkamp, 1990. (trad. HABERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Trad.: Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003).
- HARTMANN, K. *Hegels Logik*. Berlin; New York: Walter de Gruyter, 1999.
- HEGEL, G. W. F. *Wissenschaft der Logik*. Zweiter Band: Die Subjektive Logik (1816). GW 12. Hamburg: Felix Meiner, 1981.

_____. *Wissenschaft der Logik*. Erster Band: Die Lehre vom Sein (1832). GW 21. Hamburg: Felix Meiner, 1985.

_____. *Enzyklopädie der philosophischen Wissenschaften im Grundrisse* (1830). GW 20. Hamburg: Felix Meiner, 1992. (trad. HEGEL, G. W. F. *Enciclopédia das Ciências Filosóficas: a Ciência da Lógica*. Trad.: Paulo Menezes, com a colaboração de José Machado. São Paulo: Edições Loyola, 1995).

_____. Vorlesungen über die Beweise von Daseyn Gottes. In: _____ . *Vorlesungsmanuskripte II* (1816 - 1831). GW 18. Hamburg: Felix Meiner, 1995, p. 228-317.

_____. *Grundlinien der Philosophie des Rechts oder Naturrecht und Staatswissenschaft im Grundrisse*. GW 14,1. Hamburg: Felix Meiner: 2009.

JAESCHKE, W. *Hegel-Handbuch: Leben - Werk - Schule*. Stuttgart; Weimar: J.B. Metzler, 2010.

KOSELLECK, R. *Preußen zwischen Reform und Revolution: Allgemeines Landrecht, Verwaltung und soziale Bewegung von 1791 bis 1848*. München: Klett-Cotta im Deutscher Taschenbuch Verlag, 1989.

MARX, K. Zur Kritik der Hegelschen Rechtsphilosophie. In: *Karl Marx: Werke, Artikel, Entwürfe März 1843 bis 1844*. MEGA I/2. Berlin: Dietz Verlag, 1982a, p. 5-137. (trad. MARX, K. *Crítica da Filosofia do direito de Hegel*. Trad.: Rubens Enderle e Leonardo de Deus, com a supervisão e notas de Marcelo Backes. São Paulo: Boitempo, 2005).

_____. Zur Kritik der Hegelschen Rechtsphilosophie. Einleitung. In: *Karl Marx: Werke, Artikel, Entwürfe März 1843 bis 1844*. MEGA I/2. Berlin: Dietz Verlag, 1982b, p. 170-183. (trad. MARX, K. *Crítica da Filosofia do direito de Hegel - Introdução*. Trad.: Raul Mateos Castell. São Paulo: Boitempo, 2005, p. 145-156).

RUDA, F. *Hegels Pöbel*. Eine Untersuchung der "Grundlinien der Philosophie des Rechts". Konstanz: Konstanz University Press, 2011.

THEUNISSEN, T. *Sein und Schein*. Die kritische Funktion der Hegelschen Logik. Frankfurt/M: Suhrkamp, 1978.

UTZ, K. *Die Notwendigkeit des Zufalls*. Hegels spekulative Dialektik in der ›Wissenschaft der Logik‹. Paderborn; München; Wien; Zürich: Schöningh, 2001.

Filosofia social e movimentos sociais: Sobre os limites e potencias da crítica

Hélio Alexandre da Silva¹

Uma das formas de circunscrever o objetivo amplo do presente trabalho é mostrar como a ausência de um diagnóstico profundo do social, que se esforce em considerar a complexidade do presente, pode ser crucial para diminuição da densidade crítica de um pensamento filosófico voltado para o social.

Nesse aspecto, é particularmente notável que a construção e o estabelecimento da Filosofia no Brasil enquanto atividade acadêmica se desenvolveu de modo que as disciplinas filosóficas se sedimentaram de tal forma que, curiosamente, a questão social não exigiu a criação e o desenvolvimento de uma área de investigação como a Filosofia social². Embora isso jamais tenha significado a ausência de questões sociais dentre os temas presentes no cada vez mais amplo leque de pesquisas produzidas pela Filosofia acadêmica no Brasil, não deixa de ser relevante notar, entre

¹Professor de Filosofia da Universidade Estadual Paulista - UNESP/Franca

²Para uma bibliografia que discute as características e contornos da Filosofia social ver: FISCHBACH, Franck. *Manifeste pour une philosophie sociale*. Éditions La Découverte, Paris, 2009. HABER, Stéphane. “Renouveau de la philosophie sociale”. In: *Esprit*, n° 383, 2012. HONNETH, Axel. *Pathologien des Sozialen: Tradition und Aktualität der Sozialphilosophie*: In: _____. *Das Andere der Gerechtigkeit: Aufsätze zur praktischen Philosophie*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2000. HORKHEIMER, Max. *Die gegenwärtige Lage der Sozialphilosophie und die Aufgaben eines Instituts für Sozialforschung*. In: *Gesammelte Schriften*. Schriften 1931-1936. Frankfurt am Main: Fischer, 1988. Band 3.

nós, sua ausência enquanto disciplina/área específica da Filosofia. Essa questão se faz ainda mais relevante dada a flagrante influência do pensamento francês e alemão na construção do espírito que dirigiu os trabalhos filosóficos produzidos na academia brasileira. A tradição filosófica produzida nesses países permitiu que a Filosofia social se tornasse uma área do saber que ocupa lugar considerável dentre as demais disciplinas filosóficas.

Bem entendido, destacar a relevância de um diagnóstico do social – que considere inclusive pesquisas empíricas e dados obtidos através de surveys – não exclui a necessidade que a Filosofia social possui de estabelecer normas que orientem a crítica, mas garante que essas normas se constituam a partir de um necessário ancoramento no real. Voltaremos a esse ponto mais adiante. Por hora, basta destacar que, se tomarmos como referência os estudos desenvolvidos por Horkheimer na década de 30, torna-se ainda mais surpreendente a tendência recente de diminuição de pesquisas sociais no âmbito do pensamento crítico. Parcela importante dos trabalhos críticos atuais opera como se a “pesquisa social não fosse prioritária em face da primazia conferida às questões normativas”. Atualmente são muitas as razões que afastam a Filosofia social da pesquisa social; ainda que desenvolver tais questões não seja o propósito aqui, vale apontar que “a forma específica como estão organizadas as universidades, no quadro restritivo da pesquisa científica, [...] dificilmente admite a cooperação entre filósofos e pesquisadores empíricos (VOIROL, 2012, p.82)³.

³ No entanto, incentivar essa colaboração sempre foi um dos principais objetivos seguidos pelo Instituto sediado em Frankfurt: “A pesquisa social promovida no Instituto de Pesquisa Social devia se desenvolver por meio das técnicas mais atuais de investigação social, ao passo que a apresentação completa desse trabalho, no quadro de uma nova síntese

Frente a essa dificuldade, abre-se um déficit social que surge como tendência dominante nos últimos anos no interior do pensamento crítico – o trabalho que aqui se apresenta pretende abordar uma das faces em que a questão social pode ser investigada a partir de uma visada filosófica. Em termos mais específicos, trata-se aqui de partir de um brevíssimo panorama acerca das características da Filosofia social para então discutir o diagnóstico acerca dos movimentos sociais produzido por Jurgen Habermas e Axel Honneth⁴ e como esses diagnósticos influenciam os autores na construção de seus respectivos modelos teóricos.

Ademais, cumpre apresentar aqui, ainda que sumariamente, alguns dos principais contornos da Filosofia social, que se mostram capazes de orientar o que pretendo apresentar ao longo do texto. Nesse sentido, ela deve ser capaz de: (1) distinguir a sociedade do Estado; o social do político. (2) ser um pensamento inscrito no contexto social; uma prática teórica ligada a outras práticas que constituem um contexto histórico no interior do qual ela mesma está situada. (3) Fazer um diagnóstico de época e, ao mesmo tempo, conhecer as características próprias que singularizam seu tempo em relação às épocas anteriores. (4) Produzir uma crítica da sociedade através de um determinado ponto de vista avaliador. Para que a Filosofia social seja de fato uma Filosofia é preciso que ela não apenas descreva a realidade social, mas

teórica, devia ser a tarefa da Filosofia social” (VOIROL, 2012, p.88. grifo meu).

⁴ Vale ressaltar, muito embora soe elementar, que as teorias de Habermas e Honneth não podem ser tomadas como intercambiáveis. Ainda que ambos partilhem de um mesmo campo teórico comum, não seria exagero afirmar que Honneth constrói sua teoria em grande medida contra Habermas. O que nos permite aproximá-los aqui é o fato que ambos partilham o mesmo diagnóstico geral que tende a subvalorizar os movimentos sociais que possuem pautas anticapitalistas.

também que não renuncie a avaliá-la e criticá-la – o que supõe uma reflexão acerca das normas e dos critérios em nome dos quais essa avaliação deve ocorrer. (5) A Filosofia social deve se dirigir aos atores sociais (destinatários) capazes de se apropriar dos resultados da teoria e agir de forma transformadora e emancipatória.⁵ Dentre os princípios apresentados, os três últimos serão de particular importância para a presente discussão.

De maneira um tanto esquemática, é possível afirmar que, de acordo com Habermas e Honneth, o caráter plural dos novos movimentos sociais, os quais ganharam o espaço público no fim dos anos 60 e início dos 70 do século passado, permite compreender que a busca por potenciais emancipatórios não pode mais residir na crítica anticapitalista. Isso porque a relação capital x trabalho perdeu sua centralidade e as demandas dos novos movimentos sociais, no mais das vezes, se voltam para a reparação do sofrimento social, da opressão, das injustiças ligadas a questões ambientais, étnicas, de gênero etc. Nesse sentido, uma teoria que se pretenda crítica deveria perseguir especialmente as demandas por maior participação nos processos de formação da opinião e da vontade através de procedimentos democráticos de deliberação. Dito de outro modo, o diagnóstico de tempo aponta para um redirecionamento das demandas dos movimentos sociais na direção da luta pela correção de injustiças; com isso, há um desmembramento entre essas demandas e aquelas de natureza sistêmica ligadas diretamente à forma com que operam as democracias capitalistas. Sob esse ponto de vista, a economia política torna-se “apenas” mais um foco de produção de

⁵ Cf. “Les caractères de la philosophie sociale” in: FISCHBACH, Franck. Manifeste pour une philosophie sociale. Éditions La Découverte, Paris, 2009. p.63 ss.

injustiças, o que não exige que ela seja tomada a partir de uma visada sistêmica.⁶

Assim é possível afirmar que, a partir do início dos anos 80, há uma clara tendência teórica em se afastar pouco a pouco, mas de forma aparentemente definitiva, de um posicionamento anticapitalista; no caso de Habermas, isso se dá especialmente a partir da Teoria do agir comunicativo (1981)⁷. Um dos caminhos a ser perseguido por aqueles que pretendem construir uma crítica a esse posicionamento de Habermas deve, evidentemente, ser capaz de apontar se ainda é possível encontrar movimentos sociais que mantêm, em alguma medida, uma orientação política que possua aspectos anticapitalistas entre suas demandas. Isso porque conhecer as características próprias que singularizam sua época é uma das exigências de um trabalho de Filosofia social. Nesse sentido, é possível elaborar da seguinte maneira a questão que vai

⁶ Esse ponto é apresentado por Albena Azmanova quando ressalta que os movimentos sociais, ao se voltarem para correção das “assimetrias de poder” terminam por obliterar “a dimensão sistêmica da dominação”. Por isso, seria necessário contar com o redirecionamento das demandas dos movimentos sociais no sentido de compreender que a geração da dominação está ancorada na “economia política do capitalismo democrático”. (AZMANOVA, Albena. *Crisis? Capitalism is doing very well. How is Critical Theory?* In: *Constellations*, vol. 21. nº3, 2014. p.335). Entretanto, se a “virada democrática” da Teoria Crítica, como destaca Azmanova no mesmo texto, é produto de um diagnóstico acerca dos movimentos sociais, então o distanciamento da economia política seria justificado na medida em que estaria ancorado em uma mudança da realidade que exigiria também uma mudança na teoria. Porém, o que pretendo discutir aqui é exatamente esse diagnóstico acerca dos movimentos sociais que afirmam seu distanciamento de pautas anti-sistêmicas.

⁷ Para Pinzani, essa “obra-prima” de Habermas “representa a tentativa de elaborar a ‘nova’ teoria crítica da sociedade que é objeto de seu pensamento desde os anos de 1960” (Cf. PINZANI, Alessandro. *Habermas*. Artmed: São Paulo, 2009. p. 97).

orientar este trabalho: Atualmente é possível afirmar que há movimentos sociais que carregam entre suas demandas elementos anticapitalistas? Se sim, quais as características (princípios teóricos e ações concretas) que nos permitem fazer esse tipo de afirmação? Essa questão pretende tornar possível uma espécie de mapeamento provisório de um movimento social específico, a saber, o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) no sentido de eger aspectos que possam ser compreendidos, direta ou indiretamente, enquanto sinais que apontam para uma atitude anticapitalista. Com isso procurarei mostrar que esse elemento crítico, ao contrário do que Habermas e Honneth permitem sugerir, não apenas está presente na pauta dos atuais movimentos sociais, como constitui um elemento incontornável para um dos movimentos organizados mais presentes no cenário político social brasileiro das últimas décadas⁸.

Compreendendo o diagnóstico teórico

O quadro político mundial passou por grandes transformações entre o fim da década de 60 e início da década de 90 do século passado. Com isso, inevitavelmente, tanto as

⁸Há vasta literatura que aponta para esse dado. Ver: LOPES, João Marcos de Almeida. “O dorso da cidade: os sem terra e a concepção de uma outra cidade”. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2002. DOIMO, Ana Maria. A vez e a voz do popular – movimentos sociais e participação política no Brasil pós 70. Rio de Janeiro: Anpocs/Relume e Dumará, 1995. NAVARRO, Zander. “Mobilização sem emancipação – as lutas sociais dos sem terra no Brasil.” In: SANTOS, Boaventura de Sousa. Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2002. MARTINS, Mônica Dias. “The MST challenge to neoliberalism”. Latin American perspectives. 27, 2000, entre outros.

formas de intervenção na realidade quanto as formas teóricas de interpretá-la também se modificaram. Os movimentos que surgem, especialmente a partir das sublevações de 68, deram nova roupagem às lutas sociais, reconfigurando o espaço público e revelando a emergência e a diversificação desses movimentos. Uma das respostas a essa diversificação ocorrem a reorientação das formas de organização do sistema capitalista que, pouco a pouco, se desfaz das antigas estruturas fordistas e tayloristas de organização do trabalho⁹. Nessa mesma onda de transformações e mundialização da economia, a paisagem política deixa refletir a antiga bipolarização entre o bloco socialista/soviético e o mundo capitalista. Na América Latina, nesse contexto, há um arrefecimento gradual e definitivo da luta armada como forma de transformação social e superação do capitalismo; tais formas de luta dão lugar a reivindicações por maior participação e institucionalização de demandas de natureza democratizante e socializante. É nesse sentido que Habermas pode afirmar a existência de um dilema segundo o qual “o capitalismo desenvolvido nem pode viver sem o Estado social nem coexistir com sua expansão contínua” (HABERMAS, 1987, p.109). Estaríamos então diante de uma espécie de “esgotamento das energias utópicas” cristalizadas “em torno do potencial de uma sociedade do trabalho” que denunciaria, por sua vez, “um dos estados de ânimo passageiros do [atual] pessimismo cultural” (HABERMAS, 1987, p.105).

A partir dessas mudanças no quadro histórico e social, as

⁹Vale lembrar aqui, como nos alerta Streek (2012), que o capitalismo não deve ser tomado como um sistema que tende ao equilíbrio, mas ao contrário, ele é caracterizado por uma “tensão que faz do desequilíbrio e da instabilidade a regra, e não a exceção”. Isso significa que os movimentos sociais dos anos 60 contribuíram para a reconfiguração do capitalismo daquela época, porém não é possível afirmar que sem eles o sistema se manteria exatamente como era antes.

teorias que pretendiam manter o horizonte da busca pela emancipação da dominação também se reconfiguraram. De forma esquemática, pode-se perceber que surgem correntes teóricas que se reivindicam críticas e não tomam como ponto central o conteúdo do capitalismo, mas apenas a questão do não acesso de parte importante da sociedade ao que é produzido por ele, o que as aproxima das tendências que se orientam politicamente pelo *there is no alternative*. O que Anselm Jappe ressalta acerca de certa interpretação de Marx que se tornou hegemônica a partir do início do século XX pode nos ajudar a elucidar um pouco mais essa questão.

O autor alemão erradicado na Itália afirma que para grande parte das correntes teóricas que surgem a partir da ebulição social do fim dos anos 60, o valor e o dinheiro, o trabalho e a mercadoria não são [...] concebidos enquanto categorias negativas e destruidoras da vida social. No entanto, era isso o que Marx havia feito [...] sobretudo na primeira seção de *O Capital* (JAPPE, 2014, p. 2)¹⁰. Para Jappe, a reconfiguração histórica, em grande medida produzida pelos movimentos sociais herdeiros das revoltas de 68, nos ajuda a compreender a opção de algumas correntes pelo distanciamento lento e gradual do exercício teórico anticapitalista. Dentre os teóricos que partilham desse

¹⁰ Aliado ao caráter negativo de certas categorias próprias ao capitalismo, que tem potencial destruidor da vida social como destaca Jappe, e ainda, embora seja possível afirmar que as relações sociais carregam consigo a forma específica do processo de produção material da vida, por outro lado, com Marx, é também possível destacar que “o caráter social e, pois, o caráter geral de todo o movimento; assim como e a própria sociedade que produz o homem enquanto homem, assim também ela e produzida por ele” (MARX, 2004, p.106. grifos do autor). Portanto, as possibilidades de superação dos obstáculos postos pelo capitalismo está, entre outros aspectos, assentado na capacidade de identificar as potencialidades inscritas no real, mesmo que os atores sociais sejam influenciados por seu modo de produção.

distanciamento Habermas¹¹ seguramente ocupa uma posição de destaque, entre outras razões, graças ao diagnóstico segundo o qual os novos movimentos sociais também teriam progressivamente se afastado desse horizonte. É nesse sentido que se torna relevante a análise dos atuais movimentos sociais com intuito de investigar a existência possível de princípios e ações políticas capazes de operar criticamente em relação às teorias que mantêm a busca pela emancipação da dominação como norte, porém abdicam de um posicionamento anticapitalista como elemento incontornável para o trabalho crítico. A perspectiva assumida por Habermas – mas em grande medida também por Axel Honneth – permite que a realidade seja compreendida de modo semelhante ao que Jappe ressalta criticamente, isto é, de tal modo que “o valor e o dinheiro, o trabalho e a mercadoria não mais constituam categorias a serem abolidas, mas elementos naturais de toda vida humana, dos quais era preciso apropriar-se para administrar diferentemente” (JAPPE, 2014, p. 2).

Partidário da tendência teórica que pouco a pouco abandona o anticapitalismo como elemento incontornável para o exercício da crítica, Habermas, ao se referir ao perfil que os novos movimentos sociais ganharam a partir do fim da década de 70 e começo dos anos 80 do século passado, afirma

¹¹ Para uma investigação acerca dos trabalhos de Habermas em que a questão da crítica ao capitalismo ainda figura de forma mais incisiva Cf. Da Hora Pereira, Leonardo Jorge. A noção de capitalismo tardio na obra de Jürgen Habermas: em torno da tensão entre capitalismo e democracia. Dissertação de Mestrado, Unicamp, 2012. Recentemente, julho de 2013, no contexto de uma discussão com Wolfgang Streek acerca da mais recente crise europeia, Habermas retoma o tema da relação capitalismo x democracia, porém sem acreditar na existência de qualquer crise de legitimação capaz de questionar as bases do capitalismo. Cf. Habermas, J. Democracy or Capitalism? On the Abject Spectacle of a Capitalistic World Society fragmented along National Lines. Disponível em: <<http://www.resetdoc.org/story/0000022337>>. Acesso em 31 jan 2016.

que “os novos conflitos não são deflagrados por problemas de distribuição, mas se preocupam com a gramática das formas de vida” (HABERMAS, 1981, p.33). Para o autor alemão, os novos movimentos sociais podem ser reduzidos a dois gêneros: os defensivos e os ofensivos. Os defensivos visam à defesa de direitos e o respeito a signos morais, éticos e culturais; os ofensivos visam a alcançar ganhos no interior do quadro político-social. O feminismo seria um exemplo do segundo gênero. Contudo, os movimentos circunscreveriam sua atuação, em sua maioria, ao campo da “reação a situações problema específicos” (HABERMAS, 1981, p. 35). De todo modo, Habermas ainda compreende que há uma arena pública capaz de “determinar a forma da cultura política” atuando contra aquilo que Gramsci chamou de cultura hegemônica. Assim, os movimentos presentes nessa arena, notadamente os ecologistas e os feministas, poderiam ainda transformar a “gramática das formas de vida” (HABERMAS, 1987, p. 113).

Vale notar que o posicionamento de Habermas em relação aos novos movimentos sociais está em grande medida em consonância com sua reconhecida teoria do discurso tornada pública no início dos anos 80. A distinção teórica, já amplamente discutida, entre sistema e mundo da vida também é um aspecto relevante nesse contexto. Tal distinção pretende identificar duas esferas sociais que seriam responsáveis pela reprodução material e pela reprodução simbólica da sociedade, em relação às quais se desenvolveriam dois tipos de racionalidade: a instrumental, que opera no âmbito do sistema; e a comunicativa, que opera no âmbito do mundo da vida. Desse modo, o sistema (economia e burocracia) calcula os melhores meios para alcançar os fins necessários para o desenvolvimento e eficácia de suas pretensões. Assim, a partir de uma racionalidade instrumental, ele opera de modo livre e estratégico, isto é, sem a coerção de normas comunicativamente produzidas. O mundo da vida, por sua

vez, é caracterizado pela capacidade de reprodução simbólica da sociedade através de normas construídas comunicativamente com vistas ao entendimento. Com esse quadro teórico, Habermas pretende mostrar as razões pelas quais aos novos movimentos sociais restaria pressionar o sistema no sentido de inverter a lógica de colonização do mundo da vida. Assim, a relação capital/trabalho não mais se colocaria enquanto conflito central, de tal modo que Habermas enxerga também nas reivindicações dos novos movimentos sociais o abandono progressivo de demandas anticapitalistas.

Do mesmo modo, nas últimas décadas, Axel Honneth construiu uma obra que, em grande medida, parte da análise do pensamento de Habermas e procura apontar limitações na abordagem discursiva do paradigma da intersubjetividade e suas implicações para a teoria crítica da sociedade. Poderíamos afirmar que o aspecto central de sua crítica está ancorado na tese de que as possibilidades da experiência interativo-comunicativa não podem ser resumidas ou tomadas exclusivamente na interação linguística, nem mesmo esta última pode ser perseguida em seu aspecto ideal sem a pressuposição dos contextos conflituosos nos quais ela sempre está inserida (HONNETH, 1991, p. 298-300). Honneth procura se contrapor à duplicidade das esferas racionais como “complexos institucionais”, tal como propõe a teoria do agir comunicativo de Habermas. Nesse sentido, ele critica também o caráter diferenciado do direito positivo na teoria discursiva habermasiana. Assim, tanto o domínio da racionalidade sistêmica quanto o da comunicativa têm suas raízes nas esferas sociais de geração das ações, e esse núcleo social não pode ser abstraído ou tomado secundariamente¹², o que nos

¹² Embora isso não signifique que Honneth não se preocupe com os aspectos sistêmicos das relações sociais. Ele desenvolve uma reflexão

permite afirmar que as relações “enrijecidas” institucionalmente permeiam toda ordem social. Entretanto, o núcleo motivador e central dos desenvolvimentos e mudanças históricos encontra-se nas relações comunicativas entre grupos integrados social e culturalmente.¹³

Nesse sentido, se para Habermas o mundo da vida era constituído por sujeitos falantes em relação de entendimento entre si, para Honneth, as relações sociais são mais bem compreendidas através da noção de reconhecimento, porque ela denota uma preocupação maior com a interação comunicativa e com as experiências sociais ancoradas nas relações e vivências concretas dos sujeitos.

O processo emancipatório no qual Habermas ancora socialmente a perspectiva normativa de sua Teoria Crítica não está de forma alguma refletido tal como um processo nas experiências morais dos sujeitos envolvidos. Pois eles vivenciam uma violação do que podemos chamar suas expectativas morais, isto é, seu ‘ponto de vista moral’, não como uma restrição das regras de linguagem intuitivamente dominantes, mas como uma violação de pretensões de identidade adquiridas na socialização. Um processo de

preocupada, por exemplo, com a esfera do trabalho desde seus escritos de “juventude”, como *Work and Instrumental Action: On the Normative Basis of Critical Theory* (1995), publicado originalmente em 1980. Sobre essa questão, e mais especificamente sobre a reflexão possível do paradigma do reconhecimento acerca das “realidades econômicas” ou “materiais”, cf. SMITH, Nicholas H. *Work and the Struggle for Recognition* (2009), e sobre a teoria do reconhecimento como “revisão da concepção crítica do trabalho”, cf. MOLL, Karl N. *The enduring significance of Axel Honneth’s critical conception of work* (2009).

¹³ Essa reflexão crítica de Honneth acerca de Habermas já foi exposta em outro lugar. Cf. SILVA, Hélio Alexandre; RAVAGNANI, Herbert Barucci. *Estruturas e fundamentos sociais: a leitura honnethiana de Habermas*. *Trans/form/ação*, Marília, v. 36, n. 2, p.155-178, Maio/Agosto, 2013.

racionalização comunicativa do mundo da vida pode desdobrar-se historicamente, mas não está refletido nas experiências dos sujeitos humanos como um estado moral de coisas (HONNETH, 1999, p. 328).

Honneth não compreende os sujeitos como “falantes” antes mesmo de se “reconhecerem”, o que implica uma ampla relação sensível, concreta e intrinsecamente conflituosa entre os sujeitos. Essa compreensão contrasta com a ênfase habermasiana no entendimento. A interação comunicativa, desse modo, é trabalhada por Honneth em um nível mais elementar, que pressupõe um novo conceito de ‘social’ que pode, segundo ele, decifrar adequadamente as fontes daquilo que em Habermas foi fracionado em mundo da vida e sistema. Honneth desloca para o centro da teoria as relações morais pré-linguísticas bem como as práticas e esferas ético-sociais e procura não abstrair os fenômenos patológicos, “exportando-os” para complexos de razão. Com isso, o autor não subestima o papel determinante dessas patologias na experiência “vvida” dos indivíduos e não negligencia o potencial de organização emancipatória contido nos movimentos e reivindicações por reconhecimento e dignidade. O conceito formal de eticidade e os modelos de liberdade comunicativa da teoria normativa da modernidade servem como critérios normativos para a avaliação dessas lutas sociais em referência ao seu caráter emancipatório ou reacionário.

Ao rejeitar o dualismo sistema x mundo da vida, Honneth não concebe as patologias sociais como extrapolação de domínios de racionalidades, mas, antes, como fenômenos negativos advindos do interior mesmo das práticas e estruturas sociais que são concebidas de modo a compor o núcleo gerativo das ações e da possibilidade dos processos de formalização e institucionalização. Essa nova abordagem proposta por Honneth visa “elucidar categorialmente a

realidade social” (HONNETH, 1999, p.324), deslocando o conflito social e os sentimentos de desrespeito e injustiça para o centro da teoria. Ele realiza uma crítica ao projeto habermasiano, não rejeitando-o completamente, mas ampliando o seu alcance. Isso significa que o chamado paradigma da comunicação não é tomado apenas enquanto “teoria da linguagem” e sim como “teoria do reconhecimento”, de tal modo que a tônica deixa de ser o consenso e passa a ser os conflitos sociais (CUSSET, 1999, p.123ss).

Contudo, a crítica de Honneth ao pensamento habermasiano produz uma teoria fortemente devedora de princípios morais. Ao situar a luta por reconhecimento como aspecto central capaz de unificar as demandas dos movimentos sociais, o autor pretende também ancorar as possibilidades de emancipação nas lutas pela ampliação do reconhecimento moral e ético. Desse modo, uma posição pretensamente crítica do diagnóstico produzido por Honneth teria o ônus de mostrar a presença de movimentos sociais capazes de ampliar suas demandas para além da luta por reconhecimento¹⁴. Nesse sentido, caberia o seguinte questionamento: a experiência do desrespeito e da injustiça seria capaz de produzir, ainda hoje, movimentos sociais capazes de articular suas demandas por reconhecimento a demandas anticapitalistas?

Como ao teórico crítico cabe “apresentar a gênese dos conflitos e de suas respectivas pretensões práticas” (MELO, 2011, p.260), pretendo agora retomar os princípios e ações

¹⁴ Para um debate, já amplamente difundido, que apresenta críticas ao projeto honnethiano a partir de uma abordagem que privilegia a necessidade de pensar a redistribuição como elemento crítico incontornável, vale consultar: FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. *Redistribution or recognition? A political-philosophical exchange*. New York; London: Verso, 2003.

políticas do MST, com intuito de ressaltar aspectos anticapitalistas como características incontornáveis desse movimento. Tal expediente pretende também ser capaz de produzir uma crítica que não seja externa ao problema em questão, mas que seja imanente a ele, no sentido de não procurar submeter as situações sociais às normas, mas procurar um julgamento que brote da análise das tensões e contradições da experiência social¹⁵. Com isso, procuro acrescentar entre os movimentos sociais apresentados por Habermas e Honneth uma forma de organização social propriamente brasileira, que sugere uma ampliação do leque de reivindicações de tal modo que a “reação a problemas específicos” e a possibilidade de transformação “das formas de vida” caminhe ao lado de uma posição anticapitalista. Isso, contudo, sem reduzir as experiências reivindicativas às demandas por reconhecimento moral.

Repensando o diagnóstico, pensando alternativas

As teorias que se colocaram a tarefa de compreender a nova configuração dos movimentos sociais surgidos a partir de 68 tomam várias direções. Contudo, grande parte delas aponta para a superação de um modelo de conflito pautado pelos movimentos operários tendo suas demandas voltadas para a crítica econômica e reivindicações trabalhistas. Os chamados novos movimentos sociais colocaram na pauta de reivindicações questões étnico raciais e de cidadania, identidade, gênero, meio ambiente etc. Desse modo,

¹⁵ Análise dessa natureza pretende avaliar o contexto social específico a partir da experiência de indivíduos ou grupos e dos resultados de suas reações práticas, afetivas e cognitivas. Cf. RENAULT, Emmanuel, *Théorie critique et critique immanente. Illusio. Théorie critique de la crise: école de Francfort, controverses et interprétations*, Paris, n. 10/11, 2013. p. 270-271.

ampliaram as dimensões da luta política de tal modo que ela não se restringe ao âmbito econômico, tampouco ao estatal, e sim aos espaços das relações, do si mesmo dos indivíduos (MELUCCI, 2001). É nesse novo desenho social que surge o MST enquanto movimento social organizado no início dos anos 80, mais precisamente, em 1984. Como afirma Michael Löwy, o MST pode ser compreendido a partir de um misto de “religiosidade popular, revolta camponesa ‘arcaica’ e organização moderna, luta radical pela reforma agrária e, em longo prazo, [luta] por uma sociedade ‘sem classes’” (LÖWY, 2001, p.12).

A narrativa construída pelo próprio Movimento pretende inseri-lo no contexto da resistência dos indígenas e posteriormente dos escravos negros que compuseram a própria história da formação do Brasil. As lutas contra o “cativeiro, contra a exploração, [...] contra a expropriação, contra a expulsão e contra a exclusão [...] marcam a história dos trabalhadores desde a luta dos escravos, das lutas dos imigrantes, da formação das lutas camponesas”. Esses conflitos desaguariam, atualmente, no necessário desafio de “enfrentamento constante [do] capitalismo”. Essa é, para o Movimento, “a memória que nos ajuda a compreender o processo de formação do MST” (FERNANDES, 2000, p.25). Ao construir esse diagnóstico acerca das razões que produziram a necessidade da luta pela terra, o MST deixa transparecer que o acirramento dos conflitos é produto da “expansão do capitalismo no campo [...] e da não realização da reforma agrária” (FERNANDES, 2000, p.44).

A posição anticapitalista aparece já no relatório do 1º Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Os primeiros princípios que organizaram o MST no momento de seu surgimento podem ser resumidos em 4 grandes eixos: (1) Lutar pela reforma agrária; (2) lutar por uma sociedade justa, fraterna e acabar com o capitalismo; (3)

integrar a categoria dos sem-terra: trabalhadores rurais, arrendatários, meeiros, pequenos proprietários etc; (4) [garantir] a terra para quem nela trabalha e dela precisa para viver (FERNANDES, 2000, p.83. Grifo meu).

Vale notar que o Movimento não reivindica a matriz revolucionária como meio de alcançar suas demandas. Como consta em publicação oficial do Movimento, a correlação de forças sociais não é favorável para ações dessa natureza. Por isso, a crítica ao capitalismo deve ser feita de modo a “minar” o bloco de poder. Nesse sentido, o MST não se coloca apenas contra o atual modelo agrário, mas também “a favor de outro desenvolvimento, minando por dentro o capitalismo que desumaniza o mundo [...]” (MST, 2011, p.8-9).

As lutas contra as mais variadas formas de preconceito e sofrimento social também compõem o conjunto de demandas que formam a espinha dorsal do Movimento, nesse contexto merece destaque a atenção dada às mulheres.

Tradicionalmente, no meio agrário, o sofrimento produzido pela reprodução da dominação causada pelo comportamento machista é ainda mais acentuada que em ambientes “urbanos”. Nesse sentido, a emancipação feminina é uma das reivindicações incontornáveis do Movimento, de tal modo que “a organização das mulheres é [para o MST] fundamental para a superação do modelo capitalista e para por fim à violência sexista”¹⁶. Aqui vale notar que a demanda por

¹⁶ <<http://www.mst.org.br/taxonomy/term/329>> No Caderno de formação nº2 , em que o tema foi “A mulher sem terra”, há uma apresentação “didática” que procura, de modo claro, apontar os motivos que fazem com que as mulheres sejam sobre-exploradas no interior de sociedades capitalistas. O capitalismo precisa das mulheres, ressalta o texto, para que elas produzam “mão de obra barata” e entreguem seus “filhos e filhas prontos para serem explorados(as), nas fazendas, fábricas, etc”. Assim, prossegue, as mulheres continuam “com a jornada dupla de trabalho, para que [...] não tenham tempo para participar de nada,

reconhecimento que, de acordo com Honneth, é marca fundamental dos novos movimentos sociais, está presente de forma incisiva. Contudo, ela é sempre articulada ao princípio da superação do capitalismo, o que em última análise nos permite compreender que, para o MST, a demanda de justiça de gênero não pode ser pensada sem estar articulada à crítica anticapitalista. Nota-se que a compreensão do Movimento não é que a dominação feminina só poderá ser combatida e superada em outra sociedade, não se trata de uma determinação unilateral da economia sobre a cultura, mas sim de não naturalizar nenhum aspecto da dominação quando o tema é a emancipação feminina¹⁷.

O contexto das lutas que constituem o combustível que mantém vivo o Movimento carrega consigo outro elemento relevante e que merece ser posto em relevo, a saber, a noção de utopia. A crença em um futuro livre do sofrimento, da exploração e que garanta as condições de uma vida digna é forjada não apenas como uma esperança de natureza religiosa, mas também a partir do diagnóstico construído no dia a dia em que são semeadas as dificuldades, mas também as possibilidades de superá-las pela luta. Em texto presente no Caderno de formação de 2009, Ademar Bogos destaca:

Os avanços tecnológicos facilitam muito as coisas, mas concentram cada vez mais renda e excluem cada vez mais o

deixando-as alienadas do contexto da sociedade, com isso, não precisa pagar um salário maior, nem pagar um preço justo pelos produtos agrícolas, já que o trabalho de casa não é pago, nem valorizado (MST, s/d, p.8).

¹⁷Luc Boltanski nos alerta acerca da capacidade que o capitalismo possui de absorver a crítica transformando-a em elemento capaz de contribuir para o aprimoramento de sua própria eficácia. Cf. Boltanski, Luc; Chiapello, Ève. O novo espírito do capitalismo. São Paulo, Martins Fontes, 2009. Especialmente a conclusão: “Papel da crítica na renovação do capitalismo” p.234 ss.

ser humano, limitando-lhes as alternativas de sobrevivência”. Mas é exatamente por isso, continua, “que os lutadores do povo precisam acreditar na possibilidade de fazer as coisas acontecerem de outra forma. A *utopia* está viva na linha do horizonte (MST, 2009, p.69. grifo meu).

Em fevereiro de 2014, o MST realizou seu 6º Congresso Nacional. Naquela oportunidade foi produzida uma Cartilha do programa agrário, na qual o Movimento afirma que sua tarefa é construir “uma reforma agrária popular como uma missão estratégica, vinculada a luta política contra o capitalismo e por um projeto popular” (MST, 2014, p.50-51. grifo meu). Um sem número de exemplos poderiam ser encontrados em documentos oficiais e textos de intervenção que o Movimento produz e que torna claro o aspecto anticapitalista como um elemento presente em suas lutas¹⁸.

Entretanto, vale mostrar que esses princípios não são apenas bússolas que norteiam teoricamente o Movimento. Mesmo que o MST tenha vivido seu auge de visibilidade pública nos anos do governo FHC, ainda hoje as mobilizações são frequentes e a repressão, quase sempre violenta e desmedida, também. Para ilustrar a vivacidade do Movimento, vale destacar que nos últimos dois anos o MST realizou manifestações em dezenas de cidades. A maioria delas teve como demandas questões ligadas a posse de terra. No ano de 2014, em 09 de outubro, cerca de 2000 pessoas realizaram marcha para reivindicar a desapropriação de terras no estado de Goiás. Em 25 de setembro, mais de 1000 acampados fecharam as rodovias que dão acesso ao estado da Paraíba para denunciar a demora na desapropriação de terras pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma

¹⁸Como afirma Susana Bleil, viver em uma cooperativa do MST é uma aposta contra o capitalismo. Cf. Bleil, Susana, *Vie et luttes des sans terre au sud du Brésil*. Paris, Karthala, 2012. p.324.

Agrária). Em 22 de setembro, no estado do Mato Grosso, houve manifestação em que cerca de 1000 pessoas reivindicavam maior agilidade no processo de reforma agrária para assentar as famílias acampadas em todo estado. Em 11 de setembro, integrantes do MST bloquearam a rodovia Castelo Branco no estado de São Paulo para protestar contra a morosidade da reforma agrária no país e contra a ausência dessa questão, à época, nos debates presidenciais. Em 10 de setembro, dessa vez no estado do Rio Grande do Norte, mais de 3000 manifestantes também reivindicaram maior agilidade em relação ao processo de reforma agrária naquele estado. Em julho de 2015, mais de 280 famílias ocuparam fazenda com mais de 1.500 hectares, em Córrego do Salo, no extremo-sul da Bahia. Em 22 de setembro do mesmo ano, famílias ocuparam duas áreas de uma usina no município de Santa Helena de Goiás, no estado de Goiás; a ocupação que começou com 200 pessoas, dezenove dias depois, contava com cerca de 4 mil pessoas. Para José Valdir Misnerovicz, da coordenação estadual do MST, “o alto número de pessoas que aderiram à ocupação reflete a atual situação política e econômica do país”.¹⁹ O Movimento atua também na defesa da educação pública e gratuita, como ilustra a manifestação realizada por mais de 150 pais e alunos do assentamento de Xanxerê (SC), em fevereiro de 2016. No mesmo mês, na cidade de Wagner, estado da Bahia, ocorreu ocupação da Prefeitura da cidade após uma marcha realizada pelo Movimento. No percurso, os trabalhadores denunciaram as contradições do agronegócio e pautaram a necessidade de os órgãos competentes realizarem a revitalização do Rio Utinga, que banha a zona rural e urbana

¹⁹ Cf. <http://www.mst.org.br/2015/10/07/quatro-mil-sem-terra-ocupam-fazenda-santa-helena-em-goias.html>. Todas as informações relativas aos dados que indicam as ações realizadas pelo MST foram retiradas do site oficial do Movimento.

do município. Exemplos dessa natureza poderiam ser elencados até a exaustão.

Ações semelhantes são realizadas frequentemente em todo Brasil, o que nos permite compreender que não são apenas os princípios expostos nos documentos e nas decisões coletivas que caracterizam o MST enquanto movimento capaz de ampliar o debate para além de demandas por reconhecimento de direitos. Ao contrário, tais manifestações públicas apontam o MST como um ator social capaz de resolver a disjuntiva pensada por Raffaele Laudani (2013, p. 104), segundo a qual os movimentos sociais ainda estão amplamente ligados a uma concepção de política capaz de denunciar a falência da política tradicional. Entretanto, ao mesmo tempo, acreditam que as decisões políticas realmente relevantes devem se produzir nos grandes palácios do poder.

Nesse sentido, é possível compreender que as lutas do MST não são apenas por reconhecimento de seu direito legítimo à terra. O Movimento luta também por uma forma de reconhecimento que redistribua as riquezas produzidas socialmente, o que talvez não destoe daquilo que é defendido por Axel Honneth. No entanto, um dos aspectos incontornáveis para o MST é a clara necessidade de manter o anticapitalismo na pauta de suas reivindicações. Se, por um lado, a luta pela terra é a demanda mais objetiva e clara do ponto de vista mais imediato, nem por isso o Movimento se abstém de uma luta por reivindicações de longo prazo. O Movimento visa a conquista da terra, do trabalho, da dignidade e da cidadania, e nesse sentido, os conflitos constroem uma arena pública em que se encontram os sem-terra e as instituições estatais. A pressão do movimento em relação às instituições tem como objetivo garantir não apenas o direito a terra, mas também “políticas de desenvolvimento” como “o crédito agrícola, a educação, o cooperativismo etc” (FERNANDES, 2000, p.54). É possível perceber, portanto,

que a luta pela terra e pela reforma agrária é um dos elementos que compõem a pauta de reivindicações do MST, e certamente é o mais importante considerando-se o curto prazo; porém, ele é apenas o elemento mais visível da luta e, possivelmente, aquele que politicamente melhor seja capaz de reunir os anseios e angústias de seus militantes. Os sem-terra são camponeses expropriados da terra ou com pouca terra e suas lutas são pela conquista da terra, pela reforma agrária e, conseqüentemente, pela transformação da sociedade. Eles questionam o modelo de desenvolvimento e o sistema de propriedade, lutam contra o modo de produção capitalista e desafiam a legalidade burguesa em nome da justiça (MARTINS, 1984, p.88. grifo meu). Nesse sentido, suas bases vão além de uma luta por reconhecimento ético ou por redistribuição, pois há também uma pauta anticapitalista que é levada a cabo, por exemplo, pela preocupação com a formação de seus integrantes, através da ENFF²⁰.

Com isso, parece ser possível supor que a compreensão de Habermas, segundo a qual os novos movimentos sociais “apenas” reagiriam a “situações problema específicas” e estariam preocupados somente com a “gramática das [novas] formas de vida”, pode ser compreendida como um diagnóstico parcial. Se tomarmos como exemplo o modo com que o MST procura tratar a questão de gênero, como vimos acima, veremos que ela está intrinsecamente ligada à crítica das formas de vida hegemônicas presentes no capitalismo. Ainda

²⁰ A escola do MST deve ser um lugar que mostre “[...] a realidade do povo trabalhador, da roça e da cidade. Mostre o porquê de toda exploração, o sofrimento e a miséria da maioria. Mostre o porquê do enriquecimento de alguns. Mostre o caminho de como transformar a sociedade”. Além do propósito de “mostrar a realidade” para seus integrantes, os princípios que regem o funcionamento das escolas do MST pretendem discutir como “deve funcionar a nova sociedade que os trabalhadores estão construindo”(MST, 1999, p.5. grifos no original).

que seja também uma demanda por reconhecimento, tal como Honneth compreende a luta dos novos movimentos sociais, o MST não reduz suas reivindicações às lutas por reconhecimento das diferenças, sejam elas morais ou materiais. Mesmo a bandeira mais importante do Movimento, a reforma agrária, é pensada sempre articulada à necessidade de superação do capitalismo. Como ressalta a cartilha publicada no início de 2014, a reforma agrária popular é vista como uma missão estratégica “vinculada à luta política contra o capitalismo”. Desse modo, as abordagens propostas por Habermas, e mesmo por Honneth, parecem insuficientes para dar conta das complexidades e da riqueza política de um movimento social com as características e contradições que compõem o MST. E talvez, entre as características levadas a cabo por esse Movimento, e que o pensamento dos dois autores alemães não consegue alcançar, as mais importantes sejam exatamente os elementos anticapitalistas.

Conclusão

O que pretendi arrolar aqui foram aspectos, práticos e teóricos, capazes de recolocar na pauta do diagnóstico crítico experiências políticas de movimentos sociais que não retiraram por completo o elemento anticapitalista de suas agendas. Contrariamente ao que apontam Habermas e Honneth, há movimentos sociais que não articulam suas demandas “apenas” como “reação a situações problema específicos” ou a lutas por reconhecimento moral e jurídico. Se a busca pela emancipação das formas de dominação vigentes é um dos aspectos que constroem a Filosofia social, então a não naturalização do capitalismo deve ser parte fundamental do seu trabalho. As formas de sofrimento social

causadas pelo capitalismo²¹ constituem elementos incontornáveis para o teórico crítico, portanto – diferente do que Habermas parece destacar (Habermas, 1981, p.33) – demandas anticapitalistas não podem ser condenadas a elementos constitutivos dos “velhos” movimentos sociais. Como ressalta Gemma Edwards (2004, p. 119), a mudança da percepção dos conflitos sociais do paradigma capital/trabalho para o paradigma sistema/mundo da vida pode ser, no mínimo, desafiado.

Contudo, o trabalho crítico não pode ser desenvolvido sem que os potenciais emancipatórios tenham algum ancoramento no real. A realidade precisa apresentar as tendências e possibilidades de superação das formas de dominação vigentes e os movimentos sociais estão entre aqueles que podem ser os portadores dessa superação, restando ao teórico diagnosticar os potenciais e torná-los conceitualmente visíveis²². Nesse sentido, se não há movimentos sociais que tornem públicas ações políticas e princípios anticapitalistas, o teórico não pode – a fórceps – por em discussão a superação desse modo de organização social. Contudo, inúmeros trabalhos apontam que há no mundo hoje, especialmente em países fora do círculo dominante do capitalismo central (leia-se, alguns países da Europa – Alemanha, França e Inglaterra – e EUA) movimentos que

²¹ Sobre a relação entre sofrimento social e capitalismo, ver: RENAULT, Emmanuel, *Souffrances sociales: philosophie, psychologie et politique*. Paris: La Découverte, 2008 (especialmente o cap. II, seção 3, “Capitalisme et souffrance”).

²² Como afirma Pinzani (2012, p. 91): “precisamos de uma posição que seja imanente à própria sociedade, mas que não fique presa aos mecanismos de alienação e dominação que devem ser objeto de crítica; e precisamos de uma posição que ouça a voz das vítimas de tais mecanismos, levando em conta a possibilidade de que tal voz seja distorcida pelos próprios mecanismos em questão” (grifo meu).

apontam criticamente para as mazelas produzidas pelo capitalismo²³. No Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra pode ser tomado como um movimento social que une anticapitalismo às suas demandas por terra e pelo seu uso sustentável, por trabalho, pela erradicação da pobreza no campo, entre tantas outras reivindicações.²⁴

Portanto o MST é um ator social importante, capaz de manter na arena dos debates públicos a pauta da superação do sistema que, segundo o próprio movimento, é um dos grandes

²³ Cf. Mirza, C.A. *Movimientos sociales y sistemas políticos en América latina: la construcción de nuevas democracias*. Buenos Aires: Clacso, 2006. No cap. IV do referido trabalho, Mirza elenca 5 teses que pretendem apontar algumas possibilidades a serem construídas pelos movimentos sociais latino americanos. Na tese 2, ele afirma que a conformação de algumas plataformas e reivindicações de movimentos sociais podem contribuir para ampliar suas próprias capacidades. Os princípios orientadores dessa ação social coletiva poderiam ser reduzidos a três: (1) a reivindicação de uma democracia substantiva e inclusiva (expansão da cidadania, pleno exercício dos direitos sociais e políticos); (2) a luta pela soberania e pela emancipação latino americana e de todas as nações do mundo subdesenvolvido (lutas contra a hegemonia imperial e o controle das corporações multinacionais); (3) a geração de novas modalidades de produção e distribuição do poder e da riqueza (lutas contra o modelo neoliberal, críticas aos modos contemporâneos de acumulação capitalista). (MIRZA, 2006, p.257-8. grifo meu).

²⁴ Outro movimento organizado que ganhou visibilidade pública no Brasil no último período foi o Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST). Suas ocupações de espaços urbanos ociosos tem o intuito de denunciar a especulação imobiliária bem como chamar atenção para a necessidade de uma reforma urbana. Tais demandas tem alcançado um grande apelo popular. Em entrevista concedida em outubro de 2006, Guilherme Boulos - um dos coordenadores nacionais do MTST - afirma que o movimento não é apenas uma luta por moradia, e que eles têm “a clareza de que a falta de moradia é apenas um dentre os muitos problemas produzidos pelo capitalismo” (BOULOS, 2006). Para maiores detalhes acerca do MTST ver o capítulo: “Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto: projeto político, avanços e limites”

responsáveis pela situação de sofrimento, desrespeito e invisibilidade social a que os sem-terra são submetidos. Embora se possa reconhecer as dificuldades concretas de se pensar – e de antecipar teoricamente – uma “totalidade que aparece no singular como vida bem-sucedida” (HABERMAS, 1987, p.114), cabe ao teórico crítico não ignorar os potenciais inscritos nos movimentos sociais, tampouco reduzi-los às demandas imediatas por reconhecimento de direitos e defesa de novas formas de vida dentro dos limites postos pela forma atual de organização social [leia-se, capitalismo]. Um olhar dessa natureza certamente faz com que a balança teórica incline-se para construções teóricas que rebaixam o nível de exigência emancipatória e, conseqüentemente, diminuem sua densidade crítica. Isso não significa, absolutamente, que seja possível afirmar que o atual espírito do tempo personificado nos movimentos sociais, nos permite ancorar na realidade alguma forma de ruptura pensada, por exemplo, nos contornos tradicionais da noção de revolução. Por outro lado, desconsiderar ou subvalorizar os aspectos anticapitalistas presentes em movimentos sociais como o MST não é apenas um equívoco de diagnóstico, mas também um problema teórico que gera graves conseqüências à dimensão crítica da teoria.

Contudo, para evitar uma compreensão do MST demasiadamente homogênea e idealizada, que não tematize seus limites e dificuldades, vale ressaltar em passant algumas contradições que o compõem, notadamente aquela que deriva da absorção, por parte das instituições de poder, de algumas de suas demandas²⁵. Os atores sociais que formam os

²⁵ Para uma análise acerca da relação do MST com governos compostos por correntes que historicamente se colocaram contrárias às demandas do movimento, vale consultar: ALIAGA, Luciana, RUBBO, Deni. A reforma agrária dentro da ordem. São Paulo, Le Monde Diplomatique, 16 fevereiro. 2016. <http://diplomatique.org.br/acervo.php?id=3182>

movimentos organizados que ainda preservam a necessidade da manutenção de uma pauta anticapitalista não podem ser pensados isoladamente. As ações políticas perpetradas por esses movimentos recolocam incessantemente o problema da relação com as instituições de poder. Quando a ação política dos movimentos representa uma real resistência à lógica de funcionamento dos poderes institucionais, rearranjos conjunturais podem ocorrer. Tais rearranjos, ocasionalmente, permitem a participação efetiva de membros dos movimentos em espaços institucionais e o atendimento de demandas que não impactam de modo estrutural no funcionamento sistêmico. Nesse sentido, as instituições mostram certa porosidade em relação às demandas sociais, porém, quase sempre é uma “porosidade seletiva” que frequentemente não permite o atendimento plenas demandas reivindicadas pelos movimentos. O MST corre esse risco constantemente. Não são poucas as críticas, externas e internas ao Movimento, que o acusam de aderir ou mesmo de funcionar como linha auxiliar do atual governo brasileiro, especialmente após a chegada ao poder do Partido dos Trabalhadores. Acerca dessa dificuldade enfrentada pelos movimentos sociais que possuem elementos anticapitalistas, mas ao mesmo tempo se veem pressionados a apoiar projetos e programas que não trazem os mesmos princípios defendidos por eles, vale notar o que ressalta I. Wallerstein (2008):

Vivemos num ambiente mundial caótico e é difícil enxergar com clareza. É mais ou menos como tentar seguir adiante numa grande tempestade de neve. Os que quiserem sobreviver precisam examinar tanto a bússola – para saber em que direção caminhar – quanto o terreno alguns centímetros à frente – para não despencar em algum precipício. A bússola guia nossos objetivos de médio e longo prazo, indica o tipo de novo sistema mundial que queremos

construir. Os centímetros à nossa frente são a política do mal menor. Se não nos preocuparmos com ambos estaremos perdidos. Debataremos o rumo da bússola, ignorando os Estados e os objetivos nacionais. Assumamos, porém, compromissos com ambos no curto prazo, para evitar os abismos. Desse modo, teremos uma chance de sobrevivência, uma chance de construir um outro mundo possível.

Por se manter sempre ligado à busca por emancipação e a crítica anticapitalista, o MST tem que discutir e enfrentar abertamente as contradições inerentes à escolha de participar de “programas progressistas” que, contudo, não são porosos às demandas anticapitalistas. Encontrar a sintonia fina capaz de calibrar o jogo de influências e pressões sistemáticas internas ao poder é uma das árduas tarefas do Movimento, mas ele o faz sem abdicar das pressões das ruas e de ações de enfrentamento ao sistema capitalista. Desse modo, oferece ao teórico o ancoramento necessário para pensar a emancipação sem que seja preciso utilizar-se de idealizações estereis, tampouco sem reduzi-la à busca por reconhecimento moral mediado pelo direito ou por demandas de maior participação nos processos de formação da opinião e da vontade através de procedimentos democráticos de deliberação.

Voltar o olhar teórico para os problemas e possibilidades internos produzidos pelas contradições sociais a que o Brasil está submetido é uma forma que parece frutífera para oxigenar o pensamento crítico. Nesse sentido, a Filosofia social parece nos apontar um caminho igualmente fértil. Vale destacar o que afirma Razmig Keucheyan quando mostra que a Europa foi o centro de gravidade da produção crítica até a metade do século XX quando, após as duas grandes Guerras, esse centro se deslocou para os Estados Unidos da América. Isso teria sido resultado de uma tendência geral que faz com que a produção

teórica siga o percurso da produção em geral. Não, evidentemente, porque “a economia determina [...] as ideias, mas porque as ideias surgem onde se apresentam novos problemas”. Por essa razão, Keucheyan aposta que o pensamento crítico pode ganhar novo fôlego ao se realimentar de problemas surgidos em países como China, Índia ou Brasil (KEUCHEYAN, 2013, p. 10).

Certamente é possível afirmar que a utopia é um dos aspectos mais relevantes que alimenta o sentimento difuso de/da esquerda. Essa utopia, dentre outros elementos igualmente relevantes, é corporificada em termos que transmitem o anseio por um mundo sem exploração do trabalho, sem desigualdades de oportunidades, sem pobreza etc. Para trilhar esse caminho, é imprescindível manter um raciocínio imanente, o que exige, entre outras medidas, notar como o sistema capitalista opera produzindo obstáculos à emancipação e alimenta o crescimento das desigualdades. Não destacar a atuação de movimentos que põem em xeque esses aspectos pode conduzir a uma diminuição da densidade crítica da teoria, o que pode ter como consequência um processo de naturalização dos males de um sistema que perpetua injustiças. Se, finalmente, a Filosofia social pretende manter seu caráter crítico, é imperativo que ela se volte para as questões ligadas ao sofrimento social dos indivíduos e grupos, e às reações políticas, morais e cognitivas produzidas por eles. A experiência de movimentos como o dos Trabalhadores Rurais Sem Terra pode nos ajudar nessa tarefa.

Referências

ALIAGA, Luciana, RUBBO, Deni. A reforma agrária dentro da ordem. São Paulo, Le Monde Diplomatique, 16 fevereiro. 2016. Disponível em:

<<http://diplomatie.org.br/acervo.php?id=3182>>. Acesso em 16 fev 2016.

BLEIL, Susana. *Vie et luttes des sans terre au sud du Brésil*. Paris: Karthala, 2012.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BOULOS, G. *O MTST é mais que um movimento de moradia*. São Paulo, 2006. Entrevista concedida a José Afonso Silva. Disponível em <<http://www.lsr-cit.org/movimentos/46-movimentos/170--o-mtst-e-mais-do-que-um-movimento-por-moradia>>. Acesso em: 06 fev 2016.

CUSSET, Y. *Lutte sociale et éthique de la discussion*. Actuel Marx, Paris, 25, 1999, p.123-135.

EDWARDS, Gemma. *Habermas and social movements: what's 'new'?* In: CROSSLEY, Nick; ROBERTS, John Michael. *After Habermas: new perspectives on the sphere publique*. Oxford, UK: Blackwell publishing, 2004.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes. 2000.

FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. *Redistribution or recognition? A political-philosophical exchange*. New York; London: Verso, 2003.

HABERMAS, Jurgen. *New social movements*. Telos, New York, n. 49, p. 33-37, 1981. Texto reimpresso.

_____. *A nova intransparência: a crise do estado de bem estar social e o esgotamento das energias utópicas*. Novos Estudos, São Paulo, n. 18, 1987.

_____. *Democracy or capitalism? On the abject spectacle of a capitalistic world society fragmented along national lines*. Disponível em <<http://www.resetdoc.org/story/0000022337>>. Acesso em 12 jan 2016.

HONNETH, A. *The critique of power: reflective stages in a critical social theory*. Massachusetts: MIT Press ed, 1991.

_____. Work and instrumental action: on the normative basis of critical theory. In: _____. The fragmented world of the social. Albany, NY: Suny Press, 1995.

_____. The social dynamics of disrespect: situating critical theory today. In: DEWS, Peter (Org.). *Habermas: a critical reader*. Oxford: Blackwell Publishers, 1999.

JAPPE, Anselm. Alienação, reificação e fetichismo da mercadoria. *Revista Limiar*, v. 1, n. 2, 1º semestre 2014. Disponível em

<[http://www2.unifesp.br/revistas/limiar/pdf-](http://www2.unifesp.br/revistas/limiar/pdf-nr2/1_anselm_jappe_-_limiar_n.2.pdf)

[nr2/1_anselm_jappe_-_limiar_n.2.pdf](http://www2.unifesp.br/revistas/limiar/pdf-nr2/1_anselm_jappe_-_limiar_n.2.pdf)>. Acesso em 29 jan 2016.

KEUCHEYAN, Razmig. *Hémisphère gauche: une cartographie des nouvelles pensées critiques*. Paris: Zones. 2013.

LAUDANI, Raffaele. Pour une théorie critique de l'indignation. *Illusio*. Théorie critique de la crise: école de Francfort, controverses et interprétations, Paris, n. 10/11, 2013.

LÖWY, Michael. A mística da revolução. Folha de São Paulo, São Paulo, 01 de abril, 2001. Caderno Mais!

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARTINS, José de Souza. *A militarização da questão agrária*. Petrópolis: Vozes, 1984.

MELO, Rúrion. *Teoria crítica e os sentidos da emancipação*. Caderno CRH, Salvador, v. 24, n. 62, 2011.

MELUCCI, Alberto. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes, 2001.

MIRZA, Christian Adel. *Movimientos sociales y sistemas políticos en América latina: la construcción de nuevas democracias*. Buenos Aires: Clacso, 2006.

MOLL, Karl N. *The enduring significance of Axel Honneth's critical conception of work*. Emergent Australasian Philosophers, Issue, v. 2, p. 01-16, 2009.

MST. Caderno de formação nº 2: mulher sem terra, s/d. Disponível em:

<<http://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=BibliotLT&PagFis=3275>>. Acesso em 05 jan 2016.

____. Caderno de formação nº 17: plano nacional do MST 1989-1993. Junho - 1989. Disponível em: <<http://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=BibliotLT&PagFis=3275>>. Acesso em 05 jan 2016.

____. Caderno de formação nº 18: o que queremos com as escolas dos assentamentos. Março - 1999. Disponível em: <<http://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=BibliotLT&PagFis=3275>>. Acesso em 05 jan 2016.

____. Caderno de formação 37: valores de uma prática militante, outubro - 2009. Disponível em: <<http://www.docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=BibliotLT&PagFis=327>>. Acesso em 05 jan 2016.

____. Caderno de formação n. 1: agrotóxicos, 2011. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/Campanha-dos-agrotoxicos-lanca-caderno-de-formacao>>. Acesso em 05 jan 2016.

____. Cartilha do programa agrário do MST. 2013. Disponível em <<http://mstbrasilien.de/wp-content/uploads/2014/02/Cartilha-Programa-agr%C3%A0rio-do-MST-FINAL.pdf>>. Acesso em 05 jan 2016.

____. Combate a violência sexista. Disponível em <<http://www.mst.org.br/taxonomy/term/329>>. Acesso em 05 jan 2016.

PEREIRA, Leonardo Jorge Da Hora. A noção de capitalismo tardio na obra de Jürgen Habermas: em torno da tensão entre capitalismo e democracia. 2012. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2012.

PINZANI, Alessandro. *Habermas*. São Paulo: Artmed, 2009.

____. Teoria Crítica e justiça social. *Civitas*, Porto Alegre, v. 12, n.1. p. 88-106, 2012.

RENAULT, Emmanuel. *Souffrances sociales*. Philosophie, psychologie et politique. Paris: La découverte, 2008.

____. Théorie critique et critique immanente. *Illusio*. Théorie critique de la crise: école de Francfort, controverses et interprétations, Paris, n. 10/11, 2013.

SILVA, Hélio Alexandre da; RAVAGNANI, Herbert Barucci. Estruturas e fundamentos sociais: a leitura honnethiana de Habermas. *Trans/form/ação*, Marília, v. 36, n. 2, p.155-178, Maio/Agosto, 2013.

SMITH, Nicholas. Work and the Struggle for Recognition. *European Journal of Political Theory*, v. 08, n. 01, p. 46-60, 2009.

STREEK, Wolfgang. As crises do capitalismo democrático. *Novos Estudos*, São Paulo, n. 92, março, 2012.

VOIROL, Olivier. Teoria crítica e pesquisa social: da dialética à reconstrução. *Novos Estudos*, São Paulo, n.93. p. 80-99. 2012.

WALLERSTEIN, Immanuel. Construir outro mundo em meio à tempestade, São Paulo, Le Monde Diplomatique, 18 Julho. 2008.

O paradoxo da espontaneidade: os protestos de junho de 2013 em vista dos problemas da representação

Paulo Eduardo Bodziak Junior¹

Passados alguns anos das manifestações que ocuparam as ruas do país em junho de 2013, compreendê-las ainda é uma tarefa que demanda o exercício contínuo de retomada da reflexão sobre os fatos que abalaram a estrutura política do país naquele ano. A cada retorno, agregam-se novos desdobramentos históricos e novas considerações de outros analistas. Esta condição demonstra como Hannah Arendt (ARENDR, 2002, p. 345) estava certa ao defender que a teoria política não pode ser feita de outra maneira senão como um círculo inesgotável de atualização dos nossos critérios e categorias de compreensão. Este exercício de reconciliação com a realidade, modo como a autora definia o enfretamento teórico de eventos como os protestos de junho de 2013, também tipifica-se

[...] Em si, como um empreendimento estranho. No fim das contas, talvez apenas expresse e confirme aquilo que a compreensão preliminar, que sempre está diretamente envolvida na ação, de maneira consciente ou inconsciente, sentiu como ponto inicial para agir. Ela não escapará a esse círculo, mas, pelo contrário, estará ciente de que qualquer outro resultado estaria tão distante da ação, cuja outra face é a compreensão, que nem poderia ser verdadeiro.

¹ Doutor em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.

O enfrentamento de acontecimentos que nos trazem a perplexidade da incompreensão exige a aceitação de que dificilmente – e talvez jamais – consigamos esgotar as possibilidades significativas dos fatos. Neste “círculo” de ação e compreensão, típico do campo dos assuntos humanos em constante transformação e (re)apresentação de novidades, podemos acrescentar determinados aspectos que contribuem para o movimento inesgotável de “conciliação com a realidade”. Aliás, isto nos alerta para fato de que qualquer obra, comentário ou análise com pretensões de capturar tais fenômenos em sua totalidade, de dar a palavra final, de determinar consequências últimas ou pretender usá-los apenas para avaliar modelos teóricos previamente dados certamente fracassará. Portanto, aqui, nossa postura não pode ser outra senão tentar apenas contribuir com os trabalhos de outros analistas, cientistas sociais e políticos, filósofos, jornalistas que lançaram suas tentativas de compreensão. Na tentativa de agregar novos elementos ao círculo inesgotável inaugurado com os protestos de junho, nosso objetivo central será tecer considerações sobre um aspecto específico mas não exclusivo das manifestações que se alastraram pelo país em 2013, bem como tecer considerações sobre o impacto de acontecimentos como este em arranjos institucionais democráticos. Na busca por modelos de compreensão para o que estava ocorrendo aqui foram traçadas analogias, por exemplo, com a Primavera Árabe – principalmente em sua versão turca – e com as manifestações na Europa ocidental e até com Maio de 68². Todas estas tentativas esbarram nas dificuldades de emparelhar realidades econômicas, sociais, políticas, culturais e históricas muito distintas. Em geral, tais mobilizações não são encabeçadas e conduzidas por organizações políticas consolidadas, sem o pleito de pautas específicas e

² Cf. Caetano; Murta, 2014.

estrategicamente colocadas em uma trajetória mais ampla de luta política. Na esteira do pensamento arendtiano, tentaremos (1) compreender este aspecto muito específico que os protestos brasileiros compartilharam com outros movimentos marcantes ao redor do mundo. Admiradora de Rosa Luxemburgo, Hannah Arendt respeitava e se interessava muito pela aposta luxemburguista na *espontaneidade dos processos revolucionários*. A espontaneidade da mobilização dos protestos vistos aqui já havia sido um elemento diagnosticado por Luxemburgo em suas leituras dos processos revolucionários do início do século XX. Destaca-se a Revolução Russa de 1905, evento acompanhado pela militante socialista cuja compreensão não colocava o Partido como principal alavanca de mobilização do processo político que preparava a Rússia para queda definitiva do Regime Czarista em 1917. Ainda que compreendesse a importância do Partido organizado para o processo revolucionário, Luxemburgo atribuiu à espontaneidade das próprias massas o início do movimento de revolta, bem como sua dimensão. Neste sentido, interessa-nos aqui observar como Luxemburgo ajuda Arendt a pensar esta característica tão peculiar dos movimentos de rua para, em um segundo momento, (2) expor o *paradoxo do espírito político da modernidade* que impede as instituições de modo geral, inclusive as democráticas, de assimilarem o impacto dos momentos de espontaneidade.

Os protestos de junho

No caso brasileiro, o movimento foi inicialmente impulsionado e agregado por mobilizações com a pauta específica da redução das tarifas do transporte coletivo e da democratização do acesso à cidade enquanto *habitat* da cidadania.

Em seus primeiros passos, os atos realizados principalmente em São Paulo foram organizados e liderados pelo Movimento Passe Livre (MPL)³ contra o reajuste de tarifas⁴. Os primeiros atos foram realizados através da ocupação de vias importantes da cidade, mais notadamente a Avenida Paulista, provocando congestionamentos na região central. Este fato foi decisivo para que duas instituições hostilizassem os manifestantes: a Polícia Militar e a imprensa paulistana. No dia 13 de Junho, data do terceiro ato contra o aumento de tarifa, o jornal Folha de São Paulo publica o editorial “Retomar a Paulista”. O texto reafirma a necessidade de desobstruir as vias ocupadas por manifestantes e garantir a circulação de carros e pessoas em uma região “rodeada por sete hospitais”. Na opinião do veículo:

O direito de manifestação é sagrado, mas não está acima da liberdade de ir e vir –menos ainda quando o primeiro é reclamado por poucos milhares de manifestantes e a segunda é negada a milhões. [...] É hora de pôr um ponto final nisso. Prefeitura e Polícia Militar precisam fazer valer as restrições já existentes para protestos na avenida Paulista, em cujas imediações estão sete grandes hospitais.[...] *No que toca ao*

³ Organização apartidária que, originada em 2003 na cidade de Salvador/Ba, e articulada nacionalmente em 2005 durante o Fórum Social Mundial de Porto Alegre, com o intuito de impulsionar a luta de estudantes contra o aumento de tarifas de ônibus através de um instrumento alternativo às tradicionais organizações estudantis, UNE (União Nacional dos Estudantes) e UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas). Em 2013, o MPL já havia se transformado em uma federação de coletivos independentes articulados a diversas cidades brasileira, dentre elas São Paulo, Goiânia, Distrito Federal e Vitória. Sobre o MPL, 2013.

⁴ Anunciado pelo Prefeito Fernando Haddad para entrar em vigor no dia 2 de junho de 2013.

vandalismo só um meio de combatê-lo: a força da lei (FOLHA DE SÃO PAULO, 2013a, p. 2).

A manifestação de jornais não foi o único elemento indutor da violência policial, mas representava um agente político de grande influência demandando a dispersão dos atos pelo uso da “força da lei”. Como dissemos antes, no mesmo dia da publicação do editorial citado, outra manifestação pretendia ser realizada na Avenida Paulista, porém, desta vez, todos os acessos à avenida foram fechados e um cerco policial extremamente agressivo foi armado. O quarto ato convocado pelo MPL foi um ponto de inflexão no decorrer dos fatos devido ao grau de violência utilizado.⁵ Após o aumento do valor das tarifas, a truculência policial neste dia representou a primeira mudança na direção dos fatos. Apesar da violência policial, o MPL convocaria um novo ato, desta vez para o dia 17 de junho.

Ainda no dia 15 de junho, os veículos de comunicação, outrora partidários da “Força da Lei”, mudaram sua posição. Em novo editorial, desta vez intitulado “Agentes do Caos”, a Folha de São Paulo protestava:

A Polícia Militar do Estado de São Paulo protagonizou, na noite de anteontem, um espetáculo de despreparo, truculência e falta de controle ainda mais grave que o vandalismo e a violência dos manifestantes, que tinha por missão coibir. [...] No quarto protesto, a responsável maior pela violência passou a ser a própria PM. Pessoas sem envolvimento no confronto foram vítimas da brutalidade policial. Transeuntes, funcionários do comércio,

⁵ Foram 241 detidos e diversos feridos, entre eles dois jornalistas da própria Folha de São Paulo, atingidos no olho e na cabeça por balas de borracha, além de uma idosa de 67 anos que nem participava da manifestação (Ver: Garcia, 2013; Carvalho, 2013).

manifestantes pacíficos e até frequentadores de bar foram atacados com cassetetes e bombas. Sete repórteres da Folha terminaram atingidos, quatro deles com balas de borracha, em meio à violência indiscriminada da polícia. A jornalista Giuliana Vallone foi alvejada no olho e recebeu 15 pontos no rosto. O comandante da PM diz que o disparo foi feito para o chão.⁶

Em uma inversão completa de posição, os principais canais de comunicação⁷ recuaram e passaram a apoiar as mobilizações, referindo-se às pessoas como manifestantes e não como vândalos, divulgando amplamente os locais de concentração dos atos convocados pelo MPL, chegando ao limite da adesão quando o principal telejornal veiculado pela TV Globo realizou um plantão que interrompeu sua programação mais lucrativa em horário nobre para transmitir ao vivo em TV aberta as manifestações após a fatídica ação policial. Naturalmente, a mudança de postura dos grandes grupos de mídia não significavam o engajamento dos grandes grupos de mídia nas mobilizações que, até aquele momento, restringiam suas demandas às agendas de maior democracia urbana. Mais consistente, parece a hipótese de que a grande mídia foi justamente obrigada a adequar sua pauta e linha editorial a uma opinião pública já consolidada e amplamente simpática aos movimentos que se desdobravam⁸. Como

⁶ FOLHA DE SÃO PAULO, 2013b, p.2.

⁷ Podemos incluir aqui a TV Globo, maior emissora do país que, através do seu articulista Arnaldo Jabor, no dia 13 de junho, criticou duramente a “ignorância” dos manifestantes de “classe média” e, no dia 17 de junho, após a demonstração cabal da truculência policial e do recuo de setores da própria imprensa, foi obrigado a fazer uma retratação e reconhecer a relevância dos atos que se desenrolavam.

⁸ É o que mostra a pesquisa Datafolha de 14/06/2013 cujos números retratam a sinergia entre os movimentos de rua e os grupos

lembra Ortellado (2015), as manifestações se impuseram à grande mídia porque antes já contavam com o apoio da população. O papel da mídia, e neste caso o cientista social acredita no papel decisivo dos grupos de comunicação, foi o de disputar a pauta de manifestações, tentando conferir uma face predominantemente “anticorrupção” ao movimento. Ele lembra: “Se houve uma ação deliberada para inchar ainda mais as manifestações e mudar o seu foco, a ação foi mal sucedida. As manifestações cresceram e incorporaram outras pautas, mas a luta contra o aumento das tarifas permaneceu a reivindicação principal.” (ORTELLADO, 2015) Neste sentido, pode-se observar que os meios de comunicação, se tiveram papel nos diferentes ciclos de mobilização que caracterizaram junho de 2013, encontraram seu lugar na disputa que promoveram junto a outros atores sociais pela definição da “cara” do movimento. Dito de outra forma, ao mobilizar sua agenda anticorrupção, os grupos de mídia contribuíram para o ciclo mais amplo de convocação de manifestantes, dando visibilidade ao fenômeno social que marcou aquele ano. Ainda neste sentido, uma última demonstração de que a disputa pelo movimento anabolizou seus canais de mobilização, mas não significou o controle total da mídia sobre a narrativa hegemônica, foi a única pesquisa nacional realizada durante as manifestações: 36,7% das pessoas, maioria dos entrevistados, declararam estar nas ruas primeiramente por melhorias no transporte público (IBOPE, 2013).

Independentemente dos fatos de mobilização, pôde-se observar um salto na dimensão daquele movimento. Outrora centralizado em São Paulo e no Rio de Janeiro, o dia 17 de junho foi marcado pela realização de atos em 38 cidades do

consultados na pesquisa dentro da cidade de São Paulo. Cf. DATAFOLHA, 2013c.

país, incluindo 11 capitais estaduais e a capital federal. Centenas de milhares de pessoas foram às ruas nos locais convocados e amplamente divulgados através da imprensa convencional e das redes sociais. Houve tentativas de ocupação de diversos prédios públicos, entre eles a Prefeitura de São Paulo, o Palácio dos Bandeirantes (Sede do governo estadual paulista) e do Congresso Nacional. Foi notória a mudança de postura da Polícia militar. Como vimos, desequilibrada inicialmente pelo seu excesso, ela preferiu a omissão nos atos que se seguiram. Não que a repressão fosse desejável, mas o contraste entre posturas temporalmente tão próximas vindo de um mesmo aparato repressor constitui um sinal relevante para a compreensão dos fatos analisados aqui. No dia 17 veículos de imprensa foram incendiados e prédios públicos fortemente depredados. A polícia apenas observou.

Apesar começar como um movimento de passos muito bem definidos, o processo foi logo ampliado para demandas de melhoria dos serviços públicos de um modo geral, principalmente de saúde e de educação, e para um apelo genérico pelo fim da corrupção e do desperdício do dinheiro público. As duas últimas se mostraram principalmente, por um lado, na forma da hostilização da “Copa das Confederações” realizadas naquele momento no Brasil, com protestos no entorno e até tentativas de invasão de estádios; e, por outro lado, com a chamada PEC37, proposta de reforma constitucional que, privando o Ministério Público de seus poderes de investigação, foi compreendida genérica e superficialmente nas ruas como uma ferramenta de ampliação das condições de impunidade de agentes políticos corruptos. Muitos manifestantes dialogavam estes pleitos com as demandas pela melhoria de serviços públicos, tal qual se pode observar em cartazes que diziam “Queremos hospitais e escolas no padrão FIFA!” ou “Quando seu filho ficar doente leve ele ao estádio”, articulando claramente a compreensão de

que o dinheiro público estaria sendo mal empregado ao garantir padrões de excelência em obras vinculadas aos grandes eventos esportivos – Copas do Mundo e das Confederações, além das Olimpíadas do Rio de Janeiro em 2016 – ao invés de ser aplicado na ampliação e melhoria dos serviços públicos; havia a alusão à violência policial que chocara a população e forçara uma redefinição de posição na imprensa tradicional em frases como “Era um país muito engraçado, não tinha escola, só tinha estádio... ninguém podia protestar não, porque a PM sentava a mão!”; havia condenações à postura da mídia tradicional em cartazes que diziam “Cala boca Jabor!”; além de cartazes dirigidos ao próprio movimento dizendo “O inimigo não é a polícia. É o governo!”. Enfim, uma gama muito ampla de temas, demandas e estratégias de comunicação que ultrapassavam plenamente os contornos de uma campanha pela redução de tarifas de ônibus. A celebração da ocupação das ruas pelos novos manifestantes, fazendo uma espécie de autoelogio do movimento caracterizado por frases como “O gigante acordou”, era contrastada por frases de movimentos sociais tradicionais dizendo “Você acordou agora. A periferia nunca dormiu!”. Tudo demonstrando em última instância a multiplicidade de atores que adentraram à campanha iniciada pelo MPL mas ultrapassaram sua liderança, iniciando uma disputa pela identidade do próprio movimento que estava nas ruas.

Passadas as passeatas caracterizadas pela repressão policial e pela difusão de pautas nos dias 13 e 17 de junho, retrospectivamente, uma nova manifestação fora convocada para o dia 20 de junho. Na data anterior, o Prefeito de São Paulo e o Governador do Estado de São Paulo anunciaram a revogação do aumento de R\$0,20 na tarifa de ônibus, atendendo à demanda inicial do movimento. Tarde demais; o movimento já havia superado sua pauta e sua liderança inicial,

o MPL. Desta vez, todos, absolutamente todos os agente políticos do país – movimentos sociais de todas as gerações, mídias, partidos políticos, Ongs, empresas e instituições públicas – e observadores estrangeiros sabiam que estávamos diante de um momento histórico. A dimensão conquistada pelo processo só o fez crescer ainda mais. No dia 20, mais de um milhão e meio de pessoas foram para as ruas em mais de 100 cidades por todo o país. Assim como no dia 17 de junho, a polícia atônita com a impossibilidade de agir da forma tradicionalmente truculenta, já que fora condenada por amplos setores da sociedade, viu um movimento imenso que apresentou seu primeiro sinal de hostilidade clara com formas tradicionais de organização social, principalmente os partidos políticos. Militantes de partidos políticos e outros movimentos sociais que aderiram às manifestações durante seu processo de eclosão foram agredidos por outros manifestantes que se recusavam a aceitar qualquer vinculação dos protestos de junho com as identidades partidárias do país. Nos dias que antecederam o ato, partidos de esquerda convocaram seus militantes a disputar nas ruas os espaços ocupados e a levar para as pautas difusas das manifestações as pautas tradicionais da esquerda no país, como reforma agrária e fim da terceirização. Os resultados foram militantes de tais partidos agredidos, bandeiras vermelhas rasgadas e queimadas. No dia 20 de junho, os protestos ainda foram convocados e, em certa medida, liderados pelo MPL; no entanto, nos dias que se seguiram, a caracterização de tais movimentos como espontâneas e absolutamente plurais foi concluída. No dia 21 de junho, o MPL emitiu nota afirmando que não convocaria mais manifestações e encerrou o ciclo de sete manifestações convocadas pelo coletivo. Obviamente a onda de mobilizações já não pertencia mais ao coletivo MPL, pois a agenda colocada pela organização a partir do protesto do dia 17 de junho só funcionou para aglutinar uma diversidade

de manifestações que apenas ocupavam as mesmas ruas, mas não agregavam efetivamente os manifestantes que pleiteavam pautas completamente adversas. Sem o protagonismo do MPL, as manifestações seguiram diariamente pulverizadas por todo o país⁹. Passados mais alguns dias após o maior protesto do mês de junho, o evento mais marcante foi o pronunciamento da Presidente da República em uma tentativa restabelecer o diálogo e tentar apaziguar o clima de tensão gerado entre a sociedade e as instituições da república em geral.

A espontaneidade da ação política

A trajetória percorrida pelos protestos de junho não configura em si uma novidade. Como já dissemos e buscamos expor aqui, se observadas as três principais manifestações, nos dias 13, 17 e 20 de junho, constatamos a existência de eventos muito específicos que podem ajudar na compreensão de alguns aspectos deste fenômeno político. No dia 13, houve a repressão policial, no dia 17 a explosão de manifestações e pautas de reivindicação; e, por fim, no dia 20, a negação de atores partidários, a revogação do aumento da tarifa e a saída do protagonismo do MPL. Esta trajetória se torna muito significativa quando a pensamos com a ajuda da noção de

⁹ Após o dia nacional de lutas convocado pelas centrais sindicais no dia 11 de julho e dos protestos do dia 7 de setembro, ambos eventos que mobilizaram milhares de pessoas pelas ruas do país, talvez seja possível apontar um segundo ciclo de manifestações mais consistentes que, no entanto, ainda não atingiram a dimensão e a capilaridade dos protestos de junho. A ação dos chamados Black Blocks e a greve de professores no Rio de Janeiro aliadas, novamente, à ação truculenta da polícia militar carioca, voltou a levar multidões para as ruas da capital fluminense.

espontaneidade que Hannah Arendt empresta de Rosa Luxemburgo. Aliás, os eventos que inspiram ambas a pensar mobilizações populares a partir desta categoria apresentaram características muito similares, isto é, a Revolução Russa de 1905 e, principalmente, pela maior similaridade, a Revolução Húngara de 1956. Vale salientar que a pretensão aqui não é caracterizar os protestos de junho como um evento revolucionário. Afinal, existem diferenças abissais entre eventos que objetivam e conseguem refundar completamente instituições políticas e os protestos brasileiros que, no limite ao qual chegaram até agora, pleiteavam um novo patamar de relação das instituições políticas com a sociedade, isto é, exigiam mudança no seio das instituições que já existiam. Como bem lembra Singer (2013, p.24),

[...] O travejamento fundamental da ordem não foi questionado. As relações de classe e propriedade não estiveram diretamente no centro das manifestações e as regras do jogo político foram visadas de maneira difusa. Prova disso é que as propostas de Constituinte exclusiva e plebiscito para a reforma política caíram no vazio, tendo sido esquecidas quase logo depois que o mês acabou.

Esta observação não impede de pensar os eventos brasileiros com a mesmas categorias usadas por Arendt e Luxemburgo. Afinal, como veremos, as características mais relevantes desta noção de espontaneidade são a erupção de mobilizações sem pautas e a ausência de lideranças hegemônicas. Ambos os elementos estiveram presentes em 1905, 1956 e 2013.

Em dezembro de 1904, campanhas grevistas foram extremamente bem sucedidas na Rússia Czarista. O país comandado por Nicolau II buscava acelerar sua modernização desconstruindo seus laços sociais ainda feudais para

implementar uma economia capitalista. As mudanças impostas pelo Czar, como implementar o sufrágio universal e eliminar a relação feudalista entre servos e senhores, conferindo-lhes o direito de comprar as terras dos seus antigos senhores, não obtiveram êxito em reduzir a pobreza e a desigualdade. Ademais, a visão imperialista da época, na qual a expansão econômica era equiparada à expansão territorial através da implementação de colônias no estrangeiro, conduziu a nação à Guerra Russo-Japonesa (1904-1905) que esgarçou ainda mais os recursos disponíveis no país. Sem condições de se manterem em suas antigas terras, os camponeses migravam maciçamente para as cidades onde se tornavam operários nas fábricas implementadas com o financiamento estrangeiro obtido pelo Czar. Com o país em guerra, sem infraestrutura nas cidades e uma população urbana e operária cada vez maior, foram dadas as condições para que greves se espalhassem em São Petersburgo e outras cidades do país. Na capital nacional, a necessidade de coordenar o movimento grevista, que não parava de se expandir para outras localidades e demais setores da sociedade, culminou com a formação do primeiro *Soviete*, que reuniu mais de 400 membros em um conselho que representava trabalhadores de toda a região. Em janeiro de 1905, a derrota para os japoneses foi o estopim de um movimento que culminaria com a Revolução. O descontentamento já alcançava camponeses, operários, intelectuais e militares, cada um pleiteando causa própria (terras, salários, direitos civis e liberdade política, respectivamente). No domingo do dia 22 (9 pelo antigo calendário juliano russo), milhares de manifestantes enfrentaram o frio e saíram às ruas marchando em direção ao Palácio de Inverno, sede do poder czarista. O objetivo era entregar um manifesto subscrito por centenas milhares de

pessoas que ainda depositavam no czar a confiança para solução dos problemas do país. O documento dizia:

Nós, operários residentes da cidade de São Petersburgo, de várias classes e condições sociais, nossas esposas, nossos filhos e nossos desamparados velhos pais, viemos a Vós, Senhor, para buscar justiça e proteção. Nós nos tornamos indigentes; estamos oprimidos e sobrecarregados de trabalho, além de nossas forças; não somos reconhecidos como seres humanos, mas tratados como escravos que devem suportar em silêncio seu amargo destino. Nós o temos suportado e estamos sendo empurrados mais e mais para as profundezas da miséria, injustiça e ignorância. Estamos sendo tão sufocados pela justiça e lei arbitrária que não mais podemos respirar. Senhor, não temos mais forças! Nossas resistências estão no fim. Chegamos ao terrível momento em que é preferível a morte a prosseguir neste intolerável sofrimento (BERMAN, 1992, p. 236).

Quando se aproximavam do Palácio com a esperança de serem atendidos pelo próprio Czar, foram recebidos por tropas que, após tentativas fracassadas de contar o avanço dos manifestantes, abriram fogo contra as pessoas que ocupavam as ruas de São Petersburgo. A manifestação foi rapidamente dispersada, mas muitos morreram e outras centenas de pessoas ficaram feridas. Como sugere Marshal Berman, era certo “que uma época da história russa havia concluído abruptamente e uma revolução começara.”(BERMAN, 1992, p.237) Em resposta ao que ficou conhecido como “Domingo Sangrento”, a mobilização da população aumentou em todo país, as manifestações e as greves se multiplicaram provocando a Revolução de 1905. Como descreveu Lênin em seu relatório lido na Casa do Povo de Zurique:

[...] Em poucos meses, as coisas mudaram completamente. As centenas de social-democratas revolucionários passaram “subitamente” a milhares, e estes milhares tornaram-se chefes de dois a três milhões de proletários. A luta proletária suscitou uma grande efervescência, até mesmo em parte um movimento revolucionário, no fundo da massa de cinquenta a cem milhões de camponeses; o movimento camponês teve repercussão no exército e deu origem a revoltas militares, a choques armados entre as tropas. Assim um imenso país com 130 milhões de habitantes entrou na revolução; assim a Rússia adormecida se tornou a Rússia do proletariado revolucionário e do povo revolucionário (LÊNIN, 2013).

A truculência das tropas czaristas contra a população apenas fez aumentar o grau de mobilização e a dimensão dos eventos que se seguiram. Lênin recebeu com entusiasmo o irrompimento do processo revolucionário, celebrou a formação dos soviets, mas acreditava que o processo espontâneo iniciado pelas greves da ainda prematura classe operária russa necessitava do comando de uma vanguarda revolucionária. Afinal, segundo ele, a tese que Kautsky anunciara em *A Revolução Social* estava certa: “A próxima revolução... assemelhar-se-á menos a um levantamento espontâneo contra o governo e mais a uma guerra civil de longa duração.” (KAUTSKY *apud* LÊNIN, 2013). Após o assalto violento do Czar, intensificaram-se os conflitos armados, como o levante de 8000 homens que enfrentam a guarda imperial até serem massacrados em 1905. Lênin acreditava que aquele era o momento alto do processo que culminaria na queda do Czar em 1917 e, como lição histórica, defendia que uma vanguarda revolucionária era fundamental para liderar as massas em um processo que pareceria cada vez menos um levante espontâneo e mais uma guerra cujas tropas necessitariam de comando. Não bastava fundar soviets, era necessário submetê-los a um comando centralizado.

Foi neste ponto específico, o centralismo de uma vanguarda revolucionária, que Rosa Luxemburgo criticou seu camarada elogiando a espontaneidade das massas como aspecto mais relevante do processo revolucionário. Ao comentar as teses de Lênin sobre a passagem de uma organização revolucionária difusa para uma organização concentrada no Comitê Central do Partido russo, a autora sustenta que

O problema em que a socialdemocracia russa trabalha há alguns anos consiste justamente na transição do tipo de organização correspondente à fase preparatória do movimento, preponderantemente propagandística, onde cenáculos e organizações locais mantinham-se dispersos e totalmente independentes, para a organização exigida por uma ação política unitária da massa em todo o Estado. Porém, como o traço mais pronunciado das antigas formas de organização, intoleráveis e politicamente ultrapassadas, consistia na dispersão e na completa autonomia, na soberania das organizações locais, era natural que o lema da nova fase, que o lema do grande trabalho preparatório de organização, fosse o centralismo. [...] O princípio vital deste centralismo consiste, por um lado, em salientar fortemente a separação entre os grupos organizados de revolucionários declarados, ativos, e o meio desorganizado – ainda que revolucionário e ativo – que os cerca (LUXEMBURGO, 1991, p. 41-42).

A revolucionária acredita que ao forte centralismo de Lênin subjaz uma separação entre massa revolucionária e liderança revolucionária, na qual a vanguarda de comando corresponderia a um coletivo preparado para assumir e liderar o processo iniciado pelas massas a fim de conduzi-lo ao êxito da ruptura iniciada espontaneamente. Ora, esta separação era pautada na distinção criticada por Luxemburgo entre massa

espontânea e vanguarda consciente, digo, um movimento social que simplesmente irrompia nas ruas, mas careceria da consciência revolucionária capaz de conduzi-la ao êxito dos seus anseios e, com isso, transformar as células revolucionárias em “instrumentos” do arbítrio do comitê central. Como diz Daniel Guérin, ajudando a entender a relação entre espontaneidade e consciência,

[Lênin] acredita poder deduzir que a “vanguarda” revolucionária deve evitar “qualquer submissão servil à espontaneidade do movimento operário”. Curvar-se diante esta espontaneidade equivaleria a reduzir a vanguarda a “uma simples serva” do movimento proletário. [Lênin] Sustenta, pelo contrário: “*Nossa tarefa é a de combater a espontaneidade.*” (GUÉRIN, 1973, p.19).

Guérin completa com outra citação de Lênin: “A luta espontânea do proletariado não se converterá em uma verdadeira luta de classes enquanto não for dirigida por uma forte organização revolucionária.” (LÊNIN *apud* GUÉRIN, 1973, p. 19). Nota-se, portanto, que Lênin considera limitada a espontaneidade revolucionária e, neste sentido, acredita na sua superação pela ação da vanguarda. De outra forma, Luxemburgo é mais otimista e aposta com mais entusiasmo nas características iniciais do processo revolucionário. Até mesmo porque a consciência clara do processo revolucionário só poderia surgir no próprio curso do processo, permitindo identificar passos necessários e objetivos comuns do movimento operário. Assim, diz ela:

Organização, esclarecimento e luta não são aqui momentos separados, mecanicamente e temporalmente distintos, como num movimento blanquista, mas são apenas diferentes aspectos do mesmo processo. [... E completa...] nunca se pode erguer uma parede divisória absoluta entre o núcleo do

proletariado com consciência de classe, solidamente organizado no partido, e as camadas circundantes, já atingidas pela luta de classes, que se encontram em processo de esclarecimento de classe (LUXEMBURGO, 1991, p. 43).

Luxemburgo se distingue veementemente neste aspecto e se recusa a conceber o processo revolucionário nos termos de fabricação histórica sugerido por Lênin, ou seja, evitando conceber uma vanguarda previamente consciente dos destinos necessários ao movimento espontâneo das massas, aplicando suas decisões a ela como um artesão que dá forma à matéria-prima. Em seu lugar, ela aposta na ação espontânea, nos destinos e lideranças surgidos no próprio processo revolucionário. Portanto, os conselhos fundados a partir da mobilização operária e da necessidade de articulação da greve geral em São Petersburgo seriam campo apropriado para definir os rumos da revolução e para o aparecimento de novas lideranças. E mais, aponta para a íntima relação entre “esclarecimento” e ação política que se dá no decurso do movimento operário.

Conhecidos os termos da crítica de Luxemburgo e Lênin, não caracteriza nenhuma surpresa que Arendt tenha mobilizado uma concepção luxemburguista de revolução para pensar o processo ocorrido na Hungria em 1956 e para contrapor a tradição revolucionária marxista marcada pelos ditames da necessidade histórica. O reaparecimento de uma revolta tão caracterizada pela formação dos conselhos populares e pela ausência de lideranças centralizadoras, ou seja, favorecendo formas horizontais de organização política, ofereceu um campo amplo para que Arendt refletisse sobre o sentido e o lugar das revoluções na modernidade sem reafirmar a tradição revolucionária marxista-leninista. Em sentido oposto, em *On Revolution*, a autora judia colocou-se a tarefa de averiguar o sentido político da recorrente aparição de

revoltas populares no mundo moderno, refutando, para isso, a concepção marxista de revolução fortemente ligada ao conceito de luta de classes. Para Arendt, o fato mais significativo foi o caráter espontâneo de tais revoltas, não exatamente a derrubada violenta, ou não, de governos estabelecidos. O que precisa ser observado é o recorrente processo de organização espontânea através de conselhos que permitiam ao povo assumir o poder sem a submissão a intermediários ou às vanguardas políticas. Como explicita Arendt,

[...] As *sociétés révolutionnaires* francesas anteciparam com assombrosa precisão aqueles conselhos, soviéticos e *Räte* que viriam a aparecer em todas as revoluções genuínas ao longo dos séculos XIX e XX. Sempre que apareciam, elas brotavam como órgãos espontâneos do povo, não só fora de todos os partidos revolucionários mas também de maneira inesperada para eles e seus dirigentes (ARENDR, 2011b, p. 313).

Assim, Arendt acreditava que compreender o caráter espontâneo do aparecimento dos conselhos permitira entender o significado das “revoluções genuínas”. Observando a descrição que Arendt faz do processo húngaro que mobilizou suas reflexões, salta aos olhos a semelhança com o processo de mobilização popular no Brasil em 2013. Ao se perguntar “Quais são os fatos?” da Revolução Húngara, ela responde:

Uma manifestação de estudantes desarmados e essencialmente inofensivos cresceu súbito e espontaneamente de alguns milhares para uma enorme multidão que tomou a iniciativa de realizar as demandas dos estudantes, derrubando a estátua de Stálin em uma das praças públicas de Budapeste. No dia seguinte, alguns estudantes foram para a sede da rádio convencer a estação a

transmitir os dezesseis pontos de seu manifesto. Como que do nada, uma grande multidão se reuniu e quando o AVH , a polícia que fazia a guarda da sede, tentou dispersar a multidão com alguns tiros, a revolução estourou. As massas atacaram a polícia e adquiriram suas primeiras armas. Os trabalhadores, ouvindo a situação, deixaram as fábricas e juntaram-se à multidão. O exército, chamado para defender o regime e ajudar a polícia armada, tomou o partido da revolução e armou o povo. O que tinha começado como uma manifestação estudantil havia se tornado um levante armado em menos de vinte e quatro horas (ARENDDT, 1958, p.26).

Uma manifestação de caráter localizado, mas violentamente reprimida, deu início a uma ampla mobilização popular. Guardadas as peculiaridades, o fato de que não houve levante armado ou a derrubada de governos no Brasil, é muito interessante a semelhança na trajetória dos eventos de 2013 e 1956. Como vimos, no dia 13 junho de 2013, a ação desmedida da Polícia Militar ocasionou a mudança na dimensão dos protestos de junho e uma ampla adesão de setores da sociedade no dia 20 de junho de 2013. O Mesmo ocorreu na Hungria. Vimos também que esta adesão aos protestos do MPL não significou a adesão exclusiva à sua pauta específica do transporte coletivo. O mesmo ocorreu na Hungria após o evento na sede da rádio, pois

[Daquela] momento em diante, nenhum programa, apontamento ou manifesto desempenhava qualquer papel; o que levou a revolução adiante foi o puro *momentum* de agir em concerto do conjunto das pessoas cujas demandas eram tão óbvias que dificilmente precisariam de uma formulação elaborada: tropas russas deveriam deixar o território e eleições livres deveriam determinar um novo governo (ARENDDT, 1958, p.26).

As semelhanças pontuais entre os eventos apontados aqui permitem compreender o início abrupto e espontâneo, assim como o desdobramento difuso do que ocorreu no Brasil. A partir das considerações de Arendt sobre a Revolução Húngara e sobre o próprio sentido de revolução na modernidade, podemos extrair algumas conclusões sobre a relação entre a truculência de tropas do governo e a irrupção de manifestações populares e, conseqüentemente, sobre a pauta difusa destas manifestações.

Arendt aprendeu com Luxemburgo que as revoluções “estouram”, não são provocadas por revolucionários profissionais. Não é possível fazer uma revolução; no máximo, é possível estar por perto quando ela irrompe. Como a autora defende,

Com toda certeza não é a conspiração que é a causa da revolução[...] A perda de autoridade do poder existente, que de fato precede todas as revoluções, não é segredo para ninguém, visto que suas manifestações são claras e concretas, embora não necessariamente espetaculares; mas seus sintomas, a insatisfação geral, o mal estar generalizado e o desprezo pelos homens no poder são difíceis de identificar, porque o significado desses nunca é inequívoco. Mesmo assim, *o desprezo*, que dificilmente se inclui entre os motivos do revolucionário profissional típico, *é sem dúvida uma das molas mais poderosas da revolução; na verdade, não há quase nenhuma revolução para a qual o comentário de Lamartine sobre 1848, “a revolução do desprezo”, seja totalmente inadequado* (ARENDDT, 2011b, p.326, *grifos meus*).

Neste sentido, os processos revolucionários têm seu início com o desgaste e perda de autoridade do poder constituído. Na descrição da autora, a insígnia da autoridade[...] é o reconhecimento inquestionável daqueles a quem se pede que obedeçam; nem a coerção nem a persuasão

são necessárias. Conservar a autoridade requer respeito pela pessoa ou pelo cargo. O maior inimigo da autoridade é, portanto, o desprezo, e o mais seguro meio para miná-la é o deboche (ARENDDT, 2011c, p. 62). Assim, quando o poder, compreendido por Arendt como ação em concerto¹⁰, se torna institucionalizado, ele aparece sob a forma da autoridade e dela depende para se manter como fiador da legitimidade das instituições. O poder, sendo pura performatividade da ação, não pode ser armazenado; sendo assim, a durabilidade das instituições se pauta na autoridade, a relação de mando e obediência que não implica uso da violência. Até mesmo porque, como explicita a autora, os binômios “poder e violência” e “violência e autoridade” são absolutamente inconciliáveis do ponto de vista conceitual. Por um lado, “poder e violência são opostos; onde um domina absolutamente, o outro está ausente” (ARENDDT, 2011c, p.73); por outro lado, “a autoridade exclui a utilização de meios externos de coerção; onde a força é usada, a autoridade em si fracassou.” (ARENDDT, 2011a, p.27) Portanto, os eventos em que ocorre o uso da violência contra agentes políticos que ocupam a esfera pública já constituem um sintoma da perda de autoridade por parte das instituições. No caso húngaro, a própria tirania imposta pelas tropas soviéticas já mantinha a população húngara subjugada sem qualquer relação de autoridade. O uso da força, naquele caso, se aplicou com o intuito de eliminar a estrutura de poder inicialmente mobilizada pelos estudantes na rádio do país. No caso brasileiro, o uso da força desproporcional pela PM de São Paulo no dia 13 de junho de 2013 já era o sintoma cabal da perda

¹⁰ “O poder emerge onde quer que as pessoas se unam e ajam em concerto, mas sua legitimidade deriva mais do estar junto inicial do que de qualquer ação que então possa se seguir” (ARENDDT, 2011c, p. 69).

de autoridade sofrida pelas instituições. Já havia um quadro de desrespeito e desprezo constituído naquele momento, ainda que por uma parcela da sociedade bastante restrita aos setores ligados ao MPL. A violência apenas ampliou o desprezo nos setores já mobilizados e convidou novas camadas da sociedade a se juntarem aos protestos de junho. Aliás, isto explica a postura de omissão da polícia em um segundo momento. O uso contínuo da força nos atos maiores que se seguiram nos dias 17/junho e 20/junho teria provocado uma crise de autoridade sem precedentes desde a redemocratização. A omissão foi a forma encontrada para “estancar o sangramento” da autoridade das instituições, evitando que o desprezo por elas se ampliasse ainda mais.

No século XIX, a perda de autoridade poderia ser observada através de plebiscitos com o intuito de verificar a adesão dos cidadãos às medidas adotadas pelos governantes. Segundo Arendt, estas seriam as precursoras das atuais pesquisas de opinião pública. Certamente estas pesquisas têm gravíssimos problemas de metodologia de amostragem e de coleta de informação. No entanto, em alguns momentos, não é possível deixar de notar que diversas pesquisas apontam uma mesma direção. Ainda que conclusões precisas não possam ser extraídas, ao menos aspectos mais gerais podem ser extraídos destes estudos. É o caso das pesquisas que observaram quedas generalizadas nas popularidades de governantes por todo o país: Dilma teve queda de 27%, Alckmin teve queda de 15% e Haddad teve queda de 16%.¹¹

As manifestações de junho representaram uma crise de autoridade das instituições brasileiras, crise esta que foi potencializada pelo uso da força policial, ampliando ainda mais o “desprezo” da população pelos mandatários. Certamente, diversos fatores podem ser alinhados para que se

¹¹ Cf. DATAFOLHA, 2013a; DATAFOLHA, 2013b.

compreenda a origem da perda de respeito ocorrida em junho, tais como baixo crescimento econômico, custo de vida elevado, serviços públicos de pouca qualidade além do aumento de tarifas de transporte coletivo que atuou como “gota d’água” neste processo de depreciação da autoridade das instituições.¹² Nesta esteira, pode-se sugestionar que a difusão de pautas características de manifestações espontâneas, como a russa, a húngara e a brasileira, resulta mais da necessidade de manifestar o desprezo pelas autoridades através do anúncio de demandas frustradas do que da luta por um programa específico. No caso Húngaro, evoluiu-se para a convergência na pauta específica do fim da tirania, o que permitiu ao movimento de 1956 obter uma fantástica vitória em prol da liberdade. No caso brasileiro, o recuo no aumento de tarifas em diversas cidades do país, os dois pronunciamentos da presidência da república propondo ações de melhoria nos serviços públicos e o recuo do Congresso Nacional em pautas que ganharam grande apelo midiático, como a rejeição da PEC37, podem ter contribuído para que o sangramento de autoridade cessasse.

Democracia e representação: o paradoxo lógico da espontaneidade na política

Uma vez que a fragilidade da autoridade se manifesta no aparecimento de manifestações espontâneas, podemos apontar a outra face desta mesma matéria: a paradoxal relação entre poder e autoridade. Esta constitui, segundo Arendt, uma das perplexidades da política na modernidade observada pela constante recorrência de eventos insurrecionais, marca da

¹² Os detalhes das causas do desprezo e o perfil das pessoas que compartilhavam tais motivações – setores muito específicos da sociedade foram às ruas – não constituem nosso foco aqui.

experiência política do nosso tempo. Haja vista que sustentamos o aparecimento de manifestações espontâneas como exemplo privilegiado da ação política, da introdução do novo na esfera pública, veremos agora em que medida esta experiência pode ser, de fato, assimilada pelas instituições democráticas, isto é, em que medida partidos e parlamentos, por exemplo, são capazes de receber a pluralidade manifestada na esfera pública e convertê-la em ponto de partida dos seus atos. Ao analisar as experiências revolucionárias do século XVII, as revoluções francesa e americana, Arendt apresenta basicamente dois aspectos deste mesmo problema: um lógico, denominado “problema do início” (ARENDT, 2011b, p. 264); e outro político-institucional, que trata da “questão da representação” (ARENDT, 2011b, p. 299) como o problema da dignidade em si da esfera pública. Dito de outra forma, ambos os aspectos levantam o problema de saber quanta política as instituições democráticas efetivamente suportam, em que medida manifestações como as que vimos em junho de 2013 são efetivamente capazes de determinar o curso das instituições.

Ao recuperar o postulado fundamental das revoluções setecentistas, “[...] a convicção de que a fonte e a origem do poder político residem no povo” (ARENDT, 2011b, p. 233), Arendt tentava elucidar o primeiro desafio efetivo da tarefa revolucionária de re-fundar os corpos políticos. Neste postulado compartilhado pelos revolucionários de ambos os lados do atlântico, o primeiro elemento que salta aos olhos anunciando a complexidade da tarefa à qual haviam se proposto é a separação entre a “origem” e a “a fonte” do poder. Ocorre que, embora tenham formulado de modo muito similar o ponto de partida pensado para construir suas instituições, os revolucionários franceses e americanos não compartilhavam inteiramente a própria concepção de povo. Para os franceses, o *le peuple* não possuía vínculos

organizacionais ou quaisquer pactos e promessas mútuas entre as pessoas além da própria dignidade humana compartilhada por todos. Já na fase mais avançada da revolução, a destruição da estrutura social francesa do antigo regime, assentada na separação em camadas com diferentes níveis de privilégios, teria lançado o povo em um tipo de “estado de natureza”, isto é, na ausência absoluta de qualquer vestígio de organização¹³. Do outro lado do atlântico, a experiência americana teria não apenas resguardado, mas baseado todo o processo revolucionário nas associações e assembleias locais, as quais permaneceram após o rompimento de todos os laços com a coroa britânica. Neste sentido, as concepções de povo de ambas as revoluções eram radicalmente distintas, isto é, enquanto franceses tinham sua “fonte e origem” do poder no estado apolítico da igualdade natural do *le peuple*, os americanos tinham no povo a “fonte e origem” do poder baseadas nas experiências essencialmente políticas dos pactos, acordos, promessas mútuas, na reunião de pessoas para uma determinada finalidade política.

Apesar de colocarem claramente a origem do poder no seio da atividade política que os revolucionários americanos praticavam em suas organizações, estes também sabiam que o objetivo mais importante de qualquer corpo político é conferir

¹³ Esta tipificação da Revolução Francesa como um evento marcado pelo esgarçamento de experiências políticas por definição constitui mais uma estratégia conceitual da autora do que a realidade dos fatos. A própria Hannah Arendt estava ciente de que antes da ascensão dos jacobinos ao poder havia um grande número de *sociétés populaires*, clubes e confrarias de cidadãos que buscavam superar o antigo regime “de baixo”, a partir da organização popular. Entretanto, esta, que talvez tenha sido a experiência mais rica do processo revolucionário francês, foi substituída pela força da multidão, expressa na vontade geral do *le peuple* como fonte de todas as leis (Ver Arendt, 2011b, p. 302).

estabilidade aos assuntos humanos. Ou seja, ser um governo da lei, não dos homens. E nesta questão as revoluções setecentistas divergiram nas soluções encontradas, bem como não compartilharam a concepção e o papel do povo no processo revolucionário; franceses e americanos encaminharam diferentes soluções ao desafio de fundar novos corpos políticos na estabilidade da lei. Como afirma Arendt (2011b, p. 237):

As leis, sem dúvida, deviam sua existência factual ao poder do povo e de seus representantes nas legislaturas; mas esses homens não podiam representar ao mesmo tempo a fonte mais alta de onde deveriam derivar essas leis para ter autoridade e validade para todos, para as maiorias e as minorias, as gerações do presente e do futuro.

Para a geração da estabilidade das instituições seria necessária “uma fonte mais alta”, um critério absoluto que conferisse validade às leis, transcendendo a geração presente até as futuras. Ainda neste sentido, o que definiu a diferença entre ambos os casos revolucionários foi que os homens da revolução americana “[...] distinguiram claramente, sem qualquer equívoco, entre a *origem do poder*, que brota de baixo, “das bases” do povo, e a *fonte da lei*, cuja sede fica “acima”, em alguma região mais elevada e transcendente” (ARENDDT, 2011b, p. 237) A evidência mais decisiva desta diferença pode ser verificada em comparação entre a *Déclaration des droits de l'Homme et du Citoyen* (1789) e a *Declaration of Independence* (1776). O documento francês afirma em seu artigo VI que “a lei é uma expressão da vontade geral”, quer dizer, a manifestação uníssona que emanaria do *le peuple* para ser tornada lei na República. Em termos teóricos, o artigo VI da declaração francesa promovia o endeusamento do povo e, da mesma forma como o colocava na origem do poder, também o tornava, pela vontade geral, a fonte da lei. É claro que a

tentativa era muito frágil e não foi sem razão que Robespierre fundou o culto ao Ser Supremo como tentativa de conferir transcendência ao novíssimo ordenamento jurídico trazido pela fundação da República. Tentativa, aliás, que terminou como um retumbante fracasso (ARENDDT, 2011b, p. 240). A mesma sobreposição entre fonte e origem não pode ser encontrada no documento americano. Os “pais fundadores” sabiam da necessidade de um absoluto e trataram de encontrá-lo apelando às “leis da natureza e ao Deus da natureza” (ARENDDT, 2011b, p.240), como encontramos na declaração de independência do EUA. Por isso, Arendt afirma (ARENDDT, 2011b, p. 241):

[...] Na teoria e na prática, mal conseguimos evitar o paradoxo de que foram precisamente as revoluções, com suas crises e emergências, que levaram os homens tão “esclarecidos” do século XVIII a pleitear uma sansão religiosa no mesmo exato momento em que estavam prestes a emancipar totalmente a esfera secular das influências das igrejas, a separar definitivamente a política e a religião.

Este apelo às “leis da natureza” enquanto sansão religiosa – aqui mais no sentido de transcendente – é bastante significativa para que possamos entender a própria concepção moderna de lei e como ela, de fato, está vinculada à experiência religiosa tão cara aos corpos políticos da era moderna. Encontramos na tradição dois conceitos de lei distintos e altamente relevantes. Cada um remonta às experiências políticas mais caras ao ocidente: a *nomos* grega que concebe a lei como limitação, cerca; e a *lex* romana cujo sentido é a relação, a ligação íntima. Nenhuma possuía qualquer conotação ou sansão divina, sendo experimentadas estritamente no campo dos assuntos humanos. No caso grego, a origem da lei não era o povo, mas um Legislador estrangeiro

que forjava as leis assim como um ferreiro forja a espada ou o escudo. Aos membros da pólis não interessava a atividade legislativa, mas a atividade política que se tornava possível pela existência de “limites” à atuação de cada um na esfera pública. Por outro lado, o direito romano não era uma atividade pré-política, nele consistia o próprio cerne da política. Uma vez que Roma foi fundada como aliança original e perpétua entre patrícios e plebeus com as famosas leis das Doze Tábuas, a constituição de alianças definia a própria ambição romana de estender a todos os países do mundo aquela “ligação” inicial. A importância de recuperar concepções tão distintas do conceito de lei aparece quando verificamos a recepção medieval e moderna da tradição greco-romana, a qual, apesar da influência sobre os autores pré-revolucionários, encontra na origem hebraica dos mandamentos a sua característica mais decisiva. O conceito de lei adentrou à modernidade entendida nos moldes do “Não farás”. Para Arendt (2011b, p.245),

Somente quando entendemos como lei um mandamento ao qual os homens devem obediência, sem ter em conta o consentimento e os acordos mútuos, é que a lei requer uma fonte transcendente de autoridade para ter validade, isto é, requer uma origem que deve estar além do poder humano.

Certamente, a conversão do próprio império romano ao cristianismo, e o seu posterior declínio, trouxe à modernidade a concepção de lei como mandamento. E, independentemente da trajetória desta tradição para o centro do direito romano, interessa aqui salientar como a exigência de um absoluto como fonte da lei pressupõe um postulado de obediência que cada lado do atlântico tentou resolver de maneira distinta. Diferente de Robespierre e sua tentativa de fundar uma “religião de estado”, os americanos recorreram à natureza

coercitiva de verdade autoevidente, isto é, ao fato observado pela modernidade de que nem Deus pode fazer com que dois mais dois não sejam quatro. Segundo Arendt, o elemento próprio do iluminismo oitocentista que aparece nos documentos fundamentais da revolução americana são as palavras de Jefferson: “Consideramos estas verdades autoevidentes”. Esta fórmula presente no preâmbulo da declaração da independência desloca a forma como os revolucionários entendiam a concepção de lei como mandamento. Quer dizer, ainda a concebiam como destino de sua obediência, o que resguardava o seu caráter “divino”; mas também deslocavam a fonte da autoridade para o acordo fundamental do ato de fundação: “*Consideramos...*”. Tais palavras, para a pensadora alemã,

[...] somam de uma maneira historicamente única a base de acordo entre os que se lançaram à revolução, um acordo necessariamente relativo porque relacionava homens que entraram em acordo, e um absoluto, a saber, uma verdade que não precisa de acordo pois, devido à sua autoevidência, ela coage sem precisar de uma demonstração argumentativa ou de uma persuasão política (ARENDRT, 2011b, p.249).

Neste sentido, os fundadores sabiam obviamente que a força da asserção “Todos os homens são criados iguais” não equivale à “dois mais dois é igual a quatro”. No entanto, mesmo esta asserção foi capaz de fundamentar a autoridade americana, isto é, dar a fonte da sua lei. Se a experiência da fundação diz respeito à criação e instalação de um novo início, a revolução americana encontrou um caminho para realizar esta tarefa sem recorrer aos fatos do passado no velho mundo ou a divindades, como pretendia o empreendimento francês.

Todavia, a solução americana trouxe perplexidades. Uma vez que a “fonte da lei” americana se funda na autoridade do

ato inaugural deste novo início, deflagrado pelo acordo das verdades “consideradas” autoevidentes, encontramos no ato de fundação o problema do início em si. Dado que, na experiência americana, o próprio início funda a “fonte da lei”, o início em si não possui fonte alguma. Por esta razão, o início rompe a sequência da temporalidade e instaura um hiato no fluxo histórico. Afinal, se manifestasse algo do passado, não seria um novo início. Deste modo,

Faz parte da própria natureza do início que ele traga em si uma dose de arbitrariedade. Não só o início não está ligado a uma sólida cadeia de causas e efeitos, uma cadeia em que cada efeito se torna imediatamente a causa de futuros desenvolvimentos, como ainda não há nada, por assim dizer, a que ele possa se segurar; é como se saísse do nada no tempo e no espaço (ARENDDT, 2011b, p. 264).

A perplexidade lógica retirada da situação que postula constituir um início absolutamente novo – a *novus ordo saeculorum* como chamavam os americanos – se deve ao fato também incontornável de que cada novo homem nascido constitui um novo início. Ainda sobre o evento da natalidade, a autora afirma: “Trata-se de um início que difere do início do mundo; não é o início de alguma coisa mas alguém que é, ele próprio, um iniciador. Com a criação do homem, veio ao mundo o próprio preceito de início” (ARENDDT, 2008, p. 190). Assim, sendo em cada revolucionário envolvido no processo de fundação um início enquanto tal, aparece a perplexidade lógica de iniciar algo absolutamente novo quando a novidade dos atores políticos constitui o próprio *locus* do ato de fundação. Para a revolução americana, esta perplexidade lógica talvez tenha aparecido pela primeira vez como um fato político, pois a experiência originária do ato de fundação em Roma constituía na realidade um ato de re-fundação, de

restauração. A origem lendária da Cidade Eterna sempre remontava ao passado mais distante, remetendo o início de Roma à Troia e sua reconstrução em novas terras após a destruição pelos gregos.

O que nos interessa aqui não é a complexidade lógica trazida pelo início, mas como este paradoxo revela uma condição elementar à cara da ação política. Como dissemos, mesmo os romanos não vivenciaram algo tão radical como os fundadores americanos pretendiam: constituir eles próprios a origem lendária, o início absolutamente novo. Sobre este círculo vicioso do início que sempre se remete ao passado, Arendt (2011b, p. 272) sugere:

O que salva o ato de iniciar de sua própria arbitrariedade é que ele traz dentro de si seu próprio princípio, ou, em termos mais precisos, que o início e o princípio, *principium* e princípio, não só estão relacionados em si, mas são simultâneos. O absoluto do qual o início há de derivar sua validade e que, por assim dizer, deve salvá-lo de sua arbitrariedade intrínseca é o princípio que faz seu aparecimento no mundo junto com ele.

É o fato de que elementos distintos mas conjugados aparecem no ato de iniciar algo novo o que permite a superação da perplexidade lógica do início, pelo menos em termos políticos. De fato, o princípio, diferente do início, define-se pela continuação, pela permanência, isto é, assim como o início começa algo novo, o “princípio inspira os atos que se seguirão e continua a aparecer enquanto dura a ação” (ARENDR, 2011b, p. 272). Portanto, o início absolutamente novo também traz consigo um novo princípio e, deste modo, tem contida sua arbitrariedade da ausência de qualquer absoluto para obedecer, já que o princípio desempenha o papel deste absoluto. No curso da revolução americana, “o princípio que veio à luz naqueles anos cruciais quando foram lançadas

as fundações – não pela força de um arquiteto, mas pelo poder somado de muitos – era o princípio da promessa mútua e da deliberação comum” (ARENDDT, 2011b, p.273).

A perplexidade lógica só pode ser solucionada, politicamente, pelo fato de que toda ação inicia algo novo inspirada em um princípio, o qual pode ou não ser novo. Esta distinção entre início e princípio e a própria consciência dela foi novidade no evento de fundação no oeste do atlântico. Se a autoridade do novo corpo político, a fonte da lei, consistia no princípio inaugurado para inspirar todas as ações de gerações futuras no seio do novo mundo iniciado pelos revolucionários de 1776, aos olhos de Arendt, apenas a continuação das “promessas mútuas” e da deliberação comum podem dar estabilidade ao poder gerado pela ação política. A efetiva continuação do início constitui o segundo problema que propusemos nesta seção: o político-institucional, a dignidade da esfera pública.

Na realidade, a solução política à perplexidade lógica do início não constituiu, ao menos no caso americano, uma solução efetiva. O paradoxo não deixou de existir, foi institucionalizado. Mais precisamente, pode-se dizer que ocorreu a transposição da perplexidade lógica para termos políticos e, sendo assim, a absorção em instituições definidas por paradoxos. Fundada a República com base nas verdades autoevidentes assinaladas na Declaração de Independência, o problema do início foi substituído pelo da durabilidade; isto é, encontrada a “fonte da lei” o desafio do novo corpo político seria atravessar efetivamente as gerações, ser duradoura. Encontrado o princípio inspirador da ação, viria o momento de prolongá-lo. Como salienta a autora, o espírito político da própria modernidade “[...] nasceu quando os homens deixaram de se satisfazer com a ideia de que os impérios surgiam e desapareciam num ciclo de mudanças eternas; é como se eles quisessem instaurar um mundo que durasse para

sempre, exatamente porque sabiam como era novo tudo o que a época estava tentando fazer” (ARENDDT, 2011b, p. 285). A conjugação de opostos¹⁴, neste caso a inovação e a preservação, constitui este espírito da política em nosso tempo como indica fortemente a observação atenta da experiência revolucionária americana. Mais profundo do que o evento específico da fundação, o espírito das revoluções aponta traços decisivos da política tal como é experimentada na modernidade, onde os opostos não se excluem mutuamente, mas constituem faces de uma mesma matéria. O ponto aqui é que realizada a tarefa da fundação, o paradoxo lógico inerente ao espírito revolucionário não foi plenamente institucionalizado; nem mesmo na razoavelmente exitosa versão americana. Pois, mesmo daquele lado do atlântico os pais fundadores teriam falhado em conferir uma instituição duradoura àquelas qualidades tão úteis para fundar a república. Retomando o binômio “fonte da lei” e “origem do poder”, era como se o segundo termo tivesse sido deixado fora do corpo político. Esta asserção não implica em dizer que o privilégio da ação política, de iniciar algo novo, fora excluído propositalmente da república. Para Arendt (2011b, p. 294):

O problema era muito simples e, formulado em termos lógicos, parecia insolúvel: se a fundação era o objetivo e o fim da revolução, então o espírito revolucionário não era apenas o espírito de iniciar algo novo, e sim o de começar algo permanente e sólido; uma instituição duradoura,

¹⁴ Como Arendt sugere, o próprio vocabulário político da modernidade está definido pela experiência revolucionária e seu paradoxo fundamental. “E a principal característica desse vocabulário moderno revolucionário é, ao que parece, o emprego constante de pares opostos – direita e esquerda, reacionário e progressista, conservadorismo e liberalismo, para citar apenas alguns casos” (ARENDDT, 2011b, p. 284).

encarnando e incentivando esse espírito a novas realizações, seria autodestrutivo. Daí infelizmente parece decorrer que *não existe ameaça mais perigosa e mais aguda contra as próprias realizações da revolução do que o espírito que as empreendeu*. Teria de ser a liberdade, em seu sentido mais elevado de liberdade de agir, o preço a pagar pela fundação?

Como bem aponta Honig, ao colocarem a “performance” (HONIG, 1995, p.135-136) da ação como o próprio princípio a ser prolongado nas instituições, um elemento de instabilidade foi colocado definitivamente no cerne das próprias instituições criadas para, antes de mais nada, durarem. A dificuldade em replicar o gestos da fundação sem paralisar periodicamente todo o corpo político e o risco de rebaixar a grandiosidade do feito originário da fundação pela sua contínua encenação colocaram em cheque a própria instituição da liberdade – liberdade aqui compreendida não como livre-iniciativa, mas como a condição propriamente política que possibilita aos homens o pleno exercício de sua capacidade de agir; algo viável dentro de espaços públicos como aqueles criados pelas instituições. Deste modo, a revolução americana “[...]tinha dado liberdade ao povo, mas falhara em fornecer um espaço onde se pudesse exercer essa liberdade. Apenas os representantes do povo, e não o próprio povo, tinham oportunidade de se engajar naquelas atividades de ‘expressar, discutir e decidir’ que, em sentido positivo, são as atividades próprias da liberdade” (ARENDRT, 2011b, p. 297). Talvez Thomas Jefferson fosse o único efetivamente preocupado com o fato de que a fragilidade dos municípios, ofuscados pelo crescimento da importância da União e dos estados, fizesse o sistema político carecer de órgãos concretos, lugares onde a liberdade política dos cidadãos pudesse ser efetivada.

A importância dos parlamentos, que cresceu a reboque da centralidade de atribuições que a própria Constituição atribuiu

aos estados e à União, veio reforçar o aspecto conservador do espírito revolucionário. Como dissemos, a expressão político-institucional do paradoxo lógico inerente ao espírito revolucionário diz respeito à dignidade da esfera política em si. Como lembra Arendt, “A alternativa tradicional entre a representação como simples substituta da ação direta do povo e a representação como um domínio popularmente controlado dos representantes do povo sobre o povo constitui um daqueles dilemas que não admitem solução” (ARENDDT, 2011b, p. 299). Em ambos os casos o poder de agir do povo estava comprometido e, em seu lugar, os seus representantes tinham apenas para si os espaços de liberdade. Ao povo, restaria apenas letargia e a indiferença provocada pelo seu afastamento dos assuntos públicos. Portanto, “por paradoxal que possa parecer, de fato foi sob o impacto da revolução que o espírito revolucionário na América começou a definhar, e foi a própria constituição, essa grandiosa realização do povo americano, que acabou por defraudá-lo de seu bem mais precioso” (ARENDDT, 2011b, p. 302).

Outro aspecto que apareceu com muito mais força nas experiências revolucionárias do velho continente foram os partidos, organizações intimamente ligadas à instituição do parlamento e à figura do representante. Antes que o período do “Terror” acometesse a revolução francesa, o país viu o florescimento espontâneo de inúmeros espaços de liberdade que surgiram com intuito de instruir e informar mutuamente aqueles que se engajavam na tarefa de sustentar e ocupar os assuntos públicos. O ímpeto centralizador dos jacobinos foi decisivo para o desaparecimento destes espaços espontâneos. Ao ascender à liderança do processo revolucionário para realizar a vontade uníssona do povo francês e, assim, resolver o problema da miséria, o governo do terror de Robespierre tentou organizar todo o povo em uma única e gigantesca *société populaire*. Esta tentativa de centralizar o espontâneo e

homogeneizar aqueles que buscavam a distinção na troca de opiniões, instrução e informação foi bem sucedida. Afinal, da mesma forma como as associações eram espontâneas, também eram frágeis diante do aparato gigantesco do Estado. Centralizar a organização popular em torno do Estado significou a sua submissão às disputas internas do parlamento onde as pessoas não eram bem vindas para trocar opiniões, mas eram massas posicionadas – ao lado de fora do parlamento na realidade – para pressionar as facções parlamentares umas contra as outras. Estas facções deram origem ao moderno sistema partidário e, portanto, possuem no parlamento sua própria razão de existir; isto é, o moderno sistema partidário é a expressão da representação, a forma institucionalizada do paradoxo revolucionário que levou à mitigação da liberdade.

Por fim, resta reforçar que o modelo partidário e de representação é expressão do espírito político da época moderna. Fenômenos de revoltas espontâneas, como os observados em junho de 2013, constituem apenas um exemplo de como o enfraquecimento da relação de autoridade das instituições com a sociedade pode levar à inversão do quadro letárgico provocado pelo regime representativo. A perplexidade do início, que agora poderíamos formular nos termos de uma tensão entre o novo e o princípio mantenedor das instituições, demonstra como a democracia representativa é, por definição, incapaz de absorver as iniciativas oriundas do seio da sociedade. Por outro lado – e este me parece o ponto realmente inquietante nas considerações sobre os paradoxos do espírito político moderno –, as tentativas de “ganhar” as instituições e transformá-las conforme o ordenamento jurídico e princípios políticos vigentes esbarram no fato de que o absolutamente novo deve, por definição, ficar “fora” do

corpo político fundado para permanecer, para durar, não para sofrer transformações. Como conclui Arendt (2011b, p.312),

Acostumamo-nos tanto a pensar na política interna em termos de política partidária que tendemos a esquecer que o conflito entre os dois sistemas [a autogestão e o representativo] sempre foi, na verdade, um conflito entre o parlamento, fonte e sede do poder do sistema partidário, e o povo, que entregou o poder a seus representantes; por mais que um partido, ao decidir tomar o poder e instaurar uma ditadura monopartidária, possa se aliar às massas nas ruas e se volte contra o sistema parlamentar, ele nunca pode negar que sua origem está na luta de facções do parlamento e, portanto, continua a ser um corpo que aborda o povo a partir *de fora e de cima*.

Referências

ARENDRT, H. *A condição humana*. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Forense Universitária, 2008.

_____. Compreensão e política. In: _____. *Compreender: formação, exílio e totalitarismo*. Belo Horizonte/São Paulo: UFMG e Cia das letras, 2002.

_____. O que é autoridade?. Em: *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2011a.

_____. *Sobre a Revolução*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Cia das Letras, 2011b.

_____. *Sobre a violência*. Trad. André Duarte. Rio de Janeiro: Civil. Bras, 2011c.

_____. Totalitarian Imperialism: Reflexions on the Hungary Revolution. In: _____. *The Journal of Politics*, vol. 20, n. 1. (Feb., 1958).

BERMAN, Marshal. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. A aventura da modernidade. 9 ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CAETANO, K.; MURTA, C. Entre maio 68 e junho de 2013: a exacerbação do sintoma. *Em. SINAIS*, n. 16, Dez/2014. Disponível em:

<<http://www.periodicos.ufes.br/sinais/article/view/9010/6391>>. Acesso em 19 set 2013.

DATAFOLHA. *Aprovação a governo Dilma Rousseff cai 27 pontos em três semanas*. Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2013/06/1303659-aprovacao-a-governo-dilma-rousseff-cai-27-pontos-em-tres-semanas.shtml>>. Acesso em 19 out 2013a.

_____. *Avaliação de Alckmin, no Estado, e Haddad, na capital, sofre queda*. Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2013/07/1304326-avaliacao-de-alckmin-no-estado-e-hadda-na-capital-sofre-queda.shtml>>. Acesso em 19 out 2013b.

_____. *Paulistanos aprovam protestos, mas rejeitam vandalismo e tarifa zero*. Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2013/06/1295431-paulistanos-aprovam-protestos-mas-rejeitam-vandalismo-e-tarifa-zero.shtml>>. Acesso em 10 de novembro de 2013c.

FOLHA DE SÃO PAULO. *Agentes do Caos*. Folha de São Paulo. São Paulo, 15 jun, 2013b.

_____. *Retomar a Paulista*. Folha de São Paulo. São Paulo, p. 2, 13 jun. 2013a.

GARCIA, J. CARVALHO, M. *Em dia de maior repressão da PM, ato em SP termina com jornalistas feridos e mais de 240 detidos*. Disponível em:

<<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/06/13/em-dia-de-maior-repressao-da-pm-ato-em-sp-termina-com-jornalistas-feridos-e-mais-de-60-detidos.htm>>. Acesso em 17 Out 2013.

GUÉRIN, D. *Rosa Luxemburgo y la espontaneidad revolucionaria*. Buenos Aires: Utopía Libertária, 1973.

HONIG, B. Toward an agonistic feminism. In: HONIG, B. *Feminist Interpretations of Hannah Arendt*. Pennsylvania: Pennsylvania State University Press, 1995.

IBOPE. Veja pesquisa completa do Ibope sobre os manifestantes. Disponível em:

<<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/veja-integra-da-pesquisa-do-ibope-sobre-os-manifestantes.html>>. Acessado pela última vez: 20 de novembro de 2013.

LÊNIN, V. I. *Relatório sobre a Revolução de 1905*. Trad. José André Lôpez Gonçâlez. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/lenin/1917/01/22.htm>>. Acesso em 19 out 2013.

LUXEMBURGO, R. *A Revolução Russa*. Trad. Isabel Maria Loureiro. Ed. Vozes. Petrópolis, 1991.

MPL. *Quem Somos*. Disponível em: <<http://www.mpl.org.br/>>. Acessado em: 17 Out 2013.

ORTELLADO, P. Dois anos depois: afinal, era por vinte centavos?. Disponível em:

<http://brasil.elpais.com/brasil/2015/01/15/opinion/1421362752_961392.html>. Acesso em 10 Dez 2015.

SINGER, A. Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas. *Novos Estudos*, nº 97. Nov/2013.

Estratégias afirmativas e transformativas de combate à desigualdade: o caso das cotas na universidade pública brasileira

Yara Frateschi¹

O tema das cotas sociais e raciais nas universidades públicas brasileiras provocou intenso debate, que se intensificou a partir dos anos 2000. Trata-se, neste texto, de avaliar os termos desse debate, principalmente no que diz respeito às divergências com relação à melhor estratégia de correção da desigualdade no acesso de jovens às instituições públicas de ensino superior. Pretendo apresentar dois argumentos a favor da estratégia afirmativa de reserva de vagas com recorte social e racial. Embora as cotas sejam uma solução precária, pois incapaz de atingir imediatamente a origem do problema, elas se justificam pelo fato de que os jovens pobres e negros (e também os indígenas) se encontram em situação flagrante de desvantagem em todos os níveis de escolaridade. A ação afirmativa é uma medida urgente que ataca um problema grave de exclusão. Nesse sentido, defenderei que não se deve recusá-la *em nome* de políticas efetivamente transformativas, como a melhoria da escola pública². Nesse caso específico, as duas estratégias – a

¹ Professora de filosofia da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.

² Utilizo aqui a distinção entre remédios afirmativos e transformativos, tal como estabelecida por Nancy Fraser: “por remédios afirmativos para a injustiça entendem-se remédios voltados para a correção de resultados indesejáveis de arranjos sociais sem perturbar o arcabouço que os gera. Por remédios

afirmativa e a transformativa (as cotas e a melhoria do ensino público desde o nível básico) – são complementares. Mas há ainda um outro argumento a favor das cotas: embora a estratégia afirmativa baseada em discriminação positiva seja de certo modo precária, dependendo do contexto e do modo da sua implementação, ela pode ter um efeito transformador. Se os dois argumentos se sustentam, as cotas se justificam como política de combate à exclusão, uma medida de justiça a ser adotada por *todas* as universidades públicas brasileiras, não apenas nas federais.

Ressalvo que não me ocuparei aqui do argumento neoliberal que recusa as cotas porque a suposta qualidade da universidade pública depende da livre concorrência e do mérito individual e que defende que as cotas ou quaisquer ações afirmativas introduzem o privilégio e ferem o princípio constitucional da igualdade. O argumento de que as cotas prejudicam a qualidade do ensino e incentivam a mediocridade se vê contestado por uma série de pesquisas realizadas pelas próprias universidades, que mostram que o desempenho dos alunos cotistas ou favorecidos por outras ações afirmativas é semelhante ou até mesmo superior ao dos não cotistas. Isso basta, por ora, para desmerecer o argumento neoliberal, não apenas porque é contestável no que diz respeito à suposta queda de qualidade do ensino, mas também porque parte do princípio da igualdade e da livre concorrência quando não há condições materiais e objetivas para a livre

transformativos, em contraste, entendem-se remédios orientados para a correção de resultados indesejáveis precisamente pela reestruturação do arcabouço genérico que os produz” (FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. In SOUZA, Jessé (Org). *Democracia hoje*. Novos desafios para a teoria política contemporânea. Brasília, UNB, 2001, p.265-6).

concorrência. Portanto, descarto o argumento porque ele serve apenas para perpetuar desigualdades.

Me interessam neste texto outros dois argumentos conflitantes, principalmente em torno da questão das cotas raciais. Um deles é favorável às cotas por entender que o racismo vigente no Brasil impede a livre concorrência e, além do mais, torna a situação escolar do negro pobre ainda mais penosa do que a do branco pobre. O outro é contra as cotas raciais, embora muitas vezes favorável às cotas sociais, isto é, voltadas para a população de baixa renda sem recorte racial, portanto. Em geral, os favoráveis a este tipo de ação afirmativa entendem que as cotas raciais não são uma boa solução porque reforçam ao invés de combater o racismo, porque tendem a promover a bipolarização racial e o aumento da tensão inter-racial, sobretudo nas camadas menos favorecidas da população, além de prejudicar os brancos pobres sem afetar em nada a elite branca.

Peter Fry, um autor chave dessa linha de crítica às cotas raciais, entende que estas representam uma ruptura com a tradição a-racista brasileira e com a forte ideologia que define o Brasil como o país da mistura (ou hibridismo, nas palavras de Gilberto Freyre), além de romper com o a-racismo e o anti-racismo da Constituição de 1988: “as ações afirmativas implicam, evidentemente, imaginar o Brasil composto não de infinitas misturas, mas de grupos estanques: os que têm e os que não têm direito à ação afirmativa, no caso em questão, “negros” e “brancos” (MAGGIE; FRY, 2004, p. 68). Aliado a outros autores³, Fry defende que não se pode combater o racismo celebrando a “raça” e que a melhor solução para

³ Cf. DURHAM, E. Desigualdade educacional e cotas para negros nas universidades. *Novos Estudos Ceprab*, n. 66, julho de 2005. AZEVEDO, Célia M. M. Cota racial e Estado: abolição do racismo ou direitos de raça?. *Caderno de Pesquisa*, vol. 34, n. 121, 2004.

combater toda sorte de desigualdades educacionais no Brasil é a melhoria do ensino público fundamental e médio. Este argumento tende a favorecer políticas públicas mais *transformativas* do que *afirmativas*, na medida em que estas últimas teriam o defeito de promover diferenciações entre grupos, congelar identidades, causar hostilidade e dificultar reagrupamentos futuros (FRASER, 2001, p. 270-1). Nesse sentido, a proposta da melhoria do ensino público fundamental e médio para *todos* apresenta-se como uma medida de caráter universalista e sem recorte racial, com mais alcance para transformar a condição de desigualdade sem gerar os efeitos colaterais de uma ação meramente afirmativa.

É importante notar, para os meus objetivos aqui, que este argumento contra a política da diferença (que defende que não se combate o racismo reforçando a raça) surge em resposta a um argumento favorável às cotas raciais construído a partir de uma crítica contundente ao universalismo. Nota-se, aliás, que boa parte do debate brasileiro em torno da questão das cotas é um embate explícito ou implícito entre “universalistas” (contra as cotas raciais) e críticos do universalismo (favoráveis às cotas raciais). Estes últimos costumam identificar “universalismo” com “cinismo”, perpetuação da desigualdade e desatenção injustificada ao racismo. Como diz Ricardo Henriques, defensor ativo das cotas raciais:

Nosso desafio é romper com a matriz republicana francesa. Todos nós fomos culturalmente educados e a grande maioria estudou numa base dessa grande matriz francesa universalista, que acha que o imperativo da igualdade é a melhor matriz para fazer qualquer intervenção, tratando todos por iguais. Esta é a estratégia mais cínica de lidar com o problema. (HENRIQUES, 2002)

Ainda nessa linha de raciocínio, alguns autores identificam a tradição universalista, porque necessariamente formalista, como um obstáculo à implementação de políticas que visam a inclusão imediata. Mesmo quando admitem que a universalidade é característica essencial dos direitos humanos, sustentam (apoiados em Chantal Mouffe, por exemplo) que “a universalidade normativa seria a característica que mais excluiria certos grupos que teriam nesses instrumentos [de discriminação positiva] a efetivação da igualdade substancial e o idealismo de concretização democrática” (AGOSTINHO; BREGA, 2011, p. 458). Nota-se, assim, uma relação entre a acusação do caráter paradoxal do universalismo e a defesa da adoção de cotas raciais, sendo que o paradoxo consiste na afirmação da democracia e da igualdade e, ao mesmo tempo, na incapacidade de efetivá-las universalmente, o que exigiria a adoção de ações afirmativas de correção. Este tipo de argumento encontra apoio na tese exaustivamente repetida de que o universalismo é, na verdade, um “mecanismo de exclusão”⁴.

Um forte argumento contra as cotas raciais é o de que elas incentivam o racismo ao invés de combatê-lo e, com isso, introduzem conflitos na sociedade que deveriam ser evitados. Ou seja, elas fortalecem justamente aquilo que pretendem combater. Essa posição está teoricamente alinhada com a ideia de que políticas públicas mais universalistas não apenas são mais eficientes e transformadoras em longo prazo – porque atacam na raiz a causa das diversas formas indesejáveis de

⁴ Cf. Esta é a conclusão de Luis Otávio Vincenzi Agostinho e Vladimir Brega Filho, ao fazerem uso da teoria da democracia de Chantal Mouffe para avaliar o caso das ações afirmativas e cotas raciais no Brasil. Segundo os autores, a exaltação da universalização da igualdade é acompanhada da recusa de atos estatais para a implementação de medidas de inclusão social.

exclusão –, mas também porque são mais propícias a fomentar a solidariedade do que as políticas voltadas apenas para certos grupos (BENHABIB, 2002, p.76). No caso específico do Brasil, observamos um alinhamento dessa posição com uma visão do Brasil (outroira diríamos “da formação do povo brasileiro”) como um país de imensa heterogeneidade racial, algo que deve ser valorizado e não minado com a separação artificial da população em duas categorias: brancos e negros. As cotas raciais contrariam “a evidência gritante da imensa heterogeneidade racial da população brasileira” (DURHAM, 2003, p. 6). Se as políticas universalistas (como a melhoria do ensino fundamental e médio) são mais adequadas, é justamente porque elas preservam esse hibridismo ao invés de combatê-lo e, com isso, pode-se ter a “democracia racial” como um horizonte a ser perseguido e um objetivo a ser conquistado, o que, de outro modo, estaria minado com a intensificação da separação e até mesmo a segregação entre brancos e negros. Isso não significa absolutamente recusar que o racismo existe no Brasil e tampouco afirmar que vivemos uma “democracia racial”. Valorizar a mestiçagem não significa tomá-la como algo pacífico numa sociedade que supostamente não carregaria traços profundamente racistas. Significa, isso sim, apostar na constituição de uma “auto-identificação positiva por parte dos brasileiros com a mestiçagem e com a matriz luso-africana da cultura nacional” (DURHAM, 2003, p.7). Isso requer, certamente, a valorização e o reconhecimento da contribuição africana para a formação da cultura brasileira (algo por se fazer), sem abrir mão, contudo, do universalismo como princípio (que afirma o respeito à dignidade das pessoas a despeito da cor da pele) e como orientador de políticas públicas de combate à desigualdade (que, no caso da educação, exige a educação de qualidade para todos). O universalismo seria, em suma, muito mais condizente com uma sociedade complexa e misturada, embora profundamente desigual.

Do outro lado, os favoráveis às cotas raciais argumentam, em geral, que não são as cotas que criam o racismo, pois ele já existe. Tampouco as cotas minam a solidariedade, pois ela ainda não existe. Não se trata, aqui também, de desvalorizar ou negar a realidade de uma população misturada, mas de destacar que as cotas não apenas trazem à tona o racismo velado (é ação de um Estado que admite a realidade do racismo), como também são um instrumento de valorização do negro e da cultura negra e, do ponto de vista mais imediato, resolvem o problema da inclusão dos negros no ensino superior, sem adiá-lo ainda mais para o futuro. Essa posição está teoricamente alinhada com políticas de afirmação cultural, as quais, em geral, entendem que as soluções mais universalistas não são capazes de confrontar com a intensidade e a rapidez necessárias as práticas de exclusão. No caso específico do Brasil, observamos um alinhamento dessa posição com uma visão do país que ressalta menos o seu hibridismo e mais o seu conservadorismo, elitismo branco e racismo. Quando é este o aspecto que ganha destaque, as cotas aparecem como um bom remédio justamente porque desmascaram o mito de uma sociedade não racista assim como o mito do universalismo numa sociedade que é profundamente desigual e injusta. E mais, mesmo sem negar e tirar a importância da exclusão do branco pobre, o que as cotas raciais fazem é reconhecer que, numa sociedade racista como a brasileira, a vida do negro pobre é mais dura e encontra mais obstáculos à plena realização do que a do branco pobre.

Antes de prosseguir na análise dos termos deste debate, vale recordar dois momentos institucionais, que se deram em resposta à entrada dessa pauta na agenda pública brasileira. Em 2012, o Supremo Tribunal Federal julgou ação movida pelo partido político Democratas contra as cotas raciais e decidiu, por unanimidade, que as políticas de cotas raciais nas universidades estão de acordo com a Constituição e são

necessárias para corrigir o histórico de discriminação racial no Brasil. No mesmo ano, o Congresso Nacional aprovou e a presidência da república sancionou a chamada Lei de Cotas⁵. Esses dois eventos evidenciam que, naquele contexto, os três poderes da esfera pública oficial no nível federal (o executivo, o legislativo e o judiciário) estavam de acordo a respeito da constitucionalidade das cotas, recusando, portanto, o argumento de que elas ferem o princípio da igualdade previsto na Constituição. Isso indica uma mudança muito significativa no comportamento dos poderes da esfera pública oficial com relação ao problema do racismo velado ou institucionalizado no Brasil. Contudo, é preciso entender esse momento institucional e constitucional como o resultado de um processo que se inicia com a organização da sociedade civil, como o desdobramento de um longo processo que envolve ação no âmbito da esfera pública não oficial, que tornou possível contestar formas arraigadas de privilégio e hierarquia, pressionar o Estado e, ao mesmo tempo, estabelecer canais de diálogo com ele. Trata-se, portanto, do resultado de um processo marcado por intensas reivindicações da sociedade brasileira e aparece como resposta do Estado às demandas sociais que entraram na agenda pública graças à pressão da sociedade civil e dos movimentos sociais organizados (LIMA, 2010). Em suma, concordemos ou não com a solução por cotas, ela deve ser entendida como resultante de um processo democrático que envolve intensamente a sociedade civil em uma pluralidade de organizações, assim como o acolhimento de suas demandas pelo STF, pelo congresso nacional e pelo governo federal, democraticamente eleitos. Vale mencionar ainda que as decisões desses poderes foram tomadas de acordo com a lei e com os procedimentos democráticos. Desse amplo

⁵ No Senado, o projeto foi aprovado com um único voto contrário do senador Aloysio Nunes (PSDB-SP).

debate - que envolveu posições favoráveis e contrárias às cotas e com argumentos sensivelmente distintos - prevaleceu a posição favorável à adoção das cotas sociais com reserva de vaga para negros e índios.

Até aqui procurei reconstruir brevemente e com um recorte bem parcial uma parte do debate público que antecedeu a Lei de Cotas. No que segue, pretendo avaliar as duas posições e fornecer elementos para uma reflexão sobre a política de cotas sociais e raciais levando em consideração o seu aspecto afirmativo e também o seu potencial transformador. Para tanto, parto do princípio de que uma posição democrática que, num plano mais geral, valoriza a ampliação da esfera pública, que valoriza a inclusão democrática, a justiça social e política, que defende a ampliação dos espaços deliberativos e o combate à dominação, não pode se furtar ao questionamento e à avaliação das dificuldades reais para a democratização da nossa democracia. Em outras palavras, uma teoria que vê a democracia não apenas a partir do seu aspecto formal, mas também a partir das contradições e dos obstáculos reais e materiais para a ampliação da cidadania, não pode se furtar à questão da *efetivação da igualdade*. Do mesmo modo, uma posição universalista que não se propõe à consideração contextualista do particular e das formas específicas de dominação não pode ser adequada a uma teoria da democracia que não encara a igualdade apenas do ponto de vista formal, mas quer vê-la realizada. Isso implica, no caso em questão, uma avaliação das condições efetivas para a promoção da igualdade no sistema educacional brasileiro, mais especificamente (e de maneira mais limitada) a igualdade de acesso à universidade pública. E o primeiro dado a se considerar é que os pobres⁶ em geral e os negros em particular

⁶ Que se tome, por exemplo, o acesso à educação das crianças de 4 a 6 anos: no grupo dos mais ricos, a frequência é de 93,6%, enquanto

estão em posição desfavorável em *todos* os níveis de escolaridade.

De acordo com o Relatório da Iniciativa Global pelas Crianças Fora da Escola de 2012 – uma proposta da Unicef em parceria com a Campanha Nacional pelo Direito à Educação – do total de crianças excluídas da escola, a maioria é negra e parda: na faixa de 4 a 6 anos, 19,9% estão fora da escola⁷. Outros dados relevantes: a média de anos de estudo da população negra é de 6,7 anos, ante 8,4 anos da população branca; entre a população negra de 15 ou mais anos de idade também há mais analfabetos (13,4%) do que entre a população branca (5,9%), embora a redução da taxa tenha sido mais rápida para os negros (em média 0,76 ponto percentual ao ano) do que para os brancos (0,27 ponto percentual ao ano). A conclusão do documento é a de que a *discriminação racial* é uma das principais barreiras que as crianças e os adolescentes brasileiros enfrentam para ter garantido seu direito à educação. Dados da Relatoria Nacional do Direito Humano à Educação, explicitados no documento “Educação e Racismo no Brasil”, também indicam que a discriminação afeta a escolaridade. Enquanto 70% das crianças brancas conseguem concluir o Ensino Fundamental (que vai do 1º ao 9º ano), somente 30% das negras chegam ao final dessa etapa (INEP, 2007). Além disso, um adolescente negro de 12 a 17 anos tem 42% a mais de chance de estar fora da escola do que um branco na mesma faixa etária. Também há diferença muito

no dos mais pobres é de 75,2% (dados de 2011). Enquanto 31,3% dos jovens de 15 a 17 anos do grupo mais pobre cursa o Ensino Médio, entre os mais ricos a taxa é de 72,5%. Ou seja, o acesso dos adolescentes mais ricos ao Ensino Médio é mais de duas vezes maior que o dos mais pobres.

⁷ Cf. Comunicado nº 66 Pnad 2009 – Primeiras análises: Situação da educação brasileira – avanços e problemas, do Ipea.

significativa no acesso ao Ensino Médio entre brancos e negros: 60,3% ante 43,5%.

No que diz respeito ao ensino superior, em primeiro lugar, deve-se registrar que o acesso às universidades é um bem escasso no Brasil: em 2011, apenas 17,6% dos jovens entre 18 e 24 frequentavam ou haviam concluído o ensino superior de graduação (Censo de 2011). Soma-se a isso que o ingresso é marcado por uma injustiça flagrante, pois, em geral, os estudantes que cursam o ensino fundamental e médio em escolas públicas de baixa qualidade ingressam com muito mais frequência no sistema privado de ensino superior de baixa qualidade, ao passo que os estudantes que cursam o ensino fundamental e médio nas escolas privadas de boa e alta qualidade ingressam no sistema público e gratuito de ensino superior de excelência. A lógica é simples e perversa: uma vez que o ingresso nas universidades é condicionado a exames de admissão que tendem a ser mais rígidos nas instituições públicas de ensino superior, os alunos com formação escolar precária (justamente os que vêm da escola pública) são barrados e conduzidos às instituições privadas, menos exigentes e piores, entre outras coisas porque regidas pelos imperativos do lucro. Os dados do Censo de 2011 revelam que 74% das matrículas de graduação estão no setor privado, enquanto o setor público responde por apenas 26%.

Desde o início dos anos 2000, uma série de iniciativas do governo federal tem contribuído para o aumento do número de matrículas em instituições públicas e privadas e para a redução das desigualdades do ensino superior: o ProUni (Programa Universidade para Todos), o Fies (Programa de Financiamento Estudantil), o Reuni (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), entre outros. Além disso, o número de vagas nas instituições federais dobrou entre 2003 e 2011 e diversas universidades públicas (federais e estaduais também)

passaram a adotar políticas de ação afirmativa voltadas para o ingresso de estudantes de baixa renda e/ou negros (pretos e pardos) e indígenas. A adoção dessas políticas teve resultados importantes. Chamo atenção para alguns deles. De 1997 a 2011, a parcela de jovens de 18 a 24 anos que frequentavam ou haviam concluído o ensino superior de graduação aumentou de 7,1% (1997) para 17,6%. A participação dos jovens de 18 a 24 anos que integram o grupo dos 20% com menor rendimento da população também cresceu: em 1997 apenas 0,5% de jovens dessa faixa de renda frequentavam cursos de graduação. Em 2004, essa proporção era de 0,6% e em 2011 este número subiu para 4,2%. Nota-se, entretanto, que embora a velocidade do crescimento seja grande, a desigualdade ainda persiste: a proporção dos jovens de 18 a 24 anos do grupo dos 20% com maior renda na população passa de 22,9% para 47,1%. Outro dado relevante é que o número de estudantes negros (soma de pretos e pardos pela metodologia do IBGE) aumentou mais do que 4 vezes entre 1997 e 2011: entre os jovens de 18 a 24 anos, a proporção de jovens negros passa de 4% em 1997 para 19,8% em 2011. *No entanto, cerca de 80% dos jovens negros ainda não têm acesso ao ensino superior*⁸. De acordo com outra fonte (Relatoria Nacional do Direito Humano à Educação), de 1976 a 2006, o percentual de pessoas brancas com diploma universitário aos 30 anos de idade passou de 5% para 18%, e o percentual de pessoas negras na mesma situação foi de 0,7% para 4,2%⁹.

⁸ Para estes dados, conferir “Ações afirmativas e inclusão: um balanço”. Cadernos do GEA, n. 2, jul-dez. 2012.

⁹ Um exemplo absolutamente alarmante: em 2013, as três carreiras mais concorridas do vestibular da USP (Universidade de São Paulo) não tiveram alunos pretos matriculados no 1º ano. Juntos, os cursos de Medicina, Engenharia Civil e Publicidade e Propaganda matricularam 369 alunos, segundo a Fuvest (Fundação Universitária para o Vestibular). Desses, 78,3% se declararam

Estes dados evidentemente falam a favor das ações afirmativas com recorte social e também racial¹⁰. Como eu mencionei anteriormente, uma série de medidas, com destaque para as implementadas pelo governo federal, vem tentando combater essa situação precária e de profunda desigualdade no ensino superior desde o começo dos anos 2000; mais recentemente, em 2012, foi promulgada pelo Congresso Nacional e sancionada pela presidenta Dilma Rousseff a chamada “Lei de Cotas”, que regulamenta o ingresso nas instituições federais de ensino. A lei dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e determina que até 2016 as instituições federais de educação superior reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Dessa cota, 50% (ou seja, 25% do total) deverão ser reservadas aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo per capita. Ainda destes 50%, deverão ser reservadas vagas para autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual a de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição,

brancos, 9,5% são pardos e 11,9%, amarelos. Esta unidade da federação tem cerca de 44 milhões de habitantes, sendo que 5,5% (em 2010) se autodeclararam pretos, ou seja, há cerca de 2,2 milhões de pretos em São Paulo, mas nenhum matriculado nas carreiras mais concorridas da USP.

¹⁰ Concordo plenamente com Lincoln Frias, que defende que as cotas raciais não se justificam por causa da escravidão, mas sim por causa da desigualdade. (Cf. FRIAS, L. As cotas raciais e sociais em universidades públicas são injustas?. *Direito, Estado e Sociedade*, n. 41, p. 130-156, jul-dez 2012).

segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Deve-se atentar para um aspecto importante: a lei em questão tem, antes de tudo, um recorte social e econômico. As vagas reservadas são para estudantes oriundos da escola pública e de baixa renda, o que significa que o Estado brasileiro está reconhecendo a perversidade do sistema educacional e a baixa qualidade da escola pública como impedimentos para o ingresso de estudantes pobres na universidade pública. Mas não só isso: a reserva de vagas para jovens pobres e negros é fruto do reconhecimento por parte do Estado de que a injustiça é fruto não apenas da má distribuição de renda, mas tem também um componente racial.

Uma vez que as crianças e jovens negros estão em posição desfavorável em relação aos brancos em todos os níveis de escolaridade, a reserva de vagas para negros pobres nas universidades se justifica em nome da correção mais imediata dessa desigualdade. Certamente trata-se de uma medida afirmativa que, enquanto tal, não é capaz de atacar imediatamente as causas mais profundas e estruturais da desigualdade entre brancos e negros. Nesse sentido, trata-se de uma solução precária e insuficiente, pois se os negros estão em posição desfavorável em todos os níveis de escolaridade, não basta garantir o seu acesso à universidade, mas é preciso garantir o seu acesso ao ensino fundamental e médio de qualidade. Em suma, a desigualdade social e racial na educação só será combatida estruturalmente pela efetiva melhoria da qualidade do ensino público básico, fundamental e médio e com o combate ao racismo de maneira mais ampla. A política de cotas com recorte racial e social (que é uma política de discriminação positiva) visa um objetivo que só pode ser ampla e solidamente alcançado com uma política universalista de melhoria da educação para todos os brasileiros e brasileiras ou residentes no Brasil. Os remédios transformativos são

preferíveis justamente porque, diferentemente dos afirmativos, não atacam apenas os resultados injustos, mas atingem as estruturas sociais subjacentes que os causam.

No entanto, o argumento da precariedade e das possíveis contradições dessa política de ação afirmativa não são razão suficiente para recusá-la nesse momento, levando em consideração que as cotas efetivamente têm proporcionado alguma (tímida, porém significativa) correção dessa injustiça com forte componente material e também racial. O problema é urgente e a ação afirmativa responde a essa urgência. Se temos os recursos disponíveis, não há como defender que a melhor solução é que os negros sejam, quem sabe, integrados ao ensino superior daqui a duas, três ou quatro gerações; e isso se de fato a melhoria do ensino fundamental e médio (e o combate sistemático ao racismo) for incorporada com intensidade não apenas à agenda de debates, mas à política para educação básica em nível municipal, estadual e federal.

Deve-se levar a sério o argumento de que as cotas raciais podem ter o efeito nefasto de reforçar o racismo. Toda e qualquer política de ação afirmativa tem um caráter eminentemente paradoxal, dado que pretende promover a igualdade através da diferença. Isso significa que o tiro pode sim sair pela culatra, na medida em que é perfeitamente possível pensar que o seu resultado seja o oposto do pretendido. Por isso, o Estado e a sociedade devem entender essa complexidade e avaliar os seus efeitos permanentemente, inclusive no que diz respeito ao prejuízo da solidariedade. Esse aspecto denuncia a precariedade das cotas mais uma vez e indica que elas não serão capazes de resolver o problema e deverão ser complementadas com outras medidas de combate ao racismo. No entanto, cabe perguntar se é possível esperar que mudanças que tenham o potencial de alterar as relações sociais em sociedades profundamente desiguais e racistas sejam implementadas sem conflito e algum grau de

hostilidade. A pergunta se coloca com ainda mais pertinência a respeito do conflito de classe. Dado que a Lei de Cotas tem recorte racial e social, ou seja, discrimina positivamente negros e brancos pobres, é muito provável que a sua implementação – ainda mais se ela vier a atingir também as universidades estaduais paulistas – gere reação adversa das elites. Não me parece, contudo, que haja outro caminho senão confrontá-las com políticas públicas de combate à desigualdade, afinal, nada indica que cederão de bom grado.

Assim sendo, proponho que a distinção entre remédios afirmativos e transformativos não seja usada, nesse caso, para justificar a recusa da ação afirmativa em nome de uma solução mais estrutural e efetivamente transformadora. Em primeiro lugar porque isso pode levar ao beco sem saída da inação, principalmente se admitirmos, como deve ser o caso, que transformações estruturais são mais difíceis, lentas e exequíveis apenas em circunstâncias pouco usuais nas sociedades capitalistas (e racistas). Em outras palavras, embora sejam preferíveis em princípio, as estratégias transformativas enfrentam impedimentos reais. Se as estratégias transformativas devem estar no nosso horizonte orientando a luta política, nem por isso, no caso em questão, elas excluem as estratégias afirmativas e mais imediatas. Admitir isso não significa, entretanto, sacrificar o princípio em nome do “realismo”. Apresento, aqui, o meu segundo argumento a favor dessa ação afirmativa. Embora haja uma diferença clara entre a estratégia afirmativa e a transformativa, ela não é absoluta, mas contextual. Como aponta acertadamente Nancy Fraser, “reformas que parecem ser afirmativas em abstrato, podem ter efeitos transformativos em alguns contextos se elas forem implementadas de maneira consistente e radical”. Podemos pensá-las como “reformas não-reformistas” se, em certos contextos de implementação, elas forem capazes de colocar em

movimento uma trajetória de mudanças na qual reformas mais radicais se tornem viáveis¹¹. Isso não implica, obviamente, perder o horizonte das mudanças estruturais e tampouco abandonar pretensões universalistas. Significa, ao contrário, reconhecer que estratégias afirmativas podem ter consequências positivas para lutas futuras porque elas podem, dependendo do modo de implementação e do contexto, provocar mudanças maiores do que aquelas que elas visavam inicialmente. A inclusão dos jovens negros na universidade por ação afirmativa pode ter o efeito de uma reforma não-reformista: mais do que resolver o problema imediato do seu acesso ao ensino superior (o que já não é pouco), essa estratégia pode contribuir para mudanças mais radicais e transformadoras, sobretudo para as próximas gerações.

Essa revisão no modo de pensar remédios afirmativos e transformativos permite também que a defesa das cotas seja feita de uma perspectiva universalista. Se as cotas forem capazes de criar condições para lutas futuras e tiverem o efeito cumulativo de transformar as estruturas subjacentes que geram injustiça, então elas se configuram como remédio capaz de contribuir para a *efetiva universalização* da justiça. Portanto, a defesa dessa ação afirmativa não me leva absolutamente a aderir ao anti-universalismo que normalmente embasa o argumento favorável às cotas raciais. Ao contrário, o meu argumento se constrói dentro de uma perspectiva universalista e pretende reforçá-la. O que privou os negros e

¹¹ Notar que em *Redistribution and Recognition* (2003) Nancy Fraser modifica a sua estratégia inicial de distinguir remédios afirmativos e remédios transformativos incluindo a via media da *nonreformist reform*, ideia que ele empresta de Andre Gorz. Conferir também “Global Justice and the Renewal of the Critical Theory Tradition”, in ROCKHILL, G. & GOMEZ, M. *Politics of Culture and the Spirit of Critique*. New York: Columbia University Press, 2011.

os pobres do acesso à educação, à cultura e aos ganhos da civilização no Brasil não foi o suposto universalismo enraizado na cultura brasileira branca e eurocêntrica, mas o conservadorismo, o racismo e a ganância material das nossas elites. Não foi a “nossa” suposta adesão aos ideais da Revolução Francesa e do Iluminismo que “nos” tornou racistas e fez cindir a sociedade brasileira de tal modo a nos tornarmos um dos países mais desiguais do mundo. O argumento inspirado em Chantal Mouffe de que o universalismo é inerentemente cínico e intrinsecamente incapaz de considerar o particular e a diferença tende a jogar a criança com a água do banho e a reforçar uma visão maniqueísta e excessivamente simplória do universalismo e da própria modernidade. O combate das mais diversas formas de dominação é reforçado e não minado pela exigência universalista de considerar o outro como indivíduo portador dos mesmos direitos e deveres que atribuímos a nós mesmos e cuja dignidade moral não se constitui pelas suas particularidades, mas pelo que nós temos em comum enquanto seres capazes de discurso e ação. Essa perspectiva pressupõe as experiências igualitárias da modernidade. Nada disso implica, entretanto, a desconsideração necessária das particularidades, das diferenças e dos contextos. Ao contrário, o universalismo concreto requer, ao mesmo tempo, que consideremos o outro como particular e situado, isto é, como um indivíduo com uma história e com uma identidade individual e coletiva¹². Estes dois pontos de vista – o do outro generalizado e o do outro concreto – não são excludentes, mas complementares quando entendemos que o universalismo é

¹² Para a distinção e complementariedade entre o outro generalizado e o outro concreto, conferir: BENHABIB, Seyla. *Situating the self. Gender, community and postmodernism in contemporary ethics*. New York, Routledge, 1992, capítulo 5.

uma “aspiração, um alvo moral pelo qual lutar e não um fato ou uma descrição do mundo como ele é” (BENHABIB, 2012, p. 70). O problema é que ainda não somos universalistas, se fossemos não precisaríamos adotar cotas sociais e raciais nas universidades brasileiras.

Referências

AGOSTINHO, L.O.V.; BREGA Filho, V. Por um olhar democrático às ações afirmativas. *Revista Brasileira de Pedagogia*, Brasília, v. 92, n. 232, p. 455-476, set./dez. 2011.

AZEVEDO, Célia M. M. Cota racial e Estado: abolição do racismo ou direitos de raça?. *Caderno de Pesquisa*, vol. 34, n. 121, 2004.

BENHABIB, Seyla. *Situating the self. Gender, community and postmodernism in contemporary ethics*. New York, Routledge, 1992.

_____. From redistribution to recognition? The paradigm change of contemporary politics. *The claims of culture: equality and diversity in the global era*. Princeton: Princeton University Press, 2002.

_____. Another Universalism. In: BENHABIB, Seyla. *Dignity in adversity in troubled times*. Cambridge: Polity, 2012.

Cadernos do GEA, nº 2, jul./dez. 2012. – Rio de Janeiro: FLACSO, GEA; UERJ, LPP, 2012.

DURHAM, E. Desigualdade educacional e cotas para negros nas universidades, *Novos Estudos Cebrap*, n. 66, julho de 2003.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. In: SOUZA, Jessé (Org). *Democracia hoje*. Novos desafios para a teoria política contemporânea. Brasília: UNB, 2001.

_____. ROCKHILL, G.; GOMEZ, M. Global Justice and the Renewal of the Critical Theory Tradition. In: ROCKHILL, G.; GOMEZ, M. *Politics of culture and the spirit of critique*. New York: Columbia University Press, 2011.

FRIAS, L. As cotas raciais e sociais em universidades públicas são injustas?. *Direito, Estado e Sociedade*, n. 41, p. 130-156, jul-dez 2012.

HENRIQUES, Ricardo. É preciso tratar desigualmente os desiguais. *O Globo*, Rio de Janeiro, 21 abr. 2002. Entrevista feita por Helena Celestino e Maiá Meneses.

IPEA. Primeiras análises: Situação da educação brasileira – avanços e problemas. Comunicado nº 66. Pnad. 2009.

LIMA, Márcia. Desigualdades raciais e políticas públicas: ações afirmativas no governo Lula. *Novos estudos*, São Paulo: CEBRAP, nº 87, Julho, 2010.

MAGGIE, Y.; Fry, P. A reserva de vagas para negros nas universidades brasileiras. *Estudos Avançados*, 18 (50), 2004.

A política do feminismo negro e a questão da identidade-diferença

Núbia Moreira¹

Introdução

O feminismo negro neste texto é concebido como um movimento social que tem como bandeira a construção da identidade política mulher negra. De caráter hegemônico, a identidade essencializada mulher negra serviu como parâmetro no perfilamento das lutas das mulheres negras em prol da aquisição de direitos. No entanto, no percurso de consolidação do feminismo negro no cenário nacional e a partir das diversas demandas que surgiram decorrentes da diversidade dos sujeitos aí envolvidos, a caracterização essencializada mulher negra foi abalada por não dar conta, na dimensão teórico-prática de expressar os processos de identificação dos sujeitos mulheres negras.

Diante desse breve cenário, o texto tem como proposta apresentar um duplo movimento, no qual um complementa o outro: a) a constituição do feminismo negro como espaço político em que se consolida a identidade feminina negra e a prática política para as mulheres negras em oposição ao feminismo tradicional² e; b) o esgotamento da identidade feminina negra como um limite representacional da

¹ Professora de Sociologia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB.

² Feminismo tradicional é concebido neste trabalho como um espaço de representação das mulheres brancas e das classes médias

multiplicidade das posições de sujeitos que estão inseridos no feminismo negro.

O feminismo negro

O movimento de mulheres negras, ou a organização das mulheres negras brasileiras, é fruto da intersecção entre os movimentos negro e feminista e é também o espaço de tensão acerca das especificidades das mulheres negras provenientes da urgência das demandas étnico-raciais e de gênero.

As feministas negras brasileiras reivindicam direitos que atendam a especificidades de mulheres negras. A questão aqui, diferentemente daquele discurso que reivindicava igualdade de direitos para mulheres em geral, se apoia na busca de direitos baseados na diferença da cor/raça, por compreenderem que os marcadores de gênero, raça e classe se imbricam na configuração das desigualdades na sociedade brasileira³.

A formação do sujeito de direitos constitui o primeiro passo para o enfrentamento da luta social. Viver em sociedade como ser-sujeito é compreender a posição e a condição que o grupo ou segmento social ao qual se pertence ocupa no tecido social. A abstrata ideia de sujeito se corporifica ao ganhar forma e história a partir da efetividade de sujeitos qualificados: mulheres, negros, crianças, idosos,

³ Estudos comprovam que ainda hoje as mulheres negras estão na base da pirâmide social; é o maior contingente no trabalho doméstico, ocupação que, segundo pesquisa divulgada em 2013 pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), se caracteriza por apresentar menor rendimento médio mensal em comparação com todas as formas de trabalho.

homossexuais antes desconhecidos na Declaração dos Direitos Humanos .

Todos são humanos, todos e todas estão protegidos pelos direitos humanos, porém uns mais que os outros; uns com mais direitos que outros. A efetividade dos direitos humanos se alarga para o maior número de grupos sociais no momento em que estes grupos começam a reclamar a materialização dos direitos frente às demandas enfrentadas por eles no fluxo da vida.

A desconstrução da ideia do ente genérico ou do homem abstrato engendrou processos de busca de ampliação dos direitos sociais por meio dos quais os sujeitos conheciam e entendiam a supressão dos seus direitos ao mesmo tempo em que se conscientizavam da peculiaridade concernente ao gozo dos direitos sociais e políticos onde a existência “de diferença de indivíduo para indivíduo, ou melhor, de grupos de indivíduos para grupos de indivíduos são intrinsecamente relevantes” (BOBBIO, 1992, p.71).

A especificidade dos direitos sociais reside em garantir a participação dos membros da sociedade na riqueza coletiva. Incluem-se aí: educação, saúde, moradia, transporte público. Mas tais direitos permanecem restritos, pois ainda não são extensivos a uma parcela significativa da humanidade e, portanto, não são eficazes em garantir a justiça social.

Segundo Carvalho (2001, p.10), “os direitos sociais permitem às sociedades politicamente organizadas reduzir os excessos de desigualdade produzidos pelo capitalismo e garantir um mínimo de bem-estar para todos”. A ampliação da conquista e manutenção desses direitos aos grupos desprotegidos foi e tem sido pauta de reivindicação dos movimentos sociais, até porqueos direitos sociais “são nascidos em certas circunstâncias, caracterizados por lutas em defesa de novas liberdades contra velhos poderes, e nascidos

de modo gradual, não todos de uma vez e nem de uma vez por todas” (BOBBIO, 1992. p. 5).

No campo feminista hegemônico, a menção ao cotidiano e ao imaginário das mulheres de classe média e ainda a afirmação do modelo da mulher universal como uma identidade feminina universal abstrata desconsideraram outras vozes femininas que não se sentiam representadas por essa identidade. Instaurou-se, assim, no seio dos movimentos sociais, um questionamento acerca das diferenças e das identidades que são constituídas com base no ataque à igualdade. O feminismo negro brasileiro, influenciado pelos ventos das lutas das mulheres não brancas canadenses, inglesas e estadunidenses, questionou a identidade feminina universal, demarcando a especificidade mulher negra como uma moeda de representação política no feminismo.

O feminismo negro é fruto de experiências de lutas sociais conduzidas por organizações institucionalizadas e/ou autônomas que orientam a organização das mulheres negras, com o intuito de manter posição política no campo feminista (MOREIRA, 2011).

Reforço aqui o argumento da socióloga Lélia Gonzalez (1984) que dizia que a experiência da discriminação racial diferenciava “feminismo negro” do feminismo “ocidental” e impossibilitava a solidariedade na construção fundada numa experiência histórica comum. É, então, com base no argumento do silenciamento do sujeito mulher negra na história do feminismo que emergem as narrativas de origem do feminismo negro. As discordâncias sobre a falta de espaço político das mulheres negras no movimento feminista se colocam como vozes dissonantes que acreditam que a origem do feminismo negro brasileiro nasce como uma resposta das mulheres negras às múltiplas opressões que sobre elas se abatem (CESTARI, 2015).

Existe duas narrativas que se confrontam sobre a origem do feminismo negro, a narrativa hegemônica que imputa a falta do espaço político das mulheres negras no movimento feminista, e outra, que demarca os anos 1980, principalmente após a comemoração do centenário da Abolição em 1988, como o momento em que muitas das formas organizativas das mulheres negras se alicerçam como feminismo negro, mesmo considerando que formas efetivas de organização das mulheres negras remetem ao período da escravidão.

Nos anos 1990, as feministas negras repensam a organização política do movimento e sua autonomia, quer em relação aos movimentos negro e feminista, quer em relação ao Estado. É neste cenário que as ONGs de mulheres negras se formam e desvelam diferentes concepções dos rumos político-institucionais das organizações das mulheres negras brasileiras.

O lugar da legitimidade representativa que, em outros momentos, está situado nas dinâmicas que o movimento de mulheres negras estabelece ao longo do seu percurso organizativo em confronto com o feminismo tradicional, sugere um movimento centrífugo, em que as especificidades da raça não se direcionavam para um lugar comum, isto é, para uma identidade política comum que pudesse dar sustentabilidade a um projeto universal. O movimento em torno da busca ou não de um lugar ou discurso comum de sujeito mulher negra mobiliza a luta pela representação política de sujeito.

O processo de “onguização” ou institucionalização do feminismo negro articula-se à dinâmica das negociações acerca da legitimidade representativa do sujeito feminista negro. Nesse percurso, se percebe que, se por um lado à questão da institucionalização “impôs” ou pelo menos acelerou a fragmentação da homogeneidade que se movia em prol de uma identidade mulher negra, por outro, na mesma

esteira, impôs pensar as diferenças desde dentro; diferenças ou especificidades que estavam além da inscrição da raça.

É nesse momento também que as discussões em torno do exercício da democracia no interior do feminismo negro se explicita em duas vertentes de condução de lutas: uma que entende que a luta é universal e pressupõe a participação de todas as mulheres negras, independente de como esteja organizada e outra que entende que cada organização tem suas peculiaridades, e a unificação é conflituosa.

O processo de institucionalização do feminismo negro expôs as diferenças particulares que residem em qualquer agrupamento que advoga para si um discurso político unitário. O desafio para as mulheres feministas negras é pensar sobre qual ou sobre quais subjetividades construirão um projeto universal.

Ressaltamos que esses questionamentos fazem coro com outros estudos que foram apontados desde os anos 70-80 em solo europeu e norte-americano e nas décadas de 1990 no solo brasileiro e latino-americano. Brah (1996) adverte para o perigo da essencialização que comparece transversalmente no discurso em prol da racialização do gênero como crítica à determinação do gênero, sufocando assim outras determinações.

Apostar que essa identidade de grupo contingencial é um guia para efetivação de uma prática política que garanta representatividade nas negociações políticas e simbólicas é reforçar que a mesma, em certa medida, implica uma “diminuição” do indivíduo, já que o mesmo estará sendo apresentado enquanto grupo.

Identidade-diferença na produção dos feminismos negros

O binômio igualdade-diferença tem sido apropriado por grupos que requerem para si políticas públicas onde os

marcadores de gênero e raça se sobressaem mais fortemente. A diferença-identidade, ao se converter em moeda no campo político articulada à representação, nos encaminha para compreender que qualquer que seja o marcador social (cor/etnia, sexo, origem, etc) que se ressalte, o caminho da abstração é um pressuposto, visto que a possibilidade de reunir todas as interpelações numa única é abstração (PIERUCCI, 1999).

O percurso deste binômio no interior do movimento feminista se entrecruza com a trajetória das políticas de identidades presenciadas no feminismo deste aos anos 1960. As feministas negras brasileiras não reivindicavam um discurso baseado na igualdade de direitos para mulheres em geral, mas um discurso baseado na busca de direitos baseado na diferença da cor/raça. Neste sentido a afirmação de uma identidade coerente, essencializada no sujeito mulher negra, constituía a possibilidade do movimento político feminista negro, ou das mulheres negras.

Num primeiro momento, a afirmação de uma identidade essencializada em torno de um sujeito homogêneo foi uma bandeira recorrente por parte de grupos sociais que reclamam pela materialização dos direitos frente às demandas enfrentadas por eles no fluxo da vida. No caso específico do movimento feminista negro, a política de identificação obedece a um movimento para desessencializar o gênero e desestabilizar o sujeito homogêneo mulher.

Segundo Caldwell (2000), é dos anos 80 em diante que a primazia das categorias “mulher”, “masculino e feminino” são questionadas por intelectuais e ativistas dos movimentos das mulheres negras e dos homossexuais enquanto categorias duais e universais, visto que a utilização delas implicava em atenção às articulações entre as configurações histórico-sociais e as experiências das mulheres situadas nesses contextos.

O debate introduzido pelas intelectuais não brancas no seio da teoria feminista possibilitou que outras categorias como corpo, raça/cor, nacionalidade fossem tomadas com mais atenção juntamente com gênero. “O movimento para desessencializar a questão de gênero e as identidades de mulheres resultou também num debate sobre o papel da ‘diferença’ na teoria feminista, tanto nos Estados Unidos quanto na Inglaterra, no começo dos anos 90” (CALDWELL, 2000, p. 93).

É no solo norte-americano que o *black feminism* e as intelectuais negras começaram a produzir formulações teóricas de um ponto de vista alternativo, tendo como preocupação os estudos das diferenças de raça, de região, etnia, nacionalidade, orientação sexual, dentre outras.

As teorias denominadas da *Standpoint Theory* contribuíram para a articulação raça e gênero, pois criaram possibilidades de desestabilizar a noção do sujeito universal “mulher”, ressaltando as várias identidades construídas pelas mulheres negras em diferentes contextos históricos.

O aprisionamento em qualquer tipo de identidade – etnia, gênero, sexualidade – impossibilita ao eu a sua autonomia. No entanto, Appiah (1994) reconhece que em situações históricas de insultos e ataques à dignidade, as identidades coletivas garantem, em certa medida, o reconhecimento da existência das identidades individuais, impondo o respeito e a positividade àquelas identidades que agora são capturadas como positivas e centrais para a dignidade dos indivíduos.

O problema desta lógica reside no momento em que as identidades coletivas “inventam” um padrão comportamental de como ser mulher, negra, homossexual, pois as “identidades coletivas fornecem o que podemos chamar manuscritos: narrativas que as pessoas podem usar ao moldar os seus planos de vida e ao contar histórias das suas vidas” (APPIAH, 1994, p.175-176).

Na sociedade brasileira, a afirmação das mulheres negras como um sujeito político coeso, nas décadas de 80 e 90, pautava as reivindicações do feminismo negro ao mesmo tempo em que representava uma resposta às dificuldades das mulheres brancas feministas em lidar com a diversidade de demandas das mulheres negras, isto é, suas experiências de vida com o racismo. O movimento de mulheres negras ressaltava sua identidade (abstraindo outros marcadores) por meio do contato e experiência de vida com o racismo. Para efeitos de comprovação, a pele negra, isto é, a condição de negra inscrita no corpo era o elemento identificador dessa mesma condição, que, em contraste com as feministas brancas, determinava a diferença. Insere-se aqui a observação feita por Pierucci (1999) de que a rebelião das identidades é tributária de uma inscrição das diferenças que tem como instrumento de exposição política o próprio corpo.

Mas, ao proclamar a diferença, as feministas negras caíram no perigo de essencializar a identidade feminina negra pelos atributos raciais que eram afirmativos da singularidade perante as mulheres brancas. Isto porque identidade-diferença é um binômio que se aglutina nessa luta de negociação para representação política. O campo político é o espaço onde seus membros articulam discursos na esfera pública. Para tanto, o representante da enunciação é aquele que é legítimo para falar e, concomitantemente, exerce um papel relevante para os seus representados. Nesse jogo, questões que demarcam as cisões no interior do campo são concernentes às próprias negociações que proporcionam construções e reconstruções de identidades.

No interior do campo político, as diferenças não desaparecem, ao contrário: “o campo produz um discurso performático de sua identidade e o faz a partir da autoridade que alguns possuem em relação ao conjunto do grupo – e dos espaços institucionais que os grupos têm de se defrontar” (MARQUES, 2000).

O sentido de irmandade retratado por Fox-Genovese (1992) foi abalado tanto no campo feminista como no feminismo das mulheres negras brasileiras. Irmandade se oporia ao individualismo e se manifesta nas experiências cotidianas das mulheres, sejam elas ricas ou pobres, negras, indígenas ou brancas, orientais ou ocidentais etc.

Para essa autora, esse sentimento de irmandade foi estremecido, sofreu reformulações nas relações sociais do capitalismo, mais notadamente na sua nuance individualista. Irmandade é um sentimento que inspira a coletividade e a família. A autora argumenta que, apesar das transformações decorrentes da divisão do trabalho e da exposição das mulheres de posições de camadas médias ao mundo público, surgiram outras barreiras; entretanto, a afirmação dos direitos é a expressão da universalidade, porque “os direitos da mulher, como os direitos do homem, falam por todas as mulheres, independentemente da raça ou classe” (FOX-GENOVESE, 1992).

Embora a força política do feminismo resida em reunir aquilo que é universal às mulheres, como, por exemplo, a questão dos direitos, à medida que se confrontam as reivindicações feministas com a realidade de vida das mulheres em situações desfavorecidas, constata-se um descompasso “entre o que o feminismo parecia prometer e a posição ainda vulnerável das mulheres no mundo” (FOX-GENOVESE, 1992).

A dicotomia igualdade-diferença está presente nos discursos das mulheres negras a ponto de criar uma identidade universal de mulher negra, obscurecendo os inúmeros conflitos decorrentes das diversas tomadas de posições políticas; da condição social; das escolhas sexuais; das escolhas religiosas; da formação escolar etc. Todas essas interpelações foram estrategicamente encobertas no momento em que foi necessário criar uma identidade representacional no campo

político feminista do período do fim dos anos 80 e primeira metade dos 90.

Se diferença e identidade resultam de processos simbólicos discursivos, como advoga Silva (2000), o processo de adiamento e diferenciação linguísticos por meio do qual elas são produzidas está longe de ser simétrico. Portanto, elas estão sujeitas a relações de poder, pois também são disputadas e hierarquizadas. É no processo de diferenciação que a identidade e a diferença são produzidas, local onde estão presentes as relações de poder operando com a lógica de incluir e excluir. O nós e o eles não são simplesmente pronomes gramaticais, mas marcadores evidentes de posições-de-sujeito fortemente marcadas por relações de poder. A lógica das oposições binárias como masculino/feminino, branca/negra, heterossexual/homossexual ordena as relações de identidade e diferença. Fixar qualquer tipo de identidade como norma é hierarquizar identidades e diferenças.

A singularidade da questão racial apontada dentro desse texto nos ajuda a entender o funcionamento dos paradoxos apontados por Scott (2005) no debate sobre igualdade e diferença e direitos individuais e identidade de grupos. Esse debate está intimamente imbricado, segundo a autora, com as políticas de ações afirmativas. Scott não tem como intenção nenhuma conclusão, ao contrário, os paradoxos apontados são pistas interessantes para pensarmos como podemos solucionar a garantia dos direitos individuais e dos grupos sociais. A autora argumenta que o princípio da igualdade foi formulado pensando no indivíduo e que a dificuldade quando se pensa em termos de identidade de grupo reside na impossibilidade de se formular uma categoria suficientemente abrangente a todos os indivíduos de um determinado grupo. Os paradoxos apresentados por Scott (2005, p. 15) são estes:

1) A igualdade é um princípio absoluto e uma prática historicamente contingente; 2) identidades de grupo definem indivíduos e renegam a expressão ou percepção plena de sua individualidade; 3) reivindicação de igualdade envolvem aceitação e a rejeição da identidade de grupo atribuída pela discriminação. Ou, em outras palavras: os termos de exclusão sobre os quais essa discriminação está amparada são ao mesmo tempo negados e reproduzidos nas demandas pela inclusão.

Para cada ponto acima citado, a autora apresenta um argumento; para o primeiro, seu argumento resgata o princípio da igualdade da Revolução Francesa, que restringia a cidadania aos escravos, aos pobres e aos considerados não autônomos o suficiente para exercerem a cidadania. Scott (2005, p. 15-16) ressalta que “diferenças de nascimento, de posição, de status social entre homens não eram levadas em consideração naquele momento; diferenças de riqueza, cor e gênero, sim”.

No seu percurso analítico em relação ao primeiro ponto, a autora afirma que o modelo de igualdade tem se modificado e que os atributos como raça e sexo não são motivos que impedem alguém de votar, por exemplo, mas que compõem como marcadores diferenciais no acesso aos bens sociais. Seguindo esse raciocínio, essa igualdade que não se manifestou na prática da vida material foi solo fértil para o surgimento ou a formação de grupos que requeriam inclusão e acesso aos bens sociais.

As identidades de grupo são um aspecto inevitável da vida social e da vida política, e as duas são interconectadas porque as diferenças de grupo se tornam visíveis, salientes e problemáticas em contextos políticos específicos. É nesses momentos – quando exclusões são legitimadas por diferenças de grupo, quando hierarquias econômicas e sociais favorecem certos grupos em detrimento de outros,

quando um conjunto de características biológicas ou religiosas ou étnicas ou culturais é valorizado em relação aos outros – que a tensão entre indivíduos e grupos emerge. Indivíduos para os quais as identidades de grupo eram simplesmente dimensões de uma individualidade multifacetada descobrem-se totalmente determinados por um único elemento: a identidade religiosa, étnica, racial ou de gênero (SCOTT, 2005, p. 18).

A diferença baseada na identidade racial foi muito ressaltada pelas feministas negras brasileiras durante o final dos anos 80 e a primeira metade dos anos 90 em detrimento da identidade de gênero. Importava a diferença racial e não a desigualdade positivada pelo marcador racial. Não se cogitava a articulação de como gênero, raça e posição social contribuía para reforçar a desigualdade e dificultar a ascensão de segmentos negros e de mulheres.

Scott (2005, p. 20) acrescenta que “as demandas pela igualdade necessariamente evocam e repudiam as diferenças que num primeiro momento não permitiriam a igualdade”. Ao corroborar com o fundamento da política liberal que tem como princípio tomar o indivíduo como uma abstração e sem corpo (SCOTT, 2005), as ações afirmativas têm como pressuposto a garantia da igualdade a indivíduos que não foram enquadrados como iguais. Por esse caminho apresentado como paradoxo, Scott nos leva à compreensão de que a igualdade é uma abstração, embora sua garantia seja legal.

Na sociedade, entretanto, os indivíduos não são iguais; sua singularidade repousa em diferenças presumidas entre eles, diferenças que não são singularmente individualizadas, mas tomadas como categóricas. A identidade de grupo é o resultado dessas distinções categóricas atribuídas (de raça, gênero, de etnicidade, de religião, de sexualidade... a lista

varia de acordo com o tempo e espaço e proliferou na atmosfera política da década de 1990 (SCOTT, 2005, p. 23).

As abordagens sobre identidade e diferença tiveram o suporte das manifestações das ditas minorias que se posicionavam contrariamente à “hegemonia” da dita maioria branca. Ao adotar um discurso autocentrado nas suas especificidades aliadas às contribuições dos debates pós-fundacionais, essas minorias, através de suas reivindicações, colocaram em xeque o princípio da igualdade.

No interior desse terreno movediço, a coerência que se tem adotado é afirmar que as certezas e o caminho para essa questão devem ser percebidos dentro de cada contexto específico, articulando-se preferencialmente as relações micro e macro. Outra característica que se observa nesse debate é que raramente se problematiza a igualdade-versus-desigualdade; a escolha tem se dado pela igualdade-versus-diferença.

Nancy Fraser (2002, p.64) propõe que a teoria de gênero seja analisada de uma maneira bidimensional, ou seja, “gênero deve comparecer como uma categoria que alcança duas dimensões do ordenamento social: a dimensão da *distribuição* e a dimensão do *reconhecimento*”.

A proposta de Fraser é fundamentada na crítica às conceituações de gênero como “identidade”, ou como essa categoria foi arrolada nas políticas de identidade assim como raça. As políticas de identidade ou, como a autora define, “as lutas de gênero têm ajustado seu foco – cada vez mais, e mais recentemente – na identidade e representação, assim causando a subordinação das lutas sociais às lutas culturais, e das políticas de redistribuição às políticas de reconhecimento” (FRASER, 2002, p. 62.)

Ao demonstrar a desatenção das lutas feministas às lutas sociais, Fraser (2005) não sugere uma relevância das políticas de redistribuição em detrimento às políticas de gênero, ao

contrário, a sua sugestão é que haja uma articulação entre essas duas frentes acima citadas: questões distributivas e lutas de reconhecimento que envolvem questões como diferença, identidade e representação.

Quando as duas perspectivas se combinam, gênero emerge como uma categoria bidimensional, que contém tanto uma face política e econômica quanto uma face discursivo-cultural – a primeira trazendo consigo o âmbito da redistribuição e a segunda, simultaneamente, o âmbito do reconhecimento. Além disso, nenhuma dessas dimensões é meramente efeito indireto da outra. A bem da verdade, as duas dimensões – de reconhecimento e de distribuição – interagem entre si. Porém, a má distribuição de gênero não é simplesmente um subproduto da hierarquia de *status* assim como o reconhecimento equivocado de gênero não é inteiramente um subproduto da estrutura econômica. Ao contrário, cada dimensão tem uma relativa independência em relação à outra. Nenhuma delas, portanto, pode vir a ser completa e indiretamente remediada se usarmos receitas prescritivas exclusivamente para outra (FRASER, 2005, p. 65).

Assim como gênero, raça também pode ser pensada como uma categoria bidimensional que se apresenta na sociedade brasileira como um marcador de classe e status. Ao refletir sobre a proposta de Fraser acerca de uma justiça de gênero onde essa categoria teria duas dimensões que se relacionariam de maneira imbricada no terreno brasileiro ratificando o chamado dilema da nação, isto é, “encontro de um regime democrático liberal com os altos níveis de desigualdade social”, não desconsideramos os elementos que caracterizam o Brasil como uma sociedade democrática, que se mostra ineficiente frente ao quadro da desigualdade social. A pobreza, segundo Pinto (2005), deve ser olhada com mais atenção

quando o foco é a nossa sociedade, pois atinge preferencialmente mulheres e negros.

O arranjo da democracia liberal não é capaz de dar conta da complexidade da sociedade contemporânea; a representação nos corpos legislativos não pode continuar a ter monopólio da participação política, a ela devem ser acrescentadas outras formas de participação que permitam a expressão de demandas de novas identidades ou de grupos historicamente excluídos; a sociedade civil é o *locus* privilegiado da expansão e da organização das novas formas de participação (PINTO, 2005, p. 83).

Para pensar a desigualdade social no Brasil, Pinto se apóia em trabalhos de Fraser que têm como temas redistribuição e reconhecimento, além de enfatizar a participação e a forma de participação na esfera pública. Não podemos esquecer que o olhar de Pinto se volta para o Brasil e, portanto sua atenção se resume na seguinte indagação: “até que ponto é possível políticas de redistribuição no Brasil, mantendo-se o grau de não reconhecimento existente no país?” (PINTO, 2005, p. 86).

Ao enfrentar essa questão que se reveste da relação distribuição, ou melhor, redistribuição-reconhecimento, podemos ter uma pista para vencer as políticas da identidade que foram prioridades no interior do feminismo negro brasileiro. A ressalva que deve ser feita é endossada também pela capacidade que essas políticas de identidade tiveram ao abalar “a universalidade do universal” (PINTO, 2005, p.84), mas que se esgotaram pela sua incapacidade de atacar as profundas desigualdades da nossa sociedade.

As políticas de identidade que têm como fundamento o sujeito essencializado na raça/etnia, gênero, classe social ou corpo limitam a possibilidade de compreender a amplitude da diversidade, a instabilidade das relações sociais. A concepção

do sujeito coerente como condutor do movimento político orientou a prática política dos feminismos. Ao considerar que toda identidade política é relacional e se forja numa relação de falta, os arranjos políticos serão sempre provisórios, dado ao caráter contingencial e precário das identidades (MENDONÇA, 2012).

Para Chantal Mouffe (1996) só quando houver o afastamento da concepção do sujeito como um agente simultaneamente racional e transparente para si próprio é que poderemos analisar a suposta multiplicidade de relações de subordinação. O agente social é constituído por um conjunto de posições de sujeito que nunca são fixas num sistema fechado de diferenças, que se compõem “por uma diversidade de discursos entre os quais não existem uma relação necessária, mas antes um movimento de sobredeterminação e deslocamento”(p.104).

Não existe qualquer posição de sujeito cujas ligações com outras posições estejam definitivamente asseguradas e, assim, para Mouffe (1996), não existe nenhuma identidade social que possa ser completa e permanentemente adquirida. Um único indivíduo pode ser portador da multiplicidade de relações e ser dominante numa relação ao mesmo tempo que é subordinado noutra.

A necessidade de estabelecer uma cadeia de equivalências entre as várias lutas democráticas, como aposta Mouffe (1996), é um caminho possível de criar uma articulação equivalente entre as exigências das mulheres, dos negros, dos trabalhadores, dos homossexuais e outros.

O falso dilema da igualdade versus diferença no feminismo é destronado no momento em que já não existe uma entidade homogênea “mulher” a enfrentar uma outra entidade homogênea “homem”, “mas uma multiplicidade de relações sociais, nas quais a diferença de sexo é sempre constituída sob formas muito diversas e em que a luta contra

a subordinação tem de ser visualizada em formas específicas e diferenciadas” (MOUFFE, 1996, p.107).

Esta é uma lição para a construção dos feminismos contemporâneos que almejam representar as mulheres dos diferentes matizes de posições, lugares e pertencimentos. A perspectiva é compreender os feminismos nas suas pluralidades e singularidades, num constante processo de significações e ressignificações das lutas das mulheres.

Considerações finais

Nesse trabalho, a identidade étnica/racial como um atributo positivo de diferenciação das feministas negras serviu como uma ponte que as conduziram para a própria representação política no campo feminista.

Apontamos que, por meio desse percurso de constituição e desenvolvimento de um formato do feminismo negro, algumas distinções como formação escolar e acessos aos bens culturais foram subjugados por um discurso de institucionalização transvertido em ONGs. Essas são apontadas como agenciadoras de novas demandas ao mesmo tempo em que propiciam a ampliação e movimentação da participação das feministas negras em espaços mais amplos das negociações feministas, seja em nível nacional ou internacional.

A dissolução da entidade homogênea mulher abala a luta feminista ao mesmo tempo em que esta é confrontada com as multiplicidades de entidade de mulheres que advogam representações que correspondam as suas posições de sujeitos. No que diz respeito às feministas negras, a busca por uma representação política no campo feminista as encaminharam para a defesa de uma entidade homogênea mulher negra e/ou uma identidade feminina negra.

O limite da identidade homogênea mulher negra na política do feminismo negro foi abalado no momento em que foi necessário decidir sobre os rumos da manutenção do movimento, haja vista que a participação no campo político requeria romper com autonomia financeira, espacial, territorial. No caso das mulheres negras, as formas organizativas das suas lutas se reuniram por meio das organizações não governamentais, veículo que se constituiu como possibilidade histórica de representação política das mulheres negras em âmbito nacional e internacional (MOREIRA, 2011).

Este caminho em direção à institucionalização descortinou no interior do feminismo negro a multiplicidade de posições de sujeitos e de vozes que foram inscritas sob o edifício da entidade homogênea mulher negra. Do nosso ponto de vista, esse processo revelou as fissuras da política feminismo negro, o limite da luta política baseada na afirmação da identidade fixa, mas tornou possível o alargamento de vozes, discursos e práticas políticas registradas como feminismos negros.

Referências

- APPIAH, Anthony Kwane. Identidade autenticidade, sobrevivência: sociedades multiculturais e reprodução social. In. TAYLOR, Charles. *Multiculturalismo: examinando a política de reconhecimento*. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.
- BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BRAH, A. *Cartographies of diáspora: constesting identities*. London; New York: Routledge, 1996.
- CALDWELL, K. L. Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil. *Estudos Feministas*. Florianópolis, CFCH-UFSC, vol.08, n.02, 2000.

- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Civilização Brasileira : Rio de Janeiro, 2001.
- CESTARI, Mariana Jafet. *Vozes-mulheres negras ou feministas e antirracistas graças às Yabas*. 246 f. Tese (Doutorado). Campinas, SP: Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP, 2015.
- FOX-GENOVESE, E. Para além da irmandade. *Estudos Feministas*, Florianópolis:CFCH-UFSC, n.o, 1992.
- FRASER, N. Políticas feministas na era do reconhecimento: uma abordagem bidimensional da justiça de gênero. In: BRUSCHINI, C.; UNBEHAUM, S. G. (Org.). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: FCC/Editora. 34, 2002.
- GONZALEZ, L. *O papel da mulher negra na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: PUC, 1979. Mimeografado.
- MARQUES, S. Movimento de mulheres: pensando uma identidade relacional. *Revista Symposium*, ano 4, n. especial, dez./2000.
- MENDONÇA, Daniel de. Emancipação e diferença, de Ernesto Laclau. *Revista Estudos Políticos*, n. 04, vol. 1, 20012.
- MOREIRA, Nubia Regina. *Organização das feministas negras no Brasil*. Vitória da Conquista, BA: Edições UESB, 2011.
- MOUFFE, Chantal. *O regresso do político*. Lisboa:Gradiva, 1996.
- PIERUCCI, Antonio Flávio. *Ciladas da diferença*. São Paulo: USP, curso de Pós-graduação em Sociologia: Ed. 34, 1999.
- PINTO, C. R. Teoria política feminista, desigualdade social e democracia no Brasil. In: BRUSCHINI, C., UNBEHAUM, S. G. (Orgs.). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: FCC: ED. 34, 2002.
- SCOTT, J. O enigma da igualdade. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, n. 13, vol. 1, janeiro-abril/2005.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. 2 ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000.

**“Vai trabalhar, vagabundo”:
retórica antipobre e aspectos normativos
de uma teoria da pobreza
Alessandro Pinzani¹**

Na *Dialética Negativa* Adorno constata, com evidente indignação que, geralmente, ao longo da história os filósofos negligenciaram o fenômeno da pobreza, desinteressando-se do sofrimento por ela provocado (ADORNO, 2009, p. 133).² Depois de cinquenta anos da publicação desse livro, o diagnóstico adorniano mantém, infelizmente, sua plausibilidade. Com umas poucas exceções (Thomas Pogge ou Amartya Sen, que, contudo, é primeiramente um economista), os filósofos em geral – em particular os próprios filósofos políticos – seguem desinteressando-se do tema, talvez por considerá-lo pouco suscetível de uma abordagem filosófica, ou por estarem convencidos de que suas propostas normativas, ao indicar princípios de justiça válidos para a sociedade como um todo, acabariam naturalmente por oferecer uma resposta também ao problema da pobreza. Seja como for, procurar-se-á em vão estudos ou páginas dedicadas especificamente à pobreza na obra de John Rawls, Ronald Dworkin, Michael Walzer, Charles Taylor, Jürgen Habermas, Karl-Otto Apel ou outros filósofos políticos contemporâneos de renome. Nesta contribuição não pretendo preencher esta lacuna, pois isso seria impossível no presente contexto. Tentarei, antes, debater algumas questões ligadas à

¹ Professor de Filosofia da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

² Agradeço a Franco Rodriguez pelas valiosas críticas e sugestões.

discussão sobre pobreza, que possuem relevância filosófica por apresentar um caráter normativo implícito ou explícito. Em particular me interessam a questão da responsabilidade pela pobreza e a da justificativa moral (não meramente funcionalista) das políticas sociais que visam combater o problema.

A presumida responsabilidade do pobre pela sua pobreza

O primeiro ponto que gostaria de considerar é a ideia de que os próprios pobres carregam a responsabilidade pela sua pobreza. Claramente, esta visão desconsidera intencionalmente a dimensão histórica da pobreza, suas causas mais antigas e estruturais, que independem da vontade dos indivíduos pobres. Não que ela negue tal dimensão, pois isso seria ingênuo demais; antes, a declara simplesmente irrelevante do ponto de vista da solução do problema. Em outras palavras, nessa visão, quaisquer que sejam as causas históricas da pobreza, ela poderia ser superada, *se só os pobres o quisessem e se esforçassem o suficiente para conseguir este resultado*. Tentemos, então, entender, como surge esta ideia.

A criação da figura do pobre irresponsável

Tradicionalmente, na sociedade europeia, o que definia o pobre era o fato de ele ter que trabalhar duramente para conseguir penosamente sustentar si mesmo e a sua família (contrariamente aos ricos, em particular os aristocratas, acusados de conduzir uma vida ociosa e de parasitar o trabalho alheio). Na sociedade pré-moderna os pobres eram principalmente lavradores, pequenos locatários, operários empregados em laboratórios artesanais etc. A atividade manual necessária para garantir sua sobrevivência ocupava a maior parte do seu tempo e obrigava todos os membros hábeis

da família, inclusive as crianças, a passar o dia trabalhando. Somente os indivíduos velhos demais para trabalhar e aqueles com deficiências físicas não tinham, geralmente, outra escolha que recorrer à caridade privada ou institucional (organizada em particular pela Igreja). Em geral, nas sociedades tradicionais a pobreza era vista como um destino inescapável, muitas vezes ligado a uma estrutura social considerada imutável (ou até correspondente ao desígnio divino), ou como algo causado por circunstâncias independentes da ação humana (epidemias, pragas das plantas, carestias, secas etc.) ou subtraídas ao controle dos próprios pobres (guerras, crises econômicas etc.). Na sociedade medieval, na qual cada grupo social tinha uma função específica, os pobres estavam longe de serem excluídos ou de serem considerados inúteis. Pelo contrário, tinham a dupla função de permitir aos outros a prática da caridade, que era um instrumento de “salvação da alma”, e de contribuir, por sua vez, à “salvação” de seus benfeitores através de suas orações (MOLLAT, 1986; GEREMEK, 1994). Essa visão da pobreza corresponde, grosso modo, àquela que Paugam denomina de pobreza integrada (PAUGAM, 2013 [2005]).³ Não surpreende, portanto, que seja justamente nessa época que o fenômeno passa a ser regulado por leis e decretos, que evidentemente o tratam como um fato normal e inevitável, e que criam instituições de caridade pública com caráter *perpétuo*, como a *Aumône Générale* de Lyon, instituída em 1534 com a finalidade explícita de “nutrir os pobres *para sempre*” (realce A. P.). A ela seguiu toda uma série de instituições análogas, criadas por decreto do rei em toda a França (PIVEN; CLOVARD 1993 [1971], p. 11). Na Inglaterra, dois atos do parlamento, em 1531 e em 1536,

³ Para Paugam, a pobreza integrada se dá em uma configuração social, na qual os pobres são numerosos, ou até a maioria, e não se distinguem muito do resto da população.

atribuem às autoridades locais a tarefa de registrar e de prover os pobres, ao mesmo tempo em que o ato de pedir esmola passa a ser punível: o mendigo deve dirigir-se à sua freguesia para obter ajuda. As penas para os transgressores eram particularmente severas e iam da marcação a fogo à pena de morte, mas não conseguiram eliminar o problema. Durante o reinado de Elisabete I tiveram que ser criadas leis instituindo uma taxa específica paga pelos proprietários, a chamada *poor rate*, para financiar a caridade pública (PIVEN; CLOVARD 1993 [1971], p. 15 s.). Todas essas leis e instituições tratam a pobreza como um fenômeno natural, mas não atribuem suas causas aos pobres. Quando esses são punidos por pedir esmola, é por importunar os demais cidadãos e por tentar subtrair-se ao controle das instituições públicas.

É com a Reforma, em particular na sua variante calvinista e puritana, que a visão de que a sociedade deve se encarregar dos pobres começa a mudar (TAWNEY, 1962 [1926], p. 225 ss.), uma vez que a salvação individual deixa de ser obtida através de obras de caridade e passa a depender da graça de Deus e da relação pessoal que cada indivíduo estabelece com seu criador. O indivíduo calvinista é, primeiramente, “uma vontade organizada, disciplinada e inspirada” (TAWNEY, 1962 [1926], p. 201) que luta para afirmar-se no mundo, já que o sucesso mundano pode ser visto como um sinal da benevolência divina, como defende Weber em sua obra clássica *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (WEBER, 1920 [1904/05], p. 17 ss.). Nessa ótica, a posição social dos indivíduos é vista como o resultado de um sucesso ou de um fracasso individual, não como o produto de fatores independentes do controle do sujeito, já que para os calvinistas e os puritanos “o caráter é tudo, as circunstâncias são nada” (TAWNEY, 1962 [1926], p. 230). Os pobres passam, assim, a ser considerados responsáveis por sua situação e a ser concretamente chamados a responder por ela. A *Old Poor Law*

inglesa, como é conhecido o *Act for the Relief of the Poor* de 1601, representa um exemplo excelente do prevalecer dessa mentalidade puritana. Os pobres passam a ser divididos em três categorias: os que são aptos para trabalhar, os que não podem trabalhar e os que não querem trabalhar (cf. DEAN, 1991). Cada categoria recebe um tratamento diferente: os aptos são obrigados a trabalhar; os que não podem trabalhar (os idosos, os deficientes físicos etc.) são mantidos à custa das comunidades locais (freguesias) em hospitais ou em *almhouses* (centros de caridade); os preguiçosos e os vagabundos são punidos criminalmente. Como observam Levine e Rizvi (2005, p. 17), “a questão central se torna aqui se uma pessoa pobre quer trabalhar. Se ela não quiser, a solução da *Old Poor Law* é puni-la”. Isso, contudo, não significa que os pobres obrigados a trabalhar deixem de ser pobres. Como salientado por Geremek (1994, p. 233) em sua história da pobreza, ao formar-se um mercado de trabalho, “os trabalhadores passam a ser assimilados aos pobres”, já que o nascente capitalismo não precisava de trabalhadores qualificados, mas de trabalhadores sem habilidades específicas, capazes de realizar movimentos repetitivos – necessários para acionar as máquinas que, cada vez mais, tomavam o lugar dos indivíduos – e que pudessem ser substituídos em qualquer momento por outros trabalhadores igualmente não qualificados. Esse duplo processo da mecanização e da falta de qualificação do trabalho cria assim aquilo que Marx (1985, p. 198 ss.) chamará de “exército industrial de reserva” de mão de obra, que, ao criar uma contínua concorrência entre trabalhadores, puxa os salários para abaixo do nível de subsistência. Por isso, como afirma Geremek (1994, p. 11), a pobreza como fenômeno de massa continuado no tempo (e não ligado a circunstâncias contingentes como guerras ou epidemias) só aparece com o fim da Idade Média e, sobretudo, com a sucessiva passagem da sociedade mercantilista para a capitalista.

É justamente neste contexto que a atitude perante os pobres muda ulteriormente, reforçando a visão fundamentalmente negativa já presente na sociedade mercantilista. Agora, na nascente sociedade capitalista, *todos* os pobres passam a ser caracterizados como indivíduos irresponsáveis e preguiçosos, que preferem viver da caridade das outras pessoas ou das instituições em vez de dedicar-se ao trabalho. O momento histórico em que acontece essa mudança de atitude perante os pobres pode ser identificado, *grosso modo*, com o debate que segue à publicação do *Ensaio sobre o princípio da população* de Malthus (1985 [1798]) e que precede a promulgação na Grã-Bretanha da *New Poor Law* de 1834, como demonstrado convincentemente por Margaret Somers e Fred Block (2005).⁴ Estamos, portanto, num momento e num lugar decisivos da história europeia: a Inglaterra da Revolução Industrial e do surgimento do capitalismo (cf. MEIKSINS WOOD, 2002)⁵.

Os argumentos de Malthus merecem ser analisados, pois oferecem a base teórica para a “tese da perversidade” (HIRSCHMAN, 1991), que está no centro da retórica antipobre. Contrariamente ao discurso antipobreza, que tem como alvo polêmico a existência da pobreza de muitos face à riqueza de poucos (discurso frequente já em textos antigos, tanto de caráter religioso – entre os quais os próprios Evangelhos e os discursos de Francisco de Assis são alguns dos

⁴ Mas não devemos esquecer que já no começo do século XVIII, o filósofo Bernard de Mandeville tinha afirmado que ninguém trabalharia se não passasse por necessidades. Por sua vez, o vicário, médico e geólogo Joseph Townsend, em sua *Dissertação sobre a leis dos pobres*, de 1786, tinha observado que a fome é a motivação mais natural para trabalhar (apud LEVINE; RIZVI 2005, p. 21).

⁵ Para uma mais ampla reconstrução histórica do debate sobre a pobreza nesta época ver STEDMAN JONES, 2004.

melhores exemplos – como de outros gêneros – das comédias de Plauto aos romances de Dickens), a retórica *antipobre* é virada contra os próprios pobres, acusados de serem a causa de sua situação e de preferirem sobreviver à custa dos outros em vez de viver de seus esforços (sobre a persistência de tal retórica no Brasil ver Lavinias, 2014). A tese da perversidade afirma que as próprias políticas sociais, que deveriam aliviar a situação, acabam piorando o mal que pretendem combater, ao criar nos pobres uma atitude de dependência econômica que os leva a viver como parasitas dos mecanismos de bem-estar social, em vez de trabalhar e, assim, sair da pobreza autonomamente. Com base nessa tese, para quebrar esse círculo perverso, seria necessário abandonar tais políticas sociais, obrigando os pobres a usar suas forças para resolver sua situação. Essa tese é apresentada por Malthus como o resultado lógico e inevitável de uma análise científica da realidade – embora, de fato, este autor não recorra a dados empíricos sobre a realidade e, portanto, não realize uma verdadeira abordagem científica no sentido que o termo já tinha adquirido desde Galileu (observação e colheita de dados empíricos, formulação e verificação de hipóteses). Ele afirma ter identificado as leis naturais que regulamentam a vida da sociedade, em particular no que diz respeito ao crescimento ou à diminuição da população.

O ponto de partida de Malthus, que acaba dando a toda sua reflexão um rumo bem definido e influenciando suas conclusões a ponto de torná-las “inevitáveis”, é a ideia de que os seres humanos são seres meramente biológicos, movidos essencialmente por dois instintos em luta entre si, a saber, a fome e o desejo sexual; mais ainda, nossa espécie está submetida às leis naturais, contra as quais a razão é impotente, e que devem antes ser obedecidas, pois qualquer tentativa de opor-se a elas resultará em desastres. O conflito entre os dois instintos básicos surge pelo fato de que a fome tem sempre que

lidar com recursos alimentares escassos e, portanto, não pode ser satisfeita ilimitadamente, enquanto o desejo sexual não conhece limitações e é potencialmente ilimitado em sua satisfação. A combinação desses dois fatores torna a pobreza um fenômeno natural e inevitável, pois a tendência dos indivíduos será a de se reproduzir apesar da escassez de recursos. A partir desses pressupostos, para Malthus, os verdadeiros problemas surgem quando os homens tentam intervir nesta situação por meio de medidas presumidamente racionais, ou seja, por meio de políticas sociais que visam aliviar a condição dos pobres. Segundo ele, a maneira melhor de lidar com a questão seria simplesmente deixar a natureza seguir seu curso, pois isso acabaria criando um perfeito equilíbrio entre a disponibilidade de recursos e o tamanho da população. Em outras palavras, se deixados a si mesmos e sem ajudas públicas, os pobres serão obrigados a escolher entre deixar de ter filhos, além daqueles que conseguem alimentar, ou resignar-se a vê-los morrer de fome. Nos dois casos, segundo Malthus, restabelecer-se-á um equilíbrio natural entre recursos e densidade demográfica. Mas se a sociedade intervir, disponibilizando recursos para os pobres, estes terão um incentivo para reproduzir-se de maneira irresponsável e ilimitada, exacerbando cada vez mais sua pobreza. Além disso, acrescenta Malthus, eles se tornarão dependentes da ajuda pública, e isso terá um efeito negativo sobre sua moralidade, pois serão incentivados a deixar de trabalhar, para passar a exigir do Estado seus meios de sustentação como se tivessem um direito a eles. À crítica baseada numa visão “naturalista” se acrescenta aqui uma crítica moral que, contudo, não possui a mesma base da primeira (nada de mais *natural* que comportar-se como um parasita, para ficar na metáfora naturalista, e assim manter-se e multiplicar-se sem o mínimo esforço).

O naturalismo social de Malthus merece atenção pois é a premissa implícita não somente do sucessivo “darwinismo social”⁶, mas também do fundamentalismo de mercado que caracteriza autores neoliberais e alguns economistas neoclássicos. Segundo a definição de Somers e Block (2005, p. 271), o naturalismo social vê a sociedade como “um sistema autorregulado que, se deixado livre de intervenções políticas, tenderá à ordem e ao equilíbrio”. Tal sistema é caracterizado pela escassez de recursos naturais e por uma concepção estritamente biológica dos seres humanos e, em particular, da própria sociedade, que é submetida às leis da natureza tanto quanto os seres vivos. Cabe explicitar novamente que todas essas premissas representam postulados não demonstrados, assumidos dogmaticamente. Aliás, Malthus se declarava profundamente desconfiado dos fatos empíricos que, a seu ver, poderiam levar a erros e mal-entendidos, ocultando as verdadeiras causas dos fenômenos sociais, que, contrariamente a seus efeitos, permaneceriam ocultas aos sentidos e acessíveis somente ao raciocínio lógico (MALTHUS, 1985 [1798], p. 61).

O resultado do debate acerca das teses de Malthus foi a *New Poor Law* inglesa de 1834, que praticamente abolia a caridade pública e obrigava os pobres a escolher entre aceitar qualquer trabalho ou ficar presos nas *workhouses* (centros de trabalho organizados como prisões), sem direitos legais e políticos, e “num regime de estrita disciplina e de abstinência sexual – esposos e esposas eram separados, como o eram pais e filhos” (SOMERS; BLOCK 2005, p. 267). Uma política desse

⁶ Como se sabe, o termo é incorreto, já que o próprio Darwin não aplicou sua teoria da evolução à sociedade. Foi Herbert Spencer que, inspirado pelo evolucionismo de Lamarck e antes, inclusive, da publicação de *A origem das espécies*, postulou uma evolução natural da sociedade.

tipo vai, obviamente, ao encontro das exigências dos donos das fábricas, sempre dispostos a explorar ao máximo, inclusive até a morte, os recursos humanos de sua empresa⁷ (nesse sentido, o efeito da lei foi análogo àquele das *enclosures* que levaram à primeira onda de industrialização na Grã-Bretanha no século XVIII. Cf. POLANYI, 2001 [1944]; MEIKSINS WOOD, 2002). A comissão parlamentar estabelecida para elaborar a reforma de 1834 chegou às mesmas conclusões de Malthus, servindo-se do mesmo método (raciocínio lógico em vez de bases empíricas): as políticas sociais teriam criado uma geração de indivíduos preguiçosos, ignorantes e desonestos, que não teriam a mínima intenção de sair de sua situação, uma vez que o dinheiro que recebem pelo sistema público de caridade é suficiente para garantir sua sobrevivência (ver os extratos do relato da comissão citados em SOMERS; BLOCK 2005, p. 264). Aliás, segundo os seguidores de Malthus, essas políticas representariam um perigoso incentivo para os pobres se reproduzirem ilimitadamente, uma vez que os auxílios dependem da quantidade de filhos.⁸

Os mesmos argumentos e uma análoga desconfiança contra os fatos empíricos se encontram nas obras de Charles Murray, escritor estadunidense e autor de vários livros e artigos que contribuíram a tornar popular a tese de perversidade nos EUA de Reagan e de Clinton. Em seu livro

⁷ Em *Os fundamentos da liberdade*, Hayek defende a ideia de que o trabalhador posto perante a escolha entre um contrato explorador e a morte por fome não está sendo coagido pelo empregador (HAYEK, 1983, p. 149 s.).

⁸ Críticas análogas são levantadas hoje contra o Programa Bolsa Família no Brasil, embora neste caso também os dados empíricos demonstrem que os pobres não estão tendo mais filhos e que não estão deixando de trabalhar ou de procurar trabalho para viver somente do auxílio (ver LEÃO REGO; PINZANI, 2013 e PINZANI, 2014).

Losing Ground, Murray (1984, p. 53) afirma que “os dados não são essenciais para certos argumentos sobre políticas sociais e podem antes atrapalhar. Os termos do debate podem ser fundados inteiramente sobre as preferências acerca de como o mundo deveria ser, e não sobre como ele é” (apud SOMERS; BLOCK 2005, p. 278). Embora os dados recolhidos pelas pesquisas sociológicas empíricas não suportassem a tese da perversidade defendida por Murray e outros, tal tese se tornou extremamente popular graças sobretudo ao apoio recebido por importantes setores da mídia e por políticos influentes.⁹ Em vez de fundar-se nos macrodados recolhidos por cientistas sociais e economistas ao longo de décadas, autores como Murray (mas também as comissões que foram encarregadas de elaborar reformas dos programas sociais existentes nos EUA na década de 1990) preferiram basear-se em reconstruções teóricas análogas às de Malthus bem como em casos anedóticos de abusos ou de dependência por parte de indivíduos beneficiários de tais políticas, apresentadas como se fossem a regra e não casos isolados.¹⁰ Não admira, então, que Clinton, em 1996, promulgasse o *Personal Responsibility and Work Opportunities Reconciliation Act* (PRWORA), que já no

⁹ Também nesse ponto as analogias com o Brasil atual são evidentes.

¹⁰ O mesmo se verifica quando se toma o caso isolado de um indivíduo saído da pobreza para alcançar o sucesso econômico, por ex. quando um futebolista proveniente de uma favela se torna milionário. É evidente que para um Robinho ou um Maradona, que conseguiram essa façanha, há milhões de pessoas que fracassam em suas tentativas – ou porque suas qualidades não são tão apreciadas quanto as de um bom futebolista, ou porque não dispõem das competências necessárias para mudar de status, ou, pura e simplesmente, por azar, falta de vontade própria ou alheia e até preguiça (é claro que nem todo pobre é uma pessoa honesta e trabalhadora: haverá entre os pobres indivíduos criminosos, malandros e vagabundos, como em toda classe social).

título deixa claro que a resolução do problema da pobreza depende de uma atitude individual de responsabilidade pessoal e da disponibilidade de trabalhar. Nas palavras do próprio Clinton, o ato “acabou com o bem-estar social assim como o conhecemos”, eliminando a rede de proteção social para milhões de pessoas, obrigadas agora, para sobreviver, a aceitar as ocupações mais precárias, em condições de trabalho péssimas e com salários incapazes de cobrir os gastos mínimos para manter uma família de três pessoas ou, às vezes, até para manter um indivíduo sozinho (cf. EHRENREICH, 2001). Em suma, o PRWORA representou uma atualização da *New Poor Law* inglesa de 1834.

Estrutura social vs. responsabilidade individual

É interessante notar como a visão dos pobres que prevalece na Inglaterra moderna e que acompanha o surgimento da sociedade capitalista liga inexoravelmente a questão da pobreza com o tema do trabalho, numa completa inversão da visão tradicional: o pobre é pobre porque *não trabalha*; portanto, é necessário que ele trabalhe para sair da pobreza. A única causa da pobreza é a preguiça do indivíduo pobre e sua única solução é representada pelo trabalho. Essa visão se tornou um lugar comum nas nossas sociedades, a ponto de ser interiorizada pelos próprios pobres. Se perguntados sobre o assunto, afirmam frequentemente que prefeririam um emprego estável e um salário regular aos programas de assistência social (REGO; PINZANI, 2013, p. 182 ss.). Richard Sennett (2004, p. 131) escreve, nesse sentido, que “o valor moral absoluto atribuído ao trabalho, a supremacia do trabalho sobre o lazer, o medo de desperdiçar o tempo, de ser improdutivo – este é um valor que todos, ricos e pobres, sustentavam na sociedade do século XIX” e, poderíamos acrescentar, na sociedade dos séculos XX e XXI.

A cultura da sociedade salarial, assim como a chamada “ética do trabalho” agiram e agem profundamente na personalidade dos pobres: eles sentem vergonha por dependerem de programas sociais, que muitos (inclusive entre eles, às vezes) chamam de “caridade pública” – juízo que até poderia ser considerado legítimo, se os programas sociais se limitassem à distribuição de quantias de dinheiro insuficientes para uma inclusão social plena. Contudo isso acontece raramente, já que, normalmente, programas de transferência direta de renda (como o Bolsa Família ou o seguro de desemprego em outros países) são acompanhados de programas mais ambiciosos que visam eliminar as condições estruturais que provocam a pobreza, oferecendo educação e/ou formação profissional, provendo infraestruturas etc. Por outro lado, a maioria dos pobres *trabalha* e trabalha duramente, mas tem empregos irregulares e mal pagos, que não garantem sua sobrevivência, obrigando-os a recorrer à assistência pública ou à caridade privada. Mas, a julgar pelos seus próprios testemunhos (REGO; PINZANI, 2013, p. 93 ss.), é como se para eles mesmos todas as horas e as energias que dedicam a essas formas de trabalho informal não contassem propriamente como ocupação e não os salvassem da “vergonha” do desemprego.

É necessário, aqui, distinguir duas situações diferentes. Nas sociedades capitalistas industrialmente avançadas, ainda mais naquelas pós-industriais, a pobreza é causada geralmente pela exclusão dos indivíduos do mercado de trabalho e, portanto, é consequência das transformações do sistema produtivo capitalista. Particularmente relevantes entre tais transformações são a crescente mecanização e tecnologização, que torna desnecessária boa parte da mão de obra humana, a deslocalização industrial, que caracteriza a globalização econômica, e a primazia do capitalismo financeiro sobre o produtivo – primazia que incentiva a realizar investimentos

especulativos em vez de investir na produção de bens e fragiliza a economia mundial (como comprovado pelo fato de que todas as mais recentes crises econômicas, regionais ou mundiais, tiveram sua origem no setor financeiro). Essas são as razões pelas quais, nos países europeus, no Canadá ou no Japão, a pobreza voltou a aparecer nas últimas décadas, depois de ter quase desaparecido durante a chamada “era dourada do capitalismo” (os trinta anos que seguiram a segunda Guerra Mundial, marcados por uma situação de quase pleno emprego e pela presença de um forte Estado de bem-estar social).¹¹ A chamada “nova questão social” (CASTEL, 1995) surge justamente por essas causas estruturais e leva àquele fenômeno que vários autores denominam de “exclusão social” (cf. LENOIR, 1974 e PAUGAM, 1996), ou seja, à exclusão e manutenção às margens dos processos produtivos de uma parcela expressiva da população. Trata-se de indivíduos que, em outras épocas, teriam sido integrados sem grande dificuldade no sistema econômico; o fato de eles agora serem “inúteis” para tal sistema independe, por ex., de sua falta de qualificação, mas é consequência das transformações do próprio sistema. A exclusão social é, portanto, o resultado de um processo social específico, não uma situação ou um estado natural.

Nas sociedades capitalistas não plenamente desenvolvidas do ponto de vista industrial, como as latino-americanas,¹² a pobreza tem muitas vezes raízes profundas.

¹¹ Os EUA sempre representaram uma exceção parcial, neste sentido, mas até 1996 existia também lá um Estado de bem-estar social, ainda que menos ativo do que na Europa.

¹² Não é possível neste contexto entrar na questão do subdesenvolvimento econômico do continente latino-americano, sobre o qual há um imenso debate. Para um panorama desse debate no Brasil ver BIELSCHOWSKY, 2004.

Há, portanto, nelas uma mistura de “nova” e “antiga” pobreza, cada uma com causas diferentes. Os problemas ligados à “nova questão social” e à “exclusão social”, provocados pela metamorfose do mundo do trabalho (cf. ANTUNES, 2000), se acrescentam aos desajustes sociais históricos, devidos em parte à herança da escravidão (a emancipação dos escravos aconteceu sem que houvesse a mínima tentativa de inseri-los no corpo social e político),¹³ e em parte ao atraso tecnológico e econômico dos países “periféricos” em relação aos países capitalistas do “centro”, conforme a terminologia desenvolvimentista.

Central, nesse contexto, a noção de marginalidade desenvolvida pelo sociólogo Gino Germani (1973) e retomada pelo cientista político José Nun (1999). Segundo o primeiro, os países latino-americanos são caracterizados por desigualdades e assincronias no processo de modernização econômica e produtiva; assim, em seu interior há grupos inteiros, categorias sociais e áreas geográficas que permanecem em situação de atraso em relação aos grupos e às áreas do país mais desenvolvidos e “modernizados”. A marginalidade se caracterizaria, em suma, como falta tanto de modernização como de integração num sistema econômico e social mais avançado. Justamente a própria ideia de atraso permite imaginar a superação de tal situação num momento sucessivo. Nesse sentido, José Nun é mais pessimista e introduz o conceito de “massa marginal” para indicar uma parcela de população que é excedente e inútil para o sistema produtivo

¹³ Vale a pena citar um trecho de Florestan Fernandes (1964, p. 05): “a sociedade brasileira largou o negro ao seu próprio destino, deitando sobre seus ombros a responsabilidade de reeducar-se e de transformar-se para corresponder aos novos padrões e ideais de homem criados pelo advento do trabalho livre, do regime republicano e do capitalismo”.

independentemente das condições históricas atuais, mas em consequência da própria natureza do capitalismo contemporâneo. Em outras palavras, não há como reabsorver essa massa de pessoas dentro do sistema capitalista. Essas interpretações da pobreza nos países europeus e latino-americanos se caracterizam todas por identificar as causas *sociais* do fenômeno: é a própria estrutura da sociedade capitalista contemporânea que provoca seu surgimento. Por isso, o problema só poderia ser resolvido modificando tal estrutura.

A partir das décadas de 1980 e, principalmente, de 1990 (ou seja, em concomitância com a chamada revolução neoliberal), prevalece outra visão, que retoma quer a tese da perversidade, quer a ideia da responsabilidade individual dos pobres. Além do acima mencionado debate sobre o Estado de bem-estar nos EUA, onde essa tese e essa ideia são defendidas direta e abertamente, podemos constatar sua presença também nos vários relatórios sobre a pobreza apresentados por instituições como o Banco Mundial ou o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e, finalmente, em boa parte da literatura acadêmica sobre o tema – particularmente, mas não exclusivamente, naquela de língua inglesa – como constata Vivian Ugá (2011). Para a autora, o próprio fato de formular e enfrentar a questão social (isto é, a questão da exclusão e da marginalidade) em termos de pobreza significa já um deslocamento para o plano da responsabilidade individual, uma vez que (1) a pobreza é definida por quase todos os autores (e pelas mencionadas instituições internacionais) em termos de déficit individual (como falta de capital humano, como falta de *capabilities* ou como ausência de opções pessoais); e (2) as soluções propostas apontam todas para uma eliminação dessa falta através do empoderamento (*empowerment*) dos indivíduos pobres, em vez de apontar para soluções radicais que visem modificar as causas estruturais da

pobreza. Muitas abordagens sociológicas sobre o fenômeno da pobreza compartilham com a retórica antipobre a ideia de que o problema da pobreza é, primariamente, ligado a uma falta de capacitação dos indivíduos e que, portanto, poderia ser resolvido fornecendo-lhes os instrumentos necessários para saírem de sua situação. O problema de tais estratégias é que desconsideram o contexto social, histórico e, sobretudo, econômico mais geral: de nada adianta, por ex., oferecer educação de qualidade e formação profissional a indivíduos que, para o atual sistema econômico, seguirão sendo “inúteis” e “não empregáveis”, independentemente de suas qualificações. O resultado será ou de condená-los a exercer trabalhos precários e informais – sina à qual é destinada também a maioria dos indivíduos altamente qualificados nas sociedades pós-industriais – ou, no caso dos pobres de áreas rurais, de obrigá-los a migrar em busca de alternativas à mera agricultura de subsistência ou a tornar-se empreendedores agrícolas (tentativa cujo sucesso depende, de fato, da existência de infraestruturas – e, portanto, da ação do Estado – e das flutuações do mercado mais do que de suas capacidades individuais).

Nessa ótica “individualista”, o pobre é, geralmente, considerado como uma pessoa cuja renda é insuficiente para alcançar um padrão de vida considerado digno em sua sociedade e que, por causa disso, se depara com formas relevantes de privação material e social (no sentido definido por Townsend, 1970 e 1987). Essas resultam numa incapacidade de realizar seus planos de vida, o que vai além das dificuldades normais encontradas por qualquer outra pessoa e que depende fortemente de circunstâncias sociais subtraídas à esfera pessoal de decisão (como a falta de acesso a recursos financeiros ou a falta de voz). O fato de sua situação potencializar tal incapacidade coloca o pobre no chamado “círculo vicioso da pobreza” (DIETERLEN, 2006, p. 37) ou na

“armadilha da pobreza” (*poverty trap*) da qual falam tantos economistas (BANERJEE; DUFLO, 2011, p. 9 ss.). Libertar-se dessa situação exigiria um esforço comparável àquele do Barão de Münchhausen, o qual, segundo a lenda, teria conseguido sair da areia movediça puxando-se pelo próprio cabelo. Por isso, o pobre é confrontado com exigências extraordinárias, que não são colocadas aos membros “normais” da sociedade. Exige-se dele um *surplus* de força de vontade, de capacidade de ação e de assunção de responsabilidade individual – e essa assimetria normativa representa mais uma maneira de a sociedade maltratar os pobres, inclusive quando os ajuda materialmente.

Estamos, assim, perante duas visões completamente diferentes da pobreza e duas estratégias correspondentes para enfrentá-la: uma vê nela um problema com causas sociais que não pode ser resolvido senão modificando radicalmente a estrutura socioeconômica de nossas sociedades; a outra a associa a uma falta de “empoderamento” ou de capacitação individual que pode ser resolvida através de uma distribuição de recursos específicos. A primeira estratégia se vê obrigada a adiar a solução definitiva do problema até o momento em que o sistema capitalista atual passar por profundas transformações estruturais, o que parece estar cuja natureza longe de se tornar evidente. Em alternativa, deve contentar-se com a apresentação de um complemento ou um corretivo à visão da segunda estratégia, retirando dela seu caráter eminentemente individual.

Algumas abordagens individualistas (como as de Pogge, 2002 e de Sem, 2009, por ex.) possuem pelo menos uma vantagem do ponto de vista normativo: ao adotar o individualismo metodológico, característico das teorias liberais (e neoliberais), elas apelam para a responsabilidade individual não somente dos pobres, mas também dos demais indivíduos, na resolução do problema da pobreza. De fato, há

várias maneiras de fundamentar o dever de ajuda nesse caso: na comum natureza humana, no conceito de dignidade ou de valor intrínseco da vida humana, ou numa genérica visão de solidariedade com os concidadãos e/ou com todos os demais seres humanos. Mas as estratégias mais interessantes são aquelas que apontam para a conexão entre responsabilidade individual e causas estruturais. O dever de contribuir com a luta contra a pobreza (quer diretamente, por meio de caridade privada e de atividades beneficentes, quer indiretamente, pagando impostos para financiar políticas específicas e apoiando as instituições que as realizam) se fundamentaria no fato de que a situação privilegiada que os não pobres possuem em relação aos pobres é causada pelo mesmo arranjo socioeconômico que provoca a situação de desvantagem dos pobres. Ao gozar das vantagens de tal arranjo e, portanto, ao tentar garantir sua estabilidade e continuidade, os não pobres estão condenando os pobres a permanecerem numa situação que poderia tornar-se mais favorável para eles, se o arranjo mudasse radicalmente. O problema é que os não pobres ignoram, ou agem como se ignorassem, as implicações de suas ações, e preferem atribuir sua posição aos seus méritos pessoais e a posição dos pobres às suas falhas individuais. Portanto, devemos considerar de forma mais sistemática a ideia de que a posição social e econômica dos pobres depende de tais falhas.

Dar o peixe ou ensinar a pescar?

Um dos argumentos mais utilizados contra políticas sociais que preveem uma redistribuição direta de renda é o de que elas não combatem as causas da pobreza, mas somente seus sintomas. Muitos recorrem ao provérbio chinês, o qual preconiza que quando se encontra um homem faminto, é melhor ensinar-lhe a pescar do que dar-lhe um peixe. Mas esse

provérbio, tantas vezes citado em comentários panfletários nas redes sociais e até na própria literatura acadêmica, nem sempre se aplica ao caso da pobreza.

Adam Smith afirmava que a causa principal da melhoria da condição material dos indivíduos é a “parcimônia”, a qual deriva justamente do “desejo de melhorar nossa condição, um desejo que [...] herdamos do seio materno e nunca nos abandonará até a sepultura” (SMITH, 1996, vol. I, p. 342). Essa ideia seguiu caracterizando o pensamento liberal ao longo do século XIX junto à convicção (que Smith nunca compartilhou nessa forma¹⁴) de que a chave para acumular riqueza era a abstinência e de que “os pobres eram pobres porque não tinham o caráter necessário para praticar esta abstinência” (CHANG, 2013, p. 197). Tal preconceito permanece muito vivo na opinião pública de muitos países. Seria tentador ver nele simplesmente uma maneira de racionalizar a existência da pobreza por parte de quem não é pobre. Ao culpar os pobres pela sua situação, obter-se-ia um duplo efeito: por um lado, poder recusar qualquer responsabilidade externa pela condição dos pobres e, portanto, qualquer dever moral de ajudá-los a sair dela; por outro, atribuir-se o mérito exclusivo pela própria situação de bem-estar. Contudo, seria um erro pensar que tal atitude deriva de uma tentativa intencional e consciente de autoabsolvição ou de uma mera falta de solidariedade, embora o resultado final seja precisamente esse. Trata-se antes de uma visão do mundo que se tornou dominante e acabou sendo

¹⁴ Cabe destacar que, na página aqui citada, Smith oferece um comentário descritivo e não prescritivo, limitando-se a constatar que a maioria das pessoas tende à parcimônia para tentar melhorar sua condição material e reconhecendo que esse é o meio “mais comum e mais óbvio” para alcançar este fim (SMITH 1996, vol. I, p. 342). Contudo, Smith nunca defendeu a tese simplista de que a única causa da pobreza seria o esbanjamento de dinheiro.

interiorizada a ponto de aparecer óbvia e natural. Ainda assim, ela é notoriamente infundada. Não que seja completamente falsa, porém é impossível postular algumas características individuais como causa única da riqueza ou de pobreza. Até Friedrich von Hajek, considerado por muitos o pai do neoliberalismo, aceita que nem sempre os indivíduos podem ser responsabilizados por seus fracassos econômicos (ou por seus sucessos). O motivo disso, afirma esse autor com razão, é que o mercado e, mais em geral, a economia obedecem a tantas e tais variáveis que é impossível que um indivíduo conheça e leve em conta todas elas. Portanto, pode ser que ele escolha aquela estratégia de ação que, com base nas informações disponíveis, parece a mais conveniente e ainda assim fracasse por circunstâncias que ele não podia prever (HAYEK, 1982, vol. II, p. 107 ss.). Hayek afirma enfaticamente que o mercado não premia necessariamente o mérito e a competência dos agentes econômicos, e, em consequência disso, considera sem sentido aplicar categorias morais como essas à esfera econômica. Sem contar que, como observam os economistas do MIT, Abhijit Banerjee e Esther Duflo (2011, p. IX), os pobres “têm que ser economistas sofisticados somente para sobreviver”, uma vez que têm que administrar cuidadosamente seus poucos recursos: qualquer erro de cálculo pode ter consequências pesadas, já que sua renda não permite desperdício. O economista da universidade de Cambridge Ha-Joon Chang menciona vários fenômenos que desmentem a ideia da falta de iniciativa e da incompetência dos pobres. Um deles é o fato de que os pobres muitas vezes são muito mais dotados de espírito empreendedor do que os membros das classes médias ou altas e que, apesar disso, não conseguem sair da pobreza por causas estruturais, ou seja, pela falta de oportunidades concretas de encontrar trabalho em seu lugar de residência, pela falta de infraestruturas viárias e de transporte etc (CHANG, 2013, p.

218 ss.). Sem contar que, frequentemente, a ausência de condições adequadas acaba dificultando enormemente o desenvolvimento de atividades econômicas autônomas.

Nesse sentido, poder-se-ia dizer que a dificuldade maior na tentativa de ensinar os pobres a “pescar” é a falta de “peixes”. Considerado que o problema da pobreza em muitos países é particularmente acentuado nas áreas rurais, é impossível imaginar que os pobres consigam sair de sua situação somente pelas suas próprias forças (ou seja, graças ao seu “espírito empreendedor” ou ao microcrédito), já que frequentemente as regiões nas quais vivem são economicamente deprimidas, não há nelas infraestrutura suficiente para permitir a criação de empresas de médio e grande porte e seus moradores não dispõem da educação e da formação profissional que são necessárias para trabalhar em empresas com um nível tecnológico médio ou elevado. Até oferecendo microcrédito e treinamento profissional às pessoas que moram em tais áreas, não é possível imaginar que elas consigam encontrar trabalho regular e duradouro se não houver maciços investimentos públicos para criar ocasião de trabalho (no molde das políticas keynesianas de combate à Grande Depressão estadunidense da década de 1930) e para estimular a empresa privada também a investir – inclusive na formação dos trabalhadores. No caso dos pobres urbanos, o problema é a mencionada exclusão social que deriva da natureza do capitalismo contemporâneo e que leva à criação da “massa marginal” e à formação de uma multidão de indivíduos “inúteis” para o sistema econômico. Em todos os casos, quer nas áreas rurais, quer nas urbanas, não é suficiente ensinar a pescar a quem vive num deserto infraestrutural, educacional e profissional. O combate à pobreza deve passar necessariamente por políticas públicas de distribuição direta de renda monetária (isso ficará mais claro nas próximas seções, em que se discutirão as condições econômicas para o

desenvolvimento da autonomia pessoal), embora estas não possam e não devam ser as únicas formas de luta contra a miséria.

A pobreza como objeto de política de redistribuição

Há uma distinção tradicional na literatura sobre a pobreza, a saber, a distinção entre pobreza primária e secundária (ROWNTREE, 1901). Com pobreza primária se entende a dificuldade ou impossibilidade de satisfazer necessidades básicas (como comida, abrigo etc.) a partir da renda que os próprios pobres conseguem autonomamente e que não seja o efeito de uma política social ou da ação de instituições beneficentes. A pobreza secundária é definida pelo fato de que, até quando a própria renda é suficiente para satisfazer as carências básicas, os pobres não conseguem fazê-lo por razões que independem deles (da sua eventual incapacidade de administrar seus recursos, da sua presumida falta de boa vontade etc.). Se, por exemplo, uma pessoa, pela falta de investimentos públicos no saneamento e na área da saúde, sofre por uma doença que afeta sua capacidade de nutrir-se (como uma parasitose aguda), o fato de ser capaz de procurar comida não a protege da subnutrição. Ou ainda, pode ser que um indivíduo não consiga nutrir-se de forma adequada por falta de educação alimentar ou pela impossibilidade de comprar alimentos saudáveis.¹⁵ Nesses casos, estaríamos

¹⁵ Em nossa pesquisa empírica (LEÃO REGO; PINZANI, 2013), nos deparamos frequentemente com esta última circunstância, particularmente em áreas rurais semiáridas, nas quais é difícil encontrar hortaliças a preços razoáveis, ou porque têm que ser importadas de outras regiões, ou porque sua produção requereria uma grande quantidade de água, elevando os custos a ponto de torná-las inacessíveis para a população local mais pobre.

perante uma situação de pobreza secundária. Portanto, até uma renda que seja em si mesma suficiente para uma vida minimamente digna em determinada sociedade pode, de fato, não ser suficiente, dadas certas circunstâncias nas quais se encontram os indivíduos (como a presença de um ambiente insalubre, de uma doença etc.). Esse é um dos motivos principais pelos quais a maioria das abordagens ao fenômeno da pobreza reconhece que seria redutivo recorrer somente à renda monetária como critério para defini-la.

Ao mesmo tempo, tal critério, apesar de não ser o único, se revela fundamental, uma vez que a ausência de renda tem implicações relevantes no que diz respeito às outras dimensões evidenciadas pelos vários enfoques sociológicos ou econômicos, como a capacidade de estabelecer laços sociais estáveis, de desenvolver plenamente a própria personalidade individual etc. (ver nesse sentido os testemunhos apresentados em Vollmann, 2008; Banerjee e Duflo 2011; Leão Rego e Pinzani, 2013). A ausência de uma renda suficiente para garantir certo nível de vida (seja este definido em termos absolutos ou em termos relativos) permanece um elemento central para definir o conceito de pobreza, ainda que não seja um elemento suficiente para esse fim. O fato de a pobreza possuir outras facetas que não a mera falta de renda e a circunstância de ela poder ser combatida também lançando mão de estratégias diferentes da transferência direta de renda não devem enganar sobre a centralidade da distribuição de dinheiro. Por um lado, em sociedades que não são caracterizadas por uma grave escassez generalizada de recursos (naturais ou “artificiais” como infraestruturas produtivas etc.), a pobreza depende principalmente de uma *desigualdade na distribuição de bens* (acesso à educação, à saúde, ao trabalho, a serviços bancários etc.) que, embora não diretamente de natureza monetária, dependem indiretamente

de uma distribuição desigual de renda e riqueza.¹⁶ Por outro lado, ela pode ser erradicada somente através de uma *redistribuição* de tais bens, que depende diretamente da disponibilidade de recursos monetários por parte dos agentes empenhados nesse processo. Também em casos como aqueles mencionados por Sen (2009) e outros defensores do *capability approach*, nos quais o que está em jogo é a criação de *capabilities* e, portanto, a distribuição de recursos que possam ser traduzidos nelas, o processo de luta contra a pobreza depende da disponibilidade por parte das instituições públicas (ou de outros sujeitos) de meios financeiros suficientes para cobrir os custos ligados à disponibilização de tais recursos (por ex., para distribuir entre a população remédios contra a malária, ou para abrir escolas em áreas rurais, ou para fomentar o surgimento de cooperativas de camponeses). Isso significa que qualquer definição de pobreza, bem como qualquer proposta de solução ao problema da pobreza, deverá levar em conta a questão da renda monetária. Portanto, qualquer tentativa de resolver tal problema remete a questões de justiça distributiva ligadas primeiramente à maneira como renda e riqueza são distribuídas em determinada sociedade (ou até no mundo inteiro, no caso de propostas para combater a pobreza global. Cf. POGGE, 2002; TRUJILLO, 2007).

¹⁶ Isso não significa que haja necessariamente uma relação de causa e efeito entre desigualdade econômica e pobreza: é imaginável uma sociedade bastante desigual sem pobreza, bem como uma sociedade relativamente igualitária na qual existe pobreza. Contudo, em geral, sociedades caracterizadas por uma forte desigualdade tendem a apresentar índices de pobreza elevados (quer em termos absolutos, quer em termos relativos), como uma comparação entre a classificação dos países segundo o índice Gini e sua classificação em termos de DHI ou PPC pode mostrar.

Há uma relação direta entre renda monetária e autonomia individual que já fora apontada por vários autores.¹⁷ Por exemplo, Georg Simmel, em sua *Filosofia do dinheiro* (1977 [1900]), apontava para o fato de que o surgimento das ideias de autonomia e de indivíduo autônomo é um fenômeno específico da modernidade ocidental ligado ao surgimento primeiro de um sistema mercantilista, em seguida da sociedade capitalista. Na sociedade pré-moderna, os indivíduos possuem obrigações caracterizadas por laços pessoais (por ex. o vassalo e o seu suserano) e permanecem presos em uma rede de relações e compromissos pessoais que praticamente não lhes deixa liberdade alguma.¹⁸ Na sociedade mercantilista e na capitalista, tais obrigações se despersonalizam: em vez de dever horas de trabalho ao suserano (as corveias), o vassalo paga um imposto, ou seja, se serve do dinheiro para livrar-se de uma relação de dívida e dependência pessoal. Isso torna os indivíduos independentes uns dos outros, no sentido de que sua dependência mútua (que segue existindo, naturalmente) está ligada não a uma rede de relações pessoais inescapáveis, mas a uma rede de relações impessoais, isto é, de relações com indivíduos que nos oferecem somente um lado de si: são clientes, concorrentes, fornecedores etc. Nossa relação com eles é *monetária*: pagamos-lhes (ou somos pagos por) certos bens e serviços. Por meio do dinheiro compramos nossa independência de qualquer laço ou compromisso pessoal, ainda que sigamos

¹⁷ Retomo neste e no próximo parágrafo as considerações já avançadas em Leão Rego e Pinzani, 2013, p. 197 ss.

¹⁸ Isso fora já observado por Marx que, ao se referir à relação de servidão medieval, salientava que sua realização se objetivava através da coerção econômica, mas também através de vínculos pessoais de domínio e submissão presentes na “coerção extraeconômica” (MARX, 1972).

dependendo de outros para obter os meios necessários para satisfazer nossas carências.¹⁹ A independência material garantida através do dinheiro é um elemento essencial de tal liberdade e deveria ser considerada, portanto, um bem básico e um objeto possível de políticas públicas voltadas à luta contra a pobreza, bem como à criação de cidadãos autônomos.

Dessa forma se pode inferir que a monetarização das relações sociais realiza, ainda que de forma contraditória,²⁰ um princípio de individuação, pois como indivíduos munidos de uma forma universal de riqueza (que se revestiu da forma dinheiro), os seres humanos se individualizam, se transformam em seres que interagem (na forma da compra e venda de bens e serviços), como “iguais e livres” e que agem de forma particularizada. Tal ação contém em si um elemento de escolha e determinação *individual* que vai além da mera compra desta ou daquela mercadoria. O dinheiro garantido pelos programas de transferência direta de renda assume, portanto, a função de *dinheiro personalizado*. No ato da compra de bens particulares necessários à sua sobrevivência, o indivíduo realiza primeiro sua reprodução como ser humano, mas, ao mesmo tempo, se insere em relações sociais mais amplas, plenas de contradições, mas também potencialmente emancipatórias. Em outras palavras, tais relações sociais trazem em suas entranhas tanto potencialidades libertárias, quanto novas formas de opressão que, contudo, não discutirei

¹⁹ Cabe salientar que, para Simmel, a independência (assim como a autonomia que ela fundamenta) não é uma qualidade do indivíduo como no caso, por ex., da força física, e depende antes das relações que este indivíduo estabelece com os outros (SIMMEL, 1977, p. 357).

²⁰ Marx demonstrou que, na realidade, a relação de troca é uma relação de coerção e cancela seu próprio pressuposto, ou seja, a liberdade e igualdade dos indivíduos (MARX, 1971, p. 181).

aqui:²¹ é suficiente apenas destacar as possibilidades liberadoras que o acesso à renda em dinheiro abre aos indivíduos.²²

Há quem defenda que, na realidade, é desnecessário tomar medidas específicas contra a pobreza, mas que é suficiente garantir um mínimo de segurança jurídica, em particular em relação ao direito à propriedade, ou criar políticas que assegurem um crescimento econômico continuado para toda a sociedade.²³ No que diz respeito ao primeiro aspecto, no início do século XXI, se discutiu muito a teoria do economista peruano Hernando de Soto (2000), segundo o qual o maior problema na luta pela erradicação da pobreza consistiria no fato de que os pobres não são os proprietários de suas casas e, portanto, não possuem bens imóveis para obter empréstimos ou hipotecas bancárias que lhes permitam dispor do capital necessário para iniciar uma atividade econômica autônoma. As propostas avançadas por de Soto foram discutidas e aplicadas em vários países, do Peru à Camboja, mas os resultados não foram os esperados. Somente uma parcela mínima das famílias que se tornaram

²¹ Para uma abordagem mais aprofundada sobre este assunto, ver Marx, 1971.

²² As consequências que surgem a partir disso são, sem dúvida, paradoxais, pois podem realizar funções muito diversas. Por exemplo, podem levar à dissolução de vínculos tradicionais, assim como ligações e estruturas de dominação pessoal. Igualmente, podem levar à dissolução das condições da dominação política constitutiva da relação senhorial, cuja expressão mais visível é o voto clientelista – relação, esta, fundada na expropriação da vontade do outro.

²³ EASTERLY (2001) apresenta uma das formulações mais coerentes e bem argumentadas dessa posição com referência às ajudas internacionais. Para uma crítica (não radical e parcialmente favorável), ver Banerjee e Duflo (2011).

proprietárias de suas casas graças a leis especialmente promulgadas para tal fim conseguiram de fato empréstimos²⁴ (GRAVOIS, 2005; THE ECONOMIST, 2006). O que parece poder funcionar na teoria, demonstra-se frequentemente inviável na prática, devido a fatores concretos próprios da sociedade particular, na qual a solução “milagrosa” deveria ser aplicada, já que muitas vezes a teoria não leva em conta o contexto histórico e social específico (neste caso: a cultura econômica e política da população, os preconceitos contra os pobres por parte das instituições financeiras e, finalmente, o medo compreensível que os pobres tinham de perder sua única riqueza e que os levou a não hipotecar sua casa).

Algo análogo pode ser afirmado da ideia segundo a qual seria suficiente garantir um crescimento econômico generalizado sem a preocupação de redistribuir artificialmente seus frutos por meio de políticas específicas. A imagem utilizada para ilustrar esse caso é geralmente o da maré que levanta todos os barcos: os iates como as jangadas.²⁵ Há,

²⁴ Os bancos seguiram negando empréstimos aos pobres, quer por causa do escasso valor dos imóveis oferecidos como garantia, quer por desconfiança na capacidade dos pobres de pagarem suas dívidas. Por sua vez, se viu que uma maioria expressiva dos pobres beneficiários não confiava na ideia de que hipotecar a casa para ter acesso a um empréstimo fosse uma decisão acertada e preferiram não pôr em risco sua propriedade recém-adquirida.

²⁵ Esta ideia remete a uma teoria avançada pelo economista Simon Kuznets na década de 1950. Kuznets apresentou a hipótese de que um rápido crescimento econômico levaria, em curto prazo, a um aumento da desigualdade econômica e social, mas resultaria, em longo prazo, em uma diminuição da pobreza. Tal hipótese, embora tivesse escassa base empírica (o próprio autor reconhecia que seu artigo era “talvez 5 % de informação empírica e 95 % de especulação, uma parte da qual poderia ser prejudicada por *wishful thinking*”: KUZNETS, 1955, p. 26), passou a ser tratada quase como um dogma

contudo, vários estudos que mostram que uma política de crescimento puro não elimina necessariamente a pobreza; antes aumenta a desigualdade.²⁶ Se, por ex., em consequência de um crescimento econômico geral de 5%, a renda de cada indivíduo subir em 5%, a desigualdade relativa entre os mais ricos e os mais pobres (i.e. a razão da desigualdade) também aumenta (MEDEIROS, 2012, p. 92).²⁷ Por isso, muitos economistas consideram mais eficaz recorrer a uma distribuição direta de renda, que se pode dar na forma de políticas de transferência universal (por ex. de uma “renda básica universal”, como proposto, entre outros, por Van

por gerações de economistas e de políticos, apesar de não se encontrar nos anos a seguir nenhuma comprovação empírica. Muito pelo contrário: um importante estudo dos anos setenta, efetuado em quarenta e três países em desenvolvimento, demonstrou que não havia nenhuma relação direta entre crescimento econômico e diminuição da pobreza; antes, dos efeitos do primeiro tiravam proveito quase exclusivamente a classe média e as classes mais ricas (ADELMAN; TAFT MORRIS, 1973). A tese de Kuznets voltou a ser atacada recentemente por Thomas Piketty (2014, p. 11 ss.).

²⁶ Essas considerações e as que seguem partem do pressuposto de que a desigualdade tanto cria a pobreza como a acentua. No presente contexto, não posso estender-me numa justificativa de tal pressuposto. Remeto, entre outros, a Lansley, 2012 (que argumenta a partir de uma perspectiva estritamente econômica) e a Wilkinson e Pickett, 2009 (que consideram os custos humanos e não somente econômicos da desigualdade e seu impacto sobre a qualidade da vida), bem como ao mencionado estudo de Aldeman e Taft Morris (1973).

²⁷ Por exemplo, se a renda mensal de A for de US\$ 10.000,00 e a de B de US\$ 100,00 (o que implica uma diferença de renda entre eles de US\$ 9.900,00), com um aumento generalizado de 5%, a renda mensal de A passaria a ser de US\$ 10.500,00 e a de B de US\$ 105,00, com um aumento da diferença entre as duas rendas (agora de US\$ 10.495,00) e um conseqüente aumento da desigualdade.

Parijs, 1991 e 1992 e por Vanderborght e Van Parijs, 2006) ou de políticas de transferência direcionada somente aos mais pobres. As primeiras aumentam o nível geral de renda e podem aliviar a pobreza, mas deixam intacta a desigualdade²⁸ e, portanto, o possível impacto negativo que ela tem sobre a situação dos mais pobres; as segundas, em geral, provocam “uma redução maior na desigualdade e na pobreza do que a política de transferências universais e muito superior ao que ocorre na política de crescimento puro” (MEDEIROS, 2012, p. 98). Isso, contudo, não significa que sejam *sempre* mais adequadas para combater a pobreza, já que, ao avaliar as diferentes estratégias de luta contra esse fenômeno, devem ser levados em conta muitos fatores (entre os quais estão também os custos econômicos, de gestão etc.).

Essa última consideração aponta para a necessidade de que os programas de transferência direta de renda sejam acompanhados por programas que tenham como objeto as circunstâncias socioeconômicas gerais nas quais vivem os destinatários. Tais programas mais gerais podem concernir o ambiente mais imediato onde vivem os pobres (no caso da construção de moradias populares, da revitalização de bairros, de obras de saneamento e de abastecimento etc.), ou sua região (através da criação de infraestruturas, da edificação de barragens para irrigação, da construção de estradas etc.); podem ainda ter como objeto a educação e a formação profissional, a assistência de saúde, a reeducação alimentar etc. Em suma, se é verdade que o aspecto monetário (a distribuição direta de dinheiro) é central, não se pode prescindir de levar

²⁸ Voltando ao exemplo anterior: se A tiver uma renda mensal de US\$ 10.000,00 e B uma de US\$ 100,00, o fato de ambos receberem uma renda básica universal de US\$ 500,00 manteria intacta a desigualdade entre suas rendas (quer permaneceria de US\$ 9.900,00).

em conta o contexto socioeconômico no qual se encontram os pobres, se não se quer simplesmente ajudá-los a sobreviver ficando “artificialmente” acima da linha da pobreza graças aos programas de transferência de renda.²⁹ Os pobres pertencem a um mundo que os exclui em múltiplos sentidos – um mundo pensado exclusivamente para (e por) sujeitos não pobres, inseridos no mercado de trabalho (ainda que, às vezes, de forma intermitente, devido à precarização), que possuem um nível suficiente de educação e formação profissional para obter o *crédito* moral que é necessário para viver como membros plenamente autônomos em qualquer sociedade, independentemente do fato de desfrutá-lo como crédito financeiro. Em geral, podemos afirmar com Banerjee e Duflo que os pobres vivem “num mundo, cujas instituições não são feitas para alguém como eles”, uma vez que a maioria deles não possui salário ou renda regular, conta bancária, plano previdenciário, seguro saúde etc. (BANERJEE; DUFLO, 2011, p. IX). Em outras palavras, o mundo é feito para quem tem conta no banco, por mínima que seja a quantia de dinheiro depositada. Por isso, vários programas sociais visam a inserção financeira dos pobres, isto é, se preocupam não somente com sua inserção no mercado de trabalho, mas tentam também fornecer-lhes instrumentos que lhe deem *crédito* (no duplo sentido: financeiro e moral). Explicam-se assim a insistência em programas de microcrédito, por um lado e, por outro, também as dificuldades que tais programas encontram em sua implementação, já que os bancos concedem crédito aos pobres somente quando o governo garante, de certa maneira, o

²⁹ Esta é uma crítica que é feita frequentemente ao programa Bolsa Família, no Brasil, mas que não leva em conta o fato de que tal programa é somente um entre muitos outros (quase sessenta), que visam melhorar o contexto socioeconômico mais amplo (ver PINZANI, 2014).

pagamento para eles (pagando a diferença entre os interesses normais e os interesses especiais aplicados aos pobres), ou seja, os bancos dão crédito ao governo, não aos pobres. Ora as instituições especializadas em microcrédito, ou se sustentam graças a fundos governamentais e/ou graças à beneficência individual (por ex. na forma de doações a ONGs) ou – na ausência de tais apoios externos – aplicam juros iguais ou até superiores àqueles dos outros bancos, para não ir à falência ou até para lucrar.³⁰ Assim fazendo, tais instituições acabam dificultando enormemente aos pobres a saída da espiral da dívida, como testemunham estudos sobre o caso da Índia (KAY, 2002). Os pobres acabam, portanto, excluídos de um modo de vida que o resto da população considera “natural” (até para uma pessoa de classe baixa é impossível viver sem conta num banco).

Os pobres: de objetos de políticas a sujeitos da política

À exclusão econômica e financeira corresponde a exclusão política e a falta de voz: os pobres são, no máximo, objetos de políticas, não sujeitos da política (PINZANI, 2012). Muitas vezes não conseguem organizar-se e articular-se para manifestar seus interesses e formular suas exigências, quer pelo isolamento físico (no caso dos pobres que vivem em áreas rurais ou afastadas das cidades), quer pela falta de autoestima, entre outras razões. Às vezes, conseguem encontrar

³⁰ Em vários países, os bancos de microcrédito aplicam juros maiores aos pobres ou apelando para o maior nível de risco (apresentado pela “notória” dificuldade que estes têm em quitar suas dívidas), ou porque não têm como garantir o mínimo de lucro necessário para sobreviver e seguir emprestando (à diferença dos bancos normais, que têm muitas formas de obter lucro, além da concessão de crédito).

estratégias inovadoras e criativas para opor-se às políticas que os prejudicam ou até para impor seus interesses, como nos casos relatados pelo cientista político indiano Partha Chatterjee (2004). Em geral, contudo, não são ouvidos nem sequer quando se trata de estabelecer programas sociais que visam mudar sua situação, na convicção – comum inclusive entre os atores políticos que implementam ou até elaboram tais programas – de que, também se fossem ouvidos, lhes faltaria a capacidade de articular suas necessidades e exigências.

Há, frequentemente, uma tendência a romantizar o pobre, a esperar dele que seus desejos e suas esperanças tenham como objeto somente finalidades nobres, como: mais educação, mais dignidade, mais solidariedade, mais tempo livre para conduzir uma vida familiar e social plena etc. Assim, prova-se decepção, quando os pobres manifestam seus desejos de consumo. O fenômeno dos chamados *rolezinhos* no Brasil é interessante sob esse ponto de vista: em dezembro de 2013 e janeiro de 2014, jovens provenientes de bairros pobres e das favelas invadem os shoppings de São Paulo e de outras cidades – como bárbaros profanando os templos de consumo da classe média –, não para protestar contra o materialismo e a indiferença social de seus pares burgueses, mas para reclamar para si o direito ao mesmo nível de consumo, ou seja, o direito ao consumo como forma de vida.³¹ Muitos colonistas e comentaristas ficaram escandalizados com essa série de

³¹ Sobre o fenômeno dos *rolezinhos* ver <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/01/conheca-historia-dos-rolezinhos-em-sao-paulo.html>> e a coluna de Eliane Brum em <http://brasil.elpais.com/brasil/2013/12/23/opinion/1387799473_348730.html>

“ataques” simbólicos e materiais contra os shoppings.³² Contudo, não há razão para exigir dos pobres que sejam menos materialistas, hedonistas e consumistas do que resto da sociedade. Como todas as outras pessoas, os pobres não desejam simplesmente sobreviver, mas querem também uma vida que lhes dê satisfação e felicidade, não necessariamente conforme às expectativas dos cientistas sociais, dos filósofos ou do resto da sociedade.³³ Escandalizar-se porque os pobres reclamam bens de consumo ou procuram satisfazer interesses materiais representa mais uma maneira de silenciá-los e de não querer ouvir sua voz.

Existe uma dimensão política da pobreza que, em geral, permanece em segundo plano em relação à urgência de aliviar a situação material dos pobres. Alguns autores salientam a importância de fazer com que os pobres participem ativamente do processo decisório democrático sobre as próprias políticas que os concernem (CHATTERJEE, 2004; SEM, 2009), mas prevalece na literatura sobre o tema a ideia de que a falta de capacitação e empoderamento dos pobres atinge também sua capacidade de participação política consciente e ativa, como se sua dificuldade em garantir a própria sobrevivência implicasse numa dificuldade *absoluta* de decidir sobre sua vida. Na realidade, tal dificuldade é *relativa*, e sua magnitude geralmente é proporcional aos obstáculos que

³² Ver as colunas de comentaristas populares como Reinaldo Azevedo (<http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/a-esquerda-boco-ja-esta-de-olho-no-rolezinho/>) e Rodrigo Constantino (<http://veja.abril.com.br/blog/rodrigo-constantino/cultura/o-rolezinho-da-inveja-ou-a-barbarie-se-protege-sob-o-manto-do-preconceito/>).

³³ Esse desejo de uma vida plena de satisfações, inclusive materiais, encontra seu limite no fenômeno das preferências adaptativas (SEM, 1985, p. 191). Contudo, cabe lembrar que tal fenômeno não é exclusivo das pessoas pobres.

os pobres encontram em sua cotidianidade. É verdade que indivíduos preocupados cada dia em encontrar comida para si e sua família não têm muito tempo para dedicar-se à discussão política, mas isso não significa que eles deixem de ter visões e aspirações que podem ser traduzidas em posições políticas concretas. Não obstante, o obstáculo maior talvez não seja a falta de tempo e energia para dedicar-se ao ativismo político, mas a dificuldade em identificar-se com o corpo político dos demais cidadãos, uma vez que esses demonstram total indiferença perante o destino dos concidadãos pobres. Por isso, as políticas sociais de luta contra a pobreza são justificadas frequentemente por conduzir à inclusão cidadã. O que está em jogo não é simplesmente o alívio da situação de pobreza de uma parcela expressiva da sociedade, mas também sua inclusão no corpo dos cidadãos. Não se trata de uma mera inclusão econômica e social (embora inclua essas duas dimensões), mas de fazer com que essas pessoas se vejam como membros do corpo político, isto é, como indivíduos detentores de direitos (à assistência pública, por ex.) e deveres (de enviar seus filhos para a escola, por ex.). Políticas públicas de combate à pobreza são, em suma, o sinal de que o Estado e, com isso, a comunidade política como um todo se preocupam com seu sofrimento e com sua situação de carência e vulnerabilidade. São, em outras palavras, sinais de uma solidariedade cívica, política e moral, sem a qual nenhuma comunidade política e nenhum país podem existir em paz e prosperar de forma justa.

Referências

ADELMAN, Irma; TAFT MORRIS, Cynthia. *Economic growth and social equity in developing countries*. Stanford: Stanford University Press, 1973.

- ADORNO, Theodor W. *Dialética negativa*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2000.
- BANERJEE, Abhijit V.; DUFLO, Esther. *Poor economics*. A radical rethinking of the way to fight global poverty. New York: Public Affairs, 2011.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro*. *O ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.
- CASTEL, Robert. *Les métamorphoses de la question sociale*. Une chronique du salariat. Paris: Fayard, 1995.
- CHANG, Ha-Joon. *23 coisas que não nos contaram sobre o capitalismo*. São Paulo: Cultrix, 2013.
- CHATTERJEE, Partha. *The politics of the governed*. Reflections on popular politics in most of the world. New York: Columbia University Press, 2004.
- DEAN, Mitchell. *The constitution of poverty*. toward a genealogy of liberal governance. London e New York: Routledge, 1991.
- DIETERLEN, Paulette. *La pobreza*. Un estudio filosófico. México: Fondo de Cultura Económica, 2006.
- EASTERLY, William. *The elusive quest for growth*: Economists' adventures and misadventures in the tropics. Cambridge (MA): MIT Press, 2001.
- THE ECONOMIST. The mistery of capital deepens. *The Economist*, 26/08/2006. Disponível em <<http://www.economist.com/node/7830209>>.
- EHRENREICH, Barbara. *Nickel and dimed*. On (not) getting by in America. New York: Metropolitan Books, 2001.
- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro à sociedade de classes*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1964.
- GEREMEK, Bronislaw. *Poverty: a history*. Oxford: Blackwell, 1994.

- GERMANI, Gino. *El concepto de marginalidad*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1973.
- GRAVOIS, John. The de Soto delusion. *Slate*, 29/01/2005. Disponível em: <http://www.slate.com/articles/news_and_politics/hey_wait_a_minute/2005/01/the_de_soto_delusion.html>
- HAYEK, Friedrich von. *Law, legislation, and liberty*. London: Routledge, 1982.
- HIRSCHMAN, Albert O. *The rhetoric of reaction. Perversity, futility, jeopardy*. Cambridge (MA): Harvard University Press, 1991.
- KUZNETS, Simon. Economic growth and income inequality. *American Economic Review*. v. 45, p. 1-28, 1955.
- LANSLEY, Stewart. *The cost of inequality. Why economic equality is essential for recovery*. London: Gibson Square, 2012.
- LAVINAS, Lena (Org.). *Percepções sobre desigualdade e pobreza. O que pensam os brasileiros da política social?* Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado, 2014.
- LEÃO REGO, Walquíria; PINZANI, Alessandro. *Vozes do Bolsa Família. Autonomia, dinheiro e cidadania*. São Paulo: Editora UNESP, 2013.
- LENOIR, René. *Les exclus – un français sur dix*. Paris: Seuil, 1974.
- LEVINE, David P.; RIZVI, S. Abu Thurab. *Poverty, work, and freedom. Political economy and the moral order*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- MALTHUS, Thomas R. *An essay on the principle of population*. London: Penguin, 1985 [1798].
- MARX, Karl. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política 1857-1858*. v.1. México; Buenos Aires: Siglo XXI, 1971.
- _____. *Formaciones económicas pre-capitalistas*. 2ª edición. Córdoba: Pasado y Presente, 1972.

- _____. *O capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1985. v. 1, livro 1, tomo 2.
- MEDEIROS, Marcelo. *Medidas de desigualdade e pobreza*. Brasília: Editora UnB, 2012.
- MEIKSINS WOOD, Ellen. *The origin of capitalism. A longer view*. London: Verso, 2002.
- MOLLAT, Michel. *The poor in the middle ages*. New Haven: Yale University Press, 1986.
- MURRAY, Charles. *Losing ground. American social policy 1950-1980*. New York: Basic Books, 1984.
- NUN, José. El futuro del empleo y la tesis de la masa marginal. *Desarrollo Económico*, v. 18, n.152, p. 985-1004, 1999.
- PAUGAM, Serge (Org.). *L'exclusion - L'état des savoirs*. Paris: La Découverte, 1996.
- _____. *Les formes élémentaires de la pauvreté*. 3^e édition mise à jour et complétée. Paris: PUF, 2013 [2005].
- PIKETTY, Thomas. *Capital in the twenty-first century*. Cambridge (MA): Balknap, 2014.
- PINZANI, Alessandro. De objeto de políticas a sujeitos da política: dar voz aos pobres. *Ethic@. An International Journal for Moral Philosophy*, 10/3, p. 83-101, 2012.
- _____. Alcances e limites de um CTT Program. Quão justificadas são as críticas ao Bolsa Família? *Cadernos de Filosofia Alemã*, 19/2, p. 213-221, 2014.
- PIVEN, Frances Fox; CLOWARD, Richard A. *Regulating the poor. The functions of public welfare*. Updated edition. New York: Vintage, 1993 [1971].
- POGGE, Thomas. *World poverty and human rights*. Cambridge: Polity Press, 2002.
- SEN, Amartya. Well-being, agency, and freedom. *Journal of Philosophy*, 82/4, p. 169-221, 1985.
- _____. *The idea of justice*. London: Allen Lane, 2009.
- SENNETT, Richard. *Respeito. A formação do caráter em um mundo desigual*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

- SIMMEL, Georg. El pobre. In: SIMMEL, Georg. *Sociología. Estudios sobre las formas de socialización*. Buenos Aires: Espasa-Calpe Argentina, 1939 [1903]. v. II, p. 57-94.
- SIMMEL, Georg. *Filosofía del dinero*. Madrid: Instituto de Estudios Políticos, 1977 [1900].
- SMITH, Adam. *A riqueza das nações*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. 2 v.
- SOLANA, Fernando (Coord.). *América Latina XXI: ¿Avanzará o retrocederá la pobreza?* México: Fondo de Cultura Económica, 2002.
- SOMERS, Margaret; BLOCK, Fred. From poverty to perversity: ideas, markets, and institutions over 200 years of welfare debate. *American Sociological Review*, v. 70, 2005, p. 270-287.
- SOTO, Hernando de. *The mystery of capital. Why capitalism triumphs in the west and fails everywhere else*. London: Black Swan Books, 2000.
- STEDMAN JONES, Gareth. *An end to poverty? A historical debate*. New York: Columbia University Press, 2004.
- TAWNEY, Richard H. *Religion and the rise of capitalism*. Gloucester: Peter Smith, 1962 [1926].
- TOWNSEND, Peter. *The concept of poverty*. London: Heinemann, 1970.
- _____. Deprivation. *Journal of Social Policy*. 16/2, p. 125-146, 1987.
- TRUJILLO, Isabel. *Giustizia globale. Le nuove frontiere dell'eguaglianza*. Bologna: Il Mulino, 2007.
- UGÁ, Vivian D. *Pobreza. Crítica à conceituação neoliberal*. Curitiba: Appris, 2011.
- VANDERBORGHT, Yannick; VAN PARIJS, Philippe. *Renda básica de cidadania. Argumentos éticos e econômicos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- VAN PARIJS, Philippe. Why surfers should be fed. The liberal case for an unconditional basic income. *Philosophy and Public Affairs*, 20, p. 101-131, 1991.

_____. (ed.). *Arguing for basic income*. London: Verso, 1992.

VOLLMANN, William T. *Poor people*. New York: Harper Perennial, 2008.

WEBER, Max. Die protestantische Ethik und der Geist des Kapitalismus. In: WEBER, Max. *Gesammelte aufsätze zur religionssoziologie I*. Tübingen: Mohr Siebeck, 1920 [1904/05], 16-206.

WILKINSON, Iain. *Suffering*. A sociological introduction. Cambridge: Polity, 2005.

WILKINSON, Richard; PICKETT, Kate. *The spirit level*. Why equality is better for anyone. London: Allen Lane, 2009.

MST: movimento social e organização política¹

Luciana Aliaga²

Introdução

Aquilo que caracterizamos como uma “novidade organizativa” apresentada pelo Movimento Sem Terra (MST), isto é, a associação entre movimento social e organização política, já foi objeto de atenção por parte de analistas e críticos do movimento. De acordo com Maria Antonia Souza (2002, p.192, 12n; p. 223), “a organização social em questão possui características ou princípios político-ideológicos que a singularizam diante de outros atores da sociedade civil”; neste sentido deve-se “atentar para as especificidades do MST, o que ora o caracteriza como um movimento social, ora como uma organização formal de representação de interesses”. A análise desta autora faz referência também ao parecer de Zander Navarro sobre o Movimento: “[o MST é] mais uma organização em seu estrito sentido e, menos (muito menos, em vários estados), um movimento social” (NAVARRO, *apud* SOUZA, 2002, p.192, 12n; p. 223). José de Souza Martins tem destacado esta novidade organizativa de forma crítica. Para Martins “essa luta, hoje amplamente mediada por visões de mundo

¹ Este artigo apresenta alguns dos resultados obtidos em nossa pesquisa de mestrado – “A forma política do MST” –, defendida em 2008 no PPG-Ciência Política – IFCH/UNICAMP, com financiamento CAPES.

² Professora do Depto. Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba – UFPB. lualiagaa@gmail.com

estranhas aos protagonistas do drama agrário [...] tornou-se substantivamente uma luta *partidária* dos setores médios da sociedade [...]” (MARTINS, 2000, p.40, grifos do autor).

O que nos ocupará no presente trabalho, portanto, será a análise desta articulação entre movimento social e partido político, que acreditamos não ter sido ainda suficientemente analisada. Para tanto, nos perguntamos: em que sentido pode-se sustentar que o MST apresenta uma inovação em relação aos movimentos sociais tradicionais? Existe uma estrutura partidária associada ao movimento? Como ela se organiza?

O primeiro desafio que deve ser enfrentado para que seja possível afirmar que o MST apresenta uma novidade organizativa é definir rigorosamente esta novidade uma vez que a delimitação do conceito de movimento social é polêmica e já alimentou extensos debates. Como observa Gohn (1997, p. 327), não é possível reduzir a multiplicidade de vertentes teóricas – funcionalistas, marxistas e culturalistas – que se propõem a conceituar os movimentos sociais, num modelo geral e universal, assim como também não existe um só tipo de movimento social. É possível, contudo, estabelecer alguns parâmetros mínimos para uma conceituação teórica, construída a partir da reflexão fundamentada em categorias que emergem de manifestações concretas dos próprios movimentos. Gohn (1997, p. 247) sugere a possibilidade de circunscrição teórica dos movimentos sociais a partir de sua diferenciação das ações coletivas de outro tipo. Neste sentido, a diferenciação fundamental que deve ser feita refere-se à esfera onde ocorre a ação coletiva. “Trata-se de um espaço não-institucionalizado, nem na esfera pública nem na esfera privada, criando um campo político”. Gohn ressalta o caráter transitório, não institucional dos movimentos. Diz a autora: “os movimentos sociais são fluidos, fragmentados, perpassados por outros processos sociais. Como numa teia de aranha eles tecem redes que se quebram facilmente, dada sua

fragilidade” (GOHN, 1997, p. 343). Isto significa que um movimento social deixa de sê-lo quando se institucionaliza, quando se torna uma organização não governamental (ONG), por exemplo (GOHN, 1997, p. 247).

Referimo-nos precisamente a este processo quando afirmamos que o MST apresenta uma peculiaridade em relação aos movimentos sociais tradicionais porquanto supera esta fluidez por meio da criação de estruturas organizativas que lhe imprimem um caráter permanente sem, contudo, deixar de ser um movimento social. O Movimento Sem Terra deixa de ser um movimento *strictu sensu* quando se institucionaliza, isto é, quando constrói uma organização formal que articula as ações do movimento em nível nacional; contudo, esta organização está inserida no interior do movimento social mais amplo, ligado às bases por uma demanda setorial – a reforma agrária.

Outra importante observação de Gohn que nos serve para ressaltar a “novidade organizativa” do MST é que, segundo a autora, não se deve considerar que os movimentos sociais se oponham ao Estado – como sistema político vigente ou às formas econômicas existentes. “Os opositores dos movimentos sociais são sempre os sujeitos que detêm o poder sobre o bem demandado” (GOHN, 1997, p. 262). Neste sentido, não é correto afirmar que determinado movimento é contra ou a favor da entidade que detém a posse, a propriedade ou o controle dos benefícios reclamados. Depreende-se daí que os movimentos sociais caracterizam-se pela luta política em prol de bens determinados. A isto equivale dizer que sua luta não se coloca no campo da disputa pelo poder político e sim de bens políticos, sociais, culturais ou materiais. Sua luta é essencialmente setorial. Em outras palavras, os movimentos não têm como característica a oposição ao sistema político em si, bem como a luta pela direção política na sociedade civil com vistas à construção da hegemonia do grupo fundamental –

característica dos partidos políticos. Suas práticas visam derrubar obstáculos que dificultam o acesso aos bens requeridos.

Embora o surgimento do MST se deva a uma demanda específica de um setor da sociedade – a reforma agrária –, em sua trajetória o Movimento expande seus objetivos iniciais, colocando-se num plano de ação mais amplo, propondo-se à construção da hegemonia de seu grupo fundamental – os trabalhadores rurais – na sociedade civil, assumindo assim funções de partido. A forma política encontrada, adequada a estas funções – resultado das reflexões internas do Movimento, baseadas nas experiências históricas e no referencial teórico marxista – foi a “forma partido”³.

A construção de uma organização política no interior do movimento de massas torna a luta política pela reforma agrária um aspecto importante – mas não único – de um projeto político mais abrangente, que se propõe a pensar novas formas de organização social adequadas à participação política das classes subalternas, capazes de prover melhores condições materiais de vida para amplos setores populares. A crítica social do movimento não se destina apenas aos sujeitos que

³ De acordo com Antonio Gramsci, o partido é a expressão da passagem do momento meramente econômico à elaboração ético-política, cuja função é o equilíbrio e arbitragem entre os interesses do grupo social fundamental e os outros grupos na medida em que busca o consentimento do grupo representado, a direção dos grupos aliados e muitas vezes também dos grupos inimigos (GRAMSCI, 2001, v. 3, p. 87). Ao partido cabe resguardar os interesses da classe que representa; porém, simultaneamente, deve assimilar em certa medida os interesses das classes subordinadas. Difunde sua visão de mundo de forma que os demais grupos sociais a tomam como sua própria visão. A difusão por toda área social de sua visão de mundo e a aceitação desta pelos demais grupos contribui para a construção da hegemonia do grupo social fundamental.

detêm o poder sobre o bem demandado – característica geral dos movimentos sociais evidenciada por Gohn – mas refere-se ao próprio Estado, que passa a ser alvo das críticas do MST⁴. Para dar respostas não apenas aos problemas do campo, mas ampliando sua esfera de interesse e ação para as questões democráticas, nacionais e culturais, o movimento propõe frentes de lutas, entre as quais se encontra a “reforma do estado” e a “redistribuição de riqueza e de renda” (Cf. MST, 1997a, p. 6-7).

O MST, portanto, procura resguardar os interesses das classes subalternas do campo, porém, simultaneamente, amplia seu projeto de forma a incorporar os interesses das classes populares como um todo. Difunde sua visão de mundo procurando torná-la consensual entre os demais grupos sociais. A difusão por toda área social de sua visão de mundo e a busca de aceitação desta pelos demais grupos tem como objetivo a construção da hegemonia do grupo social que representa. A organização política sem-terra adquire a “forma partido” porquanto busca equilíbrio e arbitragem entre os interesses do grupo social representado e os outros grupos, isto é, na medida em que busca o consentimento do grupo representado, a direção dos grupos aliados e muitas vezes também dos grupos inimigos. A confrontação entre as características fundamentais dos movimentos sociais e a configuração política do MST é o que nos leva a sustentar a novidade e a importância de sua organização política. Conforme procuraremos demonstrar neste trabalho, não se pode dizer que o MST deixou de ser um movimento social; também não é possível afirmar que seja um partido político *strictu sensu*. A peculiaridade do MST consiste em sua capacidade de incorporar características de partido no

⁴ Consultar *Diretrizes para o projeto nacional*, documento preparatório para o IX Encontro Nacional do Movimento (cf. MST, 1997a, p. 1).

movimento social, o que não faz dele um partido político, mas que lhe imprime na estrutura organizativa uma “forma partido”⁵. A construção de uma organização política no interior do movimento de massas capacita o MST a transpor a transitoriedade e a luta setorial que caracteriza os movimentos sociais de forma geral, sendo elemento central para que as classes subalternas encontrem veículo capaz de implantar suas demandas fundamentais na agenda política nacional e possam inserir-se na relação de forças sociais de forma organizada.

A forma política – anatomia da organização

Para analisar a estrutura organizativa do MST e sua afinidade com os partidos políticos, além da pesquisa documental, bibliográfica e das entrevistas realizadas, do ponto de vista do paradigma teórico, trabalharemos principalmente com dois autores: Antonio Gramsci e Maurice Duverger. O primeiro, por meio da análise das condições histórico-políticas nas quais se formam os partidos, nos fornece importante referencial teórico para a caracterização da forma e das funções do partido das classes subalternas na sintetização da ética e da política adequadas à construção da hegemonia do grupo social fundamental, bem como dos processos educativos concernentes à formação da consciência

⁵ A existência de elementos organizativos próprios dos partidos políticos presentes no movimento é reconhecida por Stédile (2006, p. 165): “*incorporamos no movimento a ideia da autonomia do partido, mas incorporando no movimento social princípios organizativos que os partidos tinham preservado ao longo da luta de classes. Então, a ideia da formação de quadros, de ter os nossos jornais, de ter as nossas escolas, a ideia de núcleo de base, tudo isso aprendemos da luta de classes em geral, ou seja, que os partidos eram os condutores – e nós incorporamos no movimento*”.

de classe. Já Duverger nos servirá de base para análise sociológica das características “morfológicas” do partido, isto é, para a definição de sua forma institucional.

É possível afirmar que a estrutura organizativa do MST é institucionalmente similar aos partidos políticos, isto é, observa-se um corpo de ideologias próprias que balizam as ações do grupo; um grupo de intelectuais dirigentes que representam o elemento principal de coesão da organização; uma camada média de militantes, que articula a direção à base e que os põe em contato não apenas físico, mas também moral e intelectual; e, por fim, a base formada pelas famílias de trabalhadores rurais, homens comuns, médios, cuja participação é dada pela disciplina e pela fidelidade e constituem uma força na medida em que existe quem os centralize, organize e discipline. Elementos que em seu conjunto conformam a estrutura do partido (cf. GRAMSCI, 2001, v. 3, p. 315-319) e imprimem à organização do MST uma “forma partido”.

Duverger (1970, p. 15) sublinha a importância da “forma” ou da anatomia das organizações partidárias “porque os partidos atuais se definem muito menos por seu programa ou classe de seus adeptos do que pela natureza de sua organização: um partido é uma comunidade de estrutura particular. Os partidos modernos se caracterizam, antes de tudo, por sua anatomia”. Isto não significa que a estrutura seja mais importante que a base social ou que o corpo de doutrinas, mas sim que a organização “tende a tornar-se um elemento essencial da ação do partido, de sua influência e de seu papel” (DUVERGER, 1970, p. 15). Por este motivo a forma política que assume a organização do MST é central para compreensão de sua atuação, de seu programa e das alianças firmadas com as demais organizações da sociedade civil.

De acordo com Duverger (1970, p. 26), embora esta distinção não seja rigorosa na realidade concreta,

analiticamente é possível caracterizar tendências gerais, diferenciando dois grandes grupos de partidos: 1. aqueles que se constituem a partir do mecanismo eleitoral e parlamentar e; 2. aqueles de criação exterior a esses mecanismos. Os primeiros são consequência da criação dos grupos parlamentares e posteriormente dos comitês eleitorais para em seguida estabelecer uma ligação permanente entre estes dois elementos, constituindo o partido estrito senso. Sua estrutura organizativa, portanto, constrói-se em torno dos mandatos eletivos dos deputados e parlamentares. O segundo tipo é, por outro lado, comumente estabelecido por uma instituição preexistente (sindicatos, igrejas, sociedades de pensamento, associações etc.) cuja atividade se situa fora das eleições e do parlamento. Como exemplos Duverger (1970, p. 28) cita os partidos operários e socialistas criados a partir dos sindicatos ou o “Partido Anti-revolucionário” criado pelos calvinistas nos Países Baixos para opor-se ao Partido Conservador católico.

A criação do MST deve-se, sobretudo, à ação de uma instituição preexistente, isto é, à ação da Comissão Pastoral da Terra e de grupos da Igreja Evangélica de Confissão Luterana. Posteriormente o Movimento atuará no interior do movimento sindical rural, apresentando, portanto, uma dupla influência externa. A gênese do partido possui uma significativa relação com sua estrutura definitiva, relação que dificilmente se dissipa. O Partido Comunista soviético, por exemplo, tem sua origem num agrupamento clandestino; passa em 1917 da ilegalidade ao poder, conservando, contudo, características notáveis de sua organização anterior, que serão introduzidas em todos os partidos comunistas do mundo reorganizados neste modelo (DUVERGER, 1970, p. 30). O MST conserva os elementos centrais da organização e dos princípios diretivos das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), assim como perdura a influência ideológica da

Teologia da Libertação, que foi somada às novas influências ideológicas elaboradas na trajetória política do Movimento, sem, contudo, ser suprimida.

As diferenças fundamentais entre os partidos parlamentares e os de fundação externa são as seguintes: enquanto os primeiros são criados em articulação com o ciclo eleitoral e parlamentar, os segundos têm sua gênese na influência de associações da sociedade civil como sindicatos, igrejas, associações clandestinas, etc. Os partidos de criação externa são mais centralizados, nascem a partir da cúpula, isto é, os comitês, as seções locais e as células são estabelecidos a partir de um centro preexistente (o que favorece maior coerência e disciplina); já os partidos parlamentares criam seu organismo central a partir dos comitês eleitorais. E por último: enquanto os partidos eleitorais estão empenhados em conquistar o máximo de cadeiras parlamentares, os partidos externos estão empenhados em “promover certos valores espirituais e morais na vida política, o que imprime à ação educativa um lugar tão importante quanto as lutas eleitorais [...]. Daí resulta que os partidos de origem externa, mesmo ligados doutrinariamente ao sistema parlamentar, não lhe dão jamais o mesmo valor que os partidos do primeiro tipo” (DUVERGER, 1970, p. 32).

Os partidos “burgueses”⁶ do século XIX – partidos parlamentares –, que posteriormente sobrevivem como partidos conservadores e liberais, possuem em sua estrutura comitês pouco amplos, independentes uns dos outros,

⁶ Conservamos a terminologia utilizada por Duverger: “Sob o mesmo nome, designam-se três ou quatro tipos sociológicos diferentes pelos seus elementos de base, pelo seu arcabouço geral, pelos laços e atributos comuns que ali se unem, pelas instituições dirigentes. O primeiro corresponde quase aos partidos ‘burgueses’ do século XIX [...]” (DUVERGER, 1970, p. 35).

geralmente descentralizados; pouco interesse na multiplicação dos partidários ou no enquadramento das massas populares, interesse em agrupar personalidades. Sua atividade está orientada internamente para as eleições e para as combinações parlamentares, seu arcabouço administrativo é embrionário, sua direção permanece grandemente nas mãos de deputados e apresenta uma forma individual muito acentuada, isto é, o verdadeiro poder pertence a determinados grupos congregados em torno de líderes parlamentares. A vida do partido reside na rivalidade desses pequenos grupos, a doutrina e os problemas ideológicos desempenham apenas um papel secundário, “o partidarismo baseia-se de preferência no interesse ou no hábito” (DUVERGER, 1970, p. 35). Em geral estes partidos sobrevivem com financiamento público, “estabelecido sobre o imposto” (*idem*, p. 36).

Por outro lado, os partidos socialistas da Europa Continental – partidos de criação externa – possuem uma estrutura que repousa no enquadramento de massas populares tão numerosas quanto possíveis. Nestes encontra-se um sistema de filiação preciso, completado por um mecanismo de cotizações individuais muito rigoroso, no qual apoiam-se as finanças do partido (DUVERGER, 1970, p. 35). “Os comitês dividem-se em ‘seções’, grupos de trabalho mais amplos e mais abertos, nos quais a educação política dos membros assume lugar de grande relevância ao lado da atividade puramente eleitoral”. Para administração de um extenso corpo de partidários, bem como o recebimento das cotas, cria-se um corpo de funcionários permanentes. “Atenua-se o caráter pessoal dos dirigentes: é estabelecido um sistema de instituições complexas (Congresso, Comitês Nacionais, Conselhos, *Bureaux*, Secretariados), com uma verdadeira separação de poderes”. A doutrina é fundamental no interior deste tipo de partido, a luta de tendências substitui as agremiações pessoais e as rivalidades. “O partido espria-se

além do domínio puramente político para invadir o terreno econômico, social, familiar, etc.”. Os partidos comunistas⁷ possuem uma centralização mais desenvolvida, um sistema de ligações verticais que estabelece uma separação rigorosa entre os elementos da base (ligação indireta entre as células, via congresso), que os protegem contra dissensões e divisões. Dispensam atenção apenas secundária às eleições; sua verdadeira ação encontra-se no terreno da propaganda e da agitação permanente, empregando métodos diretos e ocasionalmente violentos como greves, sabotagens, golpes, etc. (DUVERGER, 1970, p. 36).

Em suma, as principais características dos partidos externos são: 1. gênese e estrutura organizativa influenciada por instituições preexistentes, externas ao parlamento; 2. enquadramento de massas populares; 3. estrutura formada por um sistema de instituições complexas (Congresso, Comitês Nacionais, Conselhos, *Bureaux*, Secretariados, corpo de funcionários permanentes), com separação de poderes; 4. sistema de filiação preciso, completado por um mecanismo de cotizações individuais; 5. centralidade da doutrina; 6. maior centralização política; 7. ação educativa como parte fundamental de sua atividade; 8. atenção apenas secundária às eleições; 9. propaganda e agitação permanentes.

Examinaremos neste artigo a estrutura organizativa do Movimento. A partir dela verificaremos se é possível – e em que medida – afirmar que o MST assume uma “forma” partido. A orientação teórica e política interna da organização (centralidade da doutrina; centralização política; ação educativa; eleições; propaganda e agitação), que foram

⁷ Nesta categoria Duverger insere também os partidos fascistas, contudo, como posteriormente ele estabelecerá diferenças entre estes dois partidos – comunistas e fascistas – preferimos trabalhar somente com o primeiro modelo para evitar confusões.

analisadas em outro trabalho⁸, não poderão ser expostas em função dos limites impostos pelo formato do artigo.

A estrutura organizativa do MST

Entre as principais influências recebidas da CPT e das CEBs podemos elencar: experiência organizativa de base igualitária, coletiva e colegiada, que admite participação e envolvimento dos membros nas decisões e atividades do grupo, isto é, o modelo parlamentar flexível, que era a base das comunidades eclesiais (FERNANDES, 1999, p. 74); a preocupação com a formação política e com a formação da consciência de classe; a utopia socialista da Teologia da Libertação (TdL), bem como seu papel de instituição educativa da sociedade civil (BOFF, 1980, p. 596, 604, 618, 619). Contudo, ao longo de sua trajetória, o MST alarga esses princípios na medida em que a luta pela Reforma Agrária passa a ser portadora de uma luta por transformações sociais mais extensas, apoiada em um corpo teórico que alia os princípios da TdL a um arcabouço teórico mais amplo, formado majoritariamente por autores marxistas. A ampliação da orientação teórico-política está diretamente relacionada à forma organizacional que o Movimento adquire ao longo dos anos. Esta estrutura veio sofrendo mudanças, aperfeiçoamentos e ajustes ao longo de toda a trajetória do MST⁹. Todo o processo de desenvolvimento da organização é

⁸ Ver ALIAGA, 2008.

⁹ A mobilidade das instâncias, contudo, nem sempre é planejada; existem limites objetivos, de natureza material. O número de componentes de cada instância pode variar de acordo com as circunstâncias e a disposição de militantes capacitados, assim como a periodicidade de encontros e congressos, pois ambos estão limitados pelos recursos humanos e materiais disponíveis. Segundo

marcado por esta mobilidade; no início porque era necessário buscar maior autonomia, principalmente em relação à CPT e às CEBs, mas também porque era necessário prover coesão interna ao Movimento.

As comunidades de base foram essenciais para os primeiros passos na estruturação organizativa do Movimento; contudo representavam significativos limites para a luta na medida em que optavam pela via da negociação com o Estado em detrimento das formas de luta direta como ocupações de terra. Com a fundação oficial do MST no 1º Encontro Nacional, em 1984, e depois com a realização do 1º Congresso Nacional, em 1985, o Movimento conquista maior autonomia em relação aos agentes pastorais – o que significa que estes deixaram de “dirigir” o movimento e passaram a apoiá-lo (NAVARRO, 2002, p. 203). Conseqüentemente as estruturas tiveram que ser adequadas no sentido de buscar a formação de novos quadros para suprir a falta dos agentes da CPT¹⁰. O

Juvenal Strozake, coordenador do setor de direitos humanos do MST, o congresso nacional, cuja periodicidade é a cada cinco anos e deveria ter se realizado em 2005, só aconteceu neste ano de 2007 (Entrevista em 18/ abr./ 2007, na Secretaria Nacional do MST em São Paulo).

¹⁰ Pode-se dizer que a estrutura organizativa do MST passou por uma verdadeira “evolução”. Em 1984, o que havia em nível nacional era somente a Secretaria Nacional e a Comissão Nacional, instância deliberativa que contava com o *Jornal Sem Terra*. Em cada estado havia também uma “referência”, uma secretaria, ainda em condições precárias, pois dependia das organizações que apoiavam o movimento, como associações profissionais e igrejas, ceder os espaços para reuniões e arquivos (cf. STEDILE; FERNANDES, 1999, p. 87). Os setores de produção e de assentamentos começam a se formar em 1986 no I Encontro Nacional de Assentados, a partir da formação da Comissão Nacional de Assentados, que mais tarde evoluiu para o Setor de Assentamentos (*idem*, p.88). Atualmente o

resultado do processo é uma complexa cadeia de instâncias, setores, coordenações e núcleos que, segundo os documentos do Movimento, devem funcionar organicamente (embora isso ainda não tenha se realizado plenamente), contando com funcionários especializados para as atividades diretivas. Conclui-se que, embora Stédile, então membro da Direção Nacional, afirme que o MST nunca tenha tido a preocupação com um “organograma certinho” (STEDILE; FERNANDES, 1999, p. 93), existe hoje uma ampla estrutura que organiza desde as famílias acampadas e assentadas até a direção nacional. Configura-se, portanto, uma estrutura burocrática,¹¹ que abrange desde a base até as instâncias superiores.

O MST se define como um movimento de massas (MST, 1992, “apresentação”; SETOR FORMAÇÃO-MST, 2005a, p. 84; CONCRAB, [1995], p. 2). A definição não deve ser feita por uma distinção numérica e sim de estrutura (DUVERGER, 1970, p. 99): pode-se dizer que o Movimento está estruturalmente voltado para a organização das massas na medida em que apresenta como estruturas de base os núcleos e as brigadas, responsáveis pela organização das famílias sem terra presentes nos assentamentos e acampamentos. Estas

setor de assentamentos transformou-se no setor de Produção e na Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB), instância superior do sistema cooperativista do MST. O Setor de Frente de Massa, central para o trabalho de mobilização e assimilação de novos componentes ao movimento, começou a se desenvolver mais tardiamente, por volta de 1989 ou 1990 (*idem*, p. 93).

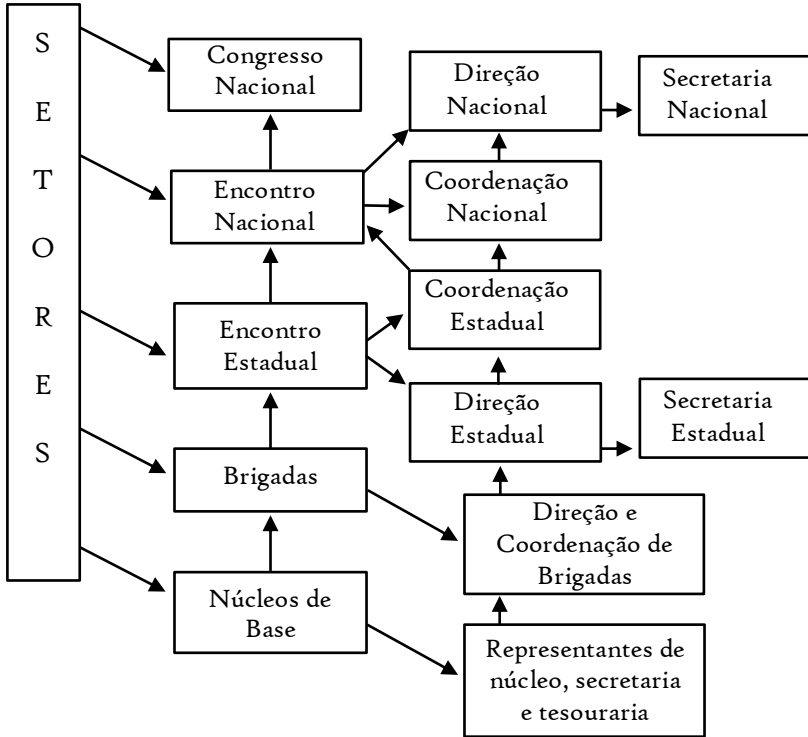
¹¹ Estamos diferenciando aqui burocracia (que consiste num corpo de instâncias de decisão e de funcionários especializados) de burocratização, que é justamente a cristalização destas instâncias, cuja característica maior é a permanência destas, mesmo após perderem sua função (sobre este assunto consultar GRAMSCI, 2001, p. 89-92).

estruturas, como veremos, são centralizadas pelas instâncias superiores e passaram por sucessivas reformulações no esforço por formar maior número de militantes, abrindo novos postos de liderança, melhorando assim a articulação interna.

Os partidos de massas têm como característica estrutural o alicerçamento nas seções, na centralização e na articulação entre as instâncias (DUVERGER, 1970, p. p. 106). Diferente do partido de quadros, que tem como característica fundamental o objetivo de reunir pessoas ilustres para preparar eleições, conduzi-las e manter contato com os candidatos, isto é, de reunir pessoas influentes, cujo prestígio servirá de caução ao candidato e lhe garantirá mais votos (DUVERGER, 1970, p. 100), a estrutura de massa se deve à concepção marxista do partido-classe: “se o partido é a expressão maciça de uma classe, deve naturalmente tender a enquadrá-la inteiramente, a formá-la politicamente, a dela tirar as elites de direção e de administração” (DUVERGER, 1970, p. 103). Aqui reside o papel de organizador da reforma intelectual e moral que o partido operário assume no pensamento de Gramsci (GRAMSCI, 2001, p. 18), isto é, o partido das classes subalternas só poderá formar uma vontade nacional-popular, capaz de transformação social radical, na medida em que realizar um trabalho educativo das massas, visando a organização da classe em seu conjunto e formando em seu seio os intelectuais orgânicos capazes de sintetizar a ética e a política adequada aos interesses da classe (GRAMSCI, 2001, p. 87).

A estrutura organizativa do MST, portanto, se define como uma organização de massas, que se empenha na educação política de sua base e consiste num sistema de instituições complexas estruturadas em âmbito nacional, estadual e local, articuladas entre si e centralizadas politicamente, contando com um corpo de funcionários especializados. Características que em seu conjunto

FIGURA 2: estrutura organizativa do MST¹³



Guardadas as peculiaridades de cada organização, chamamos atenção para as seguintes similaridades entre os dois organogramas: ambos possuem a preocupação de ligar as

¹³ Sobre o organograma conferir: FERNANDES, 2001, p. 246-247; FERNANDES, 1996, p. 82-83; FEIX, 2001, p.125; STEDILE & FERNANDES, 1999, p. 81-94; SETOR DE FORMAÇÃO-MST, 2005a, p. 88-109. Para informações adicionais utilizamos as entrevistas: Adelar Pizeta, coordenador nacional Setor de Formação, fevereiro 2007; Juvenal Strozake, coordenador nacional do Setor de Direitos Humanos MST, abril 2007.

estruturas de base às instâncias superiores, isto é, torna-se patente a preocupação com a articulação interna da organização; ambas as instâncias possuem uma cadeia complexa de instituições composta por congressos, direções políticas e secretarias, apontando para a existência de militantes, direções e funcionários especializados; ambos apresentam um grupo centralizador no topo da cadeia (no MST, a direção nacional e, no Partido Comunista Francês, o comitê central); ambas as estruturas apresentam um sistema de representação indireto, isto é, os militantes de base não elegem diretamente a direção nacional – o processo passa por várias camadas internas antes de chegar ao topo; por último, ambas assentam-se na organização de base dos militantes.

A estrutura do MST, articulada entre instâncias de base, intermediárias e superiores, consiste num “sistema cujas linhas gerais se encontram em quase todos os partidos socialistas do mundo, na maioria dos partidos católicos e democrata-cristãos, num grande número de partidos de outras tendências”. Os partidos comunistas diferem por apresentar maior complexidade na hierarquia; o caráter de base, contudo, é idêntico, isto é, “o partido apresenta-se como uma comunidade organizada, onde os elementos de base têm um lugar definido que determina sua importância respectiva” (DUVERGER, 1970, p.79)

A rigor, existe no MST uma separação de poderes no interior da organização. O órgão deliberativo central, que estabelece as linhas políticas e reformula os princípios organizativos é o Encontro Nacional. Ele funciona, portanto, como um “poder legislativo”. As demais instâncias são responsáveis por aplicar a linha política, são, por conseguinte, estruturas executivas (STEDILE; FERNANDES, 1999, p. 88-89). Há ainda um complexo sistema jurídico responsável por cuidar dos problemas de ordem disciplinar, que o Movimento

trata extensa e pormenorizadamente em documento especialmente elaborado para o tema (MST, 1992).

O **Congresso Nacional**, a despeito de encontrar-se no topo da estrutura, não constitui a principal instância deliberativa, mas sim a instância de participação em massa. Até 2001 reunia cerca de quinhentos delegados e tinha a função de estabelecer políticas gerais (FEIX, 2001, p. 125). Após 2001 o congresso se tornou um espaço de celebração e discussão política com intuito de fortalecer a unidade e a mobilização por meio da reunião dos militantes, simpatizantes e aliados do Movimento (Cf. JORNAL SEM TERRA, jun./2007). É aberto às organizações e à participação individual de público externo. Uma ampla divulgação, incluindo anúncio no jornal *Brasil de Fato*, que é um manifesto aliado do MST, garantiu a presença de cerca de dezoito mil pessoas no congresso realizado em junho de 2007¹⁴.

O **Encontro Nacional** ocorre sem divulgação externa. É a instância responsável por estabelecer de forma específica a linha política para toda organização. Pode-se dizer que é o organismo central do MST e cabe a ele eleger a Direção Nacional, reunindo-se a cada dois anos (FEIX, 2001, p. 125). Até a conclusão da pesquisa que serve de base a este artigo o encontro nacional compunha-se de mil dirigentes¹⁵. Participam do encontro: os membros da direção nacional, da

¹⁴ Estiveram presentes 17.500 trabalhadores sem-terra de 24 estados do Brasil, 181 convidados internacionais representando 21 organizações camponesas de 31 países e “amigas e amigos” de diversos movimentos e entidades, reunidos em Brasília entre os dias 11 a 15 de Junho de 2007 (JORNAL SEM TERRA, jun./2007).

¹⁵ Segundo informação de Juvenal Strozake, coordenador nacional do Setor de Direitos Humanos MST, entrevista concedida em abril 2007.

coordenação nacional e representantes dos setores e dos estados.

A **Direção Nacional** é a instância que se confunde com a Associação Nacional de Cooperativas Agrícolas (ANCA) – a figura jurídica do MST, que recebe doações do exterior e paga despesas. É o principal órgão executivo do MST. Até 2001 tinha vinte e um membros, dos quais apenas sete “públicos”, por questões de segurança. Reunia-se a cada quarenta dias (*idem*). Esta instância se ampliou, contando hoje com sessenta membros, que se reúnem a cada quarenta e cinco ou sessenta dias, compondo-se de representantes dos Estados e dos setores.

A **Coordenação Nacional** é o órgão executivo formado por cerca de trezentos militantes, sendo escolhidos de cinco a dez membros por estado mais os representantes dos setores nacionais e das cooperativas, também eleitos nos Estados, além da Direção Nacional, composta por sessenta membros¹⁶. A **Coordenação Estadual** é um órgão executivo composto por um coletivo eleito no Encontro Estadual. Este coletivo é formado por membros da Direção Estadual, dos dirigentes de cada brigada (estrutura de base) e dos setores estaduais. No caso de haver vinte brigadas de quinhentas famílias no estado, haverá 200 representantes de brigadas, cento e quarenta representantes dos setores e mais trinta dirigentes estaduais, num total de trezentos e setenta membros (SETOR DE FORMAÇÃO – MST, 2005a, p. 96).

O **Encontro Estadual** deve ocorrer uma vez por ano. Participam os membros da direção dos setores e os coordenadores de núcleos (o que representa cerca de três mil e setecentos representantes em cada estado), podendo ser ampliando para mais participantes da base (SETOR DE

¹⁶ Segundo informação de Adelar Pizeta e Juvenal Strozake, ambos membros da coordenação nacional do MST, entrevistas realizadas em fevereiro e abril de 2007.

FORMAÇÃO – MST, 2005a, p. 97). Os representantes que constituem a **Direção Estadual** devem ser escolhidos dentre as instâncias de base. A cada brigada de quinhentas famílias haverá um dirigente mais um coordenador estadual de cada setor somado aos representantes da coordenação e da direção nacional. Por exemplo, se no estado todo houver vinte brigadas e sete setores, com mais os três representantes nacionais, teremos uma direção estadual com trinta representantes. Sua função consiste na coordenação política nos estados, garantindo a “organicidade” (*idem*, p. 95) e a aplicação das linhas políticas nacionais.

As **Brigadas** são estruturas de base que foram implantadas em meados de 2005 para dar resposta à pouca coesão que o sistema anterior – organização de núcleos por meio de regionais – não estava conseguindo superar. Substituíram-se todas as instâncias regionais pelo sistema de “brigadas”. Estas são formadas por acampamentos e assentamentos próximos. Inicialmente a direção estadual estabelece quais deles farão parte da mesma brigada e escolhe o dirigente que a coordenará (SETOR FORMAÇÃO-MST, 2005a, p. 90). Cada brigada tinha, até a conclusão da pesquisa, cerca de quinhentas famílias. Essas brigadas se dividem em **núcleos** com dez famílias, no máximo, cada um. Temos, portanto, cinquenta núcleos para uma brigada de quinhentas famílias. As brigadas são organizadas pelos setores. Cada setor é formado por dez militantes (dois representantes de cada núcleo), que organizam cinco núcleos e são escolhidos por eles (SETOR DE FORMAÇÃO-MST, 2005). Até a finalização da pesquisa que serve de base a este artigo, existiam oito setores organizados nacionalmente: Setor da Frente de Massas, Produção, Educação, Formação, Saúde, Gênero, Comunicação e Cultura. Estes setores compõem-se de coletivos de militantes responsáveis por cuidar de assuntos específicos dentro do Movimento. No conjunto, os setores compõem

estruturas transversais que atravessam toda a organização; estão presentes, portanto, em todas as instâncias em nível regional, estadual e nacional e possuem uma coordenação própria. Cumprem a função de “quebrar” a organização vertical e imprimir certa horizontalidade a ela.

Os núcleos devem reunir-se pelo menos duas vezes por mês, congregando dez famílias que moram próximas. O encontro deve ser organizado pelos dois representantes do núcleo (um homem e uma mulher); deve contar também com um secretário e dois tesoureiros. As reuniões não são meramente burocráticas, possuem um forte caráter de motivação e identificação com o movimento por meio da “Mística” (cf.: SETOR DE FORMAÇÃO-MST, 2005, p. 14, 15 e 18).

Para direção da brigada é escolhido um representante a cada cinco núcleos, isto é, dez representantes para uma brigada de quinhentas famílias. A direção deve ser composta igualmente por homens e mulheres. Nas reuniões participam, ainda, mais dois representantes de cada setor “para manter a unidade entre todos os setores” (SETOR DE FORMAÇÃO-MST, 2005, p. 8), num total de vinte militantes¹⁷. Na direção há, portanto, trinta pessoas que devem reunir-se uma vez por mês pelo menos.

A coordenação das brigadas é composta por todos os responsáveis por alguma função, nos núcleos ou nos setores, mais a direção. São dois coordenadores de cada núcleo (cinquenta núcleos, igual a cem militantes), dez

¹⁷ Uma brigada de quinhentas famílias compõe-se de cinquenta núcleos, o que significa dez conjuntos de cinco núcleos que deverão ser organizados por cada setor. Portanto, se há dois representantes a cada cinco núcleos tem-se vinte representantes (representantes dos setores e das comissões: finanças, secretaria, disciplina e direitos humanos).

representantes de cada setor (oitenta militantes), totalizando cerca de cento e oitenta lideranças mais a direção em cada brigada. Deve participar da direção estadual um representante de cada brigada, ou seja, um militante a cada cinquenta núcleos.

A estrutura de base é organizada de forma que todos os membros dos núcleos tenham funções definidas e sejam supervisionados por um grupo de lideranças (MST, 1990, p. 7). Os números de postos diretivos são significativos, conforme exposto acima, são cento e noventa postos de liderança para cada grupo de quinhentas famílias. Consta-se, portanto, que o Movimento está orientado para a ampla participação de todos os seus membros em funções diretivas e organizativas. Esta ampliação obedece aos princípios organizativos do Movimento, contudo é também uma necessidade, pois garante a formação de quadros sem os quais a expansão do MST não pode ocorrer. A compreensão dos núcleos enquanto estruturas fundamentais para a perenidade da organização foi gradualmente se estabelecendo na direção política do MST. Isto se evidencia na atenção que lhe é dispensada a partir de 1990. As contínuas e as recentes reformulações organizativas se fizeram sentir de forma inequívoca nas instâncias de base.

O funcionamento das estruturas e sua função política

Faz-se necessário tratar do funcionamento das estruturas de base para que possamos confrontar o conteúdo dos documentos com análises empíricas do Movimento. Nosso principal intuito é discutir em que medida esta “forma partido” alcança o cumprimento das funções específicas de partido em dois sentidos: 1. na elaboração da política adequada para atingir os interesses da classe que representa; 2. no que se refere à educação política e à formação da consciência de classe, elementos centrais para a formação de dirigentes

políticos, mas que tem como pressuposto a integração entre liderança e base, assim como entre teoria e prática. Em ambos os casos a coesão interna é de fundamental importância.

Neste sentido, o risco de afastamento entre base e liderança é uma das mais presentes ameaças desintegradoras ou paralizadoras do Movimento. E deve-se perguntar em que medida a organização política supera esta dificuldade. A análise nos mostrou que os frequentes reordenamentos das estruturas estão prioritariamente orientados para este propósito; contudo há evidências de que o nível de articulação entre a direção e o conjunto das famílias sem terra ainda carece de coesão. O MST ainda hoje se encontra em um dilema entre as demandas imediatas da base (cuja resposta parte de uma ação democrática, baseada na organização descentralizada de poder, com divisão de tarefas em setores e instâncias de decisão) e os objetivos em longo prazo do Movimento, como a transformação social, para os quais há necessidade de estruturas centralizadoras, passíveis de serem encaradas como não democráticas. Existem, evidentemente, interesses e concepções divergentes acerca da reforma agrária entre a base e a liderança do Movimento. A motivação da grande maioria dos trabalhadores, advindos do campo ou da cidade, para aderir ao Movimento possui caráter prático, imediato.

Esse descompasso entre os objetivos da base e da liderança torna-se mais patente quando se trata das decisões que envolvem a organização da produção nos assentamentos. Mostra disto é que do total das famílias assentadas desde o início do MST até 2005, cerca de 35% se desvinculou formalmente da organização¹⁸. Qualquer que seja a modalidade de organização adotada (posse individual da terra

¹⁸ Segundo Stedile, das 480 mil famílias assentadas ao longo dos vinte anos de sobrevivência do Movimento, cerca de 300 mil permanecem ligadas ao MST (CARTA CAPITAL, 21 set. 2005).

ou parcelamento desta com estabelecimento de cooperativas) problemas de ordem ideológica e econômica se impõem. No caso da propriedade individual da terra, as possibilidades de desvinculação econômica e política do Movimento são maiores. A partir do momento em que os trabalhadores deixam de ser sem terra e se tornam proprietários, sua perspectiva se modifica, sua preocupação premente passa ser a produção. Deste modo, a militância no MST passa a ocupar um plano secundário. As políticas públicas de crédito rural, os subsídios, os preços mínimos e as tarifas aduaneiras passam a ser as principais inquietações e isto os une aos proprietários rurais. “É a partir desses temas que as novas lideranças de grandes proprietários rurais conseguem unificar e mobilizar o apoio, até mesmo, dos pequenos produtores rurais” (SORJ, 1998, p. 26), que, a despeito de suas diferenças em relação ao tamanho das propriedades, veem nos grandes proprietários a chance de conseguir ganhos econômicos importantes. Sua militância, portanto, deixa de ser ao lado dos sem terra, e pode até mesmo ser contra eles¹⁹.

¹⁹ Sob o título: “Assentados se unem a fazendeiros para expulsar sem-terra em SP”, matéria do jornal *Folha de S.Paulo*: “Ex-sem-terras instalados no assentamento Ibitiúva, em Pitangueiras (364 km de São Paulo), pediram o apoio de fazendeiros para expulsar 400 famílias de sem-terra que chegaram anteontem ao local [...]. Das 43 famílias, que estão assentadas no local desde 1998, 40 já subscreveram um abaixo-assinado que será entregue hoje ao Itesp (Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo) e à Feraesp (Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo) pedindo a remoção imediata dos acampados. Segundo o coordenador do assentamento, Valdir Alves da Silva, 41, quatro proprietários rurais da região já teriam se comprometido a assinar o documento. ‘Nossa relação com os fazendeiros hoje é boa. Eles têm confiança na gente e têm medo de os acampados invadirem suas áreas’ afirmou” (FOLHA DE S.PAULO, 28 ago. 2003) Em outra

No caso da gestão coletiva da terra, o conflito entre liderança e base nos assentamentos encontra seu ponto de acirramento na definição do modelo de organização da produção. O cerne da questão é a discordância entre os assentados, que em sua maioria preferem um sistema individual de produção, e a direção, que prioriza a coletivização da terra e o estabelecimento de cooperativas. Para a direção o sistema cooperativo é fundamental porque, além de favorecer a maior produtividade da terra por meio da cooperação, consiste numa experiência prévia de um novo modo de organização da produção que se fundamenta na distribuição igualitária e coletiva dos recursos materiais e, portanto, difere do modelo capitalista, desempenhando assim um papel educativo, pois “a organização do trabalho influencia a formação da consciência do camponês”. Além disto, segundo Stedile, o sistema de cooperativismo agrícola facilitaria o acesso ao crédito e às novas tecnologias, criaria condições ou facilidades para trazer energia elétrica, água encanada e escola perto do local de moradia (STEDILE; FERNANDES, 1999, p. 100).

Deve-se notar também que o sistema de cooperativas proporciona sustentação material e política para o MST, pois mantém uma ligação orgânica entre assentamento e organização política favorecendo a formação e liberação de

matéria sob o título “Questão agrária” lê-se: Agricultores fecham o trânsito em ato no DF. Integrantes de seis entidades de trabalhadores rurais bloqueiam o trânsito durante toda a tarde de ontem em frente ao Palácio do Planalto [...]. Os manifestantes (centenas de ex-sem-terra assentados e pequenos produtores, principalmente) estão em Brasília desde o último dia 17” (FOLHA DE S. PAULO, 27 set. 2001). Os ex-sem-terra, portanto, unem-se às entidades de trabalhadores rurais e não mais ao MST exclusivamente para lutar por suas demandas.

novos quadros. Por outro lado, os agricultores sem terra advindos de um longo e penalizante período nos acampamentos, quando as relações entre as famílias já começam a se deteriorar e os conflitos se acirrar, não possuem coesão suficiente para ver o projeto da direção com bons olhos. Além disto, outras preocupações se impõem como: o ritmo de trabalho de cada um, isto é, a possibilidade de alguns sustentarem a produção enquanto outros fazem “corpo-mole”, a preocupação com a herança dos filhos, o desejo de escolher de forma individual o tipo de alimentos a produzir, bem como a escolha individual dos mercados e fornecedores para seus produtos (BRENNEISEN, 2003, p. 77-79).

A despeito desses desencontros, para tentar implementar o sistema cooperativo, ao longo dos anos 1990, a direção adotou práticas de controle das famílias que ingressam nas ocupações em áreas estratégicas para produção e comercialização dos produtos. A forma tradicional de seleção, considerada mais justa pelos sem terra, era o sorteio. Contudo, este novo procedimento determina que as lideranças regionais façam uma seleção das famílias por meio de entrevistas. Desta forma, somente as famílias que concordassem previamente com a modalidade organizacional já definida pela direção seriam conduzidas às ocupações (BRENNEISEN, 2003, p. 66). Neste caso, não era possível discutir coletivamente e escolher a forma de organização da produção mais conveniente para as famílias, pelo contrário, seriam preliminarmente escolhidas pelo nível de aceitação que apresentassem em relação ao modelo coletivista.

As lideranças do Movimento, contudo, atestavam a legitimidade do procedimento, pois defendiam que a seleção poderia ser mais efetiva que o sistema aleatório na escolha das famílias com maior consciência política. Neste sentido, o sistema de sorteio seria um desvio, um “democratismo”. Diz uma das lideranças do Paraná: “Erramos quando fizemos

sorteio das famílias. Essa visão do igualitarismo, do democratismo, isso não funciona! O processo tem sido o da seleção natural. São anos e anos de acampamento” (BRENNEISEN, 2003, p. 68). “Seleção natural” neste caso significa uma espécie de “evolução da consciência pelo sofrimento”, no qual os oportunistas “não resistem”. Nas palavras de uma das lideranças: “o processo de assentamento seleciona as pessoas [...]. Só resiste aquele que tem realmente necessidade e aquele que ideologicamente entende que o futuro é esse [...]. Os que não aceitam a organização vão abandonando” (BRENNEISEN, 2003, p. 67).

A ideia de que o sofrimento possui uma dimensão educativa no sentido de maior consciência política não encontra respaldo nem na teoria e nem na realidade efetiva. Esta percepção fundamenta-se, sobretudo, numa concepção religiosa da purificação pelo sofrimento, isto é, na ideia cristã da salvação pelo sacrifício. Esta forma de conceber o processo de formação política, contudo, não é parte do corpo teórico preconizado pela Teologia da Libertação. Consiste, mais precisamente, em uma interpretação distorcida de seus preceitos. A experiência concreta mostra que o sofrimento só é capaz de produzir passividade e conformismo. Este longo processo de sofrimento nos acampamentos ao contrário de produzir uma concepção crítica, autônoma e livre, acaba por produzir comportamentos típicos dos grupos dominados – dóceis e submissos. Nesta situação, diante da imposição das lideranças desta modalidade de produção, resta aos exaustos trabalhadores aceitar o projeto da direção ou continuar de forma indefinida na luta, para a qual já não possuem recursos materiais, emocionais ou psicológicos. Diante disto, poucos argumentos podem contrapor-se à posição de Brenneisen quando afirma que esta visão das lideranças leva a uma única constatação possível: “quanto mais passivos, mais maleáveis, mais ajustáveis, melhores às intenções da direção do MST,

pelo menos no que se refere à modalidade organizacional pretendida para os assentamentos rurais” (BRENNEISEN, 2003, p. 69).

O insucesso das convicções e das práticas da direção em relação à implantação do modelo coletivista levou a direção a uma reavaliação e desde 1995 vêm ocorrendo discussões internas no intuito de solucionar o problema. Na avaliação de Stedile, o modelo cooperativista implantado de uma só vez não deu certo porque “em primeiro lugar, o método é muito ortodoxo, muito rígido na sua aplicação. Em segundo porque ele não é um processo, é muito estanque”; isto quer dizer que em quarenta dias deve-se reunir os agricultores e montar a cooperativa. A experiência nos assentamentos mostra – diz o dirigente do MST – que o processo deve ser mais lento. As formas de cooperação não podem ser rígidas, devem ser variáveis, podendo ir desde a ajuda mútua até formas complexas de cooperativismo (STEDILE; FERNANDES, 1999, p. 99-101). Neste sentido, as lideranças estaduais e regionais passaram a propor um modelo de organização semicoletivo, no qual parte da área não seria fracionada e deveria ser destinada à organização coletiva, enquanto outra parte seria dividida entre as famílias (BRENNEISEN, 2003, p. 71). Esta seria uma situação transitória com o objetivo de convencer os trabalhadores da viabilidade das cooperativas de produção agrícola.

O período de 1986 a 1990 é interpretado como uma fase de grande avanço na qual o Movimento aprende – com os fracassos e os êxitos, bem como por meio do estudo – os caminhos a trilhar para a implantação da produção coletivista. Avalia-se a necessidade do desenvolvimento das condições subjetivas antes da implantação deste modelo de organização da produção. Por condições subjetivas a direção do MST entende: “o grau de consciência política e a história de participação de uma determinada comunidade adquiridos na

luta para a conquista da terra” (STEDILE; FERNANDES, 1999, p. 102). O avanço em relação às antigas concepções mostra-se pela percepção da necessidade de compreensão do nível de consciência da base, e em decorrência do nível de aceitação do novo modelo de cooperação: “a forma de cooperação agrícola não é determinada pelo MST, pela Concrab. Não adianta fazer uma reunião no assentamento e dizer: ‘vocês vão implantar uma cooperativa’. Vai ser um fracasso. Eles é que têm que discutir que tipo de forma pode ser assimilada” (STEDILE; FERNANDES, 1999, p. 102). Embora essa orientação nem sempre seja respeitada pelas lideranças locais (Cf. BRENNEISEN, 2003, p. 75, 101-102), no âmbito da direção nacional percebe-se uma avaliação das práticas coercitivas como negativas para a organização e para a formação política e conseqüentemente uma mudança na orientação geral da política do Movimento para a implantação das cooperativas de produção agrícola.

Ainda que as cooperativas sejam instaladas, a gestão dos recursos públicos para a reforma agrária pelo MST consiste num outro ponto nevrálgico. O Movimento recebe recursos do governo via organização de cooperativas nos assentamentos e gere as verbas. O MST, portanto, mantém o vínculo com estes trabalhadores por meio das cooperativas, que passam a ser instrumentos políticos: “O Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) tem caráter político e econômico. As cooperativas devem colocar sua infraestrutura, recursos e pessoal à disposição das mobilizações e lutas políticas em prol da reforma agrária e da transformação social” (JORNAL DO MST, jul. 1997, *apud* SORJ, 1998, p. 32). Na medida em que os novos “com terra” se sentem tolhidos e não desejam permanecer cooperados, os conflitos aparecem e podem se acirrar até ao ponto do “racha”, isto é, de sua ruptura

com o Movimento. Em circunstâncias extremas pode ocorrer inclusive o apelo à lei para resolução dos impasses²⁰.

Conforme procuramos demonstrar, a categoria “sem terra” esconde uma imensa variedade de perspectivas do que seja a reforma agrária. Os sem terra consistem nas famílias de base, mas são também os militantes que emergem de seu seio e assumem diferentes perspectivas da luta. Uma grande variedade de concepções de mundo, de tradições, de convicções, de preconceitos e crenças coloca-se entre a base e sua direção. A concepção vulgar da política, entendida estritamente como esfera de ação dos políticos profissionais e intimamente ligada à defesa de interesses nem sempre gerais ou públicos se faz presente de forma sensível entre a base e engendra certa rejeição da organização política. Em Ribeirão Preto no estado de São Paulo, os acampados não sabiam definir o MST, muitas vezes referindo-se ao movimento como o “partido dos sem terra”, excluindo-se do partido e não se identificando com a categoria sem terra por não participar da política: “não era incomum ouvir os acampados do *Mário Lago* dizerem que não queriam ser sem-terra, porque não queriam fazer ‘política’, apenas desejavam ter um pedaço de terra para reconstruir a vida” (BARRA, 2006, p. 9-10).

²⁰ A matéria “PF vai abrir inquérito sobre ‘pedágio’” é ilustrativa desta situação: “O diretor-geral da Polícia Federal, Agílio Monteiro Filho, determinou aos superintendentes regionais da PF em 12 Estados que abram inquéritos para apurar denúncias de cobrança de ‘pedágio’ pelo MST. As denúncias foram feitas por ex-sem-terra assentados e confirmadas em investigação do Inbra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. [...]). O objetivo das sindicâncias foi apurar irregularidades na aplicação de recursos públicos no projeto de assistência técnica Lumiar e dos créditos destinados ao financiamento da produção agrícola de assentamentos beneficiários do Programa Proterra” (FOLHA DE S. PAULO, 14 out. 2000).

Por outro lado, na fala das lideranças locais e regionais percebe-se uma “simplificação” das motivações que levam a base a opor-se aos objetivos da organização. Nas palavras de uma das lideranças estaduais:

Há movimentos neste meio que têm interesses, e é a maioria, que não é fazer a reforma agrária. Querem, no máximo, conseguir algum pedacinho de terra e se aproveitar dos trabalhadores na corretagem de terra, na assistência técnica, nos conchavos. Usam a questão da reforma agrária como elemento mobilizador para se aproveitar do ponto de vista pessoal, político, se eleger. E aí, nós discordamos [...] é a forma de combater também o MST. Normalmente esses grupos que têm esse tipo de método de luta pela terra, eles são fortalecidos pela direita (*apud* FEIX, 2005, p. 115).

Em *Construindo o Caminho* – cartilha do MST de 2001 – a direção pretende sintetizar os esforços empenhados na construção do Movimento ao longo de sua história e definir para seus militantes “o que de fato é o MST”. Diz o texto: “somos um movimento social em permanente construção. Somos caminhantes de um longo caminho. E que, a cada quilômetro, nos deparamos com novos desafios. Que nos exige novas reflexões e elaborações, novas soluções”. Neste texto a direção faz uma autocrítica, chamando para si a responsabilidade da pouca coesão interna (MST, 2001, p. 5 e p. 195). O documento, bastante revelador dos desvios e problemas com as quais a direção se depara e procura sanar, mas que ao mesmo tempo convive e reproduz nas suas diferentes instâncias, coloca em relevo também a dificuldade de assimilação por parte dos assentados de um padrão de produção menos poluente e nocivo para o ambiente:

Continuamos com descontrolado total em determinados aspectos dentro das áreas de assentamentos. Os projetos, na

sua totalidade, influenciam e condicionam os assentados a gastarem parte dos recursos com adubos químicos e venenos, há queimadas indiscriminadamente, derrubadas e venda de madeira em vários lugares, embora tenhamos avançado (MST, 2001, p. 200).

Esse documento apresenta um avanço porque demonstra uma extensa reflexão dos problemas envolvidos na clivagem entre a base e a liderança, bem como das dificuldades de comunicação e de compreensão mútua. A distância e a distorção entre o que se diz e o que se ouve dificulta ainda mais as relações, que já apresentam conflitos de ordem material e cultural em torno da organização da produção e suas diferentes concepções. Estas distâncias e descontinuidades somadas aos limites impostos pela própria estrutura – os limites materiais para a pequena e média produção no modelo econômico neoliberal; a extensão das organizações de massa, que dificulta participação democrática direta; a precariedade das condições de vida no campo que acarretam a pouca formação escolar, técnica e política da massa da população rural; bem como a sobrevivência de formas arcaicas de poder no campo que garantem a manutenção de relações fundadas no patrimonialismo e no clientelismo – são responsáveis pelas contradições que permeiam o Movimento, que ao mesmo tempo em que apresenta uma relação interna conflituosa, é responsável por enormes ganhos políticos e econômicos para as classes subalternas.

O Movimento, com efeito, promove a democratização no campo através de suas ações contra o latifúndio, pela democratização da propriedade da terra, aumentando a possibilidade e a capacidade de organização dos diversos segmentos dos trabalhadores rurais. Embora seja crítico da organização política do MST, Zander Navarro relata como as regiões rurais brasileiras antes adormecidas do ponto de vista

econômico, tornam-se relativamente dinâmicas com a presença dos assentamentos do Movimento. A organização dos sem terra e seus líderes, ou seja, esse “novo conjunto de agricultores-tornados-dirigentes-municipais” passa a pressionar mais intensamente as instituições locais, exercendo maior vigilância sobre as práticas políticas, e em consequência disto, o MST contribui para a democratização dos municípios onde estão implantados os assentamentos (Cf. NAVARRO, 2002, p. 213). Nessa mesma direção, Leite *et al.* (2004), ao efetuar uma detalhada investigação sobre os impactos regionais de assentamentos, que em sua maioria são originários de ocupações de terra, conclui que “a passagem para a condição de ‘assentado’ dá um novo lugar social para essa população e coloca novos atores na cena econômica, social e política local, o que traz conseqüências não somente para suas vidas, mas para a região onde está inserida” (LEITE *et al.*, 2004, p. 257).

Pode-se dizer que os avanços proporcionados pelos assentamentos são de ordem política, social e econômica. Pode-se falar em ganhos econômicos na medida em que esta camada da população, de baixa escolaridade e com dificuldades de subsistência, encontra nos assentamentos a possibilidade “de centrar suas estratégias de reprodução familiar e de sustento no próprio lote, complementarmente lançando mão de outras fontes de renda e de trabalho fora do lote” (LEITE *et al.*, 2004, p. 258), que supre moradia e inserção no mercado de trabalho. Além disto, a existência dos assentamentos e das políticas públicas a eles associadas que, embora de forma precária, viabilizam a implantação de alguma infraestrutura, também atua como fator gerador de postos de trabalho não agrícolas, tais como: construção de casas, estradas, escolas, contratação de professores, surgimento de transporte alternativo, etc. (LEITE *et al.*, 2004, p. 259). No que se refere à produção agropecuária, uma das principais mudanças

trazidas pelos assentamentos consiste na oferta de uma maior diversidade de produtos no mercado local, especialmente em áreas antes monocultoras ou de pecuária extensiva, “significando uma espécie de ‘reconversão produtiva’ em regiões de crise da agricultura patronal” [...]. Essa diversificação tem influência tanto sobre a qualidade de vida quanto sobre os aspectos ambientais” (LEITE et al., 2004, p. 259).

Com relação aos índices sócio-econômicos, a pesquisa demonstrou que a potencialidade de geração de renda nos assentamentos contribuiu para que boa parte da população assentada superasse o nível da linha da pobreza, embora com variações regionais. Esta estimativa é confirmada pelo nível do consumo das famílias assentadas como pela avaliação de suas condições de vida, sobretudo no que se refere a moradia, saúde, educação e alimentação (LEITE et al., 2004). A escolaridade apresenta os dados mais notáveis: em 86% dos 92 assentamentos investigados existem escolas, destas 84% foram criadas após a instalação do assentamento (LEITE et al., 2004, p. 96), fato que aponta para a importância política dos assentamentos no movimento de pressão sobre os poderes públicos responsáveis pela prestação de serviços essenciais às camadas mais baixas da população.

Deve-se sublinhar que a representação política dos interesses de classe não se faz pelo atendimento de demandas individuais e dos interesses imediatos dos componentes da classe separadamente. A essência da ética e política adequada aos interesses do grupo fundamental consiste na defesa das demandas da classe em seu conjunto, capazes de garantir uma situação política e econômica mais favorável ao grupo como um todo, portanto a partir de objetivos políticos amplos. Neste sentido, o MST estaria efetivamente representando os interesses de sua base e contribuindo positivamente com o processo democrático brasileiro na medida em que, através de

suas ações, garante a permanência do tema “reforma agrária” no cenário de debates políticos da sociedade brasileira, demanda que, na opinião de Navarro, seria enfraquecida ou até eliminada sem a existência da organização dos sem terra. O Movimento contribui ainda para o acesso à terra a um número significativo de famílias rurais pobres, democratizando, portanto a propriedade de terras. E por último, contribui com a democratização da vida política dos pequenos municípios, em face da constituição de novas formas de representação e de organização que o Movimento estimula nos assentamentos.

Considerações finais

Como procuramos demonstrar, a coesão interna – importante para efetividade da participação de todos os membros na organização e nos processos democráticos no interior do movimento e que, portanto, está relacionada à emancipação política dos sem-terra – não é uma questão resolvida dentro do MST. Pelo contrário, o Movimento está permeado de contradições e pode-se dizer que coexistem práticas coercitivas de mandonismo ao lado de estruturas modernas e democráticas que favorecem o processo formativo de sujeitos críticos, livres da passividade que as classes dominantes procuram impor. O cerne das reivindicações do MST, que consiste na ruptura com estruturas antidemocráticas da sociedade que são os latifúndios, é, portanto, uma reivindicação política pró-democracia. Contudo, em seu interior, as práticas abusivas e antidemocráticas ainda não foram totalmente abolidas. Assim – em nosso modo de ver – a melhor forma de definir o funcionamento da organização política do MST em sua articulação com a base se faz pela utilização do conceito de liminaridade que Turatti (2005) utiliza para análise dos

acampamentos do MST. Neste sentido, devemos considerar o acampamento, enquanto situação liminar, como separado de seu universo social anterior, ou seja, da situação de alienação e passividade em que os sem terra permaneciam (situação preliminar), e, cumprindo normas rituais (caracterizadas pela provisoriidade e precariedade do estado atual – liminar) os qualificam para uma agregação social futura, isto é, para a posse da terra que engloba benefícios sociais e econômicos que configurariam uma nova situação (situação pós-liminar) (TURATTI, 2005, p. 69).

Assim, o acampamento carrega o *ethos* do tempo progresso e simultaneamente convive com as transformações preparatórias rumo ao tempo futuro. Esse *ethos* permanece em menor ou maior grau nos assentamentos, ao lado de estruturas modernas, de instância de decisão parlamentar, configurando um amálgama entre o passado e o presente. Situação que se traduz em conflito. As divisões no Movimento, além dos motivos já expostos, se dão também pela perda de prestígio das lideranças frente às promessas de proprietários de terras, os quais comumente trocam favores por votos; ou pela intolerância das lideranças em receber críticas (inclusive sob pena de expulsão), as quais crescem na mesma proporção em que se alonga o processo de assentamento (TURATTI, 2005, p. 90). Por outro lado nos deparamos com a existência de uma estrutura que possibilita a participação democrática, englobando ações como: eleições das lideranças, reuniões periódicas destas, assembleia dos acampados como instância máxima de decisão, resoluções do Movimento discutidas com a base através dos coordenadores de grupos, etc. Donde podemos concluir que os acampamentos e assentamentos, em sua característica heterogênea, possuem instâncias políticas capazes de promover a participação democrática, contudo transpassadas por práticas autoritárias e clientelistas.

Nesta situação liminar, caracterizada pela transitoriedade, encontramos relações sociais, valores, costumes e práticas em conflito. Concepções clientelistas, fundadas em relações de dependência, no favor e na submissão deparam-se com novas concepções de produção da terra baseadas no cooperativismo, aliadas a ações que apontam para a tentativa de constituição de consciências com maior grau de autonomia e politização.

A partir desta ótica é possível compreender também os conflitos ideológicos entre a liderança do MST e a base. É preciso observar que os trabalhadores sem terra são mobilizados pelos militantes que apontam, num primeiro momento, para a possibilidade da posse da terra, e este anseio está na raiz da sua motivação. Neste caso, a propriedade é o próprio motor da luta dos acampados e assentados. Resultado disto é a dificuldade por parte do Movimento na implantação e manutenção das cooperativas de produção agrícola. A proposta do Movimento de coletivização da terra representa “uma alteração marcante com relação à forma tradicional de cultivar a terra, além de chocar-se com alguns valores tradicionais do patrimônio” (TURATTI, 2005, p. 72). Neste sentido o MST poderia assumir uma dimensão conservadora ao conduzir os sem-terra a um lugar no processo produtivo conjugado com a propriedade privada, colocando-os na condição de meros consumidores.

Esse lugar no processo produtivo, contudo, é a forma de mobilização dos sem-terra. Os conflitos ocorrem na medida em que os objetivos do Movimento se expandem para um processo de transformação social mais amplo e para contestação das formas vigentes de propriedade da terra. Em decorrência, na concepção da liderança a luta pela terra passa a ser um meio – uma forma de mobilizar os trabalhadores rurais e colocar em relevo a concentração da propriedade fundiária como elemento constitutivo do sistema capitalista

no Brasil – e não mais um fim, ou um fim secundário cuja realização tem como condição a transformação social. Contudo, uma vez mobilizadas pela terra, ao conquistá-la pode ocorrer a desvinculação das famílias sem terra da organização política, por desconhecimento ou discordâncias dos propósitos políticos do Movimento. O MST, portanto, coloca-se num dilema ao organizar os trabalhadores rurais sob a bandeira conservadora da pequena propriedade, uma vez que, depois, torna-se um entrave para a organização coletivista da produção, projeto que se insere na luta por uma sociedade igualitária, que teoricamente deve extinguir a propriedade privada.

Em linhas gerais, podem-se agrupar os problemas colocados ao funcionamento pleno da estrutura organizativa ao nível da base em três categorias: a) **problemas de ordem material:** o modelo econômico da agricultura brasileira que privilegia o agronegócio e dificulta a sobrevivência do pequeno e médio produtor; a desvinculação da organização a que estão sujeitos os assentados que recebem a posse individual da terra; o tempo prolongado e precarizado nos acampamentos que desencadeia a desistência de muitas famílias; os limites materiais para a formação política dos militantes de base e a própria extensão territorial e numérica do movimento; b) **problemas de ordem político-ideológica:** a descontinuidade entre as concepções tradicionais e vulgarizadas da política e os objetivos político-econômicos em longo prazo da direção; os desafios políticos de implantação de uma democracia efetiva nas organizações de massa e a deficiência na formação escolar, técnica e política das famílias sem-terra; c) **problema de ordem sociocultural:** o desencontro entre as concepções tradicionais da produção da vida presentes na base e a orientação coletivista da liderança e a relação conflituosa ao longo do tempo nos acampamentos que inviabiliza a convivência nos assentamentos são os principais

entraves na dimensão sociocultural, que favorecem o afastamento da base em relação à organização. O conjunto desses elementos é, em grande medida, responsável pelas contradições e pelo amálgama no interior do Movimento entre elementos arcaicos, conservadores e elementos modernos, potencialmente emancipadores.

Referências

- ALIAGA, Luciana. *A forma política do MST*. 2008. 206 f. Dissertação. Mestrado em Ciência Política - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, Campinas, 2008.
- BARRA, Camila Sobral. *Mário Lago encontra Terra Sem Males: acampamentos e identidades sem-terra*. II Encontro de pós-graduação, IFCH/Unicamp, agosto, 2006.
- BRENNEISEN, Eliane Cardoso. Assentamento Sepé Tiaraju: persistências do passado, fragmentos do presente. In: MARTINS, José de Souza (Org). *Travessias: estudo de caso sobre a vivência da reforma agrária nos assentamentos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- BOFF, Clodovis. CEBs e práticas de libertação. *Eclesiástica brasileira*, v.40, fasc. 160, Dez. de 1980.
- BOFF, L. *Igreja, carisma e poder*. Rio de Janeiro: Vozes, 1982.
- _____. O Caminhar da igreja com os oprimidos. In: MUELLER, E. R. *Teologia da libertação e marxismo*. São Leopoldo-RS: Sinodal, 1996.
- DUVERGER, Maurice. *Os partidos políticos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- FEIX, Plínio José. *Os Interesses sociais e a concepção política e ideológica dos trabalhadores rurais assentados do MST: estudo de caso na região de Rondonópolis-MT*. 2001. 274 f. Dissertação. Mestrado em Ciência Política - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, Campinas, 2001.

____. A democracia no projeto revolucionário do MST: uma análise da visão revelada por lideranças. In MARKUS, Maria Elisa; FEIX, Plínio José (Orgs.). *Fazendo história no cerrado*. Rondonópolis-MT: Styllus, 2005.

____. O espaço da democracia nas lutas do MST. In: FERREIRA, Ivanildo José; MARKUS, Maria Elisa (Orgs.). *Práticas socioculturais na história regional*. Rondonópolis-MT: Styllus, 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

____. MST: Formação e Territorização em São Paulo. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.

____. O MST e os desafios para a realização da reforma agrária no governo Lula. *Observatório social da América Latina*, ano IV, n. 11, 2003.

____. *Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial*, abril, 2004. Disponível em: <www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera>. Acesso em 10 abr 2007.

____. *Da “clonagem” a “autofagia”*: o dilema da reforma agrária no Brasil, 03/03/2006. Disponível em <www.mst.org.br>. Acesso em 09 abr 2007.

FERNANDES, Bernardo Mançano; RAMALHO, Cristiane Barbosa. Luta pela terra e desenvolvimento rural no Pontal do Paranapanema (SP). *Revista de Estudos Avançados* 15 (43), São Paulo: USP, 2001.

GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997.

____. *Os sem-terra, Ongs e cidadania*. São Paulo: Cortez, 1997a.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 3.

LEITE, Sérgio; HEREDIA, Beatriz; MEDEIROS, Leonilde [et al.] (Coord.). *Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o*

meio rural brasileiro. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a agricultura: NEAD, São Paulo: Editora Unesp, 2004.

MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1975.

_____. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. *O cativo da terra*. São Paulo: LECH, 1981.

_____. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. Reforma Agrária ameaça à base do poder do latifúndio. In: *Jornal Sem Terra*, Julho de 1996.

_____. *Reforma Agrária - o impossível diálogo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

NAVARRO, Zander. Mobilização sem emancipação - as lutas sociais dos sem-terra no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). *Produzir para Viver*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2002.

_____. Sete teses equivocadas sobre as lutas sociais no campo: o MST e a reforma agrária. *Revista São Paulo em perspectiva*. Fundação Seade, v. 11, n.º 2, São Paulo, 1997.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *A agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.

PESCHANSKI, João Alexandre. *A evolução organizacional do MST*. 2007. 165 f. Dissertação. Mestrado em Ciência Política - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, São Paulo, 2007.

RUSCHEINSKY, Aloísio. Nexo entre atores sociais: movimentos sociais e partidos políticos. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica*, Rio de Janeiro, n. 46, 2º semestre 1998.

SORJ, Bernardo. A Reforma Agrária em tempos de democracia e globalização. *Revista Novos Estudos do CEBRAP*, n. 50, São Paulo, 1998.

SOUZA, Maria Antonia. As relações entre Movimento Sem Terra – MST e Estado: encontros e desencontros na educação de jovens e adultos dos assentamentos rurais. In: DAGNINO, Evelina (Org). *Sociedade Civil e Espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

SOUZA, G. de. A política partidária nas CEB's. *Revista Eclesiástica Brasileira*, v. 41, fasc. 164, Dez de 1981.

STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

STÉDILE, João Pedro. João Sem Terra. *Revista Atenção*, ano 2, n. 6, 1996.

_____. Sem-Terra contra o corporativismo. *Praga: Estudos Marxistas*, São Paulo: Hucitec, n. 4, 1997.

_____. O MST e a questão Agrária. *Estudos avançados*. São Paulo: USP, vol. 31, n. 11, 1997a.

_____. Sociedade em Crise. *Revista Carta Capital*, ano XII, n. 360, setembro, 2005.

_____. *Prioridade do governo é apoio ao agronegócio*. 13/10/2005. Disponível em: <www.mst.org.br/mst>. Acesso em 05 abr 2007.

_____. Sair da crise com a energia do povo. In: CHAÚÍ, Marilena [et al]. *Leituras da Crise: diálogos sobre o PT, a democracia brasileira e o socialismo*. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.

TURATTI, Maria Cecília. *Os filhos da lona preta – identidade e cotidiano em acampamentos do MST*, São Paulo: Alameda, 2005.

DOCUMENTOS DO MST:

CONCRAB. *Organicidade e núcleos de base*. [1995].

COORDENAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS. Carta ao Povo Brasileiro. 21/Junho/2005. In: CHAÚÍ [et al.].

Leituras da crise: diálogos sobre o PT, a democracia brasileira e o socialismo (anexo). São Paulo, Perseu Abramo, 2006.

ESCOLA NACIONAL FLORESTAN FERNANDES/ENFF – MST. *Orientações gerais da Escola Nacional Florestan Fernandes.* Documento coletado na secretaria da escola, julho, 2005.

ESCOLA NACIONAL FLORESTAN FERNANDES/ENFF-MST. *A Política de formação de quadros.* Cadernos de estudos da ENFF, São Paulo, janeiro, 2007.

JORNAL SEM TERRA set/1992.

_____. ago./1991.

_____. exemplares de 1988 a 1999.

_____. fev./mar/ 2007; Junho/2007.

MOVIMENTO CONSULTA POPULAR. *Cartilha*, n. 16, novembro/2005. Documentos básicos.

MST. MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA *Elementos fundamentais da história do MST*, julho, 1997.

_____. *A reforma agrária necessária: por um projeto popular para a agricultura brasileira*, outubro, 2006.

_____. *A vez dos valores*, Cadernos de Formação, n. 26, Janeiro/1998.

_____. *Balanço é pessimista, diz João Paulo Rodrigues.* 26/01/2006. Disponível em <www.mst.org.br>. Acesso em 05 abr 2007.

_____. *Carta da Assembléia Popular – Mutirão por um novo Brasil.* Disponível em: <www.mst.org.br> – acesso em 09 abr 2007.

_____. *Como organizar a massa*, setembro, 1991.

_____. *Construindo o caminho*, Julho, 2001.

_____. *Diretrizes para o projeto nacional*, novembro de 1997a.

_____. *Disciplina: regulamento aprovado pela Coordenação Nacional*, Janeiro, 1992.

_____. *Elementos históricos para entender a conjuntura e desafios para acumular forças*. Documento para discussão no Encontro Regional do MST, Itu-SP, outubro, 2004.

_____. *Manual de organização dos núcleos*. outubro, 1990.

_____. *Método de trabalho e organização popular*, fevereiro, 2005a. Setor de Formação do MST.

_____. *Mística: uma necessidade no trabalho popular e organizativo*. Cadernos de Formação, n. 27, mar/1998a.

_____. O Brasil precisa de reforma agrária. *Caderno de Formação*, n. 36, março, 2005c.

_____. *O Funcionamento das Brigadas do MST*, Junho, 2005. Setor de Formação do MST.

_____. *Princípios da Educação no MST*, n. 8, julho, 1996.

_____. Princípios da educação no MST. *Cadernos de Educação*, n. 8, Porto Alegre, 1996. Setor de Educação do MST.

_____. *Projeto político pedagógico do curso básico de formação de militantes*. Documento coletado na secretaria da ESCOLA NACIONAL FLORESTAN FERNANDES - ENFF, julho, 2005b.

REVISTA SEM TERRA. A importância da consulta popular. RST, ano I, n. 3, Jan/Fev/Mar/1998.

ENTREVISTAS E CONFERÊNCIAS GRAVADAS

Adelar Pizeta, coordenador nacional Setor de Formação, ENFF, fevereiro 2007.

Ademar Blogio. *Instrumento Político*. Exposição oral durante a II Assembléia Nacional dos Lutadores e Lutadoras do Povo, Goiânia-GO, março de 2005 (gravação e transcrição: Plínio José Feix).

Dulce Clélia S. Silva, membro do Acampamento Mário Lago - Ribeirão Preto, junho 2005.

Geraldo Gasparin - coordenador pedagógico da ENFF Guararema-SP, em 25/06/05 e 16/07/2005.

João Antonio SAVEDRA, morador do Assentamento Sumaré I, março 2005.

Juvenal STROZAKE, coordenador nacional do Setor de Direitos Humanos MST, abril 2007.

PERIÓDICOS:

CARTA CAPITAL nº. 360, setembro, 2005.

FOLHA DE S. PAULO, 14/Outubro/2000.

_____. 27/Setembro/2001.

INSTITUTOS DE PESQUISA CONSULTADOS:

DATAFOLHA INSTITUTO DE PESQUISAS. *Perfil dos sem-terra, 1996* (Banco de dados). São Paulo, 1996. In: Consórcio de Informações Sociais, 2007. Disponível em: <<www.cis.org.br>>. Acesso em 15/01/2008

DIEESE / NEAD/MDA. *Estatística do Meio Rural*. 2ª edição, Brasília/ São Paulo/ 2006.

INCRA/CRUB/UNB. I Censo de Reforma Agrária. *Revista Estudos Avançados* n. 31, IEA/USP, São Paulo, 1997, p. 27.

NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – FCT/UNESP. Coordenação FERNANDES, Bernardo Mançano. *DATALUTA 2004*. Presidente Prudente, Janeiro de 2006.

Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto: projeto político, avanços e limites¹ Débora Cristina Goulart²

O Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) tem tido grande visibilidade com suas ocupações, manifestações de rua e pressão sobre os governos, sobretudo no ano de 2014, em que esteve à frente de grandes mobilizações durante a Copa do Mundo no Brasil. Realizamos um breve histórico do movimento, a fim de demonstrar como se construíram alguns princípios de organização e luta e como, a partir da implementação do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) as contradições e desafios para o enfrentamento do capital imobiliário e a segregação urbana se complexificam.

MTST: uma luta por moradia?

O MTST é um movimento que tem sua história marcada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST). No final dos anos 1990, o MST define como uma de suas frentes de ação a incursão nas cidades como forma de estreitar a militância rural e urbana. Logo no início dos anos 2000, a complexa dinâmica da vida urbana e seus limites se impõem

¹ Texto elaborado contendo trechos extraídos da tese de doutoramento defendida em 2011 e atualizado com pesquisa de documentos entre 2012 e 2015.

² Professora do Depto de Ciências Sociais da Unifesp-Guarulhos e membro do Núcleo de Ideologia e Lutas Sociais (NEILS) e do Grupo de Estudos e Pesquisas Educação, Classes e conflitos Sociais (Gepecso).

ao MTST, que já se reconhece como um movimento urbano de luta por moradia nos bairros periféricos nas cidades da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), mas que ainda apostava em uma adequação dos acampamentos rurais na cidade, com a proposta da ocupação dos “latifúndios urbanos”.

Ao longo da primeira década deste século, o movimento constrói uma identidade própria, cujos elementos são constitutivos da vivência nos bairros pobres e periféricos das cidades. A ocupação, como forma de luta pela moradia, aliada às demandas por equipamentos e infraestrutura urbana, forjaram os eixos de reivindicação do movimento com ênfase no controle do preço dos aluguéis, das tarifas de serviços básicos, por uma política habitacional que rompesse com a segregação espacial com focalização nas famílias das faixas de menor renda e pela reforma urbana.

Com a atuação mais forte no estado de São Paulo, o MTST faz alianças com movimentos sociais já organizados nas periferias das cidades e com movimentos de moradia em outros estados, formando a Frente de Resistência Urbana – uma articulação de movimentos sociais urbanos que partilham da centralidade da luta direta como instrumento de ação coletiva e da proposta de uma reforma urbana anticapitalista³.

Forjado durante a implementação do neoliberalismo no Brasil, o MTST tem elementos constitutivos que trazem a marca das consequências sociais dessa política econômica. As condições de vida nas cidades, cujo peso do perene déficit habitacional brasileiro sempre foi sentido, são agravadas com o recrudescimento da pobreza, o aumento do desemprego, a queda de renda dos trabalhadores com a desregulamentação e precarização do trabalho e a diminuição dos gastos sociais pelo Estado (BOITO JR., 1999, p. 232).

³ Entrevista com militante do MTST em 2011.

A intensificação das lutas urbanas é resultado desse processo e, no caso do MTST, se expressa em seus princípios, forma de organização e ação. A ocupação dos chamados “latifúndios urbanos” nas periferias das cidades das regiões metropolitanas brasileiras é uma opção de enfrentamento da segregação espacial urbana derivada das relações sociais de produção e sua dinâmica de reprodução no meio urbano. Daí a centralidade da ocupação como instrumento de luta, que organiza os sem-teto e exerce pressão sobre os governos.

As ocupações são espaços de “organização das massas em espaços de reflexão e decisão coletivos” (MTST, s.d.), que vinculam o poder popular – objetivo e princípio organizativo do movimento – a um tipo de estrutura, de organização e dinâmica e a um objetivo político mais amplo. Por isso, o poder popular deve ser exercitado na prática política e organizativa que se expressa pela autonomia e formação política, ao mesmo tempo em que aparece como “o maior objetivo [...] contra o capital e seu Estado” (MTST, 2013).

Ocupações de terrenos, o corte na distribuição de mercadorias pela interrupção de rodovias e avenidas, marchas e ocupação temporária de prédios públicos, tornaram-se formas principais de luta direta. Isto porque o MTST definiu como prioridade de ação a luta direta em detrimento da participação em espaços institucionais ou negociação via parlamentares. Sob a ótica do movimento, para além da “eleição de representantes políticos do executivo e legislativo; [...] sabemos que o Estado não tem condições de transformar as relações sociais de dominação, podendo, no máximo, mediá-las” (MTST, s.d.). Daí a importância da formação política como substrato da construção do poder popular, pois possibilitaria um espaço e uma dinâmica organizativa capaz de auxiliar na construção de militantes da base para participarem qualitativamente das decisões e dirigirem todas as instâncias da organização (MTST, 2013).

Ainda que separados por décadas, os movimentos sociais urbanos, sobretudo aqueles vinculados à luta por moradia, trazem traços da morfologia e dinâmica dos movimentos surgidos nas favelas, cortiços e loteamentos no centro e nas periferias das grandes cidades no final dos anos 1970.

Nesse período, os movimentos sociais urbanos desenharam um conjunto de ações que, de maneira geral, inauguraram formas de ação contestatória no espaço urbano, em um contexto de redemocratização, contando com uma base social formada majoritariamente por trabalhadores dos bairros operários recém-formados, sem infraestrutura urbana mas com uma forte militância das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e de organizações de esquerda.

Vemos a ocupação como o repertório de confronto que se estendeu do período pós-ditadura até hoje, como forma de ação que não se institucionalizou, sendo bastante presente no cotidiano de movimentos sociais de maior confronto contra o Estado como representante legal e contra a propriedade.

Utilizamos o conceito de repertório de Tarrow, que analisa o confronto político como resultado de convenções de uma cultura política inscrita socialmente, sendo os movimentos sociais repositórios de conhecimento de rotinas particulares numa história da sociedade (2009, p. 39-40). Nesse mesmo sentido, Vakaloulis defende que a ação coletiva é uma construção “que dispõe de determinantes sociais que se inscrevem nas lógicas e nos repertórios de ação que preexistem, mesmo se às vezes tendem a reinventá-los ou a modificá-los de maneira significativa” (2002, p. 119. Tradução nossa)⁴.

⁴ “L’action collective [...] n’est pas une ‘irruption’ ou un ‘miracle’ qui adviendrait accidentellement aux marges du système politique mais une construction dynamique qui dispose de determinants sociaux et s’inscrit dans des logiques et des repertoires d’action qui

Ainda que a ocupação não tenha sido a forma de ação mais utilizada pelos movimentos sociais urbanos ao final da ditadura civil-militar, estes se organizaram em torno dos loteamentos clandestinos e de regulamentação de áreas que já haviam sido ocupadas anteriormente. As ocupações ocorreram, mas de forma “espontânea”, gerando favelas, ou foi um recurso minoritário entre os movimentos sociais.

Questões como institucionalização das lutas sociais, autonomia frente ao Estado e partidos políticos, independência das organizações da classe operária, auto-organização e democracia de base tomaram os debates no período e influenciaram de forma diferente diversos setores dos movimentos sociais e sindical.

Seja pelo repertório “herdado” dos movimentos sociais urbanos, seja pela continuidade de um conjunto de elementos de organização interna, o MTST ressignificou estes instrumentos por resultar de outra conjuntura socioeconômica e política e em diálogo/enfrentamento com outros sujeitos políticos.

A primeira questão que levantamos é que o seu surgimento foi impulsionado pela iniciativa de outro movimento social, o MST que, em 1996, já tinha uma organização estruturada e pôde oferecer suporte aos militantes da/na cidade.

Mais importante que isto é a preservação do caráter de classe da militância que se firmou na luta pela reforma agrária, sempre unindo movimento de massa e ação política, ou seja, ação *com a* base e formação *da* base. Assim, a “bandeira que evoca velhas contradições nacionais não resolvidas pode aflorar a consciência para as mais atuais formas assumidas pela exploração de classe e pela dominação imperialista”

lui preexistent, même si elle tend parfois à les réinventer ou à les modifier de manière significative”.

(PINASSI, 2009, p. 71). É o que vemos também no MTST, que vem levantando a bandeira da moradia, que há um século se agrava no Brasil, sem vestígios de que num futuro próximo seja solucionado o déficit habitacional.

O método consolidado no MTST teve que levar em conta as relações conturbadas das cidades para criar uma dinâmica própria com uma nova territorialidade e subjetividade urbanas. Ele consiste no trabalho conjunto entre movimento de massa (mobilização para ocupação do espaço, manifestações, marchas etc.) e organização política (organização interna dos acampamentos, corresponsabilidade pelas ações e conseqüências, unidade na ação, propaganda do movimento nos bairros do entorno etc.) até um momento em que as duas formas de ação se imbricam de uma maneira tal que há movimento político e organização da massa⁵.

Outro elemento fundamental para a releitura do MTST em relação aos movimentos dos anos 1970 e 1980 é a existência de uma base social majoritariamente formada por subproletários, mas cujo potencial de unidade é construído em torno da ausência de moradia digna. Consideramos o subproletariado decorrência de uma tendência crescente vinculada às transformações no âmbito da produção capitalista, como a reestruturação produtiva e o desemprego estrutural. O subproletariado está submetido a situações que dificultam a reprodução da força de trabalho, ou seja, as condições precárias de trabalho e remuneração, instabilidade da atividade laborativa, jornadas ampliadas e/ou sazonais, além de direitos do trabalho negados. Estes trabalhadores dependem da venda de sua força de trabalho de forma explícita, com o trabalho produtivo e a valorização do valor,

⁵ Entrevista concedida à autora por ex-militante do MTST em fevereiro de 2011.

ou de forma camuflada, com o trabalho improdutivo pela regulação do sistema de assalariamento.

Por último, a competitividade entre os trabalhadores isolados, sem representação sindical e sem proteção trabalhista legal, leva a uma extrema individualização das ações que buscam minimizar a brutalização do trabalho diário. Por outro lado, a necessidade do aumento da renda pode levar à inserção em atividades ilícitas, não como atividade principal, mas secundária e periférica na vida destes trabalhadores.

Diferente das duas últimas décadas, os movimentos sociais urbanos trabalhavam com uma base social cuja predominância era de trabalhadores produtivos ou improdutivos, que estavam de alguma forma sendo absorvidos pela necessidade de força de trabalho das indústrias em expansão, sobretudo na Grande São Paulo, especificamente nas periferias das cidades, onde havia ausência de investimento estatal e privado para a construção de infraestrutura.

No final da década de 1990, a base social do MTST sofre alterações, em parte decorrentes da transformação da classe trabalhadora brasileira. Trabalha mais horas, recebe menos, está mais instável em termos de emprego ou ocupação, tem maiores dificuldades para garantir a reprodução de sua força de trabalho e a moradia passa a ser um dos itens da “cesta de consumo” que mais onera o salário do sem-teto⁶.

O repertório e as formas de organização do MTST podem ser, à primeira vista, tidas como continuidade daquelas

⁶ Entre 2007 e 2012, o componente do déficit habitacional que mais cresceu foi o de ônus excessivo com o aluguel, cerca de 30% (IPEA, 2013). Considerando que este componente resulta do comprometimento de 30% ou mais da renda com o pagamento de aluguel, vemos que cresceu a dificuldade das famílias em manter a moradia alugada.

movimentos. Mas na verdade, há uma releitura, como, por exemplo, a questão identitária.

Bensaïd nos dá boas pistas para pensar esta questão numa perspectiva do confronto, ao afirmar que há entre as classes

um antagonismo dinâmico que ganha forma, em primeiro lugar, no nível do processo de produção, em seguida, no do processo de circulação e, finalmente, no da reprodução social. Elas são determinadas ao longo de um processo em que se combinam as relações de propriedade, a luta pelo salário, a divisão do trabalho, as relações com os aparelhos de Estado e com o mercado mundial, as representações simbólicas e os discursos ideológicos (BENSAÏD, 2008, p. 35).

Vejamos nas falas de alguns sem-teto sua percepção sobre as desigualdades e a questão da moradia. A que segue é de uma das mulheres acorrentadas ao portão da Igreja em Itapecerica da Serra durante uma manifestação. Ela diz:

A servidão já vem faz tempo. Porque hoje são os burgueses e nós, da periferia. Antigamente eram os barões e os nossos antecedentes, os escravos. Na minha concepção continua a mesma coisa: os barões são os playboys, os bacanas, e nós somos os escravos (ACORRENTADOS, 2005).

Outra mulher, durante a mesma manifestação, trata dos “ricos de fora”, dizendo que “Eles vêm de fora, se enchem de dinheiro, invade o nosso Brasil, cresce e depois os trabalhadores fica sem terra, sem-teto [...] morando debaixo de uma lona, as crianças tudo descalço, comendo gordurinha” (ACORRENTADOS, 2005).

Além do destaque para as evidências de desigualdade entre os indivíduos, há uma noção clara de que existem grupos

sociais que têm interesses próprios e das consequências da apropriação da riqueza por apenas um desses grupos.

O MTST explicita que a construção da identidade coletiva passa pelo viés de classe, unindo necessidades e potencializando ações conjuntas entre indivíduos que inicialmente parecem separados por interesses imediatos. É necessário “fazer com que o povo explorado [...] constru(a) uma identidade coletiva e a construção dela é a única saída para nós, senão os pobres irão se matar uns aos outros sem nada resolver (CARTILHA, 2005)”.

Os sem-teto organizados no MTST estão, como afirma Pinheiro (2008, p. 43), “de frente para o Estado, interpelando-o como estrutura de poder capitalista, e com um olhar desconfiado dirigido ao parlamento”, o que dá à noção de autonomia outro significado, que não deriva da negação do poder do Estado, mas que o reconhece como opositor, não por sua universalidade e negação de direitos, mas por ser um mecanismo partícipe da exploração e dominação na sociedade de classes.

Se por um lado o repertório e as formas de organização podem ser identificadas como instrumentos utilizados pelos movimentos sociais em momentos históricos diversos, serão justamente as mudanças nas conjunturas nas quais atuavam os movimentos que farão com que os instrumentos sejam reapropriados e ressignificados.

Identificamos dois traços que mostram este processo, distinguindo a maneira como o MTST se utiliza destes instrumentos em relação aos movimentos sociais urbanos dos anos 1970 e 80. O primeiro é a finalidade expressa da adoção da auto-organização, da democracia de base e da autonomia. Estas formas de organização incentivam a corresponsabilização individual pelas ações do movimento, que denota o envolvimento de seus ativistas como membros na coletividade. Como sujeitos dentro da organização do

movimento, pensam, agem, argumentam e decidem sobre o conjunto de dilemas práticos que se põe entre eles e a sociedade, permitindo que cada um se reconheça como parte integrante do processo de construção do MTST.

No entanto, a vivência da igualdade não pode parar no formalismo do voto, do “levantar o braço” na assembleia do acampamento, mas deve alimentar a capacidade de cada um e de todos de compreensão e ação coletiva. A participação é um convite a pensar o poder popular exercitado nos acampamentos, nas manifestações etc., poder este que não se encerra nas cercas do acampamento, mas que deve se espriar para as disputas políticas e sociais na sociedade de classe, sendo assim uma organização que propicia uma nova forma de ser, para pensar uma outra sociedade.

Desta forma de vivenciar a participação deriva o segundo traço: a superação da noção de cidadania. O MTST reconhece que as mazelas que afligem os trabalhadores – seja o desemprego, o racismo, o machismo etc. – “são fatores de um mesmo mal, [e que] todos tem o mesmo fundamento”; o movimento atribui estes ataques a “[...] uma sociedade que transforma tudo e todos em mercadoria [e] não vê problemas em atirar bilhões de trabalhadores ao lixo quando não são mais úteis” (PROGRAMA, s/d).

O centro das lutas não é o direito, o Estado ou a cultura política, mas a existência da sociedade capitalista e da dominação de classe. A cidadania é um conceito, uma noção, um objetivo que não aparece no horizonte estratégico do MTST, pois é superado pela concepção de que o direito é um atributo formal, embora importante, e que existe apenas por conquista e não por concessão.

Assim sendo, a noção de direito aparece nos discursos e nas ações como um instrumento para desvendar a desigualdade também entranhada no Estado, que “dá para os ricos e tira dos pobres”, e como argumento para a unidade e

ação na luta, como o “direito a moradia”, como expressa um pai de família do acampamento Zumbi dos Palmares:

No nosso caso, eu, da minha esposa e do menino [...] nós viemos do aluguel. Nós viu aquele alarido das pessoas e viu que era uma invasão. E na necessidade de nós ter um lugar pra morar, que eu acho que é um direito de todos que trabalha e não tem condições de ter uma moradia própria (LUTA, 2011)

A luta contínua dos movimentos sociais classistas no Brasil produziu um conjunto de formas de organização e um repertório de ações que atribuem sentido mais amplo à luta por direitos, vista como demanda inicial e não objetivo único.

A gênese do MTST vinculada ao MST, a crise estrutural do capitalismo, produtora do desemprego crônico, a vivência das limitações da democracia burguesa no Brasil, somadas às antigas reivindicações no meio urbano, produziram a atualização do repertório dos movimentos sociais, chamados “novos”. Não acreditamos, no entanto, que o MTST, seja um “novíssimo novo” movimento social (GONÇALVES, 2005), mas um movimento social classista, cuja luta continua atualíssima.

Como um movimento social que nasce e existe nas cidades, suas relações se desenvolvem neste espaço, mudando sua paisagem e interferindo nas relações sociais no urbano, o que, pensamos, está em consonância com o que afirma Harvey (2008, 23):

A questão sobre que tipo de cidade queremos não pode estar divorciada da que propõe que tipo de laços sociais, de relações com a natureza, de estilos de vida, de tecnologias e valores estéticos desejamos. O direito à cidade é muito mais que a liberdade individual de ter acesso aos recursos urbanos: se trata do direito a mudarmos a nós mesmos mudando a

cidade. É, também, um direito comum antes de ser individual, já que esta transformação depende, inevitavelmente, do exercício de um poder coletivo para remodelar os processos de urbanização (tradução nossa)⁷.

As manifestações das contradições na paisagem urbana, a pobreza, a concentração etc. decorrem do processo de reprodução ampliada do capital no nível internacional capitalista. Se há uma crise urbana que se apresenta nas grandes metrópoles, a sua forma dependerá da universalização das trocas, da internacionalização do capital e de como esta relação de subordinação no conjunto mundial se apresentará em cada Estado nacional (CARLOS, 2008).

A relação entre espaço e modo de produção capitalista é uma relação em que a produção do espaço é resultante das relações sociais de produção, ao mesmo tempo em que, como espaço construído, influencia estas mesmas relações. Assim, a propriedade privada dos meios de produção significa uma crescente privatização do espaço, que é incorporado ao capital como meio de produção, de modo que a mercantilização do espaço passa pela mercantilização das relações que nele ocorrem.

A segregação espacial apresenta-se como uma forma de controle sobre a produção e o consumo na cidade e, sem ela, a classe dominante não poderia fazer uso do espaço segundo

⁷ “La cuestión de qué tipo de ciudad queremos no puede estar divorciada de la que plantea qué tipo de lazos sociales, de relaciones con la naturaleza, de estilos de vida, de tecnologías y de valores estéticos deseamos. El derecho a la ciudad es mucho más que la libertad individual de acceder a los recursos urbanos: se trata del derecho a cambiarnos a nosotros mismos cambiando la ciudad. Es, además, un derecho común antes que individual, ya que esta transformación depende inevitablemente del ejercicio de un poder colectivo para remodelar los procesos de urbanización”.

seus interesses. Assim o uso do solo, por comportar a propriedade jurídica privada, abriga o conflito entre ser lugar de atividade humana e lugar de acumulação.

Como lembra Lefebvre (1999), o espaço não é receptáculo passivo das relações sociais e, portanto, se há uma hegemonia de classe no capitalismo, tal também se apresenta em relação ao espaço. O monopólio da classe dominante sobre o espaço exclui os subalternos, entre outras coisas, da propriedade fundiária e da possibilidade de acumulação pelo seu uso.

A segregação espacial apresenta-se como uma forma de controle sobre a produção e o consumo na cidade, sem a qual a classe dominante não poderia fazer uso do espaço segundo seus interesses. Assim o uso do solo, por comportar a propriedade jurídica privada, abriga o conflito entre ser lugar de atividade humana e lugar de acumulação.

A disputa fundamentada nas contradições em que se dá o processo de (re)produção espacial implica profundas transformações no uso do solo, questionando como “espaço ordenado”. Em verdade, a urbanização vincula-se diretamente às formas de divisão social e técnica do trabalho, tornando a cidade campo privilegiado das lutas de classes (CARLOS, 2008, p. 187).

Mas o espaço urbano, embora segregado, contém em si várias dimensões da vida, expressas no cotidiano da cidade. Segundo Harvey, o trabalhar e o viver são indissociáveis e estão sob o poder do capital, que dimensiona o valor de uso da cidade para o trabalhador.

Os conflitos no local de vida são meros reflexos de tensões subjacentes entre o capital e o trabalho. Os apropriadores da renda e a facção da construção civil mediam as formas de conflito; eles se erguem entre o capital e o trabalho e por isso escondem de nossas vistas a verdadeira fonte de tensão. A

aparência superficial dos conflitos em torno do ambiente construído – as lutas contra o proprietário da terra ou contra a renovação urbana – disfarça uma essência oculta que é nada mais nada menos que a luta entre o capital e o trabalho (CARLOS *apud* HARVEY, 2008, p. 184).

Porém, este conflito central entre capital e trabalho se manifesta de maneiras diferentes no espaço da cidade, seja pela concentração dos equipamentos coletivos, pela desindustrialização de uma área, pela valorização imobiliária de um bairro ou ainda pela nomeação de favela para todo bairro empobrecido. Capital, Estado e trabalho se encontram sob o solo urbano em uma contradição permanente que transforma todos os agentes, sem exceção.

Toda construção humana gerida pela lógica do capital no espaço gera disputas entre agentes com interesses contraditórios. O mesmo ocorre com a habitação, como um elemento que desenvolve formas específicas neste conflito entre as classes sociais na cidade. Segundo Pinheiro (2005), tais interesses se expressam na esfera da produção, da circulação e da reprodução da força de trabalho, reiterando a afirmação de Harvey sobre a indissociabilidade entre o espaço da vida e do trabalho.

A moradia torna-se mercadoria na qual está incorporado valor, não apenas da sua construção, mas do solo urbano, também como mercadoria. Disto decorre que a valorização do capital na mercadoria moradia ocorre de várias formas e envolve diversos agentes do capital imobiliário (construtoras, imobiliárias, agentes financiadores etc.).

Na esfera da circulação, há uma “tendência de crescimento da distância entre preços médios de mercado da moradia e a taxa média de salário” (PINHEIRO, 2005, p. 164), o que aumenta a utilização de áreas desvalorizadas e, por isso, abandonadas pelo mercado imobiliário e pela gestão pública.

Esses espaços muitas vezes oferecem riscos às famílias, por não terem infraestrutura mínima, e/ou são áreas longínquas, eternizando o padrão periférico de crescimento das metrópoles. Quanto à reprodução, trata-se do peso da habitação no valor da força de trabalho cujo “efeito se manifesta em maior ou menor escala [...] conforme a existência (ou não) e a eficiência de alguma política habitacional” (PINHEIRO, 2005, p. 164).

No setor imobiliário participam diversos agentes, o que complexifica a relação entre eles e dificulta o atendimento dos interesses como um todo. Segundo Botelho (2007, p. 46), este setor seria constituído por três subsetores:

da indústria civil, ligadas à construção de edifícios e obras de engenharia civil; as atividades da indústria produtora de materiais de construção; e aquelas ligadas ao terciário, tais como as atividades imobiliárias (loteamento, compra, venda e locação, etc.) e as atividades de manutenção predial.

Por esta amplitude, é um setor que incorpora compromissos entre o capital industrial, financeiro, comercial e fundiário, cujos interesses estão em permanente instabilidade e se opõem frequentemente à demanda organizada por habitação popular (BOTELHO, 2007, p. 49). Entretanto, os interesses por moradia popular e a sua construção não são interesses opostos, sobretudo para o setor da construção civil, que pode ganhar muito com projetos habitacionais de grande monta. Exemplo desta confluência é o programa habitacional *Minha Casa, Minha Vida* do governo federal, lançado em abril de 2009, cujos objetivos eram estimular a criação de empregos e de investimentos no setor da construção civil por meio de uma política social de habitação popular.

Minha Casa, Minha Vida *versus* Minha Casa, Minha Luta?

O programa habitacional do primeiro governo do PT em nível federal (2003-2006) foi pensado muito antes de o presidente Lula assumir a Presidência da República. Conta um de seus idealizadores, Nabil Bonduki⁸, que em 1999, ele foi convidado para elaborar, no Instituto da Cidadania, um projeto habitacional que equacionasse os problemas históricos de habitação no Brasil. Este projeto foi chamado de Projeto Moradia e envolveu movimentos sociais, sindicatos, poder público, entidades profissionais, acadêmicos, empresários, discutindo temáticas que foram sistematizadas pela equipe responsável por sua elaboração⁹.

O Projeto Moradia foi lançado em 2000 e apresentava três dimensões principais: “gestão e controle social, projeto financeiro e urbano-fundiário” (BONDUKI, 2009, p. 03); para sua implantação, estavam envolvidas as três esferas de governo (municipal, estadual e federal), envolvendo o plano público e privado.

⁸ Arquiteto e professor de Planejamento Urbano da FAU-USP. Foi superintendente de Habitação Popular na Prefeitura de São Paulo (gestão Luiza Erundina) e vereador pelo PT (2001-2004), um dos coordenadores do Projeto Moradia (1999-2000), membro da equipe de consultores que elaborou a Política Nacional de Habitação (2003-2004) e coordenador técnico da consultoria contratada para elaborar o Plano Nacional de Habitação (2007-2008). Foi membro do Conselho Nacional de Habitação (2004-2005) e do Conselho Gestor do FNHIS (2006-2007).

⁹ Segundo Bonduki, (2009, p. 02) o projeto estava “sob a supervisão de Lula e a coordenação geral de Clara Ant, a coordenação foi formada por André de Souza, Ermínia Maricato, Evaniza Rodrigues, Iara Bernardi, Lúcio Kowarick, Nabil Bonduki e Pedro Paulo Martoni Branco, com a gerência executiva de Tomás Moreira”

Este projeto propunha, entre outras medidas, a criação do Sistema Nacional de Habitação (SNH) sob coordenação de um novo ministério, o Ministério das Cidades (MCidades). Para gerir os recursos orçamentários, propunha a criação do Fundo Nacional de Habitação (FNH), uma reivindicação dos movimentos de moradia, com uma política de subsídios que previsse recursos do Orçamento Geral da União (OGU) e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

O controle social estaria a cargo do Conselho Nacional das Cidades e “órgãos semelhantes nos estados e municípios, aos quais caberia gerir fundos de habitação, que deveriam concentrar recursos orçamentários para subsidiar a baixa renda” (BONDUKI, 2009, p. 09). Bonduki ainda enfatiza que havia a necessidade de aprovação do Estatuto da Cidade para tratar da legislação que pudesse obstaculizar a sua implantação. O autor não deixa de salientar o papel protagonista de Lula neste processo, conforme descreve:

Tivemos a oportunidade de mostrar a Lula o caótico processo de expansão urbana, e ele ratificou a concepção de que o problema da moradia não se resolvia apenas com a construção de casinhas, mas era necessário enfrentar também a questão urbana e fundiária, aspecto que tem grande atualidade no programa *Minha Casa, Minha Vida* (BONDUKI, 2009, p. 10).

Uma vez no governo, os planos não correram como se esperava e “as propostas de gestão avançaram mais rapidamente do que o projeto financeiro” (BONDUKI, 2009, p. 10). Com o governo do PT eleito, o MinCidades foi implementado rapidamente, no primeiro dia de mandato e se estruturou em quatro secretarias: Habitação, Saneamento, Mobilidade Urbana e Programas Urbanos – cuja intenção era articular as políticas em sua concepção e implementação.

Como ministro desta pasta, Olívio Dutra preencheu muitos cargos com pessoas envolvidas com projetos em torno da questão urbana desde as prefeituras do PT da década de 1990 e reforçou o “time” para o que parecia ser a grande inovação do governo: trazer à tona como problema nacional a questão habitacional.

Entre 2003 e 2004, foram criadas instâncias de debate com ampla participação para enriquecer a discussão sobre projetos urbanos. Em 2003, foi realizada a Conferência Nacional das Cidades, na qual se criou o Conselho Nacional de Habitação, instalado em 2004. Porém, a Política Nacional de Habitação (PNH), embora divulgada e debatida, não foi deliberada nestes fóruns, mas elaborada pela Secretaria Nacional da Habitação, com a consultoria do Instituto Via Pública e aprovada pelo Conselho Nacional das Cidades em 2004.

Somente em 2006 foi instalado o Fundo Nacional de Habitação (FNH), não como fundo financeiro, mas como fundo orçamentário. No mesmo ano, instituiu-se o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS)¹⁰, que “exigiu de estados e municípios a criação de uma estrutura institucional, com fundo, conselho e plano de habitação, para que tivessem acesso aos recursos federais” (BONDUKI, 2009, p. 11), o que chegou a elevar os subsídios habitacionais para a faixa de renda de 0 a 3 salários mínimos, embora grande parte desses financiamentos tenha sido para materiais de

¹⁰ Articulado ao Plano Nacional de Habitação de Interesse social – PlanHab, construído no Conselho das Cidades, órgão consultivo e deliberativo ligado ao MinCidades, o SNHIS propunha um desenho institucional e financeiro que articulasse as diversas instâncias da federação, mediante a criação de conselhos e planos urbanos locais, o que permitiria uma maior participação e acompanhamento das políticas pelas entidades e movimentos sociais.

construção, ou melhor, para autoconstrução (HIRATA, 2009, p. 5).

Mesmo com o avanço da política habitacional com ampliação da participação social e fortalecimento das instâncias de planejamento, a restrição orçamentária decorrente da política fiscal de manutenção de alto superávit primário para pagamento da dívida externa com altas taxas de juros dificultava a efetivação da política habitacional; no entanto, até 2006 havia uma tentativa de vinculação entre a utilização das verbas para habitação e o desenvolvimento de uma política urbana integrada por meio do SNHIS.

A chamada “crise do mensalão” levou o governo petista a buscar ampliar suas bases no Congresso, e uma das ações neste sentido foi a troca de Olívio Dutra (e de quase todos os cargos por indicação) em julho de 2005 e da entrega do MinCidades ao Partido Progressista (PP), na figura de Márcio Fortes de Almeida.

A gestão Fortes realiza duas mudanças na dinâmica do MinCidades: inicia o esvaziamento das instâncias de participação no âmbito do FNRU e do PNH (SERAFIM, 2013, p. 165) e, em decorrência do lançamento do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) – que embora forneça grande aporte financeiro para a habitação por meio do PAC Habitação – causa “um primeiro deslocamento na centralidade do FNHIS na política habitacional” (CARDOSO; ARAGÃO, 2013, p. 04), pois seus recursos não estão sujeitos a controle social. Este processo se aprofunda com o lançamento do PMCMV em 2009.

A conjuntura de forte crise internacional de 2007/2008, cujo centro foi a quebra do setor imobiliário norte-americano, teve repercussão nos mercados do mundo todo, pois a especulação sobre os empréstimos de alto risco com base nas hipotecas imobiliárias estava espalhada por diferentes

carteiras de crédito em diversos bancos e fundos de investimentos. Como afirma Harvey (2011, p. 10):

O resto do mundo, até então relativamente imune, [...] foi arrastado precipitadamente para a lama, gerada em particular pelo colapso financeiro dos EUA. No epicentro do problema estava a montanha de títulos de hipoteca “tóxicos” detidos pelos bancos ou comercializados por investidores incautos em todo o mundo. Todo mundo tinha agido como se os preços dos imóveis pudessem subir para sempre”.

E quando o preço dos imóveis começou a baixar, desencadeou o início da crise, que

dentre as consequências posteriores ao *crash* de setembro de 2008, pode-se apontar o aumento excessivo no preço dos imóveis em países como o Brasil. O movimento, no caso, é do fluxo do capital, que migra em direção a novos mercados e novas oportunidades de remuneração do investimento (BASTOS, 2012, p. 62).

No Brasil, o lançamento do programa habitacional Minha Casa, Minha Vida¹¹ (PMCMV) em abril de 2009, acelera o mercado imobiliário por meio da produção da habitação “ao mesmo tempo como um dreno para o investimento do excedente de capital e como um pacote de valores de uso que estimulam a produção e a acumulação” (BASTOS, 2012, 63).

Em que consiste este programa? Busca ser um programa anticrise que, por meio de investimentos públicos, gere empregos e aumente a concessão de crédito no setor da construção. Com uma visão bastante pragmática, o governo

¹¹ Disponível em: <http://downloads.caixa.gov.br/_arquivos/habita/mcmv/CARTILHACOMPLETA.PDF>. Acesso em: 20 jun. 2010

do PT colocou o lançamento e a responsabilidade sobre o Programa na Casa Civil e no Ministério da Fazenda, que compõem o comitê de acompanhamento formado exclusivamente por integrantes do governo.

Dados da Fundação João Pinheiro (2014) mostram que o déficit habitacional diminuiu entre 2007 e 2012, passando de 6,102 milhões para 5,792 milhões de unidades. No entanto, até o ano de 2012, o PMCMV havia entregado 934 mil moradias¹², diminuindo o déficit em apenas 310 mil unidades; nesse mesmo período, o déficit entre a camada mais pobre (o a 3 salários mínimos) subiu, passando de 70,7% para 73,6% (Ipea, 2013). Como se explica que o maior programa habitacional brasileiro não tenha logrado um impacto maior sobre o déficit habitacional?

Para entendermos o que levou a esses números, será preciso conhecer um pouco mais sobre o PMCMV e seus desdobramentos sobre a terra e habitação urbana.

O PMCMV, até 2014, contou com duas edições (MCMV I e MCMV II) que, juntas contrataram 2.863.384 unidades habitacionais (UH); dentre elas, 45,7% foi destinada à faixa I (atualmente com teto de renda de R\$ 1.600,00), cujo déficit habitacional corresponde a 73,6% do total em 2012 (IPEA, 2013).

Há o atendimento de outras duas faixas (3 a 10 salários mínimos e mais de 10 salários mínimos), mas nos deteremos na faixa I, que é a que também atende a modalidade¹³ Entidades do PMCMV (MCMV-E). Nessa modalidade,

¹²Portal Brasil (2012). Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2012/11/programa-minha-casa-minha-vida-ja-entregou-934-mil-moradias>>. Acesso em: 22 set. 2015.

¹³ Para saber mais sobre as modalidades do PMCMV, ver Tatagiba et al., 2014, p. 232-233.

assim como no caso de beneficiários isolados, há subsídio da União, de modo que o beneficiário paga, no máximo, 5% de sua renda bruta mensal e tem até 10 anos para quitar a dívida. Para ser inscrito no programa, deve estar no cadastro de famílias de baixa renda, que é organizado pelo governo federal, mas alimentado pelas prefeituras.

Atualmente o valor da UH chega a no máximo R\$ 76.000,00 (com complemento do estado e município) por uma moradia de, no mínimo, 32 m² de área útil. O valor por unidade tem variações por estado e município, mas não está vinculado a áreas mais ou menos valorizadas, bem como não há alteração do valor pago para projetos com metragens maiores.

O que diferencia o programa regular do MCMV-E é que esta fração minoritária do programa (destinação de apenas 3% do valor total) é destinada a entidades sem fins lucrativos – cooperativas, associações e movimentos sociais – constituídas como pessoa jurídica (entidade organizadora – EO). Esta modalidade atende a uma reivindicação histórica dos movimentos de moradia no Brasil, que possibilita o planejamento e administração do processo de construção das habitações, como no sistema de mutirão e/ou autogestão.

Com o MCMV-E a EO pode optar entre três regimes de construção: autogestão (autoconstrução familiar ou mutirão coletivo), administração direta (em que a EO é responsável pela contratação de serviços, inclusive de mão de obra) ou empreitada global (em que a empreiteira é responsável por todo o processo). Em todos os casos, deve haver a contratação da Assistência Técnica Especializada responsável pelo projeto.

Segundo Cardoso e Aragão (2013, p. 42), os aspectos positivos do programa seriam apenas dois: compor, juntamente com outras medidas, um enfrentamento da crise econômica de caráter anticíclico e o volume de recursos para subsídios destinados à população de baixa renda. No entanto, o programa colecionou críticas desde seu lançamento (FIX;

ARANTES, 2009), que se aprofundaram ao longo destes últimos anos, as quais Cardoso e Aragão (2013, p. 42), bem resumem em oito pontos:

- (i) a falta de articulação do programa com a política urbana;
- (ii) a ausência de instrumentos para enfrentar a questão fundiária;
- (iii) os problemas de localização dos novos empreendimentos;
- (iv) excessivo privilégio concedido ao setor privado;
- (v) a grande escala dos empreendimentos
- (vi) a baixa qualidade arquitetônica e construtiva dos empreendimentos;
- (vii) a descontinuidade do programa em relação ao SNHIS e a perda do controle social sobre a sua implementação. [...] (viii) as desigualdades na distribuição dos recursos como fruto do modelo institucional adotado.

Por ser um programa que foi elaborado para socorrer o capital imobiliário, a estrutura e dinâmica para sua efetivação foi organizada para que não houvesse entraves; por isso, esteve desvinculado do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS). Ademais, por ser parte do PAC, a alocação e recursos era prerrogativa exclusiva da Casa Civil da Presidência da República, anulando qualquer possibilidade de algum controle dos espaços institucionais ligados à política urbana.

O programa é operacionalizado pela Caixa Econômica Federal (CEF), responsável por receber e avaliar os projetos que, a partir da aprovação, perdem qualquer controle sobre sua implementação. Prova disso é que o PMCMV tem como regra a aprovação de condomínios com no máximo 500 UH, como forma de evitar os megaconjuntos, o que não foi capaz de inibir essa prática porque as empreiteiras dão entrada em projetos separados na CEF, mas em terrenos contíguos, o que fez com que a média nacional metropolitana dos condomínios seja de 1023 UH, ou seja, o dobro do legal (CARDOSO; ARAGÃO, 2013, p. 58).

Assim, assiste-se ao protagonismo do setor privado da construção sobre todas as etapas do processo, o que, efetivamente, faz do mercado o formulador e gestor da política habitacional recente no Brasil. As empreiteiras buscam os terrenos menos valorizados, já que o preço por UH é único por município, elabora projetos arquitetônicos homogêneos e desumanizados, constrói os empreendimentos visando obter o maior lucro possível, o que ocasiona a entrega de moradias de baixa qualidade. Além disso, a escolha de terrenos nas áreas periféricas impacta tanto os novos moradores, quanto o poder público, com a ausência de equipamentos e infraestrutura capaz de atender a nova demanda¹⁴.

O tipo de relação entre construtoras e poder público, segundo Fix e Arantes, demonstra que os projetos “são concebidos como mercadorias rentáveis a seus proponentes. Mesmo que submetidas à aprovação de órgãos competentes, estes estão pressionados em todas as instâncias a obter resultados quantitativos para cumprir as metas do programa” (2009).

Nas palavras de Tatagiba et al, “o MCMV estimula a construção de moradias sem atender ao princípio de direito à cidade, [...] e reforça o padrão de segregação sócio espacial historicamente presente na ocupação do território brasileiro” (2013, p 236). Seu ponto de vista conflui com o do MTST sobre o programa que, segundo Boulos “foi feito para resolver o problema de liquidez das grandes empreiteiras depois da crise de 2008 [...] Não foi feito para resolver o déficit habitacional” (BOULOS, 2014a, p. 17).

Há ainda a continuidade da segregação urbana, visto que os projetos para famílias de até 3 salários mínimos, pelo valor

¹⁴ Para conhecer os resultados da implementação do PMCMV em várias localidades brasileiras, ver CARDOSO, Adauto Lucio (org.), 2013.

total do imóvel, não foram construídos em regiões servidas de equipamentos urbanos, inclusive pelo valor da propriedade fundiária. Assim, a construção de imóveis em lugares periféricos diminui o custo do imóvel; afinal, como o programa não supera a forma-mercadoria, não há qualquer regulamentação à qualidade do produto entregue ou sobre o seu processo de produção, o que implica diretamente uma diminuição dos custos e uma despreocupação total com as questões ambientais ou estéticas.

As empresas do setor imobiliário têm se beneficiado do programa por seu caráter privatista do tratamento da questão habitacional e da captura privada de investimentos públicos, com a facilitação na implementação dos projetos pela retirada dos “entraves burocráticos”, para criar agilidade na execução dos “produtos” imobiliários.

A valorização imobiliária, como afirma Pinheiro (2005, p. 165), apresenta uma tendência à elevação e ocorre de maneira desigual no espaço urbano, impulsionada por três fatores: “1) a pressão da demanda, 2) a própria valorização [...] e 3) a financeirização do solo urbano, etc.”. O programa impulsiona uma demanda reprimida pela insuficiência de oferta; a valorização ocorre pela necessidade que os projetos implementados trarão para os investimentos públicos, ou seja, serão os governos, com pressão popular, que arcarão com os custos da infraestrutura nos projetos instalados nas periferias.

E quanto aos movimentos sociais de luta por moradia? Se apenas 3% dos recursos da OGU e FGTS que compõem o programa são destinados a entidades sem fins lucrativos, cooperativas e movimentos sociais, está claro que há um estímulo à competição entre movimentos para “abocanhar” os poucos recursos. Por outro lado, há uma instrução normativa que “fornece regras bastante favoráveis para que os movimentos desenvolvam projetos e obras”, com a supervisão

da CEF e que oferece a possibilidade de projetos de autogestão, compra e reforma de imóveis ociosos, entre outras.

Ao problematizar a relação entre os movimentos de moradia e as políticas de habitação, Fix lembra que “a construção de um espaço diferenciado, sem o apoio da luta social (e de novas ocupações) e da compreensão política do processo mais amplo, não constitui por si só uma ação antissistêmica e contra-hegemônica” (2009)¹⁵.

A avaliação que o MTST faz do programa *Minha Casa, Minha Vida* nos dá uma dimensão de como as demandas mais emergenciais se articulam com os objetivos do movimento.

O Programa MCMV foi desenvolvido para atender aos interesses do capital imobiliário [...] [O governo] aquece a especulação imobiliária e não toca no problema da distribuição de terras urbanas ociosas. Dá às construtoras, incorporadoras e à indústria da construção civil o papel de grandes agentes da política habitacional brasileira (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM-TETO, 2009).

O Programa MCMV, segundo Simões, militante do MTST, ao possibilitar enormes listas de cadastro, pode gerar uma pressão sobre o governo, se as famílias estiverem organizadas¹⁶. Por outro lado, o programa alimenta a ideologia da casa própria, tão conhecida no Brasil como o patamar mais alto de consumo da família trabalhadora. Evidentemente, em uma conjuntura de subproletarização da classe trabalhadora, com aposentadorias miseráveis e desemprego crônico, a propriedade da moradia significa uma estabilidade que vai além das questões econômicas, mas engloba a sociabilidade

¹⁵ Disponível em: <<http://passapalavra.info/?p=9445>>. Acesso em: 17 nov 2009.

¹⁶ Em discurso no Encontro Nacional do MTST, junho 2009.

das gerações em um bairro, a segurança dos filhos e idosos etc. Não é, portanto, um elemento a ser negligenciado.

Sem dúvida, a moradia é um elemento mobilizador em torno do qual se ergue uma série de instrumentos de aglutinação de pessoas ao movimento. Mas acreditamos que a demanda por moradia não é o ponto que merece discussão e sim o modo como a luta é realizada a partir desta demanda e, ainda, se esta demanda se constitui como objetivo em si mesmo ou se está em um patamar de “alavanca” para objetivos mais amplos. Nas palavras do movimento,

O MTST não é um movimento de moradia, mas um movimento que, a partir da luta pela moradia, se organiza para o enfrentamento das dificuldades que afetam as massas excluídas. Assim, nossos objetivos não são corporativos [...] a luta passa por este interesse mas não esgota-se nele (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM-TETO, s/d).

O MTST faz uma análise que vai além das benesses que o programa traz para as famílias de o a 3 salários mínimos e busca reconhecer os mecanismos do capital, indo além de uma análise de “vontade política” do governo ou das limitações quantitativas do programa.

Diante da constatação do privilégio dos interesses do capital sobre os da classe trabalhadora, reconhece que o “MCMV gera brechas e contradições que devem ser trabalhadas” (MTST, s/d). Seriam elas: o estúpido cadastramento de 18 milhões de famílias para um programa de 1 milhão de moradias e a impossibilidade de posicionamento contrário ao programa, o que geraria conflitos com a base social do movimento (MTST, s/d). Qual a saída proposta pelo movimento?

Buscar nos envolvermos no Programa, seja via entidades seja via empreiteiras, mas sem deixar de pautar nossas críticas e exigências, em especial a defesa de uma Política Nacional de Desapropriações, sem a qual não se resolve o problema do acesso à terra urbana pelos mais pobres. Devemos também buscar introduzir em nossos projetos preocupações quanto à qualidade das moradias e, sempre que possível, trabalhar com gestão direta dos empreendimentos (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM-TETO, 2009).

Se o movimento demonstra ceder ao programa ao se incorporar, mesmo “via empreiteiras”, ele não abre mão de seus objetivos estratégicos. Quanto às demandas de curto prazo, busca uma superação dos limites qualitativos dos projetos implementados para a faixa de renda de sua base social.

Podemos perceber que o MTST compreende a importância econômica simbólica que o programa tem para sua base social e como o governo tem articulado isso para angariar votos entre a classe trabalhadora. A tentativa de abarcar o significado do programa para os sem-teto e trabalhar suas “brechas”, buscando implementar espaços em que o poder popular possa ser exercitado, nos parece uma articulação que pode trazer saldos positivos, tanto em conquistas, quanto em organização.

O MTST mostrou como pretendia aproveitar as “brechas” do programa e tentar borrar a figura do presidente, quando em 08 de julho de 2009, cerca de 100 militantes do MTST acamparam em frente à residência particular do presidente Lula, em São Bernardo do Campo e, a cada dia sem negociações, um sem-teto se acorrentava às grades em frente ao prédio. A mensagem era clara: Lula não é sem-teto. Está do outro lado. E a manifestação teve o efeito esperado. Evidenciou Lula como pessoa exterior ao movimento e aos

seus interesses, apareceu na grande mídia, gerou conflito entre as instâncias envolvidas em suas reivindicações (prefeituras, estados e União) e desconcertou o PT. Segundo declaração do presidente do PT de São Bernardo do Campo, Wanderley Salatiel (PROTESTO..., 2009),

Daria mais resultado se fizessem esse protesto em Brasília, que é onde sempre ocorrem os protestos. Não consegui entender por que a manifestação em São Bernardo. O MTST de São Bernardo nem está participando e o presidente Lula não está na cidade. Por outro lado, a maioria das questões é municipal [...]. De todo modo, já entreguei a reivindicação do movimento. Os municípios têm de fazer a parte deles¹⁷.

Se uma volta em Brasília daria mais resultado, não sabemos, mas o MTST conseguiu incluir famílias cadastradas pelo movimento no programa *Minha Casa, Minha Vida* e a intervenção do governo federal em todas as cidades em que havia ocupações no estado de São Paulo, para agilizar as negociações e implementar projetos habitacionais como solução para os acampamentos.

Nos parece que esta ação pode ser caracterizada como uma forma disruptiva de confronto, nos moldes de Tarrow (2009, 130), “por espalhar incertezas e dar poder a atores fracos contra oponentes poderosos, elas são a arma mais forte dos movimentos sociais”.

O anticapitalismo do MTST se insere no que Wood (2003) caracteriza como um anticapitalismo do século XXI, cujo principal elemento é a antimercantilização da vida. Concordamos quando Wood lembra que o anticapitalismo

¹⁷ Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/pais/mat/2009/07/10/protesto-do-mtst-em-frente-predio-de-lula-em-sao-bernardo-tem-7-acorrentados-756762243.asp>>. Acesso em: 04 mai 2010.

tem uma gama de negações, desde ser contra tipos de capitalismo (de mercado, neoliberal etc.) até o anticapitalismo independente de que tipo assuma. Sustentamos que o MTST se insere no campo de um anticapitalismo deste último tipo e essencialmente antineoliberal.

Se por um lado o MTST vislumbra o capital como antagonista, por outro, não esquece o papel desempenhado pelo Estado na luta de classes e o interpela sem investir na participação nos fóruns institucionais. Embora dialogue com o Estado, se posiciona como opositor na luta de classes, pois não há como prescindir da relação com o Estado burguês, uma vez que ele concentra a ilusão da representatividade e através dele se implementam políticas públicas, que diretamente atingem os movimentos sociais.

Para exercer o seu alcance global, o capitalismo precisa dos Estados locais que mantêm as condições básicas para as suas operações. O mundo de hoje é mais que nunca um mundo de Estados-nação; e a forma política do capitalismo global não é um Estado global e sim um sistema de múltiplos Estados locais (WOOD, 2003, p. 47).

O MTST concebe o Estado como um instrumento do capitalismo que “não tem condições de transformar as relações sociais de dominação, podendo no máximo mediá-las” (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM-TETO, s/d); por isso, impede que seus militantes sejam candidatos, tanto como forma de evitar a cooptação e/ou acomodação no aparelho estatal, como por entender que há um desgaste da representação parlamentar entre sua base social, que a associa com corrupção e privilégios.

Suas formas de ação mostram como o movimento se põe como mediador na construção da classe em relação ao capital e ao Estado. Distinguimos três elementos que consideramos

centrais neste processo constitutivo da classe na luta política: a concepção de ação direta, as ocupações e a articulação entre ação de massa e formação política. Em seu programa, o MTST reconhece a especificidade da luta urbana, onde

A concentração do poder econômico e político, o loteamento completo do espaço construído e as características próprias do modo de vida nas cidades obrigam os movimentos urbanos a construir e trilharem seus próprios caminhos, desenvolvendo respostas novas para os novos problemas que surgem no caminhar (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM-TETO, s/d).

Neste espaço urbano, segundo o MTST, a carência de moradia está diretamente relacionada à falta de serviços sociais básicos e infraestrutura urbana, ambos aspectos que caracterizam a paisagem segregada da cidade, cujos bairros periféricos e mal-assistidos são o local destinado à classe trabalhadora, atualmente em grande medida aterrorizada pelo desemprego. Daí o movimento relacionar três demandas, embora em escalas diferenciadas: moradia, serviços urbanos e emprego.

Este imbricamento oferece uma flexibilidade de trabalho de formação política e associação com outras entidades e organizações que atuam no espaço da cidade, desnudando as sobreposições de dominação que se estabelecem na sociedade de classes e se materializam no espaço da cidade capitalista.

A adoção da luta direta, negando as ações institucionais de negociação pelas vias estatais formais (fóruns, conselhos, etc.), privilegiando as ocupações de terrenos, bloqueios de rodovias e ocupações de prédios públicos, evidencia para a sociedade a luta contra a propriedade fundiária e a especulação imobiliária (no caso das ocupações); a luta contra a valorização do capital na esfera da circulação (com os bloqueios) e a

interpelação do Estado, com a denúncia de sua parcialidade na luta de classes (com ocupação dos prédios).

Todas as ações têm ao mesmo tempo elementos de reivindicação imediata (negociação contra despejo, cobrança do bolsa-aluguel etc.) e uma denúncia da exploração e dominação das classes trabalhadoras na sociedade capitalista.

A dinâmica que reúne as ações estratégicas com as demandas imediatas do movimento alia a concepção do poder popular, como objetivo e estratégia e a visão que o movimento tem sobre as alianças em um amplo conjunto de forças políticas.

O poder popular é um elemento central no MTST, que aparece como forma de organização (decisões horizontalizadas), objetivo (construção do poder popular nas áreas ocupadas, nos núcleos etc., e como exercício de uma nova sociabilidade) e como formação política para a ação militante.

Como forma de organização, o poder popular se expressa na apropriação de todos os integrantes, tanto das decisões quanto da execução de atividades dentro dos espaços coletivos, o que mostra a relevância que os espaços de discussão têm para o movimento.

A organização dos acampamentos, a formação dos grupos (conjunto de barracos) com eleição de coordenador(a), as comissões de trabalho etc., com reuniões periódicas e a assembleia como instância última de decisão do acampamento, mostram que há “significação política extremamente interessante (para) o avanço do trabalho de base do MTST” (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM-TETO, s/d).

A existência dos núcleos de poder popular é outro ponto que mostra que a organicidade do movimento privilegia a participação ativa de seus membros. Os núcleos são formados por famílias e/ou indivíduos que, com o fim de um acampamento, voltam às suas casas, ou de parentes etc., mas

continuam organizados em núcleos territorializados. Sua importância está em

garantir uma relação contínua do MTST com a base social que participa de nossas lutas [...] (pois) se realizarmos uma série de intervenções descontínuas e pontuais numa certa região podemos construir uma extensa referência social, mas não uma base social organizada. [...] (tornando) impossível um trabalho com resultados de longo prazo [...] sem nenhuma ressonância estratégica (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM-TETO, s/d).

Sua atuação continua vinculada às atividades gerais do movimento, com mobilização em atividades como marchas, bloqueios, manifestações e muitas “famílias nucleadas”, participam de novas ocupações e formação política.

O poder popular, então, se constitui de uma concepção e uma prática que visam fortalecer a democracia direta nas instâncias do movimento e permanecer como exercício de organização anticapitalista, buscando superar a democracia apenas por representação, com suas limitações, além de colocar a perspectiva de relações sociopolíticas baseadas no trabalho coletivo, na igualdade significativa e na liberdade de atuação.

No que tange à formação política, o MTST tem como foco a desmistificação das relações sociais capitalistas em todos os âmbitos do movimento. Isto porque, como já dissemos, há uma articulação entre ação de massa e formação política, que ocorre desde o trabalho de base, antes das ocupações, até os cursos de formação que são realizados dentro e fora do movimento.

Um dos aspectos que enfatizamos nos movimentos sociais urbanos, desde os anos 1970, é sua fragmentação, que

ocorre pela focalização de demandas, pela orientação político-ideológica, pela dificuldade de organização conjunta, etc.

Este é um ponto de extrema importância para o MTST, visto que sua história mostrou que o isolamento contribui enormemente para a derrota de movimentos urbanos que atuam na periferia, por permanecerem “enclausurados” em sua luta local, sem repercussão midiática e apoio político de outras organizações. A luta corporativa é vista como um direito, mas que deve ser superada para o enfrentamento de conflitos mais amplos no âmbito social. O fortalecimento da luta da classe trabalhadora brasileira passaria pela unidade das organizações em um instrumento amplo e democrático, que se baseasse, não no formalismo da representação de suas entidades, mas no trabalho de base efetivo.

A formação da Frente de Resistência Urbana se inscreve na avaliação da necessidade de uma ação nacional unificada. Segundo Guilherme Boulos, mais do que a oposição ao governo do PT, os movimentos sociais urbanos que se integraram à iniciativa de criação da Frente de Resistência Urbana, o fizeram, sobretudo, por partilharem da centralidade da luta direta como instrumento de ação coletiva e da proposta de uma Reforma Urbana anticapitalista. Nos termos da Frente de Resistência Urbana, as obras do PAC e o programa *Minha Casa, Minha Vida* são parte de uma contrarreforma urbana, que evidencia que

A aliança perversa entre Estado e capital imobiliário reproduz uma lógica excludente e repressiva de desenvolvimento urbano. Sob a bandeira do “crescimento econômico” passam por cima do que estiver pela frente, em geral comunidades inteiras, historicamente estabelecidas (NA LUTA..., 2010).

A avaliação é de que esta contrarreforma se intensifique, não somente pela investida do Estado e do capital imobiliário através de intervenções urbanas, mas com o uso intensivo da repressão estatal e de uma enorme força ideológica que unificaria os indivíduos em torno da paz social para o “crescimento do país” em eventos internacionais.

Aí vem a Copa no Brasil! O sonho de muitos brasileiros promete tornar-se um terrível pesadelo. E, para que tudo esteja pronto, as obras começarão em breve, aliás, já estão atrasadas. O número de famílias despejadas no país – e não será só nas cidades-sede – deve chegar à casa das centenas de milhares. Em muitos casos, despejos sem indenização e sem alternativa de moradia. Ou com os ridículos “cheques-despejo”, com um valor que não permite sequer a compra de um barraco numa encosta de morro. Além disso, as medidas de repressão e criminalização da pobreza tendem a se tornar cada vez mais bárbaras nestes próximos anos, consolidando a política de “higienização social”. Várias situações já apontam para isso: as Unidades de Polícia Pacificadora, no Rio de Janeiro; o aumento da repressão a trabalhadores informais (especialmente camelôs) em várias cidades; o impedimento de moradores de periferia em freqüentar espaços públicos nos centros, como ocorreu num shopping Center de Curitiba (por ordem judicial!); etc. A ordem é: a cidade para os ricos e turistas, que os pobres fiquem nas periferias! (NA LUTA..., 2010).

Sabedora das dificuldades de um processo de nacionalização, cujos ritmos, formas e histórias são diferenciados, a Frente de Resistência Urbana tem priorizado campanhas nacionais que unifiquem as reivindicações, mas que respeitem as condições de cada movimento em sua realidade de desenvolvimento local.

Foi o que aconteceu com a Campanha Nacional Contra os Despejos lançada em agosto de 2010, com o nome de Minha Casa, Minha Luta, promoveu protestos em todo o país, inclusive com a paralisação das diversas rodovias em oito estados e que teve como mote de reivindicações,

Contra a política de despejos e remoções.

Garantia de moradia digna para todos.

Combate à repressão e criminalização da pobreza.

Pelo direito à vida e ao trabalho.

Por uma política nacional de desapropriações de imóveis vazios e medidas de combate à especulação imobiliária.

Por uma política de construção de moradias populares, baseada no subsídio integral, na qualidade habitacional e na gestão direta dos empreendimentos.

Em defesa de uma reforma urbana popular. (NA LUTA..., 2010).

Há uma forte cobrança dos movimentos que integram a Frente de Resistência Urbana por um plano nacional urbano que contemple uma política habitacional com controle dos empreendimentos pelos movimentos sociais e que esteja integrada a medidas de desapropriação, impedindo a especulação imobiliária. De fato, desde 2009, todas as conquistas do MTST estiveram vinculadas ao PMCMV-E, com a construção de 10.000 unidades habitacionais, dentre as quais apenas 600 foram entregues até 2015¹⁸.

Ainda que a modalidade *entidades* se limite a 3% das unidades habitacionais de todo o programa, é por meio dela que os movimentos sociais têm conquistado suas demandas e conseguido melhorar a qualidade das moradias. O caso do condomínio João Cândido no município de Taboão da Serra é

¹⁸ Trata-se do condomínio João Cândido no município de Taboão da Serra, que terá ao todo 1.100 unidades.

um bom exemplo. Com um total de 1100 UH e construído no regime de empreitada global, é considerado um modelo pelo MTST. Nas palavras de Boulos (2014a, p. 18):

com o mesmo dinheiro que as construtoras estão fazendo 39 metros, nós estamos fazendo 63, com três dormitórios. No condomínio vai ter, como o projeto é nosso, UBS (unidade básica de saúde), escola infantil, creche, arena de teatro, centros comunitários e um playground do prédio. Quem é que vai fazer esse tipo de proposta?

E ainda assim a construtora contratada terá lucro com o empreendimento.

Uma política habitacional que proporciona aos movimentos sociais conquistas, inclusive com a possibilidade de exercício da democracia interna, da efetivação dos mutirões, da autogestão, na elaboração do projeto arquitetônico e sua construção, por outro lado, é a válvula de escape do setor imobiliário, que conseguiu, por meio dele, auferir enormes ganhos.

De outro lado, as expectativas da moradia impulsionadas pelas últimas conquistas tornam o movimento dependente da existência e ampliação do PMCMV, sobretudo a modalidade entidades, fazendo com que haja focalização de demandas voltadas à manutenção do programa, ainda que haja clareza de seus efeitos nefastos para a política urbana.

Com a complexificação das relações entre movimento, Estado e capital, o MTST manteve a dinâmica com novas ocupações, intensificando o processo de territorialização, que tem como objetivos a construção de base social a partir do território, escolhido segundo critérios de grande demanda por moradia, existência de algum tipo de organização popular anterior e localização de pontos específicos que possibilitem ações contra o capital, como por exemplo a proximidade com

grandes vias de circulação de mercadorias. A ocupação é, portanto, o ponto central para a apropriação coletiva do espaço urbano, pois enfrenta a especulação financeira da terra urbana e possibilita a construção de uma referência social organizada no território, que tem sido erguida preferencialmente nas periferias pobres das grandes cidades.

Percebe-se uma confluência de elementos que parecem contraditórios pois, ao mesmo tempo em que há, por meio da realização de ocupações bem localizadas, a pressão com grandes mobilizações de rua sobre o governo com vistas à ampliação dos direitos à cidade, essas reivindicações passam pela ampliação de um programa habitacional que serve substancialmente aos interesses do grande capital imobiliário.

Podemos citar como exemplo as marchas nos meses de maio e junho de 2014, às vésperas da Copa do Mundo, que reuniu entre 20 e 30 mil pessoas, cuja adesão, em grande parte, se deve à existência de uma ocupação no bairro onde está o estádio¹⁹ que recebeu a abertura do evento e que colocou o MTST no horizonte da mídia nacional e internacional. Com a campanha “Copa sem povo, tô na rua de novo”, o movimento ocupou as sedes das construtoras Odebrecht, Camargo Correa e OAS, junto com o MST, denunciando os ganhos exorbitantes das construtoras nas obras dos estádios de futebol, e realizou inúmeros protestos juntamente com a Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (ANCOP) para denunciar “os crimes da Copa”: remoções, aumento da especulação imobiliária, gasto público com obras privadas.

Como resultado dessas intensas lutas, o MTST teve êxito nas negociações com o governo Dilma Rousseff, conquistando

¹⁹ A ocupação “Copa do Povo” foi montada em um terreno de 150 mil m² a pouco mais de 3 km da Arena Corinthians (estádio de abertura da Copa), somando 5000 famílias acampadas.

mudanças no PMCMV que favorecem os movimentos sociais na modalidade entidades²⁰ e as famílias na faixa de renda de três salários mínimos²¹, além da criação de uma comissão interministerial de prevenção de despejos forçados²².

São vários os fatores que não podem ser negligenciados para pensarmos os desafios do MTST nessa próxima década. As alianças locais (com movimentos e associações de organização popular) e nacionais (junto à Frente de Resistência Urbana) podem fortalecer a pauta da reforma urbana popular. Ao mesmo tempo, a disputa entre os interesses das classes trabalhadoras e do capital imobiliário por alterações nos programas habitacionais e nas ações urbanas com certeza se acirrarão em um contexto de corte de verbas estatais.

Sem dúvida, seu potencial de mobilização e formação de base será testado no próximo período em que projetos de cidade e sociedade serão disputados em cada metro de asfalto, sendo as metrópoles brasileiras palco dessas lutas.

Referências

BASTOS, Rodrigo Dantas, Economia política do imobiliário: o programa Minha Casa Minha Vida e o preço da terra urbana no Brasil. 106f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, 2012.

²⁰ A cota de unidades habitacionais em construção para entidades, que era de 1000 UH, passou a 4 mil UH concomitantemente.

²¹ A faixa para famílias de até três salários mínimos ficou congelada com um teto de R\$ 1.600,00, que após reivindicações, foi reajustada segundo o valor do salário mínimo vigente no ato do contrato.

²² Envolvendo Secretaria Especial de Direitos Humanos, MinCidades, Ministério da Justiça e Secretaria Geral da Presidência. Dados fornecidos em Boulos, 2014.

- BENSAÏD, Daniel. *Os irredutíveis: teoremas da resistência para o tempo presente*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- BOITO Jr., Armando. *Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil*. Xamã: São Paulo, 1999.
- BONDUKI, Nabil. Do Projeto Moradia ao programa Minha Casa, Minha Vida. *Revista Teoria & Debate*. São Paulo, n. 82, p. 08-14, maio/jun 2009.
- BOTELHO, Adriano. *O urbano em fragmentos*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2007.
- BOULOS, Guilherme. 63 dias de luta. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 11 dez 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/guilhermeoulos/2014/12/1559217-63-dias-de-luta.shtml>>. Acesso em: 02 jun. 2015.
- _____. Luta por um teto. *Caros Amigos*, São Paulo, Ano XVII, n. 208, p-14-18, 2014a.
- CANETTIERI, Thiago. Ocupações, remoções e luta no espaço urbano a questão da moradia. *Revista e-metropolis*, ano 5, n. 17, p. 22-29, junho 2014. Disponível em: <http://www.emetropolis.net/download/edicoes/emetropolis_n17.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2015.
- CARDOSO, A. L.; ARAGÃO, T. A.; ARAUJO, F. S. Habitação de Interesse Social: Política ou mercado? Reflexos sobre a construção do espaço metropolitano. In: XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 2011, Rio de Janeiro. *Anais...* Disponível em: <http://www.observatoriodasmetropoles.net/download/adauto_cardoso.pdf>. Acesso em: 21 set 2015.
- CARDOSO, Adauto Lúcio (org.). *O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A (re)produção do espaço urbano*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.

FIX, Mariana; ARANTES, Pedro. Como o governo Lula pretende resolver o problema da habitação. *Passapalavra*, 06 ago 2009, Disponível em: <<http://passapalavra.info/?p=9445>>.

Acesso em: 17 nov. 2009.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Déficit habitacional no Brasil 2011-2012: resultados preliminares*. 2014. Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/deficit-habitacional/363-deficit-nota-tecnica-dh-2012/file>>.

Acesso em: 01 nov. 2014.

GONÇALVES, Renata. *Vamos acampar? A luta pela terra e a busca pelo assentamento de novas relações de gênero no MST no Pontal do Paranapanema*. 330f. Tese (Doutorado) – Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, 2005.

HARVEY, David. El Derecho a La Ciudad. *NLR*, n. 53, nov/dez, p. 23-39, 2008.

_____. *O Enigma do Capital*. Boitempo Editorial, 2011.

HIRATA, Francine. Minha Casa, Minha Vida: política habitacional e de geração de emprego ou aprofundamento da segregação urbana? *Revista Aurora*, Marília, ano III, n. 4, p. 1-11, jul 2009.

ÍNDICE Fipe Zap. 2015. [online]. Disponível em: <<http://www.zap.com.br/imoveis/fipe-zap-b/>>. Acesso em: 20 out. 2015.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

LUTA. São Paulo: Daniela Doação Dantas, 2010. Online, 10m42s. Disponível em: <<http://vimeo.com/22741113>>. Acesso em: 06 ago 2013.

MARCHEZI, Fabiana. Membros do MTST protestam na casa de Lula em SBC. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 08 jul. 2009. Disponível em:

<<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,membros-do->

mtst-protestam-na-casa-de-lula-em-sbc,399838>. Acesso em 04 mai. 2010.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM-TETO. Cartilha de princípios. São Paulo, 2013. Mimeo.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM-TETO. Cartilha do militante, 2005. Disponível em: <<http://mtst.info/files/mtst/CartilhadomilitanteMTST.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2008.

_____. Programa de ação do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto – Construindo o poder popular. São Paulo, s/d, Mimeo.

_____. Relatório da reunião nacional do MTST. São Paulo, 2009. Mimeo.

NA LUTA por moradia digna, movimentos lançam campanha contra despejos – frente de movimentos urbanos. Disponível em <<http://mtstrj.blogspot.com/search/label/Frente%20de%20Resist%C3%Aancia%20Urbana>>. Acesso em: 15 jan 2010.

PESQUISAS ECÔNOMICAS APLICADAS – IPEA. *Estimativas do déficit habitacional brasileiro (PNAD 2007-2012)*. Nota Técnica n. 5, 2013. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/131125_notatecnicadiruro5.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2014.

PINASSI, Maria Orlanda. *Da miséria ideológica à crise do capital*. São Paulo: Boitempo, 2009.

PINHEIRO, Jair. De frente para o Estado. Revista Lutas Sociais, n. 19/20, p. 39-52, 2 sem 2007/1 sem 2008, 2007.

PROGRAMA Minha Casa Minha Vida Entidades – Recursos FDS. Disponível em: <http://downloads.caixa.gov.br/_arquivos/habita/mcmv/CARTILHACOMPLETA.PDF>. Acesso em: 20 jun. 2014.

PROGRAMA Minha Casa, Minha Vida já entregou 934 mil moradias. *Portal Brasil*, Brasília, 19 nov. 2012. Disponível em:

<http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2012/11/programa-minha-casa-minha-vida-ja-entregou-934-mil-moradias>.

Acesso em: 01 nov. 2015.

SEM-TETO acorrentados em Itapecerica da Serra. Parte I. São Paulo: Brigada Cultural do MTST, 2007. Online, 9m58s. Disponível em:

http://www.youtube.com/watch?v=yq_A22h4fK8&feature=player_detailpage. Acesso em: 01 abr. 2009.

SERAFIM, Lizandra. Participação no governo Lula: as pautas da reforma urbana no Ministério das Cidades. 220f. Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, 2013.

TARROW, Sidney. *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis: Vozes, 2009.

TATAGIBA, L.; TEIXEIRA, A. C. C.; BLIKSTAD, K.; PATERNIANI, S. Z.. Inovações participativas nas políticas habitacionais para população de baixa renda. *Revista Crítica y Emancipación*. Ano VI, núm. 11, primeiro semestre, p. 215-28, Buenos Aires, 2014.

VAKALOULIS, Michel. Problemas de la acción colectiva hoy. In: ANDREANI, T.; VAKALOULIS, Michel (Coord.). *Refaire la politique*. Paris: Editions Syllepse, 2002.

WOOD, Ellen Meiksins. O que é (anti)capitalismo? *Revista Crítica Marxista*, São Paulo, n. 17, p. 27-50, 2003.

Obra produzida com o apoio do Núcleo de Pesquisas em Estudos
Literários (NUPEL) da Universidade Federal do Amapá



www2.unifap.br/editora editora@unifap.br
Campus Marco Zero Rodovia Juscelino
Kubitschek, km2, s/n Macapá – AP
Cep. 68.903-419